Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Semanário
ISSN 0870-1865
Preço: 180$00 (IVA incluído)
23 de Novembro de 2000
N.º 1408
Director: José Casanova

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

Contribuição para o debate

O debate das Teses encerrou nas organizações do Partido, prosseguindo agora as reuniões e plenários para eleição de delegados. O *Avante!* continuará a publicar textos na *Tribuna*, dedicando hoje 14 páginas a essas contribuições, e apela aos camaradas para que não nos sejam enviados mais textos a partir de hoje. O Comité Central, que reunirá no próximo domingo, discutirá e aprovará a proposta de Resolução Política a apresentar ao XVI Congresso.

Págs. 13 a 28

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

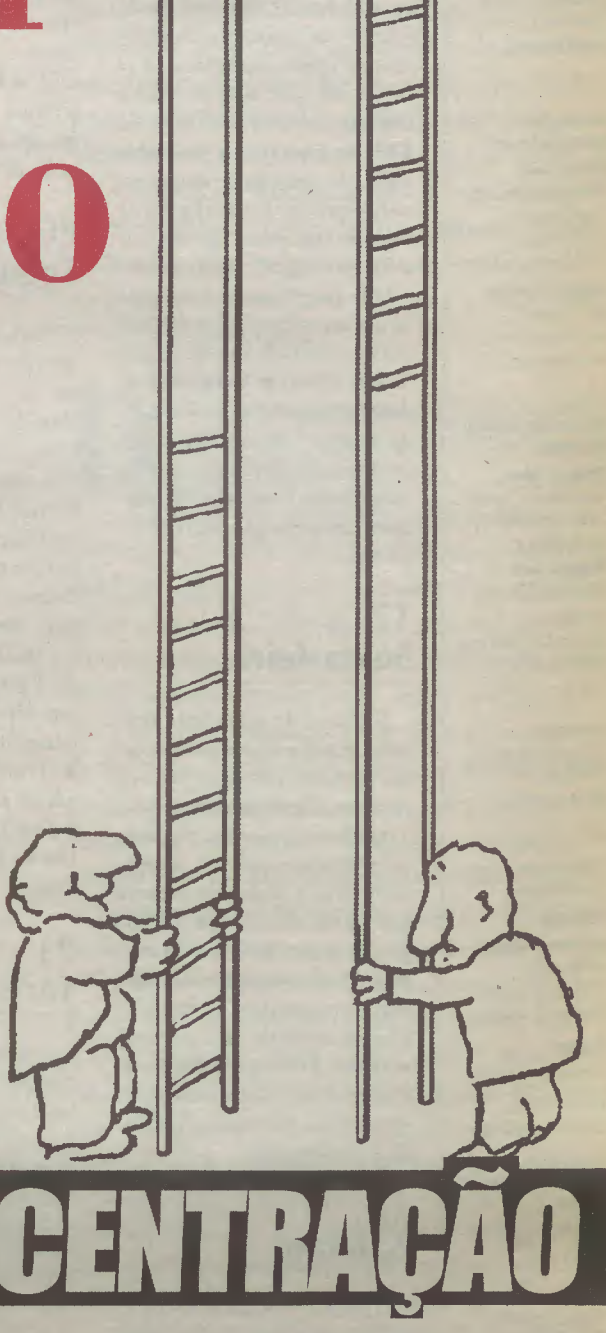
+ salários impostos justos

Manifestação hoje, em Lisboa

Passar à acção

Hoje, às 15 horas, trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal concentram-se na Praça do Município. Este será um ponto alto da semana de acção que a CGTP-IN leva a cabo a nível nacional. Se não se alterar a posição do Governo, os trabalhadores da Administração Pública voltam à luta no dia 28, terça-feira.

Pág. 5



CONCENTRAÇÃO

António Abreu

Contra desertificação

O candidato do PCP prossegue uma intensa acção de contactos em todo o País, abordando questões e problemas diversificados. Desde o distrito de Viseu, onde se falou de desertificação, até ao do Porto, onde o tema foi o ensino e a cultura.

Pág. 7

PIDDAC 2001

Sem prioridades

As organizações regionais e locais do PCP iniciaram a análise ao Orçamento do Estado e ao PIDDAC para 2001. O PIDDAC tem merecido uma insatisfação generalizada destas organizações do Partido.

Pág. 8

Eleições autárquicas

S. Pedro do Sul

A campanha da CDU para as eleições intercalares em São Pedro do Sul, que se realizam no domingo, prossegue até amanhã com uma sessão de esclarecimento em Figueiredo de Alva.

Pág. 40

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 – 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.º-A, – 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 – 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova – Capa Rota
Linhó – 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 – 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)
PORTUGAL
(Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 8 100$00
25 números: 4 200$00
EUROPA
50 números: 21 850$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600$00
GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 – 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

António Abreu em Palmela

Resumo

15 Quarta-feira

Devido às críticas de que tem sido vítima pelo seu grupo parlamentar, Maria de Belém avisa: «se voltarem a atacar-me, defendo-me» ● O BE não concorda com o preço de 500 escudos que o Governo propôs para o bilhete único diário das empresas Carris e Metro ● O Alto Conselho para a segurança palestiniano, presidido por Yasser Arafat, ordena aos atiradores desconhecidos para não atirarem a partir de zonas habitadas e edifícios civis nos territórios palestinianos ● A Indonésia rejeita a organização de um referendo em Aceh, província do norte de Samatra.

16 Quinta-feira

José Luís Judas declara a sua indisponibilidade para se recandidatar à Presidência da Câmara de Cascais nas próximas eleições autárquicas ● O DN refere que, aproveitando a decisão da Administração da TAP de antecipar o programa social de redução de efectivos, centenas de trabalhadores manifestam interesse em sair ● Telavive decide punir a autoridade palestiniana e congela as transferências dos fundos para a entidade presidida por Yasser Arafat ● As famílias de duas vítimas da nova variante da doença Creutzfeldt-Jakob apresentam queixa contra as autoridades francesas, britânicas e europeias por «envenenamento».

17 Sexta-feira

No final de mais uma reunião de negociações os sindicatos da Administração Pública recusam o aumento de três mil e quinhentos escudos proposto pelo Governo que não permite recuperar o poder de compra perdido no ano 2000 ● A Itália proíbe o uso de farinhas animais na alimentação dos ruminantes e restringe as importações de carne de vaca provenientes de França ● Começa no Panamá a X Cimeira ibero-americana de chefes de Estado e de Governo.

18 Sábado

António Abreu visita a aldeia de Pena em São Pedro do Sul e manifesta preocupação com a desertificação do meio rural ● Xanana Gusmão afirma que os timorenses estão preparados para tomar as rédeas do país, enquanto D. Ximenes Belo discorda e pede aos políticos e à ONU que preparem a população para a independência ● No seu segundo dia de visita ao Vietname o presidente Bill Clinton reafirma o empenho dos EUA em encontrar os seus desaparecidos de guerra ● O presidente iraquiano, Saddam Hussein, pressiona os países árabes para cortarem relações com Israel.

19 Domingo

A responsável no Algarve do Instituto Português de Arqueologia, Leonor Rocha, admite mover uma acção judicial contra a Câmara de Portimão por «negligência consciente na destruição do património» ● A Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores da Bicicleta promove em Lisboa uma iniciativa no âmbito da comemoração do Dia Nacional sem Tabaco ● Com o voto contra de Cuba, os participantes na X Cimeira ibero-americana aprovam uma declaração conjunta contra o terrorismo da ETA ● O Presidente dos EUA termina a sua visita ao Vietname apelando à reconciliação entre os dois países.

20 Segunda-feira

Portugal decide envolver até três mil efectivos militares na nova Força de Reacção Rápida da União Europeia ● O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, admite que Portugal possa tomar medidas unilaterais contra a carne de outros países caso a UE não defina critérios comuns aos 15 para combater a BSE ● O FMI e a OCDE alertam para o facto de Portugal atingir este ano um défice recorde no endividamento das famílias à banca ● Israel volta a bombardear vários alvos na Faixa de Gaza ● José Erostarbe, antigo membro da ETA, é extraditado de França.

21 Terça-feira

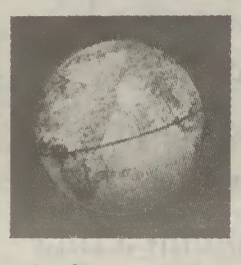
A Comissão Nacional de Eleições (CNE) considera legítimo a presença de Jorge Sampaio na cerimonia inaugural do Porto 2001 caso não discurse ● Cerca de mil alunos do Instituto Superior Técnico estão sem sala de computadores devido à falta de verbas para os salários ● Como forma de reacção ao bombardeamento israelita contra a Faixa de Gaza, o Egipto decide chamar o seu embaixador em Israel ● Segundo Rima Salah, directora regional da UNICEF para a África ocidental e central, estas são as regiões com as taxas de mortalidade mais elevadas do mundo.

Aconteceu

Nova crise na Guiné-Bissau

O general Ansumane Mané, líder do golpe militar na Guiné-Bissau que o ano passado derrubou o presidente Nino Vieira (que, igualmente, ascendera ao poder há cerca de 20 anos através de um sangrento golpe militar), autoproclamou-se chefe do Estador-Maior General das Forças Armadas do país, retirando as insígnias a dezenas de oficiais generais promovidos na semana passada pelo Presidente da República Kumba Yalá, num acto oficial em que o próprio Ansumane Mané foi promovido de brigadeiro a general de quatro estrelas, passando a deter o mais alto posto militar nas Forças Armadas guineenses. Segundo a agência Lusa, Ansumane Mané mandou deter o general que ocupava actualmente o cargo de chefia máxima das Forças Armadas, Veríssimo Seabra Correia, seu adjunto na Junta Militar que desencadeou a rebelião em 1998 contra o regime liderado por Nino Vieira e que, após um confronto sangrento de vários meses, acabaria por derrubar Nino Vieira o ano passado. Ansumane Mané fez saber que não admite que ninguém actue no país à sua revelia, mesmo o presidente Kumba Yalá. Quanto a este último, parece estar a perder vertiginosamente não apenas a autoridade que lhe advém da eleição que o colocou na chefia do Estado como também os diversos apoios que recebeu na campanha eleitoral.

Cimeira do Clima



Começa na cidade holandesa de Haia a «Cimeira do Clima», que se prolongará durante a próxima semana e reunirá representantes da generalidade dos países do mundo, com destaque para os mais desenvolvidos, dado que são os grandes e principais responsáveis não apenas pela acelerada poluição do planeta mas, sobretudo, pelas consequências devastadoras dessa poluição, quer na destruição da camada de ozono quer no aniquilamento crescente de ecossistemas inteiros e no desaparecimento progressivo das mais diversas formas de vida. Nesta «Cimeira do Clima» de Haia acertar-se-ão contas com as promessas e os compromissos saídos da última Cimeira, realizada na cidade japonesa de Quioto, sabendo-se já que os principais poluidores – com os EUA a liderar, com grande destaque – ficaram muito longe desse cumprimento. O que falta é averiguar o quanto ficaram longe... e indiferentes.

Franquistas poupados antifascistas sovados

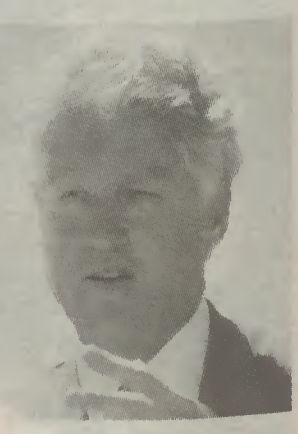
A Praça do Oriente, em Madrid, foi mais uma vez palco de uma manifestação de nostálgicos do fascismo franquista, que ali comemoraram esta semana o 25.º aniversário da morte do ditador com uma «manifestação de massas» de uns mil e tal velhos à mistura com jovens de extrema-direita empunhando bandeiras espanholas com a águia franquista, cantando hinos de glória ao fascismo, insultando o rei Juan Carlos e o regime democrático espanhol e fazendo saudações nazis. Impávida, a polícia assistiu ao acto, só actuando – à bastonada, com tiros para o ar e fazendo diversas detenções – quando uma manifestação de protesto contra esta descarada celebração do franquismo se manifestou ao lado. Justificação da polícia espanhola para esta dualidade de critério repressivo: os manifestantes antifascistas haviam entrado numa rua que não estava prevista no pré-aviso da sua manifestação. Cumpridores da lei, pelos vistos, só os fascistas...

Bombardeamento da Faixa de Gaza

O governo israelita desencadeou esta semana uma ofensiva violentíssima contra a Faixa de Gaza, com bombardeamentos maciços da aviação e da marinha contra alvos em Gaza, que já provocaram um número indeterminado de mortos e feridos. Os alvos dos bombardeamentos têm sido as próprias instituições da Autoridade Palestiniana, desde os serviços de Segurança Preventiva, os da televisão por satélite, edifícios da Fatah, quartéis e até o aquartelamento da guarda pessoal de Yasser Arafat, passando por campos de refugiados. Os bombardeamentos estão a ser acompanhados de corte total de energia eléctrica, estando o território sob escuridão absoluta, num cenário dantesco onde as únicas iluminações vêm das violentas explosões dos bombardeamentos e dos incêndios que provocam. O pânico em Gaza é total. Vive lá um milhão de palestinianos para 6.500 colonos judeus que, aliás, foram o pretexto para esta ofensiva selvática ordenada pelo governo de Israel: segundo as autoridades israelitas, esta ofensiva serve para «retaliar» um atentado bombista que vitimou dois colonos judeus. Entretanto, os mortos palestinianos deste novo reacender da violência militar israelita já ascendem a 220, contra 28 israelitas civis e militares.

Clinton no Vietname

No que, presumivelmente, foi a sua última deslocação ao estrangeiro como actual Presidente dos EUA, Bill Clinton visitou oficialmente o Vietname, onde foi recebido com simpatia e todas as honras protocolares. O essencial do objectivo desta visita de Bill Clinton terá ficado resumido no trecho do seu discurso, proferido junto ao busto do herói nacional vietnamita Ho Chi Minh, afirmando: «A história dos nossos países está profundamente interligada de uma forma que é não só uma fonte de sofrimento para as gerações passadas, como uma fonte de promessas para as gerações futuras. Hoje, os EUA e o Vietname abrem um novo capítulo no seu relacionamento.» Mesmo sem resultados concretos visíveis – tanto mais que Bill Clinton está em final de mandato – esta visita do presidente dos EUA ao Vietname não deixa de ter uma forte carga simbólica, dadas as grandes feridas abertas em ambos os lados: nos EUA porque, a par de 60 mil mortos, ficou o travo amargo de uma derrota militar em toda a linha; no Vietname porque, a par de uma vitória libertadora contra o gigante opressor, ficou o terrível preço de três milhões de mortos (dois milhões dos quais civis) e um país devastado como nenhum outro pelas bombas norte-americanas, desde a II Guerra Mundial.



Crónica Internacional

● Manuela Bernardino

«Si, se puede!»

A solidariedade internacionalista com Cuba é uma realidade que o imperialismo tem que enfrentar. Esta foi a principal mensagem da Tribuna Anti-Imperialista que teve lugar durante o II Encontro Mundial de Amizade e Solidariedade com Cuba, que recentemente se realizou em Havana. Sob o lema «Toda a Terra devia ser um grande abraço» (José Marti), os 4.664 participantes no Encontro, vindos de 118 países de todos os continentes, expressaram a sua grande admiração e confiança na capacidade de resistência do povo cubano face ao implacável bloqueio que os EUA impõem há mais de 40 anos e que firmemente condenaram como um acto agressivo, ilegal, injusto e desumano.

A aposta do imperialismo na internacionalização do bloqueio não resultou

Também, no plano institucional, dias antes, a Assembleia Geral da ONU condenara pela 9.ª vez consecutiva o bloqueio norte-americano a Cuba. O grande significado e alcance político de mais esta votação é que, em cada ano, cresce o número de Estados que se distanciam da política dos EUA para com a «Ilha da Liberdade». A aposta do imperialismo na internacionalização do bloqueio não resultou. Cuba não só não está isolada, como alargou as suas relações diplomáticas e comerciais. O mérito desta situação deve-se essencialmente ao patriotismo do povo cubano e à criatividade revolucionária demonstrada para ultrapassar situações complexas e perigosas mas, também, ao amplo movimento internacional de solidariedade que suscitou e que se tem alargado e consolidado por todo o mundo, incluindo Portugal. A grandiosa manifestação de rua, realizada no Porto, e o encontro de amizade de milhares de portugueses com Fidel Castro, por ocasião da VIII Cimeira Ibero-Americana são expressões significativas da solidariedade dos portugueses para com Cuba socialista.

Centrado na luta pelo fim do bloqueio, o movimento de solidariedade é, entretanto, bastante mais amplo. Muito diversificado na sua composição, com características e expressões distintas de país para país, as suas estruturas de apoio, como revelou o Encontro, triplicaram na última década. Só no último ano, constituíram-se dezenas de comités pelo regresso de Elian a Cuba. O movimento de solidariedade diversificou-se e fortaleceu-se com a resposta ao irracional sequestro dessa criança cubana, e ao prolongado e sinuoso processo para a sua restituição quer ao seu pai quer ao seu país. A contínua e permanente solidariedade com Cuba radica no enorme reconhecimento pelo conteúdo internacionalista da sua revolução mas, essencialmente, no seu exemplo de determinação e coragem em defender a sua soberania e independência nacional e na crescente consciência, em todo o mundo democrático e progressista, que a sua salvaguarda é do interesse de todos os povos do mundo.

A exigência do fim do bloqueio foi uma constante nas intervenções do Encontro. É uma palavra de ordem que percorre o mundo e que ganha força nos próprios EUA. A ela se deve associar uma campanha de informação sobre a realidade cubana, para contrapor à desinformação constante do imperialismo sobre Cuba. Esclarecer como foi possível recuperar a economia, como funciona a democracia participativa, divulgar os êxitos e realizações da revolução, o seu caracter solidário e de respeito pelos direitos humanos, são tarefas e objectivos que unem homens, mulheres e jovens de várias gerações, para além das suas concepções ideológicas e opções políticas e religiosas.

Nestes tempos em que a ideologia dominante aponta para a resignação e, até mesmo, a abdicação de princípios acenando com sucessos imediatos que atrasam e iludem a perspectiva de futuro, Cuba revela-se-nos como um exemplo de que, como sublinha o Projecto de Resolução Política para o nosso Congresso, é possível resistir e vencer. Ou, como se afirma em Cuba, «si, se puede!».

Editorial

A «LEI DO PARTIDO ÚNICO»

Enquanto nos EUA (que nos dizem ser o «modelo de democracia e o sistema eleitoral mais avançados do Mundo») parecem totalmente esgotadas as possibilidades de eleger democraticamente um de dois candidatos gémeos – ao cargo de presidente – e assim se desnudam e exibem as múltiplas chagas prenunciadoras de um declínio irreversível de tal modelo; enquanto na Assembleia da República, em Portugal, se aprova um OE para uma política de direita através de um processo e de caminhos que exibem o estado lastimável a que chegou a democracia portuguesa; enquanto intervenientes directos nos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 vêm a público confessar com orgulho e arrogância práticas criminosas que foram decisivas para a construção da democracia em que vivemos – enquanto tudo isto, e muitos mais acontecimentos semelhantes se multiplicam pelo País e pelo Mundo, o PS, o PSD e mais uns tantos «distintos constitucionalistas» congeminam uma «lei dos partidos» que, se fosse por diante, constituiria um golpe profundo no já debilitado sistema democrático nacional e que, dado o seu objectivo, melhor fora ser designada por «lei do partido único».

"Em matéria de funcionamento democrático, o PCP não recebe lições do PS nem do PSD, bem pelo contrário"

Com tal «lei» pretendem esses fervorosos «democratas» obrigar o PCP a integrar-se no velho, decrépito e paupérrimo modelo em vigor nesses dois partidos – modelo que pretendem generalizar obrigatória e «democraticamente».

O tema tem sido amplamente abordado em toda a comunicação social e, diga-se em abono da verdade, vários foram os comentadores, analistas e editorialistas que, com lucidez, pertinência e acutilância, sublinharam o absurdo e o pendor totalitário que presidem a tal pretensão.

No entanto, o PS, o PSD e pelo menos dois «distintos constitucionalistas» - Marcelo Rebelo de Sousa e Vital Moreira – continuam profundamente empenhados na «democrática» tarefa de proibir o PCP de ser o que é e de o obrigar a ser igual aos outros. Por razões que são facilmente perceptíveis para quem conheça minimamente os 80 anos de vida e de luta do PCP, é óbvio que se trata de uma operação condenada ao fracasso. De facto assim é, e bom é que disso se convençam definitivamente.

Para além do atropelo democrático que tal proibição constituiria, acresce que, em matéria de funcionamento democrático interno (como em muitas outras matérias), o PCP não recebe lições nem do PS nem do PSD, bem pelo contrário.

Basta olhar para o processo de preparação do XVI Congresso do PCP e compará-lo com a forma como esses dois partidos organizam os seus congressos para ver as diferenças: no que respeita a transparência, a democraticidade, a participação dos militantes.

O PS e o PSD têm o direito de utilizar os seus militantes como assistentes de lutas de líderes em busca de protagonismos pessoais, como espectadores passivos da realidade de cada um desses partidos, como objectos votantes que, secretamente, elegem um dos candidatos gémeos saídos da elite dos «barões» elegíveis. Têm igualmente o direito de considerar que a definição das orientações políticas dos respectivos partidos é da competência exclusiva de um pequeno grupo de «eleitos» omniscientes e que essas orientações devem contemplar prioritariamente a defesa dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros. Têm, também, o direito de considerar que esse conceito de funcionamento democrático interno é o supra-sumo da modernidade democrática.

Mas é bom que se convençam que o PCP tem o direito – de que jamais prescindirá – de considerar que é aos militantes comunistas, ao colectivo partidário, que compete decidir – democrática, colectiva e conscientemente – tudo o que diz respeito ao Partido: o seu projecto de sociedade, a sua identidade e as suas características essenciais, as suas normas de funcionamento interno, a sua orientação política. Assim fizemos durante 80 anos. Assim faremos hoje e no futuro, continuando a aprofundar a democracia interna e a maior intervenção dos militantes.

Diz a Constituição que «os partidos políticos devem reger-se pelos princípios da transparência, da organização e da gestão democráticas e da participação de todos os seus membros». Decide um dos «distintos constitucionalistas» que isto «pressupõe que as votações sobre pessoas (...) têm que ser por voto secreto». Decreta o outro Dupont que «a Constituição, numa norma inequívoca (...) não deixa margem para dúvidas a este respeito». (Este último vai ao ponto de se (nos) interrogar: «Como pode assegurar uma governação democrática um partido que não observe as respectivas regras na sua própria vida interna?» – com isto demonstrando que ainda não se apercebeu que os partidos que se regem pelo conceito de funcionamento democrático por ele defendido estão fartos de demonstrar que não asseguram uma governação democrática...) E ambos, em coro síncrono com o PS e o PSD, ensaiam o coro inquisitorial com o qual, traduzido em «lei», pretendem obrigar o PCP a submeter-se às suas interpretações e leituras de pendor totalitário.

Como, segundo os jornais, os «distintos constitucionalistas» são dois dos cinco que serão ouvidos sobre a nova lei dos partidos na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, é de prever que se batam como leões na defesa do seu conceito de «funcionamento democrático interno dos partidos», que tem como objectivo exclusivo proibir o PCP de ser um partido diferente dos que são todos iguais.

Se ainda não viram que estão a travar uma batalha perdida, a força das circunstâncias abrir-lhes-á os olhos no momento oportuno.

Actual

Delírios

● Vítor Dias

A desenvolvida atenção que os «media» têm concedido à passagem de 25 anos sobre os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 está proporcionando interessantes motivos de reflexão e comentário designadamente a partir de algumas entrevistas.

Dizendo isto, até nem estamos a pensar nas declarações de Otelo Saraiva de Carvalho que, tendo sempre falado pelos cotovelos e tirando alguns variantes da sua fértil imaginação, já hoje não consegue dizer nada que já não tivesse dito antes, sem prejuízo de se registar que acaba agora mesmo (revista do «Público» de 19/11) de afirmar que os seus *«camaradas dos Nove (...) tiveram razão ao dizer que o 25 de Novembro foi feito para fazer regressar o processo à pureza do 25 de Abril»*.

Não, por hoje estamos mais a pensar em afirmações feitas em entrevista ao «Público» (de 18 e 19/11) por Carlos Antunes, um dos principais responsáveis do extinto PRP/BR.

Por elas ficámos a saber uma data de coisas que, se tivessem um grama de verdade e não fossem fruto do turvo casamento entre megalomania, delírio e espírito falsificador, lançariam seguramente outra luz sobre a nossa história recente.

É assim que ficámos a saber, pela voz deste conselheiro e íntimo de Otelo, que *«Otelo e o PCP são coniventes em tudo»*, coisa que não parece resultar nada das posições e juízos dos alegados coniventes. Ficámos a saber que o pessoal do PRP foi o grande iniciador e promotor da Reforma Agrária. Ficámos a saber que, na crise do 25 de Novembro, *«do lado dos Nove»*, além da direita, da extrema-direita e dos moderados, estava também o PCP, mas que já as comissões de trabalhadores e a cintura industrial de Lisboa estavam ao lado do PRP e do MES. Ficámos a saber que *«a organização do PCP na cintura industrial de Lisboa que era composta por um Secretariado de 15 membros»* fazia *«reuniões secretas»* com ele.

E, graças a um delírio ainda maior que os outros, ficámos também a saber que afinal o PCP também teria tido ilusões sobre os propósitos liberalizadores de Marcelo Caetano, apesar de todos os documentos e acção política do PCP na época se centrarem precisamente no combate a essas ilusões.

Por fim, ficámos a saber que o PRP e a extrema-esquerda não responderam pelas armas em 25 de Novembro porque não queriam *«albanizar»* o país e porque *«o PCP estava na posição em que estava»* (ou seja, «feito» com os Nove).

Registemos pois que, por uma vez, os campeões do fraseado e do voluntarismo descobriram naquele dia o pequeno problema da correlação de forças.

Mas registemos sobretudo que, assim falando, Carlos Antunes ingressa merecidamente na galeria dos não comunistas que sempre estiveram dispostos a bater-se corajosamente até ao último comunista.

A importância de ser comunista

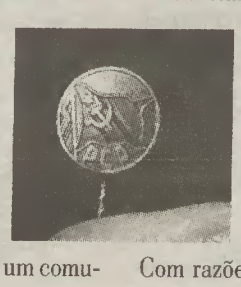
● Aurélio Santos

Anda à solta uma acção missionária empenhada em converter os comunistas ao bom caminho. Religiosidade ideológica à procura de conversões? A tentar (ainda hoje!) pôr padrões de cristandade em terra cafreal?

A imposição do comunista perfeito está na ordem do dia e há quem lhe dê direito a palavra escrita ou a voz ouvida e olhada, tentada entre «Big Brother» e «Ficheiros Secretos».

Mas este missal que apresenta uma moda de comunista docilmente remetido a inócuo, esqueceu-se de uma coisa: é que de alguma coisa serve uma cabeça para pensar.

Um comunista não é um tranquilizante obrigatoriamente resignado aos cânones estabelecidos. Nem pactuante com factos que o limitem às alternativas indicadas pelo sistema para lhe assegurar estabilidade. No fim de contas, o que se pretende impor com tal modelo de comunista é um manequim que não chateie. E que se limite a ser tronco de apoio (amarrado) para amortecimento de choques sociais dentro do sistema. Factor de contenção. De regularização de interesses. Enfim, um comunista de modelo dócil.



Esta sedução a possível noiva comunista, reduzindo-a a cristã-nova, vem de mãos dadas com uma campanha praticamente diária, com rótulos pejorativos e calúnias difamatórias aos que recusam a conversão.

Mas será esse o modelo que interessa ao país? Nunca fomos – nem seremos – comunista de aviário fácil, fechado em capoeira, criado e crescido em hormonas de artificialidade rápida – e perigosa... – para concursos com medalhas de cunhagem mediática.

Nem foi nem será essa a nossa função. É duro lutar por valores que ultrapassam o próprio sistema e por questões radicais que interessam a um povo. E também é duro estar submetido a isso. A insubmissão comunista abriu uma perspectiva que se tornou real: a de romper com interesses instalados contra os da população e do país.

Penso que podemos ter orgulho de embora nascidos em circunstâncias adversas termos conseguido defender esses interesses e os valores de luta que merecem. Mas também em condições mais propícias sido capazes de os transformar em momentos políticos únicos, de grandes realizações que fizeram avançar de modo inequívoco a sociedade portuguesa. Quem hoje a quiser alterar tem que contar com a nossa marca de garantia.

Esse tem sido mérito nosso. A continuar. Com razões de orgulho de ser comunistas, pelo papel que temos desempenhado na história do Portugal contemporâneo. Legámos já uma prática que não é modelo pré-fabricado, mas que foi pensado, imaginado e criado, aplicado em função das realidades e necessidades do nosso país. E esse modelo tem futuro porque contém em si qualidades de mutante, quando e como necessário.

Continua importante ser comunista.

Americano Inconcluso

● Anabela Fino

Filho de pai cubano e de mãe guatemalteca, nascido no Panamá, dá pelo nome de *Americano Inconcluso*. Quanto à idade, não há nada que saber: 60 e tal ditaduras.

Trata-se, naturalmente, de um personagem de ficção. Ou talvez não.

Quem anteontem teve a oportunidade de ver na RTP 2 a fabulosa «Viagem» do realizador Fernando Solanas por terras da América Latina, terá por certo ficado a pensar que qualquer semelhança com a realidade não era pura coincidência.

O que aos espectadores é dado ver nesta viagem de um adolescente argentino, da Patagónia ao México, à procura do pai e à descoberta de si próprio, é de uma crueza que não pode deixar ninguém indiferente. Não se trata de um filme panfletário e no entanto vale mais que mil panfletos. Com uma forte carga poética e um sentido de humor notável, Solanas leva-nos por uma América Latina literalmente mergulhada na podridão, vendida aos estrangeiro por políticos vira-casacas e corruptos, onde saber «nadar» é condição de sobrevivência e onde, apesar dos pesares, a inocência ainda é possível, a solidariedade existe e a resistência continua.

A oportunidade deste filme na televisão portuguesa, escassos dias depois da X Cimeira Ibero-Americana na Cidade do Panamá, não podia ser maior. Pena é que a generalidade dos chefes de Estado e de governo que participaram no evento, incluindo Sampaio e Guterres, provavelmente nunca o tenha visto ou venha algum dia a vê-lo. Assoberbados pelas suas múltiplas e importantes funções, que os levam de hotel em hotel e de palácio em palácio, a maioria daqueles dignatários desconhece, ou já esqueceu, a realidade de que fala nos documentos que aprova quando já não é possível fazer de conta que graças às suas políticas se vive no melhor dos mundos.

Na América Latina, mais de metade dos 224 milhões de pobres são crianças. Sem direito a nada, nem sequer a serem crianças. Disso se falou no Panamá, com muita caridade e nenhuma contrição, com muita demagogia e quase total ausência de medidas concretas.

Guterres, o engenheiro que não percebe de política e o político que não sabe nada de engenharia, praticou o que mais gosta: falou. Falou e disse que o sistema de Cuba faliu, referindo-se justamente ao único país que faz a diferença, onde as crianças não morrem de fome, vão à escola, têm assistência médica, não são humilhadas nem exploradas, têm no quotidiano os direitos que noutras latitudes só existem no papel.

Frases

“Abandonada pelo Governo, pelas elites e pelo público, a RTP sente-se um animal cercado no meio da selva e tenta a fuga para a frente, reunindo numa só manhã fria de Novembro o trio Odemira do pimba audiovisual português: João Baião, símbolo cimeiro do pimba musical e audiovisual, Teresa Guilherme, a rainha do descaramento pimba, e Filipe La Feria, o rei do pimba de palco e dos “flops” financeiros”

(Eduardo Cintra Torres, Público, 20.11.00)

“O PCP é formado por cidadãos livres que têm o direito de decidir não só a linha política como o modelo da sua organização sem entraves indigentes e persecutórios de uma nova inquisição formada pelos defensores de uma democracia verdadeiramente correcta”

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 20.11.00)

“Os novos inquisidores das democracias verdadeiramente correctas são os mesmos que recusam o escrutínio secreto nas votações mais importantes do Parlamento, nomeadamente os programas de Governo, orçamentos de Estado e moções de censura ou confiança. Aí a regra de ouro é o braço no ar. E a fogueira o destino dos hereges que ameaçam as regras do Santo Ofício”

(idem, ibidem)

“Os EUA transformaram-se numa espécie de república censitária dominada por uma oligarquia, em que a liberdade de escolha entre candidatos está cada vez mais condicionada pelos poderosos interesses económicos e financeiros que os apoiam”

(Alfredo Barroso, Expresso, 18.11.00)

“São democratas, entre eles, os israelitas? Mas ser democracia não confere um direito de conquista dos territórios dos vizinhos, nem atenua enormidades. Ser democracia responsabiliza. Os israelitas, porque através do voto podem escolher renunciar à conquista e anexação de territórios, podem escolher respeitar os direitos dos palestinianos, são responsáveis pela situação actual”

(Rui Macedo, Público, 18.11.00)

“Com ou sem “sheriff” eleito, os americanos continuam a não descurar os seus interesses, como na Conferência Mundial do Clima, na Haia, onde se propõem exportar o nuclear para poderem continuar a ser os grandes e impunes poluidores do planeta, assim como as grandes empresas mundiais se propõem criar um mercado de quotas de poluição em que elas comprariam às empresas do terceiro mundo direitos de poluição atmosférica (...) o capitalismo no seu máximo esplendor”

(Miguel Sousa Tavares, Público, 17.11.00)

“Para acabar a semana em absoluta normalidade, manteve-se a proporção de mortos na Palestina: um israelita por cada seis palestinianos. Israel insiste que não há solução enquanto os palestinianos continuarem a usar a violência”

(idem, ibidem)

Uma semana de intensificação da luta

CGTP apela à acção

Hoje, às 15 horas, trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal concentram-se na Praça do Município, na capital. Este será um ponto alto da «semana de acção» que a CGTP-IN está a levar a cabo e que também incluiu uma concentração, ontem à tarde, no Porto.

A CGTP-IN, ao apelar à participação dos trabalhadores nas acções sindicais, critica severamente o Governo por este insistir na continuação dos baixos salários. «A história repete-se» e «o patronato pressiona ou aplaude, satisfeito», constata a CGTP, no folheto em distribuição durante estes dias. «Mas o modelo, esgotou-se», afirma a central, considerando como «escolha desastrosa» e «aposta perdida» a exploração desenfreada e a mão-de-obra barata e de baixa qualificação.

Perante tal situação, «nós, os trabalhadores, não podemos silenciar, ou ficar de braços cruzados». «É preciso acção», defende a *Inter*, apontando como objectivo principal um aumento significativo dos salários. São apontadas as perdas dos trabalhadores da Administração Pública em 2000, que devem ser repostas, como prometeu o próprio António Guterres. É reclamado o fim da precariedade e da clandestinidade, que atingem milhares de trabalhadores e que assumem ainda maior gravidade no caso dos imigrantes ilegais.

No rumo diferente reclamado pela CGTP, devem ser inscritos princípios como o emprego de qualidade, o efectivo cumprimento das leis e o respeito pelos direitos. A reforma fiscal deve ser realizada urgentemente, para pôr termo à situação actual, «injusta e intolerável», em que «são os trabalhadores por conta de outrem os mais penalizados». A CGTP defende que medidas fiscais de reforma «têm de avançar já», sem ficarem misturadas ou dependentes do Orçamento de Estado, pois este «é para um ano; e a reforma, sendo justa e correcta, deve perdurar».

A luta é determinante para frustrar os objectivos do Governo e do patronato

Professores

Para hoje à tarde está também convocado um plenário de professores, prosseguindo a luta pela vinculação e pelo fim da instabilidade permanente em que se encontram milhares de docentes contratados e desempregados. A reunião de hoje, na sede do SPN, no Porto, insere-se na acção desenvolvida pelas estruturas da Fenprof, tal como os protestos que o SPRC expressou ao ministro da Educação, segunda-feira, em Santa Comba Dão, e um plenário distrital ontem em Viseu.

Reivindicações realistas

A CGTP salienta que «existem condições económicas para uma melhoria do poder de compra dos salários». No folheto que apela à participação nas acções desta semana e na concentração de hoje, a central aponta alguns números que mostram como as reivindicações apresentadas ao Governo e ao patronato são, para além de justas, realistas.

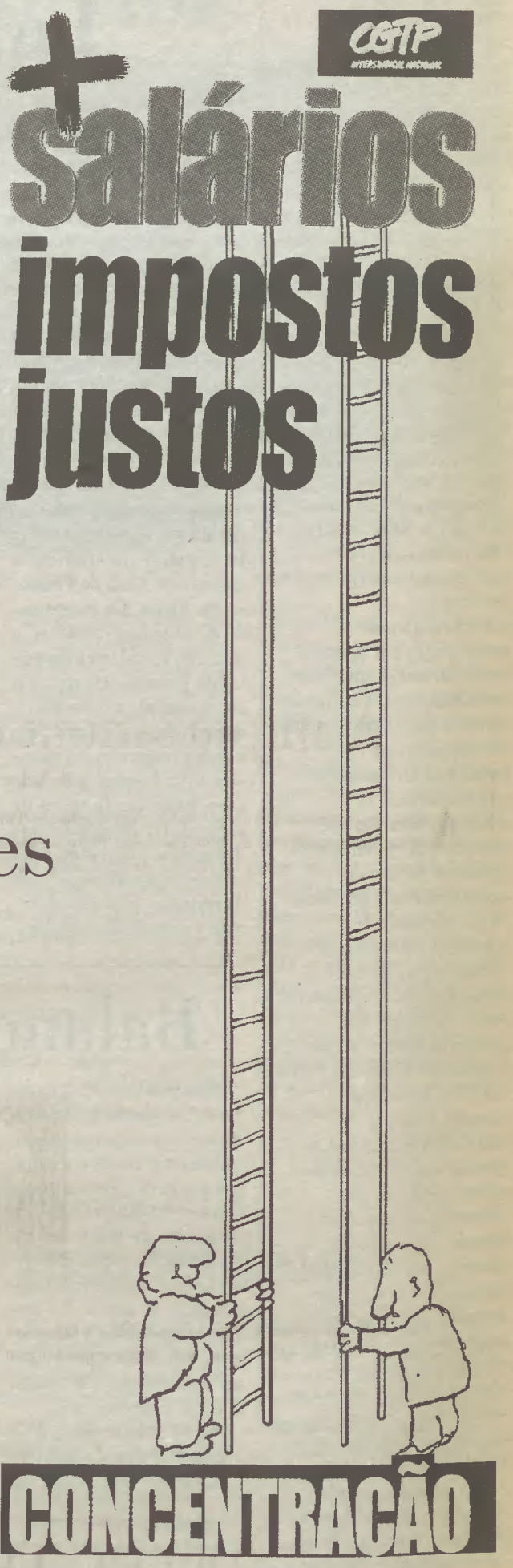
O produto deverá crescer acima dos 3 por cento, no próximo ano. A produtividade horária cresceu 3,1 por cento, entre 1995 e 1999. Neste cenário, «não vemos razões para esperar uma baixa de eficiência em 2001», diz a central. Justifica-se, assim, o conjunto de reivindicações mínimas, avançadas como base para a negociação colectiva, a concretizar segundo as condições específicas de cada sector ou empresa:

– actualização salarial de 5,5 por cento, garantindo que nenhum aumento será inferior a 6 contos;

– salário mínimo de 69 800 escudos.

Na Administração Pública, devem ser claramente distinguidas a actualização salarial de 2001 e a compensação da perda do poder de compra em 2000 (lembrando a *Inter* que este compromisso foi assumido pelo primeiro-ministro).

Das reivindicações da CGTP faz parte ainda a redução progressiva da semana de trabalho para 35 horas e a fixação de um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais.



Protesto amanhã das IPSS

A Comissão Negociadora da Frente Sindical das IPSS, da qual fazem parte a Fenprof, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e outras organizações sindicais, decidiu, ouvidos os trabalhadores, desencadear formas de luta que passam desde já por uma concentração de trabalhadores junto do Ministério do Trabalho e Solidariedade, na sexta-feira, dia 24.

Esta decisão foi tomada depois da União das IPSS ter faltado novamente, no dia 2, a uma reunião de conciliação convocada para a delegação do IDICT no Porto e que tinha como objectivo ultimar a negociação de um contrato colectivo de trabalho.

A Fenprof acusou na semana passada a União das IPSS de apenas utilizar as reuniões com as organizações sindicais para conseguir receber mais verbas do Orçamento de Estado e da Segurança Social. Numa nota à comunicação social, a federação referia que, para além do clausurado geral, estão em causa as tabelas salariais dos últimos 3 anos e, em relação a estas, apenas faltava a União das IPSS clarificar a sua posição sobre a remuneração dos educadores de infância no ano 2000, tendo em conta os montantes pagos pelo Ministério da Educação às instituições.

Uma adenda ao protocolo de cooperação entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Solidariedade e as uniões das IPSS, das Misericórdias e das Mutualidades estabelece para a Educação Pré-Escolar apoios financeiros do Estado que têm por base uma remuneração média de 191300 escudos. A Fenprof defende que sejam cumpridos os valores da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, equiparando as condições da trabalho dos educadores de infância das IPSS à dos seus colegas da rede pública ou do ensino particular e cooperativo com fins lucrativos.

Terça-feira a vermelho na agenda da Frente Comum

Se não se alterar a posição do Governo, os trabalhadores da Administração Pública voltam à luta no dia 28. Vários sindicatos que fazem parte da Frente Comum de Sindicatos desencadearam processos de luta que vão culminar numa jornada nacional de luta, a **28 de Novembro**. Duas manifestações estão já anunciadas para aquela data: em **Lisboa**, a partir das 15.30 horas, concentração no alto do Parque Eduardo VII; seguida de desfile para o Palácio das Laranjeiras; e no **Porto**, às 10.30, no Largo Dr. Tito Fontes (junto ao DN).

Nas agendas de milhares de trabalhadores, a próxima terça-feira está já marcada a vermelho, para o que terá contribuído fortemente o desfecho da última ronda de negociações do Governo com as estruturas sindicais, na passada sexta-feira.

Após a reunião, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública acusou o Governo de não estar interessado em negociar com seriedade os aumentos salariais. A estrutura que representa a grande maioria dos trabalhadores do Estado manteve a sua exigência de aumentos de seis por cento (garantindo no mínimo 7500 escudos), acrescidos de 1,6 por cento para recuperação dos salários de 2000 (garantindo um mínimo de 2 mil escudos).

A Frente Comum reafirmou a sua decepção pela posição governamental. «O Governo limitou-se a aumentar **500 escudos** na proposta de aumento mínimo de 3 mil escudos e **não avançou nada nas restantes matérias**, propondo apenas uma declaração de intenções, o que nós não podemos aceitar», disse aos jornalistas Paulo Trindade. Este dirigente, citado pela Agência Lusa, criticou ainda o facto de o Governo ter condicionado o início das negociações à aprovação do Orçamento de Estado e agora dizer-se condicionado por ele. «Perante isto, lançámos um repto ao Governo, para que avançasse com medidas concretas que possibilitem o bom prosseguimento negocial», acrescentou.

As negociações iniciaram-se a 23 de Outubro, com uma reunião onde os representantes do Governo não apresentaram qualquer proposta salarial, que adiaram para depois da aprovação do Orçamento de Estado. A Frente Comum manifestou o seu protesto com uma concentração junto ao Palácio de S. Bento, no dia 8.

No ano passado, o Governo decretou para a Administração Pública aumentos de 2,5 por cento, que tiveram como base uma previsão de inflação de dois por cento... que chegou aos 2,8. Para o próximo ano, o Governo prevê uma inflação entre 2,7 e 2,9 por cento.

Exploração a valer

Proliferam pseudo--empresas no sector da construção civil, que recorrem preferencialmente a mão-de-obra pouco qualificada, sobretudo trabalhadores vindos do Leste e tratados como «escravatura moderna», denunciou o Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte e Viseu, numa conferência de imprensa dia 16. Esta situação origina a falta de qualidade nas construções que, são realizadas «só com serventes» visto a nossa mão-de-obra especializada deixar Portugal para países como a França e a Alemanha, onde se ganha entre 270 a 300 contos por mês, contra os 85.500 escudos em território nacional.

É também alvo de preocupação por parte do sindicato a segurança dos trabalhadores e a utilização correcta dos equipamentos. No encontro com os jornalistas foi lembrado que nas últimas três semanas morreram em acidentes de trabalho sete operários de pseudo--empresas e que nenhuma delas tem plano de segurança. O sindicato afirma que as pseudo--empresas são responsáveis por 85 por cento dos acidentes mortais no sector. O sindicato reuniu dia 7 com a IGT e a associação patronal do sector (AICCOPN) para tratar da questão dos trabalhadores estrangeiros e da sua colocação em empresas idóneas, em condições idênticas aos trabalhadores portugueses. O sindicato anunciou que vai abrir um curso básico de Português, para que os imigrantes possam conhecer melhor os seus direitos, e exigir do ministro do Trabalho «uma fiscalização permanente e activa junto das pseudo--empresas, que ludibriam a Segurança Social e o Fisco em mais de 42 milhões de contos».

Não falta má-fé

O patronato da hotelaria diz que falta mão-de-obra no sector, mas esta teoria está eivada de má-fé, acusa a Direcção Nacional da Fesaht/CGTP. Num comunicado sobre a reunião que teve dia 14, aquela estrutura sindical acusa os patrões de, com a propagação daquela ideia, quererem «manter os baixos salários, a precariedade e as más condições de trabalho, como tem acontecido no passado e também agora, quando o sector revela maior vitalidade económica, através de um crescimento real sustentado, capaz de satisfazer as reivindicações dos trabalhadores e as medidas que se impõem para a melhoria da qualidade e competitividade».

Dois casos denunciados na Carris e na Santos Barosa

Lutar merece castigo

Os discursos oficiais contradizem a prática política, deixando na impunidade as empresas e os responsáveis que violam direitos elementares.

O avolumar de situações em que, contra as leis e a Constituição, é exercida pressão para sufocar o protesto dos trabalhadores (ou para os forçar a rescindir contratos) tem levado o movimento sindical unitário a denunciar um generalizado ambiente de falta de democracia nas empresas. Mais dois casos concretos vieram recentemente a lume.

Vítor Pereira é trabalhador da Carris, militante do PCP, dirigente sindical e membro da Junta de Freguesia da Ajuda. Em comunicado divulgado anteontem, a célula do Partido na transportadora lisboeta veio reprovar energicamente o conselho de administração da Carris, que mandou instaurar um processo a Vítor Pereira depois de este, nas suas funções de autarca, ter integrado uma delegação que tentou falar com os responsáveis máximos da empresa, para lhes transmitir o protesto das populações e exigir a correcção das alterações nas carreiras que servem o Casalinho da Ajuda.

Os comunistas da Carris condenam o facto de a administração «mandar examinar a ficha» do trabalhador e, numa manobra de manipulação, afirmar publicamente que «há mais de 20 anos que não faz nenhum e que não passa de um comunista agitador, desconhecendo que o Vítor Pereira foi eleito, como autarca e dirigente sindical, e não nomeado». A célula salienta que «são estes homens e mulheres, que não desistem de lutar, que conseguem os seus objectivos, como recentemente aconteceu com as paragens das carreiras 7, 36 e 101, no Olival Basto».

Na vidreira **Santos Barosa**, da Marinha Grande, «depois das perseguições e processos disciplinares a elementos da CT e dirigentes sindicais», um delegado sindical do STIV/CGTP foi retirado do seu local de trabalho e viu alterado o seu horário, «por motivo do desempenho das suas funções sindicais». A denúncia foi feita pelo sindicato e pela Comissão de Trabalhadores, que exigem o regresso de Paulo Marques ao seu local com as mesmas funções.

***Apesar das pressões** e represálias, os trabalhadores persistem na luta por objectivos justos*

Balanço positivo do Now-Luna

O projecto Now-Luna, que decorreu desde há quatro anos e cujo encerramento se realizou dia 16, teve resultados positivos, do ponto de vista de Odete Filipe, da Comissão de Mulheres da CGTP-IN. No encerramento, em Lisboa, participaram sindicalistas de alguns dos sectores que aderiram a este projecto, bem como representantes de entidades que, com a CGTP, o levaram a cabo.

Odete Filipe referiu ao «Avante!» que o objectivo central do Now-Luna foi desenvolver estudos e propor acções positivas na construção da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

O projecto desenvolveu-se em 20 empresas e serviços, de oito sectores, abrangendo 33 mil trabalhadores, dos quais 17 mil mulheres. Foram assinados 13 protocolos, de entre os quais Odete Filipe salienta os da Opel Portuguesa (sector essencialmente masculino que admite neste momento mulheres na produção) e da Câmara de Lisboa (que, por exemplo, criou balneários para operárias jardineiras e garantiu melhores condições de apoio à família). Ainda segundo Odete Filipe, as empresas aderentes ao Now-Luna comprometem-se a corrigir e prevenir situações de discriminação, o que teve implicações em melhorias sociais e aumentos salariais.

Odete Filipe garante que este resultado foi possível devido ao grande envolvimento dos sindicatos e de mais de 100 dirigentes, a nível nacional.

«Um facto importante é podermos afirmar que houve evolução de mentalidades e comportamentos a nível do movimento sindical», disse Odete Filipe, salientando que «todos os intervenientes tiveram formação sobre a temática da igualdade» e concluindo que «é possível alterar os comportamentos e as mentalidades, iniciando essa mudança, desde logo, a nível dos Recursos Humanos nas empresas».

Conferência em Coimbra defende serviços públicos

Um milhar de professores, médicos, enfermeiros e trabalhadores da administração central e local vão enviar ao Governo uma moção a exigir que abandone os processos de privatização em curso em todos os sectores que desempenham funções sociais.

Reunidos dia 13 em Coimbra, na conferência «Em defesa dos serviços públicos», os participantes aprovaram por unanimidade uma moção intitulada «**Unir vozes em defesa dos serviços públicos**», comprometendo-se a lutar contra uma «falsa modernização», que «diminui drasticamente as funções sociais do Estado, subvertendo o regime expresso na Constituição».

«Com a introdução da lógica da mundialização e das políticas neoliberais que com ela se interligam, tem-se procurado destruir a ideia de serviço público e transferir para as mãos de particulares as funções que definem a própria essência do Estado», começa por referir o documento, que será enviado ao primeiro-ministro.

Os participantes nesta iniciativa, promovida pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, Sindicato dos Médicos da Zona Centro, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro, assumiram a tarefa de «denunciar as políticas neoliberais dos Governos» e de «apresentar propostas de defesa de serviços públicos, universais, gratuitos e de qualidade».

«Que o Estado não se demita das suas responsabilidades de garantir melhor qualidade de vida às comunidades, interrompendo a privatização de sectores fundamentais da Administração Local, tais como os transportes, água e saneamento básico, recolha e tratamento de resíduos sólidos, assegurando a sua gestão integrada de forma a melhor servir os cidadãos», reivindicam.

Os subscritores da moção exigem que o Governo financie escolas e jardins de infância «de acordo com as suas reais necessidades», aprovando uma Lei do Financiamento Público do Ensino Não Superior, e que reveja a actual para o ensino superior. Esperam que o Governo «assuma a efectiva aplicação das medidas legislativas aprovadas», nomeadamente os Sistemas Locais de Saúde, os Centros de Responsabilidades Integrados e os Centros de Saúde de Terceira Geração.

Entre a assistência aos trabalhos do seminário, presidido pelo reitor da Universidade de Coimbra, Fernando Rebelo, encontravam-se responsáveis da administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra, da Administração Regional de Saúde do Centro, da Direcção Regional de Economia e do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho.

O Partido Comunista Português foi o único partido a responder ao convite dos sindicatos. No encerramento, interveio o secretário-geral da CGTP, Carvalho Silva.

Petição dos turnos

Com 14894 assinaturas, a CGTP entregou ao Presidente da Assembleia da República uma petição em que é exigida a antecipação da idade de reforma para os trabalhadores que laboram por turno, em horário nocturno, e que «asseguram à sociedade serviços de utilidade pública e bens essenciais e a sua protecção». Na nota que divulgou à comunicação social, a central refere que os trabalhadores expostos a este tipo de laboração «são sujeitos a grande desgaste físico e psíquico» e apresentam queixas, confirmadas por estudos de organizações internacionais, designadamente quanto a traumatismos nervosos e digestivos e perturbações graves de sono. Também é reconhecido o envelhecimento precoce, a par das perturbações da vida familiar e dos condicionamentos à formação e à participação na vida social.

«Pelos sacrifícios que lhes são exigidos, mais do que ninguém, estes trabalhadores precisam de resposta concreta aos seus anseios», diz a CGTP, salientando a necessidade de os grupos parlamentares se debruçarem sobre a situação de quem trabalha à noite e «a quem a sociedade tem o dever de solidariedade».

Agrícolas

Agentes e auxiliares técnicos agrícolas manifestaram-se dia 16 no Terreiro do Paço, para exigirem do Ministério e de Capoulas dos Santos a aprovação das medidas legislativas de revalorização das carreiras profissionais, como foi prometido pelo ministro «ao longo dos últimos anos». Uma nota da Federação da Função Pública lembra que aqueles trabalhadores «viram as suas exigências funcionais aumentar», mas «continuam a não ter uma carreira compatível» com esta situação.

Yazaki

Na próxima quarta-feira vão ser eleitos, pela primeira vez, os representantes dos trabalhadores na comissão de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, na Yazaki de Ovar, informou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro, acrescentando que foi por sua iniciativa que foi possível desencadear o processo que culminou na constituição de uma lista.

Dan Cake

Um despedimento colectivo encapotado está em marcha na Dan Cake, denunciou o Sindicato da Alimentação do Sul e Tabacos, alertando para as consequências da licença sem vencimento, por um ano, que a empresa impôs a 15 trabalhadores, aos quais, simultaneamente, ofereceu um contrato a prazo numa empresa de prestação de serviços, para continuarem a fazer o que faziam: manutenção de equipamentos.

António Abreu quer combater desertificação do interior

Todos têm os mesmos direitos

António Abreu, candidato do PCP às próximas eleições presidenciais, prossegue uma intensa acção de contactos com as populações e organismos vivos de toda a parte do país.

No sábado, em **Aldeia da Pena**, distrito de **Viseu**, o candidato do PCP encontrou-se com compartes dos bal-dios, bombeiros e dirigentes de várias organizações sociais, com quem discutiu problemas ligados à desertificação e fogos florestais, jantando, à noite, na Guarda, com apoiantes da sua candidatura.

Pequenas e médias empresas são responsáveis por cerca de 3/4 do emprego

Para António Abreu, a quem preocupa a desertificação do mundo rural, a Aldeia da Pena, com os seus oito moradores, é um «lugar emblemático» para quem queira contactar com uma realidade que, afinal, se alastra um pouco por todo o distrito, com outro casos de aldeias em acentuado processo de desertificação ou mesmo desertificadas, por efeito dos movimentos migratórios para grandes ou médios centros urbanos, para o litoral ou para o estrangeiro.

Como é óbvio, a deslocação àquela aldeia não teve em vista angariar votos para a sua candidatura. Mas, para António Abreu, aquelas oito pessoas «não podem representar menos nas preocupações dos responsáveis políticos do que as pessoas que vivem nos grandes centros urbanos», sendo sua intenção, precisamente, chamar a atenção para o isolamento em que estas pessoas se encontram e o gravíssimo problema que representa a desertificação das regiões do interior do País.

O fenómeno tem múltiplas causas, desde logo o desinvestimento e desinteresse dos governos pela sobrevivência da actividade produtiva essencial no meio - a agricultura familiar, asfixiada pela concorrência de produtos estrangeiros -; a falta de empregos nos concelhos e freguesias rurais; os incêndios florestais; a extinção de serviços públicos que servem as populações rurais, afirmou, por fim, António Abreu, apontando algumas medidas urgentes para a alteração da situação.

***No almoço em Alcochete**, Abreu atacou os planos Mateus e Pina Moura*

Alcochete

No domingo, foi a vez de António Abreu contactar, em Alcochete, centena e meia de pequenos empresários da região de Setúbal, com quem almoçou.

No decurso do convívio, que teve a participação de Jorge Pires e Agostinho Lopes, da Comissão Política, e Carlos Humberto e José Caetano, do CC, o candidato apontou como condições básicas para o desenvolvimento a existência de uma economia mista, constituída por empresas públicas, empresas privadas e empresas de economia social.

É neste quadro, disse, que surge um universo de pequenas e médias empresas, com um número de trabalhadores inferior a 250, que ultrapassam 99,7% do número total de empresas e são responsáveis por cerca de 3/4 do emprego e, aproximadamente, 2/3 de facturação. Entretanto, destacou António Abreu, as PME enfrentam as «dificuldades decorrentes da crescente monopolização de sectores, actividades e mercados e das políticas macro-económicas favoráveis ao grande capital», nomeadamente, uma política fiscal inadequada e penalizadora das PME; a falta de regulamentação de processos de subcontratação; e as disparidades no mercado de capitais.

Criticando, ainda, as políticas governamentais, António Abreu destacou os programas com fundos comunitários e os planos Mateus e Pina Moura, «ditos para a recuperação de empresas», mas que se têm revelado incorrectos e desarticulados das necessidades do sector produtivo português. E, afastando, desde logo, como solução o recurso a uma política de mão-de-obra barata, precária e sem direitos, defendeu a reconsideração de um conjunto de medidas que respondam ao importante papel que as PME têm na sociedade portuguesa.

No Porto

Pela democracia cultural

No Porto, numa jornada dedicada aos problemas do ensino superior e à democracia cultural, António Abreu participou num jantar de confraternização, presidido pelo maestro Borges Coelho, que envolveu cerca de duas centenas de intelectuais e apoiantes da sua candidatura. Houve lugar para a poesia e, a propósito da candidatura comunista à Presidência, Jorge Sarabando, mandatário distrital da candidatura, e Emílio Peres, médico, produziram algumas declarações. António Abreu, por sua vez, intervindo a propósito do desenvolvimento de uma verdadeira política cultural, colocou a tónica em três vectores fundamentais: «a cultura como transformação da vida (...), como espaço de sensibilização e de defesa das identidades (...) e na perspectiva dialéctica do desenvolvimento multilateral dos indivíduos». E, em termos de reflexão, deixou presente a ideia de que «o Estado democrático não deve substituir-se nem tutelar de forma dirigista a criação, a produção e a fruição culturais, mas também não deve demitir-se de ser um factor fundamental de reforço da democracia cultural», sendo um factor a ter em consideração estratégica para o «desenvolvimento democrático de Portugal».

Esta iniciativa encerrou, contudo, um ciclo de contactos estabelecidos por Abreu durante todo o dia, no Porto. Pela manhã, o candidato comunista reuniu, nas instalações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, com as direcções das associações de estudantes das faculdades de Arquitectura, Letras e Ciências, entre outras, com quem discutiu problemas como os atrasos no pagamento das bolsas, a inexistência, a degradação das infra-estruturas destinadas à prática desportiva ou os problemas do financiamento ao ensino superior. Críticas particulares foram tecidas acerca da utilização indevida das receitas das propinas para despesas correntes ou pagamento de salários e a insuficiente quantidade de residências universitárias, o que terá levado alguns estudantes a considerar essa uma das razões por que Américo Amorim e Belmiro de Azevedo se preparam para investir neste novo mercado «imobiliário». Depois do almoço, António Abreu contactou estudantes na cantina da Reitoria da Universidade do Porto e visitou as novas instalações da Faculdade de Engenharia, onde se encontrou com o Conselho Directivo, fazendo na Sala de Actos do Instituto de Engenharia do Porto uma declaração que deu nota de algumas das preocupações salientadas nos encontros que efectuara.

Organização de Ovar

PCP é insubstituível

A Assembleia Plenária da Organização Concelhia de Ovar do PCP reuniu, no passado dia 17, no Centro de Trabalho de Ovar, com a participação de Domingos Abrantes, para a debater o Projecto de Resolução Política para o 16.º Congresso e eleger os delegados que irão representar a Organização.

A Assembleia manifestou a sua satisfação pela forma como decorreu o debate - que iniciado no princípio de Outubro culminou naquele plenário - e que se traduziu em diversas reuniões ao nível dos vários organismos que integram a Organização Concelhia de Ovar do PCP, de onde saíram mais de 60 propostas de alteração.

Os comunistas de Ovar expressaram também a sua «total sintonia» com as linhas gerais de orientação contidas nas Teses (aprovadas por unanimidade) e a grande confiança relativamente ao futuro do PCP, força insubstituível no panorama político português.

Quanto aos delegados, foram eleitos José Pereira Costa, Leonilde Capela e Miguel Viegas, como efectivos, e António José Macedo, Luís Quintino e Albino Silva, como suplentes.

Na sua intervenção final, Domingos Abrantes, procurando responder às questões levantadas pela Assembleia, teceu algumas considerações sobre a forma serena como tem decorrido o debate na esmagadora maioria das organizações locais e sectoriais do Partido, condenando de certa forma algumas práticas antiestatutárias isoladas, que depois de devidamente amplificadas pela comunicação social, têm servido para dar uma imagem distorcida desta fase preparatória do Congresso do PCP.

Quanto à identidade e ao futuro do Partido, a resposta pertence ao Congresso, de onde, está certo, sairá um Partido Comunista Português mais forte e unido, fiel à sua natureza de classe, e cada vez mais preparado para a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral.

Que futuro para a STCP?

Uma delegação do PCP contactou, esta semana, com o Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto e com estruturas dos trabalhadores ligados à mesma empresa, no sentido de aprofundar o seu conhecimento acerca da actual situação da sociedade e dos seus planos para o futuro.

Tanto na reunião com o Conselho de Administração como na que foi tida com membros da Comissão de Trabalhadores e dirigentes sindicais foi colocada a preocupação acerca da possibilidade da STCP ser desmembrada e de vários dos seus serviços serem privatizados, tendo em conta o novo quadro de concessão dos transportes públicos urbanos a partir de 2002.

O deputado Honório Novo - um dos membros da delegação, a par de João Amaral, deputado na AR, de Silvestrina Monteiro, membro da DORP, e de eleitos municipais de Matosinhos e Vila Nova de Gaia - afirmou, nas duas reuniões, «a necessidade efectiva de modernizar a empresa, no sentido de oferecer um serviço de qualidade, sendo que esse serviço não é incompatível com - antes exige - uma empresa pública, sólida, que forneça emprego com progressiva qualidade».

Foi igualmente manifestada, nesta jornada de contactos com a STCP, a preocupação do PCP com o ambiente de conflito vivido na empresa, considerando ser este um factor óbvio de desestabilização da actividade laboral dos trabalhadores da empresa e, em consequência, um sério obstáculo à prestação de um bom serviço de transportes públicos.

Castanha

Urge um Observatório

A Direcção Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro do PCP vai propor à Assembleia da República que o PIDDAC 2001 integre a criação de um Observatório/Centro de Documentação do Castanheiro e requerer ao Governo a informação sobre quando pensa pagar aos agricultores a dívida de 100 mil contos pelo abate dos castanheiros doentes.

De facto, Trás-os-Montes e Alto Douro produz cerca de 80% da castanha nacional, um produto em expansão, particularmente na Região da Terra Fria, com real expressão económica no rendimento agrícola familiar e alimentar e associado à sua identidade cultural e paisagística.

Entretanto, embora conhecidos os problemas sanitários resultantes da doença da tinta e do cancro - esta última sem solução técnica à vista -, o Governo mantém-se alheado do problema, apesar das diversas propostas saídas de um encontro promovido pela DORT sobre o assunto e das conferências e seminários realizados com a participação de reputados especialistas nacionais e estrangeiros.

PIDDAC 2001 merece a insatisfação generalizada das organizações locais e regionais do PCP

Sem prioridades nem estratégias

As organizações do PCP iniciaram a análise ao Orçamento de Estado e ao PIDDAC para 2001, recentemente aprovados, prometendo reapresentar, através do Grupo Parlamentar, propostas essenciais para o desenvolvimento das suas regiões.

Uma das queixas que aparece na avaliação das organizações do PCP ao PIDDAC 2001 diz respeito ao facto de a aparente subida no investimento ser enganosa. É o caso da **Direcção da Organização Regional de Beja** para quem, embora os investimentos previstos para o Alentejo mostrem uma subida de 7,6% para cerca de 8,4%, contêm «a agregação de verbas a aplicar no Alentejo em grandes rubricas com áreas indefinidas», que permite ao Governo «usar essas verbas onde e quando quiser, de forma discricionária e não por critérios de objectividade e realidade, podendo as mesmas vir a ser geridas com objectivos eleitoralistas».

Também no distrito de Beja, grande parte as obras previstas no Orçamento 2000 não foi executada, deslizando para 2001 e, mais tarde, para 2002, como é o caso, por exemplo, do Hospital de Beja, que tendo 1.640.000 contos em 2000, agora apenas é dotado com 108,747 deslizando de novo a sua execução para 2002.

A **Direcção da Organização Regional de Braga**, por sua vez, considera que o PIDDAC para 2001 acentua as desigualdades e assimetrias no próprio distrito, apesar de um «aparente» crescimento do investimento público.

A verdade é que 76% do total atribuído corresponde a projectos e programas «que enxameiam os orçamentos de vários Ministérios», correspondendo a números que empolam o total distrital e são de «muito difícil ou impossível acompanhamento e controlo», fazendo deles «um verdadeiro saco azul entregue à mais absoluta discricionariedade dos ministros».

Por outro lado, os 13 milhões de contos de investimento representam um decréscimo, relativamente a 2000, em 11 dos 14 concelhos do distrito, destacando-se como exemplo «escandaloso» o do concelho de Celorico de Basto com uma verba de 32 mil contos.

Grande parte das verbas inscritas no PIDDAC 2000 transita para 2001

Esquecimento oportuno

Para a **Direcção da Organização Regional de Leiria**, o PIDDAC escamoteia o facto de falar sempre «dos mesmos milhões, que transitam de ano para ano». Concretamente em Leiria, o último anúncio de milhares de investimento público para o distrito, coube ao ministro Jorge Coelho que, indicando a verba de mais de 110 milhões de contos de investimento nacional para o presente e próximo ano, se esqueceu de mencionar que neles incluía, «como se de investimento público se tratasse», os relativos «ao negócio da privatização das estradas e auto-estradas (A8, IC 36 e parte do IP6) que as populações da região vão pagar».

Os comunistas de Leiria consideram que o PIDDAC deste ano revela, ainda, que «um grande número de obras e projectos não tiveram qualquer andamento», nomeadamente os que se dirigem à solução de problemas sociais.

Já para a **Direcção Regional de Aveiro**, o PIDDAC 2001 é caracterizado «como uma série de investimentos que não apresentam um fio condutor», aparecendo «como o somatório das diversas propostas dos diversos organismos desconcentrados do poder central e de uma ou outra proposta do poder central», sendo o distrito a única região do País que vê diminuir os investimentos centrais no seu território», menos 3 milhões de contos.

Ao mesmo tempo, não se vislumbrando no documento «nem prioridades nem estratégias, a evolução da distribuição das verbas do PIDDAC, dentro do Distrito, confirma a desatenção do Governo em relação às assimetrias já existentes e o esquecimento a que são votados alguns concelhos, altamente carenciados, indicia a falta de cumprimento de compromissos assumidos pelo Governo, sendo as verbas apresentadas «manifestamente insuficientes» para os objectivos a que se destinam.

Mais desfavorável para os desfavorecidos

A **Direcção da Organização Regional de Coimbra** começa por protestar pelo tardio conhecimento do PIDDAC e omissão de dados fundamentais para a sua análise, acrescentando que a taxa de execução deste ano foi a mais baixa de sempre, sendo muitas das dotações para 2001 «meras repetições das obras não realizadas».

Desde logo, os comunistas denunciam também o reiterado adiamento de obras importantes para a requalificação da capital do distrito - novo Hospital Pediátrico, Conservatório de Música, remodelação da Estação Velha, entre outras -, assim como o calendário de gestão no que diz respeito às infra-estruturas, designadamente, rodoviárias, fazendo-o coincidir com a realização das eleições legislativas de 2003.

Por sua vez, a **Concelhia do Crato** considera que o OE para 2001 «é prejudicial para os mais desfavorecidos», continuando a defender os interesses do grande capital».

Por exemplo, apesar de a Acção Integrada do Norte Alentejano (AINA) ter definido um conjunto de investimentos prioritários para o distrito - que, aliás, ficam muito aquém das perspectivas criadas -, não se conhecem quaisquer projectos nem candidaturas para o concelho, confirmando o PIDDAC «as piores expectativas». A Concelhia do Crato vai, pois, através do Grupo Parlamentar do PCP, tentar alterar a situação, designadamente com propostas respeitantes à construção da variante a Gáfete da IP2, da Barragem do Pisão e do Centro de Saúde do Crato.

Carências ignoradas

Quanto à **Comissão Concelhia de Loures** do PCP, relembra a drástica redução de 2 milhões de contos que os investimento no concelho sofreram no PIDDAC do último ano, malgrado tratar-se de um concelho muito carenciado em equipamentos de saúde, a que o Governo não dá a necessária resposta, apesar da cedência pela Câmara Municipal de terrenos para a sua criação e instalação.

A Concelhia de Loures regozija-se, ainda, com o facto de, em dois anos consecutivos, por decisão da Câmara, se ter verificado uma significativa redução da Contribuição Autárquica, devendo, este ano, baixar igualmente o Imposto Municipal de Derrama e manter estabilizada a tarifa de saneamento.

Por seu turno, a **Comissão Concelhia de Avis** acusa o Governo de desprezar o concelho que, sendo embora um dos maiores em termos de população, área número de freguesias do distrito, é apenas contemplado com uma verba de 2 mil contos, a menor entre os 15 concelhos que integram o distrito de Portalegre.

Diga-se, aliás, que a AINA, sem qualquer critério justificável, não considerou nenhuma das propostas apresentadas por Avis, sendo que também o Governo, já no ano passado, desprezou as propostas apresentadas pela Câmara Municipal, como a reparação das estradas nacionais, o apoio a instituições com trabalho no domínio social, a construção do novo Quartel ou o restauro do património histórico da região.

A **Comissão Concelhia da Guarda** recrimina, por seu lado, o facto de no PIDDAC 2001, continuar a não ser atribuída qualquer verba para o Quartel dos Bombeiros Voluntários do Gonçalo, que já, em Novembro de 1998, tinha merecido uma proposta do PCP de inclusão de verba e, em Setembro de 1999, foi motivo de um requerimento do deputado Bernardino Soares denunciando as condições degradantes em que se encontram instalados os BVG.

Aliás, ainda este ano, a Assembleia Municipal da Guarda aprovou uma proposta dos eleitos da CDU, no sentido de que a Câmara diligenciasse para que a construção do Quartel dos Bombeiros fosse considerada como uma prioridade.

▼CAMARADAS FALECIDOS

Abílio Frutuoso Leonardo

Faleceu, com 85 anos de idade, o camarada Abílio Frutuoso Leonardo. Até à sua reforma, militou activamente na célula da CIMPOR, em Alhandra. A partir daí, integrou a organização local de Alhandra, tendo desempenhado diversas tarefas, nomeadamente na recolha de fundos para o Partido.

Albino Pereirinha Lourenço

Faleceu, no dia 16 de Novembro, o camarada Albino Pereirinha Lourenço, de 67 anos, operário da Lisnave reformado, natural da freguesia de Carnaxide, Oeiras. Militante do Partido desde 1975, teve uma participação activa no período que antecedeu e que se prolongou após a inauguração do Centro de Trabalho de Algés.

António Gomes

Faleceu, no dia 16 de Novembro, com 74 anos de idade, o camarada António Gomes, vidreiro reformado. O camarada participou activamente na Comissão de Fundos para a construção do Centro de Trabalho do PCP na Marinha Grande.

António José Tejo Machado Querido

Faleceu, com 38 anos, para grande pesar da população e da organização do PCP de S. João do Campo, Coimbra, onde militava, bem como dos seus companheiros de trabalho do Departamento de Obras da Câmara Municipal de Coimbra, o camarada António José Tejo Machado Querido. Membro do Partido desde 1987, ano em que a CDU conquistou pela primeira vez a Junta de Freguesia de São João do Campo, o Tó Machado, como era conhecido, empenhou-se com grande generosidade no trabalho pelo progresso da sua terra.

Herculano Dias

Faleceu, com 83 anos de idade, o camarada Herculano Dias, natural e residente na Póvoa de Santa Iria.

José Manuel Correia Pinto

Vítima de doença súbita faleceu, no passado dia 17, o camarada José Manuel Correia Pinto, de 50 anos. Trabalhador da Jomar, estava ligado ao Sector de Empresas de Matosinhos. Nas últimas eleições autárquicas foi candidato da CDU à Assembleia de Freguesia de Leça da Palmeira, onde residia.

José Manuel Farinha

Faleceu, no passado dia 10 de Novembro, o camarada José Manuel Farinha, de 67 anos. Era membro do Partido desde Janeiro de 1976. Fez parte da Secção de Informação e Propaganda e do Apoio ao Centro de Trabalho do PCP. Estava organizado na freguesia de Almada.

Luís Assunção Segundo

Faleceu em Portimão, onde residia, no dia 20 de Novembro, o camarada Luís Assunção Segundo, de 78 anos, comerciante. Membro do PCP desde 1974, pertencia à organização concelhia de Portimão do PCP.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Barreiro

Razões para lutar

Num balanço à campanha nacional do PCP junto dos trabalhadores, o organismo das empresas e sectores profissionais do Barreiro do PCP concluiu existir um clima de «grande descontentamento e revolta» em relação à política do Governo PS que, para defender os grandes grupos económicos, "vira as costas" aos trabalhadores».

Como causa para a degradação da vida dos trabalhadores e população do Barreiro, os comunistas apontam as privatizaçõ-es e desmantelamento de sectores fundamentais da economia.

Em relação ao sector químico, para não referir outros, a situação é de encerramento de empresas, despedimentos, intensificação de ritmos de trabalho, falta de cumprimento dos acordos colectivos, enquanto no sector ferroviário, por exemplo, começando-se por desmantelar o sector, com a criação de novas empresas e a redução de postos de trabalho, perspectiva-se agora o desmembramento de algumas áreas da REFER, a privatização do que resta da CP (unidades de negócio) e o estrangulamento da EMEF.

Existem, pois, «razões para lutar», dizem os comunistas do Barreiro, apelando aos trabalhadores do concelho para que participem na concentração que a CGTP promove hoje, na Praça do Município, em Lisboa.

«Champdisco» quer despedir

A administração da «Champdisco» quer despedir 47 trabalhadores, sobretudo mulheres, depois de ter falhado a tentativa, a que os comunistas chamam de «assédio imoral», de conseguir que17 deles rescindissem o seu contrato, através de negociações em que a empresa comprava os seus direitos ao preço da «uva mijona».

A Comissão Concelhia do Montijo, a quem cabe a denúncia, diz que os trabalhadores não são responsáveis pela gestão e descapitalização a que a empresa foi sujeita, ainda por cima depois de ter beneficiado do «plano Mateus», operação que não passou, afinal, de «uma deliberada fuga» aos seus compromissos de a viabilizar «através de uma gestão criteriosa».

O PCP, solidário com a luta dos trabalhadores, entende, ainda, que a Inspecção Geral do Trabalho tem de intervir no que respeita à violação dos direitos dos trabalhadores, cabendo à instituição do Governo/Ministério da Economia que gere a aplicação do «Plano Mateus», realizar um «rigoroso inquérito à aplicação» dos benefícios desta empresa, que «é viável e tem mercado», nada justificando que os trabalhadores estejam parados, numa estratégia que mais não visa que facilitar o seu despedimento.

GABINETE DE IMPRENSA

Esclarecimento

A propósito de notícias divulgadas, na quinta-feira passada, pela TSF, e, na sexta-feira, pelo jornal o «Público», o Gabinete de Imprensa do PCP esclarece em relação à primeira - sobre a vida interna do partido -, ser «completamente falso» que, para a elaboração da proposta de lista do Comité Central, «esteja a ser adoptada ou praticada uma metodologia diferente da usada em Congressos anteriores», como falsas são «todas as informações veiculadas, respeitantes aos nomes referenciados na "notícia" a propósito da elaboração da lista para o Comité Central.»

No que respeita à segunda notícia, intitulada «Responsável pelo Porto participou demissão em reunião na terça-feira / Emídio Ribeiro deixa Comissão Política», o PCP afirma não corresponder à verdade que Emídio Ribeiro, «tenha feito qualquer declaração na reunião da DORP citada na notícia de que iria abandonar as suas funções após o Congresso do PCP».

MONTIJO

Problemas ambientais

Os eleitos da CDU na Câmara e Assembleia Municipal do Montijo e na Assembleia de Freguesia do Alto Estanqueiro-Jardia visitaram, no dia 12, Brejo Lobo, decidindo colocar na próxima sessão de Câmara os problemas ambientais criados à população local pela exploração pecuária «Manuel Guarda e Filhos Lda».

A Comissão de Freguesia do PCP do Alto Estanqueiro, que acompanhou a visita, lembra que, em 1999, quando a exploração viu embargada a construção de lagoas de drenagem de dejectos animais, já as linhas de água da zona tinham sido destruídas, deixando de existir escoamento das águas fluviais. Quanto à incineradora de material militar nas antigas instalações da fábrica de explosivos «EXTRA», o PCP considera lamentável que, para além de não ter havido um estudo de impacto ambiental, a Câmara e a Junta de Freguesia se mantenham indiferentes ao facto de os direitos das populações não estarem a ser respeitados.

BARREIRO

Cinismo e irresponsabilidade

Depois de, nos anos 70, a Câmara Municipal do Barreiro ter adquirido o edifício do antigo Externato Barreirense para instalar uma secção do Liceu de Setúbal, a que anos mais tarde se atribuiu o nome de Escola Mendonça Furtado, depois do 25 de Abril, por reivindicação das autarquias e da população, nasceram novas instalações para esta Escola, na Zona a Escavadeira, abertas este ano lectivo. As antigas instalações voltaram, assim, à posse da Câmara Municipal que se deparou com um edifício saqueado e destruído, com danos no valor de dezenas de milhares de contos. Entretanto, o Presidente do Conselho Executivo da Escola Mendonça Furtado, Amílcar Romano, vereador do PS na Câmara, atribuindo, «com cinismo e irresponsabilidade», na opinião da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, esta acção destruidora «à falta de tempo para a mudança», demonstra não ter condições «éticas e morais» para exercer os cargos a nível autárquico e educativo que agora detém.

Paciência e outras subserviências

A Cimeira Ibero-Americana do Panamá foi tema de destaque em toda a comunicação social nos últimos dias – especialmente a acesa discussão travada em torno da declaração conjunta sobre o terrorismo e que envolveu, nomeadamente, Fidel Castro, o Presidente de El Salvador, Francisco Flores, e, também, o inevitável António Guterres.

José Casanova
Membro da Comissão Política

A referida declaração que, aparentemente, visava condenar o terrorismo tinha, de facto, o objectivo único de condenar o terrorismo da ETA – sem dúvida terrorismo, sem dúvida condenável e, por isso mesmo, tão condenável mas não mais do que muitos outros terrorismos que destroem e matam por este Mundo fora. Fidel propôs a condenação de todos os movimentos terroristas, sem excepção. Guterres achava que sim, mas... destacando a ETA; Flores, idem. Aliás, a proposta fora apresentada pelo próprio Flores com o explícito e imediato apoio de Guterres.

Fidel estranhou que o presidente de um País – El Salvador – que assiste passivamente à acção de terroristas no seu próprio solo, se mostrasse tão «democraticamente» ofendido com o terrorismo lá longe. Flores, no cumprimento da sua tarefa de subserviência face ao imperialismo norte-americano, ameaçou assim: «Temos tido muita paciência consigo, senhor Castro» e acusou Fidel de ser «o responsável por inúmeras mortes» em El Salvador – reportando-se aos apoios dados por Cuba, em dado momento, à guerrilha salvadorenha.

> **«Fidel propôs a condenação de todos os movimentos terroristas, sem excepção»**

Fidel, paciente, explicou-lhe a diferença que há entre «um mandador de matanças terroristas e um apoiante de movimentos guerrilheiros», ou seja a diferença entre terrorismo e luta armada, luta de libertação. Mas Flores não estava para aí virado. Mais importante do que tudo, para ele, é fingir que ignora que centenas de milhar de latino-americanos foram assassinados às ordens do governo dos EUA; mais importante do que tudo para ele, é fingir que ignora a acção terrorista levada a cabo pelos EUA contra a população de El Salvador e que se traduziu no assassinato de milhares de salvadorenhos e na liquidação da importante rede de organizações populares, cooperativas de camponeses, sindicatos, comunidades cristãs, etc.; mais importante do que tudo, para ele, é fingir que ignora que uma das características da acção terrorista dos EUA, apoiados no governo salvadorenho e na alta hierarquia da igreja católica, consistia em matar todos os habitantes de qualquer casa onde fosse encontrado um exemplar da Bíblia...

Um governo terrorista

Quer isto dizer que qualquer condenação do terrorismo que não especifique a acção daquele que Noam Chomsky demonstrou ser «o principal governo terrorista do mundo», o «governo gangsteril dos EUA», é uma condenação amputada. O Presidente de El Salvador sabe isso e ao afirmar-se possuidor de uma imensa «paciência» está, de facto, a exibir a sua total subserviência ao «patrão do norte».

Guterres, certamente, sabe também tudo isso. Mas mostra-nos a realidade que, em matéria de subserviência aos EUA, o Primeiro-Ministro português estudou pelo mesmo livro do Presidente Flores. E também em matéria de terrorismo fica sempre no ar a pergunta fatal: como é que o líder máximo de um partido que, há 25 anos, promoveu a criação e apoiou a acção de um grupo terrorista em Portugal (ver entrevista de Alpoim Calvão ao Público de 16.11) pode condenar seriamente o terrorismo?

Infelizmente, não foi devidamente realçado pela comunicação social o momento da intervenção de Fidel Castro em que o revolucionário cubano falou da situação das crianças na América Latina. Disse Fidel que se a taxa de mortalidade infantil fosse igual à de Cuba, morreriam menos 400 mil crianças em cada ano na América Latina; e que, se o sistema de ensino fosse igual ao de Cuba, 99,2% das crianças teriam cobertura de educação pré-escolar, 99,9% estariam matriculadas nas escolas aos seis anos de idade, 99,9% ter-se-iam matriculado no secundário... e não existiriam analfabetos, o nível educacional da população adulta estaria acima dos nove anos de escolaridade, e não se veria uma só criança com menos de 16 anos a trabalhar para sobreviver, e por aí fora. Estes números, diz-nos o Diário de Notícias, não surpreenderam o engenheiro Guterres que não teve dúvidas em confirmá-los. Apesar disso, o Primeiro-Ministro não se coibiu de, pela enésima vez, anunciar a «falência do modelo cubano global» e de, igualmente pela enésima vez, não dizer uma palavra sobre o bloqueio terrorista decretado e executado pelo imperialismo norte-americano...

PRESIDENCIAIS ■ 2001

ANTÓNIO ABREU

Iniciativas com o candidato do PCP

Quinta- feira, 23 – em **Faro**, às **15h00, reunião com a Direcção do Hospital Distrital de Faro e visita ao hospital**, e às **17h30, reunião com a Reitoria da Universidade do Algarve**, e, às **20h00, jantar** com apoiantes **na COOPPOFA.**

Sábado, 25 – em **V. F. de Xira**, às **13h00 almoço** com apoiantes **no Centro Álvaro Pinheiro no Sobralinho** e, às **19h00**, em **Mem-Martins, jantar** com apoiantes no Restaurante **«A Tendinha»**.

Domingo, 26 – em **Beja**, às **13h00, almoço no Refeitório da Escola Secundária Diogo Gouveia** (antigo liceu) e, às **15h30, visita à EXPO-ALENTEJO**.

Segunda-feira, 27 – em **Lisboa**, às **18h30, Encontro com a Associação dos Oficiais das Forças Armadas** e, às **20h00, jantar** com apoiantes no Restaurante **Pátio Alfacinha**.

Terça-feira, 28 – em **Grândola**, às **15h00, visita à C.M. de Grândola**, às **15h30, visita ao Centro de Reformados**, às **16h30** visita à **Cerci**, às **17h30, visita à Creche e Jardim de Infância**, às **18h30, visita à Cooperativa de Consumo** e, às **20h00, jantar** convívio no **Salão da Cooperativa de Consumo**

Outras iniciativas

- Sábado, 25, às 13h00, em Lisboa, no CT da Graça, almoço-convívio da organização da Freguesia de São João, com Martinho Baptista.
- Domingo, 26, às **13h00**, em **Lisboa**, no **CT da Graça, almoço-convívio da organização da freguesia de S. Vicente**, com Bernardino Soares.
- Quinta-feira, 30, às **14h30**, em **Lisboa**, no **CT Vitória, reunião de Reformados Bancários.**

★

JCP

- Sexta-feira, 24, às **21h30**, em **Odivelas, convívio no Polivalente**, com as bandas SKALÉ e 5J-JACK.
- Sábado, 25, às **16h00**, na **Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Sessão de Solidariedade com o Povo da Palestina**, com Ângelo Alves, da Secção Internacional.
- até **Domingo, dia 26, Feira do Livro Novo e Usado**, no **Centro de Trabalho Vitória**, em **Lisboa**, com espaço para duas **«Conversas & Copos»**, uma **Sexta-feira, 24**, às **21h00, sobre o livro «Euskadi - A Guerra Desconhecida dos Bascos»**, de Rui Pereira, com a participação do autor, e outra no **Sábado, 25, sobre o livro «Tornar Possível o Impossível - A Esquerda no Limiar do século XXI»**, de Marta Harnecker.

★

CDU

Quinta-feira, 23, às **21h00, reunião de eleitos da CDU** da freguesia **de Maçussa, na Junta de Freguesia.**
Sexta-feira, 24, às **20h00**, em **Sacavém, jantar** de activistas, **no Pavilhão Sacavenense**, com a participação de António Filipe.
Sábado, 25, às **15h00**, no **CT de Vila Nova de Famalicão, Encontro de Activistas da CDU sobre o trabalho realizado e as eleições autárquicas de 2001**, promovido pela **Organização Concelhia do PCP.**
Sábado, 25, às **15h00**, em **Évora, encontro concelhio da CDU**, no **Salão Nobre do Teatro Garcia de Resende.**

TEMPO DE ANTENA DO PCP
hoje, na RTP 1, [a seguir ao Telejornal]
PCP
acção e propostas para uma vida melhor

Favorecimento à Universitas

Um negócio por explicar

Continua envolto em mistério o quadro em que se processou a venda dos terrenos do antigo quartel da Escola Prática da Administração Militar, no Lumiar, Lisboa, à cooperativa de ensino Universitas.

A transação foi estabelecida pelo valor de um milhão e meio de contos, em quatro prestações. De acordo com o despacho do Governo que autorizou a venda do imóvel, na prática, foi dispensado o pagamento de juros à entidade compradora.

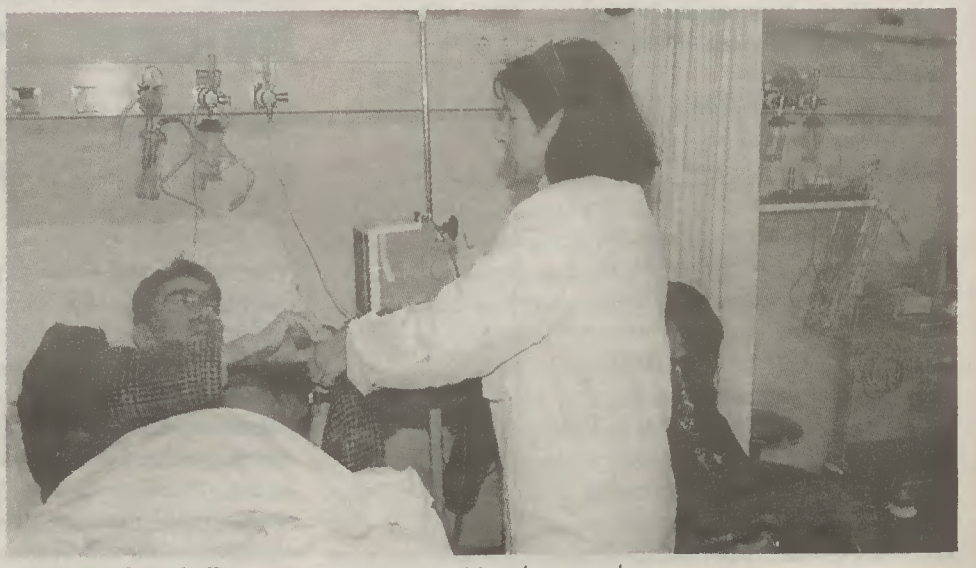
Em causa está desde logo a forma como o Governo tem vindo a delapidar património público, sem qualquer programação coerente ou adequada ponderação. Esta foi de resto uma questão para a qual o deputado Lino de Carvalho recentemente chamou a atenção em intervenção proferida no plenário, denunciando na ocasião o que considerou ser a sua «venda ao desbarato» como um expediente utilizado pelo Governo para conseguir receitas.

A venda ao desbarato de património público viola muitas vezes a transparência e a lei

Mas no caso vertente a questão assume contornos ainda mais escandalosos. As perguntas são muitas e poucas as respostas, fazendo adensar os aspectos nebulosos que envolveram esta operação. Com efeito, está por explicar por que é que aquela instalação militar foi alienada por aquele valor quando se sabe que um terreno idêntico, situado bem perto, no Campo Grande, com uma área maior, foi três anos antes vendido pelo Estado por 4,6 milhões de contos, ou seja, por um valor três vezes superior e igualmente para fins universitários.

Tais indícios de favorecimento à Universitas levaram já também o deputado comunista Bernardino Soares a pronunciar-se sobre o assunto e a pedir explicações ao Governo. Pergunta, concretamente, em requerimento por si subscrito, qual o critério utilizado para a definição do montante de um milhão e meio de contos na venda do imóvel, bem como se tal critério tem sido uniformemente utilizado em situações semelhantes.

Questão que o deputado comunista quer ver esclarecida é igualmente a que impende sobre as razões que levaram o Executivo a dispensar a Universitas de pagar juros, bem como a de saber se existem idênticas situações de isenção do pagamento de juros.



O regime de trabalho *e remuneração não é igual para todos*

Na ARS do Norte

Médicos exigem igualdade de tratamento

Os médicos a exercer funções nos Centros de Saúde da Administração Regional de Saúde do Norte continuam a aguardar por uma resposta à sua reclamação de um regime de trabalho e de remuneração igual ao que têm os seus colegas que prestam idêntico serviço nas unidades hospitalares.

Em causa está sobretudo a forma de pagamento pelo trabalho extraordinário prestado em dias de descanso semanal (sábados, domingos e feriados) em centros de saúde com as valências de urgência, unidades de internamento e/ou serviços de atendimento permanente. Sucede que as correspondentes remunerações, como assinalam os deputados comunistas Natália Filipe e Cândido Capela em requerimento dirigido ao Governo a propósito desta questão, estão a ser objecto de diferentes entendimentos por parte dos vários organismos do Ministério da Saúde.

Uma situação que aqueles profissionais contestam, exigindo a uniformização de critérios e um tratamento de acordo com a natureza do trabalho por si prestado, muito semelhante ao trabalho de natureza hospitalar.

Este não é, aliás, um problema novo. Segundo informações chegada ao Grupo Parlamentar do PCP, inclusivamente através de abaixo-assinados, já na anterior Legislatura esta matéria foi alvo de negociação com vista à elaboração de um diploma para correcção e uniformização da situação.

Ao conhecimento dos deputados comunistas chegou também o facto de a ARS do Norte não estar a processar o pagamento do trabalho extraordinário prestado há vários meses pelos profissionais a exercer funções nos Centros de Saúde da região - numa dívida que ascende já a muitos milhares de contos – , situação esta que, é público, se estende todo o país e, a manter-se, não poderá deixar de afectar o serviço prestado com todas as consequências daí decorrentes para os utentes.

Preocupados com a situação, no texto que endereçaram ao Governo, Natália Filipe e Cândido Capela indagam o Governo sobre o montante da dívida na região Norte e no resto do País, insistindo sobretudo em saber «quando e como vai o Ministério da Saúde regularizar as dívidas existentes».

Promessas do PS leva-as o vento

Governo esquece o Alentejo

O poder central continua a votar ao ostracismo o Alentejo. Isso é patente nos investimentos públicos previstos no PIDACC para 2001, muito aquém das necessidades e do impulso que a região carece com vista ao seu desenvolvimento.

Para o PCP, esta realidade desmente as promessas e compromissos do PS e do Governo. O caso do distrito de Évora é paradigmático. O Executivo volta a situar o esforço de investimento previsto em PIDDAC para 2001 em pouco mais de dois por cento do valor nacional global. Mas pior ainda, este valor representa uma diminuição relativamente ao ano anterior.

O desinvestimento na área da saúde vai traduzir-se em mais dificuldades para a população

Foram dados como este que o deputado comunista Lino de Carvalho denunciou em conferência de imprensa, segunda-feira, em Évora, após encontros com várias entidades mantidos ao longo do dia por uma delegação do PCP em que se incluía Raimundo Cabral, responsável pelo Direcção da Organização Regional de Évora.

Falta de execução

Tão ou mais grave que a exiguidade das dotações é, porém, o seu grau de execução. Citemos três, dos muitos exemplos referidos no encontro com os jornalistas: o Centro de Saúde de Viana do Alentejo, que tinha previsto para 2000 uma dotação de 60 mil contos, teve uma execução de zero; nas obras na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, que viram inscrita uma verba de 129 mil contos, foram apenas gastos 51 mil contos; no Hospital do Patrocínio, com uma dotação de 310 mil contos, o valor executado não ultrapassou os 13.558 contos.

Por outras palavras, como assinalou Lino de Carvalho, a percentagem média total da estimativa de execução das dotações do Orçamento do Estado para investimento público por via do PIDDAC para 2000, do que foi possível apurar, não chega sequer aos 50 por cento. O que para o PCP constitui uma situação «grave e escandalosa», especialmente grave no domínio da Saúde.

O problema não se esgota todavia nas dotações pequenas e na falta de execução de muitas delas. Acresce, por outro lado, o facto de vários projectos anteriormente previstos terem sido simplesmente adiados. Referidos foram, a título de exemplo, os casos relativos a remodelações e melhorias nos Centros de Saúde de Borba e de Évora, contemplados no Orçamento do Estado de 2000 e que agora foram varridos no OE para o próximo ano. Significativo é ainda o orçamento de funcionamento do Hospital do Espírito Santo, reduzido de 12,5 milhões de contos com que foi dotado no OE de 2000 para 10,3 milhões de contos no OE de 2001, ou seja, menos 18 por cento o que corresponde a um valor de 2,1 milhões de contos.

Se a esta realidade juntarmos a drástica redução das dotações para melhoria e apetrechamento dos centros de saúde do distrito - a programação plurianual neste domínio passou de 884.392 contos para 190.215 no período em referência -, então, legítimo é concluir estar-se perante um claro desinvestimento na área da Saúde, que, na opinião do PCP, traduzir-se-á inevitavelmente «em mais dificuldades para a população e para os próprios profissionais da saúde».

Ignorar projectos

Em paralelo, acusam ainda os comunistas do distrito de Évora, importantes projectos continuam a ser ignorados pelo Governo. É o caso, entre outros, do novo Hospital Regional, das instalações para uma nova biblioteca pública, de um novo Palácio da Justiça, das variantes a S. Miguel de Machede, a Bencatel e Vila Viçosa ou a Vendas Novas ou de importantes infra-estruturas hidráulicas como as barragens de Frei Joaquim e Ana Loura, no concelho de Estremoz.

Não obstante a sua visão fortemente crítica em relação ao Orçamento do Estado para 2001, materializada em voto contra no debate na generalidade, o PCP não se demite de intervir e de procurar melhorá-lo. Com este objectivo foram elaboradas 32 propostas de alteração na especialidade para o distrito de Évora, que, a serem aprovadas, representariam um reforço de mais de três milhões de contos.

São propostas justas que visam a resolução de muitos problemas no distrito e que proporcionariam um significativo acréscimo do investimento público na região. Daí o repto lançado por Lino de Carvalho aos deputados do PS por aquele círculo para que as votem favoravelmente. Com esse gesto, aí sim, estariam a defender os interesses da região e das suas gentes.

***O investimento público** para 2001 está muito aquém das necessidades da região*

● Odete Santos

No tempo das mariposas

1 - O dia 25 de Novembro foi adoptado pela ONU como o Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres – veja-se a Resolução 54/134 da Assembleia Geral, reunida em 17 de Dezembro de 1999.
Nesse dia, em 1960, três irmãs da República Dominicana, foram assassinadas por ordem do ditador Trujilho, devido à sua luta contra a ditadura, quando se deslocavam à prisão para visitar os maridos que se encontravam presos.
Minerva, Pátria e Maria Teresa as irmãs Mirabal, eram um dos grandes motivos de preocupação do ditador, conforme ele próprio declarou nesse remoto mês de Novembro do início da década de 60. Pela sua liderança do movimento clandestino de resistência, pela sua luta contra as discriminações da mulher fundadas em preconceitos e esteriotipos que o fascismo, ali como entre nós, impôs das mais variadas e brutais formas.

As três irmãs, conhecidas como as Inesquecíveis Mariposas tornaram-se um símbolo na luta contra a vitimização das mulheres, símbolo que da América Latina se espalha agora pelo mundo inteiro.
A escolha do dia 25 de Novembro como o dia para a eliminação da violência contra as mulheres, tem um profundo significado. Porque a violência, as discriminações que se abatem sobre o sexo feminino, radicam ao fim e ao cabo, nas inexistentes ou incompletas liberdades.

2 - Vivemos um tempo governado pelos ditames «neoliberais» que cavam a pobreza, as guerras, a violência.
Que se alimentam do triunfo das desigualdades. Do próprio crime organizado. Do crime que (quantas vezes!) se alimenta do tráfico e da exploração sexual das mulheres.
Pelo mundo inteiro, as mulheres defrontam-se com a ausência da Liberdade. A Liberdade de corpo inteiro, feita dos direitos humanos políticos, económicos, sociais, culturais, ambientais.
Basta-nos o retrato do Mundo feito anualmente pelos Relatórios dos organismos especializados das Nações Unidas.
O último Relatório do Fundo das Nações Unidas para a População, recentemente divulgado, assinala:
a) As violações e outras formas de violência sexual aumentam;
b) Estudos sugerem que a violência doméstica se mantém em muitas sociedades e é causa frequente de suicídio da mulheres;
c) Dois milhões de raparigas, por ano, com idades entre os 5 e os 15 anos, entram no mercado do sexo;
d) A violência,nas mais variadas formas, causa terríveis danos na saúde reprodutiva, e no bem-estar das mulheres (gravidezes indesejadas, restrições no acesso ao planeamento familiar, abortos clandestinos, doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV/AIDS, persistentes problemas ginecológicos, e psicológicos, inclusive o medo do sexo);
e) Cerca de 4 milhões de mulheres e raparigas são compradas e vendidas no mundo inteiro. Para casamento forçado, prostituição e escravatura.
Os insuspeitos relatórios das Nações Unidas sobre o desenvolvimento humano, que não podem ser acusados de carregar nos tons escuros do retrato, indicam-nos que:
a) As desigualdades entre os países aumentaram. A relação entre o rendimento de 1/5 dos países vivendo nos países mais ricos e 1/5 da população que vive nos países mais pobres era de 30 para 1 em 1960, de 60 para 1 em 1990 e de 74 para 1 em 1997 (Relatório de 1999);
b) 1,2 milhões de mulheres e raparigas com menos de 18 anos são traficadas para países estrangeiros para serem prostituídas; mais de 130 milhões de seres humanos conhecem a pobreza monetária nos países da OCDE (Relatório do ano 2000).
As mulheres têm, de facto, um longo caminho a percorrer, como se dizia numa nota de imprensa do Eurostat sobre a situação das mulheres na Europa.

3 - Este é ainda o tempo das mariposas. Porque como as mariposas da República Dominicana, as mulheres continuam a sua dura luta pela igualdade de oportunidades, contra a pobreza e a violência.
Na semana que hora decorre, as parangonas dos jornais exibiram brutais casos de violência contra mulheres ocorridos no nosso país.
As democracias inacabadas, cortadas quase cerce pelas instituições financeiras que dominam o mundo e que são impossíveis de humanizar, fazem com que renasça um neopatriarcado de que o neoliberalismo se tem, forçosamente, de alimentar.
Aos Estados, ditam-se as políticas que impõem aos povos angustiosos sentimentos de fatalidade, a sujeição à pobreza inevitável.
E atrás das belas palavras que nos falam do *empowerment* das mulheres, vamos descortinando as medidas discriminatórias.
Que as mulheres vão vencendo, ainda que passo a passo.
Destas vitórias é um belo exemplo o Protocolo adicional (sobre o tráfico de mulheres e crianças) à Convenção das Nações Unidas sobre o crime transnacional.
Quando se receava que o protocolo apenas considerasse ilícito o tráfico para a prostituição forçada, constatamos que a luta das Organizações não Governamentais deu os seus frutos para derrotar a proposta dos Estados Unidos da América.
O consentimento, segundo o Protocolo, é irrelevante para desqualificar o crime.
E, já agora, um recado: não será tempo de alterar o Código Penal, nesta matéria, para que seja conforme ao protocolo aprovado?

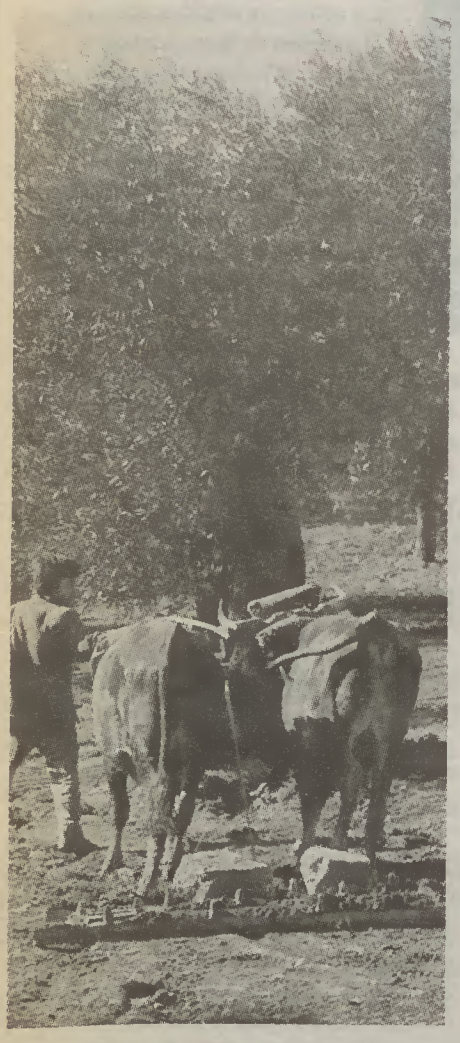
A «alma parda» e seus acólitos...

• José Brinquete

A verdadeira «alma parda» deste Governo/PS para a região transmontana é, sem dúvida, o presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte-CCRN. Esta «sombria» personagem, que já nos tempos áureos do cavaquismo exercia as funções de presidente da CCRN, continua como «todo poderoso» à frente desta estrutura que, para quem não saiba, tem centenas de funcionários (cerca de 400) sediados no Porto, com formação média e superior e vai gerir, no próximo Quadro Comunitário de Apoio – QCA, cerca de 1000 milhões de contos (940 milhões), sem que tenha sido eleito democraticamente pelas populações que diz «representar».

Porém, o Eng.º Braga da Cruz não poderia ter o «êxito» que tem tido se não tivesse no terreno uma verdadeira guarda avançada de acólitos sempre dispostos a dizer «amén» e fazer dele «santo» e «benfeitor» da região.

Na primeira fila estão desde logo os presidentes de Câmara e aqui não há diferenças entre os do PS e do PSD. Ambos, na sua actuação no dia-a-dia, comportam-se como autênticas «correias de transmissão» do poder central, sempre disponíveis para o «beija mão» a qualquer representante



do Governo, seja ele ministro, secretário de Estado ou representante da CCRN (relembra-se a visita a Macau e o jantar com o Ministro Adjunto, onde estiveram todos os autarcas do PS e do PSD).

Na verdade, as «almas pardas» só sobrevivem «parasitando» junto e com o apoio dos seus acólitos.

O comissário político do Governo/PS, Eng.º Braga da Cruz, destaca-se precisamente por contribuir para os baixos índices de desenvolvimento da região e no mais que provável desvio para outras regiões de verbas comunitárias a que temos direito, em especial para o grande Porto.

A sua última visita a Bragança é ilustrativa da indignação que cresce, a cada passo, junto da população do Nordeste Transmontano.

A distribuição do *bolo* financeiro

O presidente da CCRN esteve recentemente nas instalações do NERBA, para expor os objectivos do Programa Operacional Regional do Norte 2000--2006. Na presença de várias organizações económicas e sociais da Região disse que Bragança terá «no III QCA a participação financeira que lhe é devida», mas nada disse sobre os critérios em que vai assentar a distribuição desse «bolo» financeiro.

Braga da Cruz e o Governo que representa não podem ser merecedores de qualquer crédito, nem representar qualquer esperança na administração do III QCA enquanto não prestarem contas da aplicação do que agora termina, o II QCA.

Só quando tornarem públicas as verbas que a nível do Norte do país foram executadas em cada distrito é que, perante o trabalho que realizaram e a justiça que demonstraram na aplicação dessas verbas e feito o balanço global, poderão merecer ou não a confiança dos transmontanos.

O desafio está lançado, publiquem e divulguem as taxas de execução do II QCA na região, informando das verbas que no início foram assumidas e como foram aplicadas, nomeadamente em relação ao PRODOURO, ao PROCÔA, ao INTERREG, etc., etc., etc.

Pela minha parte tenho quase a certeza quer lhes falta coragem e ética política para tanto. Aguardo para ver!

Ao contrário do presidente da NERBA que, nessa sessão de propaganda política pró-Governo/PS, se manifestou agradecido pelos «magnânimos» propósitos de Braga da Cruz, não posso dar o meu voto de confiança a quem, num passado muito recente, «desprezou» deliberadamente o Nordeste Transmontano.

O Nordeste desprezado

As dezenas de milhares de contos de dívida, a imagem «terceiro-mundista» que o pavilhão do NERBA apresenta há vários anos (pela ausência de uma necessária intervenção urbanística nos acessos às suas instalações) ou a sua inoperância face à urgente defesa dos interesses dos comerciantes e industriais do distrito, não autoriza os dirigentes do NERBA a prestarem «vassalagem» ao presidente da famigerada CCRN.

Em conclusão: o que está em causa são os 940 milhões de contos que Braga da Cruz veio dizer que dispõe para o período 2000-2006 e com que critérios decidirá da sua aplicação.

Infelizmente, a esta pergunta nenhum responsável do PS sabe responder, ou não quer, o que é mais provável e mais pernicioso.

A reivindicação, aprovada por quase todas as Assembleias Municipais do Distrito, de «criação de um organismo suficientemente representativo de âmbito regional para estabelecer as principais prioridades de desenvolvimento (Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Região) e gerir a aplicação dos Fundos Comunitários destinados à Região», continua cada vez mais actual.

Se o Governo/PS e seus acólitos demonstram incompetência perante esta necessidade central e urgente para o futuro da Região, então coloca-se a necessidade política de encontrar uma ALTERNATIVA.

Em nome da unidade e coesão nacional há que combater sem reservas as assimetrias regionais e os seus responsáveis políticos.

***Entre** as velhas barracas e as casas novas*

Novo impulso do PER em Loures e na Moita

Dezenas de famílias com casa nova

O Plano Especial de Realojamento do concelho de Loures ganhou novo impulso, sábado passado, com a atribuição de 48 novas habitações no Bairro de Santo António, em Camarate.

As novas casas, atribuídas a 48 famílias, algumas a viver há mais de 30 anos em barracas, foram construídas num pequeno empreendimento, com cerca de 70 fogos, perto do local onde estava localizado um núcleo de barracas. que começou já a ser demolido.

A taxa de execução do PER no município da Moita é de 80 por cento

Além da construção dos fogos, já totalmente concluída, a Câmara Municipal de Loures está ainda a preparar um projecto de arranjo dos espaços exteriores. O estudo do projecto está praticamente concluído, prevendo-se a construção de uma zona verde em frente ao empreendimento e de zonas de lazer. Nessa zona ficará ainda reservada uma pequena área para reimplantar os pombais que existem no Bairro de Santo António.

Os 48 fogos são de tipologia T2 e T3 e têm uma renda mínima de 1060 escudos e máxima de 59 contos, calculada segundo os rendimentos de cada agregado familiar.

Os fogos foram construídos no âmbito de acordos de cooperação estabelecidos entre a Câmara Municipal e a Secretaria de Estado da Habitação, que prevêem a construção de um total de 3094 fogos.

Para este bairro, a autarquia obteve ainda uma comparticipação adicional para construção de equipamentos sociais com diversas valências, assim como financiamento para a compra de instalações destinadas a actividades económicas, de forma a promover a criação de postos de trabalho e a prestação de serviços a moradores do bairro.

Moita entrega 42 habitações

Também a Câmara Municipal da Moita entregou, sábado passado, 42 habitações sociais no Vale da Amoreira, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER).

Na cerimónia de entrega das chaves, que decorreu na Escola Básica 2+3 do Bairro Paixão, no Vale da Amoreira, o presidente da autarquia salientou que a taxa de execução do PER no município da Moita é de 80 por cento. A média nacional é de 30 por cento.

As 42 moradias unifamiliares que foram entregues pela autarquia estão situadas junto a uma outra urbanização de habitações sociais, construída em Junho de 1998, onde residem 72 famílias. Entre os beneficiários das novas habitações contam-se as 14 famílias que em Março deste ano ficaram sem tecto, devido a um incêndio que destruiu os contentores onde aguardavam a conclusão das casas que agora lhes foram atribuídas.

A Câmara da Moita deverá efectuar um total de 160 realojamentos no âmbito do PER, um investimento suportado em partes iguais pela administração central e pela autarquia.

Feira do Livro na Casa do Alentejo

Está a decorrer na Casa do Alentejo, até dia 25, uma Feira do Livro, que conta com a presença das Edições Colibri.

No quadro da Feira têm vindo a realizar-se sessões de autógrafos com escritores e poetas, historiadores, antropólogos e etnólogos, e um cartonista.

Ontem, após a apresentação da Revista Alentejana, teve lugar um debate sobre «A comunicação social alentejana no século XX», que contou com a presença de representantes de jornais e rádios da região.

Hoje, pelas 19 horas, o debate será em torno da «Arqueologia e património cultural de Mértola no Vale do Guadiana». Sexta-feira o tema do debate é «Vinhos do Alentejo, vinhos excepcionais».

Sábado, no encerramento desta iniciativa, estará em debate «A importância do pão na gastronomia alentejana», tendo como ponto de partida uma palestra de Vítor Moreira em torno de «O pão é saúde».

Estão disponíveis ao público livros de diversas editoras e das Câmaras Municipais de Alcácer do Sal, Barrancos, Beja, Castro Verde, Évora, Mora, Niza, Serpa, da Comissão Coordenadora da Região Alentejo, da Associação de Municípios do Distrito de Beja e da Região de Turismo «Planície Dourada».

«Os Verdes» comentam OE

A quebra do investimento da administração central no distrito de Santarém prevista para 2001 é geral, sendo gravosa na área do ambiente, denunciaram os dirigentes regionais do Partido Ecologista «Os Verdes», em conferência de imprensa.

Manuela Cunha, dirigente nacional e membro do colectivo regional de «Os Verdes», considerou inadmissível que as verbas para o ambiente surjam num bolo único, «ficando à discrição do ministro abrir a bolsa aos presidentes de Câmara que se portem bem».

A dirigente do partido Ecologista considerou que o orçamento de Estado «é politicamente discricionário e subjectivo» e está feito de uma forma que impede os deputados de acompanharem e fiscalizarem a sua execução. Para o PIDDAC de 2001, «Os Verdes» avançam com propostas que totalizam o milhão de contos para intervenções nos concelhos de Almeirim, Entroncamento, Salvaterra de Magos e Santarém, destinando-se ainda metade dessa verba à construção de estações de triagem nos aterros de Abrantes, Chamusca e Almeirim.

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Uma contribuição para o debate

Encerrado o debate das Teses nas organizações do Partido, no qual muitos milhares de camaradas participaram, o **Projecto de Resolução Política**, que conta com as contribuições que aí foram propostas e se juntaram às que, individualmente, os militantes enviaram à Direcção do Partido, vai ser objecto de apreciação e votação na próxima reunião do Comité Central. Encerra-se, assim, a terceira fase preparatória do XVI Congresso, cujo processo de eleição de delegados continua ainda. A reunião magna dos comunistas portugueses decorrerá, como foi atempadamente convocada, nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro, em Lisboa.

Neste amplo, vivo e diversificado debate, teve lugar também, a **Tribuna do Congresso** que o nosso jornal vem publicando.

O **Avante!**, cumprindo o que havia sido decidido pelo CC, realizou um esforço no sentido de dar voz aos seus leitores militantes do PCP, publicando os textos que lhe foram enviados dentro das normas estabelecidas com vista à equidade dessa participação e procurando contactar com cada um dos que nos escreveram, a fim de procederem à redução dos textos que claramente ultrapassavam os limites de espaço. O número de textos enviados à Redacção, como seria de esperar, foi grande. Por isso alargamos hoje o número de páginas do nosso jornal para podermos dar nada menos que 14 páginas à Tribuna. Para que o menor número de textos fique por publicar, pensamos poder, na próxima semana, continuar a dispor de semelhante largueza de espaço. Encerrará assim, no próximo número, esta **Tribuna do Congresso**, pelo que **apelamos aos camaradas para que nos não enviem mais textos, a partir de hoje**. A Redacção do órgão central do Partido espera que esta Tribuna possa ter contribuído para um melhor esclarecimento de todos acerca dos temas e questões em debate para o XVI Congresso.

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

Ser deste Partido

(...) É evidente que o colapso do modelo de socialismo no Leste Europeu devido a um conjunto de razões e de fracassos não conjunturais (na organização e gestão da economia), na concepção e funcionamento do sistema político, na vivificação e assunção sociais da ideologia, provocaram em todos nós sentimentos contraditórios e uma terrível desilusão interior, mas a luta e nossa confiança terão de prosseguir com a mesma tenacidade e determinação.
Dizia-me um camarada alemão do DKP na recente Festa do «Avante!» que as derrotas e os desvios do socialismo no Leste não devem conduzir ao abandono e descrédito do marxismo-leninismo, mas sim à análise dos erros cometidos com base naqueles princípios. O fracasso deste *pseudo-socialismo* tem contribuído para desmotivar e enfraquecer o sentimento e a paixão de alguns camaradas, tem-se produzido uma deterioração objectiva e subjectiva do horizonte de esperança onde adquirem maior influência as ideologias do conformismo e da resignação.
No entanto, o capitalismo aí está, cada vez mais selvagem e predador, mas incapaz de resolver os problemas mais graves que atormentam os povos trabalhadores, além de impor terríveis regressões sociais e mesmo civilizacionais, arrastando a Humanidade para caminhos obscuros e incertos, repletos de incontornáveis perigos. Os problemas do capitalismo neoliberal agora globalizante fazem-se sentir cada vez mais: globalização da pobreza, homogeneização cultural, submissão ao poder oligárquico financeiro, a decomposição e fragmentação das forças sociais e do protesto político, a imposição de uma democracia autoritária e desmobilizadora, os danos irreversíveis ao meio ambiente. O mercado e a liberalização económica nunca poderão resolver as indemências e as disfunções do capitalismo, cada vez mais se acentuam os antagonismos, contradições e limites do próprio sistema capitalista. Subsiste como problema e como tarefa, a perscrutação teórica, o risco político, o empenhamento prático, de assumir com radicalidade, confiança e consequência os desaires de uma causa, as vicissitudes de uma história, a responsabilidade indefectível e solidária de procurar e de construir com humanidade e em humanidade, um viver mais exigente e gratificante para toda a Humanidade.
E as vozes acéfalas e obscuras que continuamente apelam à renovação deste Partido, só assim falam porque não conhecem este Partido, nem a essência do materialismo dialéctico, nem o carácter antidogmático e determinista da nossa base ideológica. Vomitam frases feitas impregnadas de veneno corrosivo para acalentarem toda uma vaga de destabilização e desmobilização. Eles sabem da justeza do nosso combate, da razão e verdade das nossas ideias; que o inconformismo, a irreverência e a insubmissão perante a exploração e as injustiças sempre serão o catalisador do movimento comunista e das classes trabalhadoras. Importa, pois, que este Congresso privilegie e intensifique a reflexão crítica, profunda e colectiva perante os desafios que esta globalização neoliberal capitalista nos coloca: consolidar e fortalecer este Partido, certamente tão incómodo e indesejável para alguns, mas necessário e indispensável para os trabalhadores portugueses e para a sociedade portuguesa. Se cumprirmos estes objectivos cruciais, estaremos a dar um contributo decisivo não só para o enriquecimento do nosso sentido de existência, bem como para o fortalecimento da nossa militância cívica e comunista a favor do bem comum e a consequente consolidação do nosso projecto de democracia avançada para o nosso país.
E isto tudo faz-se neste e com este Partido: comunista, marxista-leninista e português.
Como dizia Neruda: «Fizeste-me indestrutível, pois contigo não termino em mim próprio.»

José Fernandes
Viseu

Os textos enviados para esta secção devem ter um máximo de 60 linhas a 60 espaços (3600 caracteres, espaços incluídos). A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de efectuar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Quando e se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários aos textos enviados. De toda a correspondência que contenha propostas de emenda ou sugestões sobre o documento em debate, será enviada cópia para as respectivas comissões de redacção.
A correspondência deve ser endereçada a:
Redacção do «Avante!»
Secção Tribuna do Congresso
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600-196 Lisboa
Fax: 217817193
E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt

As ideias têm nome (2)

Vivemos num mundo pretensamente aberto em que se procura aniquilar tudo o que são forças que querem abalar o mundo no sentido do progresso, vivemos num mundo totalitário onde o Estado e as forças que o sustentam «democraticamente» procuram pela pressão ideológica ou das armas corromper e liquidar os partidos comunistas.
Tal facto exige dos PC's uma forte unidade e coesão baseada na sua identidade e natureza de classe, exige uma forte disciplina partidária assente na mais ampla democracia interna, exige uma forte ligação aos trabalhadores e às massas – única forma de assegurar o conhecimento da realidade e aí intervir.
Travestir tudo isto é caminhar para a criação de um partido novo próximo do funcionamento dos partidos da burguesia.
Nós, PCP, temos optado pelo caminho de manter a identidade, características e natureza de classe e uma estrutura orgânica onde a par do centralismo (uma única orientação e uma única direcção) trabalhamos seriamente para aprofundar a componente democrática, encontrando novas formas de participação na vida partidária, buscando de quem tem possibilidades de participação e militância (face aos condicionalismos que a vida impõe) contributos e estímulos para a intervenção política, social e cultural.
No prosseguimento do XV Congresso com esforços, meios e possibilidades desiguais, o Partido no seu conjunto procurou dar novo impulso na organização, intervenção e afirmação do Partido.
Neste esforço militante, que se impõe saudar, realizaram-se centenas de assembleias da organização (quer na estrutura intermédia quer de base) que definiram as suas linhas de intervenção e acção; que elegeram democraticamente os seus organismos; que se recrutaram 4500 novos membros do Partido; que se integraram muitos camaradas em organismos; que se atribuíram mais responsabilidades chamando a organismo de direcção muitos jovens; que se realizaram campanhas nacionais de contacto com os trabalhadores; que o nosso Grupo Parlamentar teve uma redobrada actividade, etc.

Luísa Ramos
Almada

Os comunistas merecem...

Os quatro pontos de mudança do nosso camarada João Amaral, por quem pessoalmente tenho uma grande admiração devido à clareza e profundidade dialéctica como expõe os assuntos, suscitaram-me uma vontade de intervir na Tribuna do Congresso.
Assim, lá vai:
1.º- De facto, os comunistas merecem todos uma grande saudação, não só como seres humanos honestos que são, mas ainda porque têm, ao longo de quase setenta e nove anos de existência, sofrido os maiores tormentos humanos, físicos e morais, somente porque são íntegros, amigos e leais dos seus amigos e até, por vezes, dos seus inimigos (quando é necessário defender causas nobres como a liberdade), acabando por ser traídos e até difamados, mentirosamente, caso da eleição de Mário Soares.
Todos nós estamos preocupados com «a diminuição dos inscritos, o envelhecimento, a quebra da militância activa, as fragilidades das organizações» (o que está entre aspas é transcrito do artigo do camarada), mas somente dizer isto não basta. Temos sim – e isso compete aos quadros superiores do Partido tratar – de estudar as causas de tal situação (e penso que nos quadros do Partido há elementos qualificados para esse estudo), mas nunca deixar o estudo, depois de executado, fechado numa gaveta e nem sequer, na sua aplicação, colocá-lo em mãos de camaradas sem qualquer preparação psicológica e pedagógica ou sensibilidade humana para o levar à prática. Tudo isto aconteceu comigo, várias vezes, pois o camarada orientador não tinha qualquer preparação, nem sequer cultura, para orientação mínima capaz, isto no caso de uma célula de empresa; quanto mais saber aplicar a um colectivo um estudo, igual àquele que atrás referi;
2.º- Nesta passagem, o nosso camarada levantou um problema que, como ele muito bem sabe e conhece penso, profundamente, se alguém mais tem lutado e se colocado à disposição do PS para se efectuar uma coligação de unidade entre comunistas e socialistas temos sido nós, os comunistas. E esta luta pela unidade vem ainda desde os tempos sombrios do fascismo, quando não existia o PS.
Pessoalmente também estou de acordo com uma aliança com aquele partido, mas em que condições? Com estes voluntaristas ambiciosos, míopes, da direcção actual do PS? É bastante arriscado;
3.º- Não nos parece que aquela gente, fraca de visão, consiga ver a fraqueza do seu Governo, porque a arrogância como discursam nas televisões não o dão a conhecer, demonstrando sim miopia política e os míopes só vêem quando querem. Dar-lhes uma mãozinha como aquela que lhes demos em eleições passadas, quando tivemos que engolir um grande sapo (quem não se recorda disto?) e o pavão socialista que ajudámos a eleger pagou-nos da maneira como sabemos e sobretudo os trabalhadores sentiram-no bem na pele. Estas traições de um partido «socialista» parecem-nos suficientes para se ter muito cuidado e a máxima cautela. E não esquecer ainda as trágicas situações que outros partidos comunistas europeus que se aliaram aos socialistas dos seus países e ver o resultado;
4.º- Abrir ao Partido ao exterior, inclusive as actas do CC, parece-nos ser uma grande aventura gorbachoviana, diria mesmo um absurdo, expor assim a vida do Partido aos olhos ávidos de jornalistas de novelas baratas e mexeriquices, desejosos de arranjarem temas para depreciarem ainda mais os comunistas. Penso que os comunistas, e sobretudo os intelectuais, precisam de se unir, no sentido de se criarem condições e meios de propaganda para se poder levantar mais longe a mensagem do Partido. Os comunistas que forem chamados aos meios de comunicação social têm de ser claros na exposição dos temas discutidos e a discutir. Tentar furar o silêncio da comunicação social sobre os projectos e as acções levadas à prática pelo Partido e os comunistas em geral. Proponho, por isso, criar-se um grupo de comunistas com algum poder de compra a abdicarem de algum dinheiro para se realizar um programa interessante pago, em qualquer televisão da nossa praça, para divulgar a nossa acção política e social e os projectos para o futuro.

Manuel Gomes
Lisboa

Algumas notas soltas...

1. Organização
É necessário considerar a questão de organização não apenas no sentido leninista. É necessário também pensar na organização enquanto questão comum a qualquer tipo de entidade colectiva.

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

Ao contrário da organização partidária, a nossa organização «corrente» é ainda deficiente. É verdade que somos poucos para tanto trabalho, mas também é verdade que não gerimos bem a nossa militância. Perdemos grande parte do nosso tempo em tarefas de gestão corrente e como consequência temos pouco tempo para trabalho operacional.
É necessário simplificar, sem perda de rigor, os processos relativos à cobrança de quotas, ao controlo das receitas e despesas das organizações e outras tarefas semelhantes.
É necessário trabalharmos melhor, mais do que trabalharmos mais.
É necessário também planificar melhor o trabalho, desde o plano de trabalho anual até ao roteiro da jornada de pendões.
Quanto à organização, na concepção leninista, também podemos trabalhar melhor. Em todas as assembleias de organização estabelecemos como objectivo o reforço da organização. Mas como nos reforçamos? Quais as metodologias? Quais as melhores formas de trabalhar? Quais são as melhores formas de intervir ?
Esta discussão ainda é insuficiente. E como resultado os nossos documentos, as nossas linhas de orientação tendem a ser demasiado genéricos, vagos, e por vezes imprecisos.
2. O Novo Impulso
Dentro e fora do Partido é defendida a tese de que o Novo Impulso foi posto na gaveta.
Gostaria de focar apenas três pontos.
Primeiro, ao contrário do que se tem falado e escrito, inclusivamente nesta tribuna, é falso que o Novo Impulso tenha sido travado. Muito pelo contrário, as potencialidades de crescimento da Organização Regional de Lisboa, de que resulta o objectivo de recrutar 1000 camaradas neste ano de 2000 (algo que não era tentado há já muitos anos) foram criadas pela aplicação na prática, das orientações do Novo Impulso.
Em segundo lugar, este Partido cresceria muito mais se tivéssemos o mesmo empenho na concretização de todas as outras resoluções do Comité Central.
Em terceiro lugar, é significativo que as opiniões que defendem que o Novo Impulso foi travado sejam provenientes, no geral, de organizações que não se abriram aos trabalhadores, que não ligaram às suas reivindicações, fecharam-se sobre elas próprias, em suma não aplicaram verdadeiramente as resoluções de Fevereiro de 98. Não foi o Novo Impulso que foi travado.
O que se combate é a tentativa de transformar o Novo Impulso num Cavalo de Tróia. Em que dentro do cavalo sairiam orientações para transformar este partido num partido comunista simpático, daqueles que a classe dominante gosta.
3. Quanto ao socialismo no Leste
No XIII Congresso o Partido entendeu que este era um assunto a aprofundar. Muito bem. Cá está o Leste nas Teses. É claro que devemos discutir este assunto, mas não o devemos discutir partindo para a discussão com as premissas da direita, com os valores da direita, com a dualidade de critérios da direita. A análise crítica englobando todos os aspectos políticos, ideológicos, sociais, culturais, históricos de todo estes processos é uma coisa. O acto de renegar as grandes conquistas alcançadas por milhões de mulheres e homens numa parte significativa do globo a pretexto de estalines, gulags e kgb's é outra. A primeira é o cumprimento de uma orientação do Congresso. A segunda é um acto indigno de um Partido Comunista. Já agora, lembremo-nos do Ceausescu. Esse, que era um verdadeiro megalómano estalinista, foi o que durante décadas melhor serviu o Ocidente dentro da Europa de Leste.

João Lopes
Lisboa

Separar o trigo do joio

Este Partido Comunista Português, ao qual tenho orgulho de pertencer de há muitos anos a esta parte, surge hoje, como no passado (ver congressos anteriores), como um qualquer produto mercantilista que se expõe na praça pública. Quanto mais se expõe mais (vende). Esta referência de venda utilizo, porque naturalmente nunca houve tanta e tão grande apetência dos média para as questões que se colocam ao PCP, não pelas propostas, não pelo papel valioso desempenho por um punhado de comunistas que não regateiam o seu papel e que, a todos os níveis da esfera política nacional, intervém de uma forma coerente, séria e honesta em defesa de causas que são justas, actuais e solidárias. Este enlevo actual dos média pelos comunistas tem a ver com as questões internas da organização e direcção do PCP.
Estas questões expõem forma organizada uma montra de vaidades, de auto-afirmação e de protagonismo, pondo em causa aquilo que alguns deles ajudaram a construir e a consolidar.
Nesta onda de auto-afirmação, poderia lembrar nomes que hoje fazem parte do Governo do PS e que também, em tempos idos, vieram dizer que é necessário renovar, mudar de nome, fazer cedências e dialogar.
Estamos novamente perante uma situação em que mudam os nomes mas não os objectivos com que tais personagens iniciaram o seu percurso nas luzes da ribalta, e todos mas mesmo todos temos consciência do muito que falta fazer, daquilo que é preciso alterar na sociedade onde estamos incluídos e que alguns teimam em querer fazer de nós excluídos (os comunistas).
Considero que colectivamente somos donos de um património de humanidade, respeito, trabalho e luta do qual mais nenhum partido político no espectro nacional se poderá orgulhar.
Também por isso considero que ontem como hoje todos somos poucos para fazer o muito que a sociedade exige e espera da participação e intervenção do PCP, mas também por isso considero que quem não pode ou não é capaz de partilhar em colectivo, trabalhar em colectivo, saber respeitar as diferenças, certamente que não se sente bem neste meio, não quer estar e não gosta de estar. A estes direi que talvez o seu lugar seja outro, noutro partido, quem sabe?
Mas o arrumar da casa aos comunistas compete e, por isso mesmo, a discussão faz-se cá dentro nos muitos e vários organismos onde certamente os camaradas estarão organizados. Existe uma outra possibilidade que é a participação nas assembleias plenárias de comunistas que durante ainda este mês decorrem um pouco por toda a parte.
Com todo o respeito por aquilo que já fizeram, respeitem esta identidade de classe que pertence ao PCP por mérito próprio.
Trabalhemos para o congresso com propostas sérias de desenvolvimento e enriquecimento das teses, melhorando--as e reforçando o trabalho da base ao topo.

Jesus
Castelo Branco

Alterações

Em primeiro lugar envio a todos os camaradas um fraternal abraço pelo trabalho político que cada um tem desenvolvido. Nessa conformidade e em sintonia com as directrizes dos órgãos do Partido democraticamente eleitos, passo a propor uma alteração para possível enriquecimento das teses, que na sua quase totalidade demonstram uma visão clara e objectiva das realidades.
Ponto 2. 5. - Evolução Cultural:
2. 5. 8. - juntar «o apoio, reabilitação e salvaguarda do património cultural interligando essa linha política de orientação com a defesa do Ambiente».
«Apoio à criação, difusão e promoção da cultura contemporânea em todas as formas de expressão artística.»
Em relação à situação pós congresso, parece-me de particular importância a implementação «a todo o vapor» dos pontos 4.4.17.3 e 4.5.27.7.
Para finalizar, recomendo para o sector intelectual e para os camaradas artistas e não só (dado que, como Vostell e Beuys referiram, todo o homem é uma obra de arte e um potencial artista) a leitura dos livros - Lenine - a arte e a revolução, e a leitura permanente do ponto 6 - um partido insubstituível, incluído na rigorosa obra «A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (a contra revolução confessa-se)», do camarada Álvaro Cunhal.
Viva o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido Comunista Português.

Paulo Marques
Coimbra

Moderado mas comunista

Eu, moderado, me confesso comunista.
Numa época em que aos valores do Humanismo, da Democracia e do Socialismo, se sobrepõe o liberalismo económico e o individualismo, é difícil ser coerente com os princípios progressistas de luta por uma sociedade socialista.
Lá em casa, sem água, luz ou esgotos aprendi que pretender construir uma sociedade nova é uma tarefa difícil e prolongada. No Cristianismo, mercê do contacto com um padre progressista, aprendi o que era o fascismo, o capitalismo, o liberalismo, o socialismo e o comunismo. A família votou Humberto Delgado, e apoiou o Santa Liberdade no caso Capitão Galvão e do navio Santa Maria.
Às escondidas ouvia a rádio Portugal Livre e Rádio Moscovo mercê de um primo quase analfabeto que conhecia de rádios. Apesar de ter declarado activo repúdio pelo comunismo e todas as actividades subversivas, juntei-me aos associativos alguns militantes do PCP que juntavam o combate ao fascismo e à guerra colonial à luta pela democracia e a melhoria da qualidade de ensino.
Tive a felicidade de ter conhecido o Teixeira Apolónia, o Pato, o Rui, o Baltazar, a Zaida, os Ruivos e tantos outros que resistiram ao fascismo e se mantêm coerentes na defesa dos princípios do PCP. Em Vila Franca, Octávio Pato, recém-libertado da cadeia de Peniche, ensinou-nos a forma correcta de se comportar junto da PIDE em caso de prisão. Conheci o Sérgio Ribeiro na Prelo e o Carvalhas no D.L. Economia e, através destes, o Casanova que vivia em Bruxelas.
Dentro da perspectiva do PCP de combater a guerra colonial, na própria guerra, estivemos em Moçambique. Muito difícil era defender a nossa integridade física e dos nossos militantes e ao mesmo tempo apoiar a independência das colónias. Com a revolução de Abril foram libertos de Caxias alguns dos meus melhores amigos e deu-se início ao nosso Processo Revolucionário.
Regressado a Portugal, em Maio de 75, senti-me ultrapassado por determinada esquerda. Sempre defendemos que a constituição do socialismo (sociedade liberta de exploração do homem pelo homem) não poderia colidir com as liberdades individuais e estas com as colectivas. Saí do PCP antes do grupo dos Seis, dado o sectarismo de alguns «estalinistas» que hoje são vereadores do PSD, directores-gerais, secretários de Estado ou ministros do PS. Estes «pirilampos» afastaram moderados.
Os encontros unitários de malta antifascista do Industrial levaram-me ao reencontro com o Partido. Hoje sinto-me mais livre, pensando de forma colectiva.
Eu, militante de base defendo um «modelo» de estreita ligação do partido com os cidadãos na defesa permanente dos trabalhadores, pelo reforço da cidadania, pelo aprofundamento da democracia a caminho do socialismo.
Defendo um caderno reivindicativo pela igualdade de oportunidades no ensino e no trabalho pelo salário igual para trabalho igual. Defendo a cooperação pacifica entre os estados mas sobretudo a solidariedade entre povos. Defendo o marxismo-leninismo como património dos comunistas. Por tudo isto entendo ser moderado, mas comunista.

Dírio Ramos
Brejos de Azeitão

Partido de novo tipo

I - É necessário compreender a burocracia. O Partido de Novo Tipo, Lenine sabia-o e preveniu na teoria e na prática, não é «impermeável» à burocracia, assim como os seus dirigentes e membros. A burocracia não se «refere», apenas, aos processos de decisão nem à formação de uma «classe» dirigente selecta e omnipotente, ideia equívoca que se associa, erradamente, a uma característica do governo de Estaline. Essa seria, quando muito, a mera aparência visível. O vício burocrático constitui-se quando a iniciativa autónoma dos organismos não tem uma base de controlo, de crítica, informação, agitação e propaganda independente dos próprios organismos partidários, que deve ser 1) as bases do Partido e 2) as relações horizontais, e não apenas verticais, de crítica e de confiança política que se estabelecem entre os organismos, entre dirigentes, quadros e funcionários.

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

II - Sobre as bases do Partido: como Lenine demonstrou, tanto na organização de Estado como no controlo da burocracia interna do Partido, são as bases que devem determinar uma informação real e um controlo válido e efectivo da vida partidária. Um poder ascendente que tem origem no controlo, confiança e crítica militante sobre a actividade dos dirigentes. Para isso é necessário que as bases contem com um órgão central que expresse as posições do Partido e, simultaneamente, informe como isento, crítico, rigoroso e objectivo sobre a actividade prática dos dirigentes, funcionários e quadros, toda a circulação de ideias, todas as propostas e abordagens práticas que surjam. Implica, igualmente, a responsabilidade política dos dirigentes em relação às bases e não somente a responsabilidade social do Partido perante as massas, puramente empírica e não normativa.
III - Sobre dirigentes e quadros: um controlo ascendente das bases implica um reformular da representatividade/responsabilidade política dos dirigentes, quadros, funcionários do Partido. O combate à burocracia das organizações passa por vínculos permanentemente renováveis de responsabilidade, pela submissão política imperativa do dirigente e funcionário às bases, informadas objectivamente e conscientes. Passa também pela direcção e pelo trabalho dos melhores, dos mais competentes, dos mais aptos, dos mais sábios, os mais

em contacto com a realidade. O funcionalismo e os cargos partidários devem estar abertos à competição interna entre militantes - publicitada e determinada pelas bases -, à escolha meritória e capacitária daqueles que melhor integrem o trabalho colectivo e que apresentem as melhores propostas e análises, os que melhor conheçam a realidade das relações sociais e produtivas.
A regra de ouro não tem de ser modificada. A permanência de uma maioria de operários, de trabalhadores, é uma necessidade inequívoca conquanto sejam de facto operários e trabalhadores e que essa presença resulte não por inerência funcional e burocrática mas por reais capacidades de trabalho, espírito crítico e autocrítico, abertura ao colectivo e, sobretudo, ligação concreta, profissional, imediata e interventiva ao mundo sensível das relações produtivas e sociais.
IV - Sobre competição interna e representatividade do Partido: representatividade, responsabilidade política e competição interna não têm o sentido que lhes confere a democracia liberal, parlamentar e representativa. Não se trata de uma competição entre aventureiros, carreiristas e inválidos que, uma vez eleitos, quebram qualquer responsabilidade política perante os seus eleitores. Trata-se de edificar uma democracia socialista efectiva, baseada na decisão, controlo e confiança política de facto das bases sobre os órgãos dirigentes e na possibilidade de ligação política permanente entre as bases do Partido e os organismos superiores. Para isso torna-se verdadeiramente necessário um órgão central informativo que permita o crescimento, desenvolvimento e evolução da análise, do espírito crítico e do pensamento dos militantes, independente da direcção do Partido e crítico sobre a actividade dos seus dirigentes.

Alexandre Maurício
Lisboa

Um PCP forte e actuante

O tema das alianças à esquerda volta a dar que falar. E um velho problema que tem sido discutido no Movimento Operário desde há mais de um século. Sou de opinião de que o nosso Partido deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que seja formada uma Frente Democrática forte, capaz de se opor à política da direita e de assegurar aos trabalhadores e ao povo em geral passos firmes e seguros rumo a uma sociedade mais justa, onde seja assegurada a todos plena igualdade de oportunidades.
Fica pois, bem claro, que não nos deve mover qualquer reserva a uma estratégia de alianças que aponte no sentido certo. Mas a dificuldade não reside, como todos sabemos, na formulação teórica de uma política de alianças. É ou não necessária uma aliança, pré ou pós-eleitoral com o PS? A resposta continua a ser fácil no plano teórico. Mas vamos descer ao terreno da prática, dos factos, da realidade concreta que tem determinado a vida dos Portugueses nos últimos vinte e dois anos.
Como sou Ferroviário, vou restringir esta minha tomada de posição à realidade do caminho-de-ferro.
Como todos sabemos, mas alguns teimam em esquecer, foi o PS/Mário Soares que deu início ao desmantelamento da CP, mandando encerrar Linhas, Ramais e Estações.
Depois foi com os Governos do PS sozinho, com o CDS ou com o PSD, que prosseguiu a ofensiva contra o caminho-de-ferro. E foi com esta política que eles privaram milhares de pessoas do transporte ferroviário tais como as populações de Viana do Castelo a Monção de Livração, a Arco de Baúlhe, de Régua a Chaves, de Tua a Bragança, de Pocinho a Duas Igrejas, de Semada do Vouga a Viseu, de Santa Comba Dão a Viseu, os Ramais de Portalegre, Mora, Reguengos, Moura, Montemor, Sines, etc., etc. O abandono das Linhas do Oeste, do Litoral Algarvio, etc.
E foi assim que já em pleno cavaquismo se deu início ao desmembramento da CP. Segundo se proclamou, visava-se a anulação dos défices de exploração que na altura, a média até 1987, cifrava-se em 4,5 milhões de contos. Os défices foram subindo até que com o segundo Governo do PS/António Guterres, foram escandalosamente aumentados para mais de 74 milhões de contos no ano de 1999.
E será que o PS, quando assumiu o poder, em 1995, corrigiu a política criminosa que o cavaquismo tinha seguido nos dez anos anteriores? Antes pelo contrário, o Governo PS, tratou de aprofundar a política do PSD.
Prosseguiram o desmembramento da CP, acelerando-o sob a designação de «Unidades de Negócio», ao mesmo tempo abrindo-a aos privados, através da concessão, bastante nebulosa, da travessia do Tejo à FERTAGUS (a CP foi impedida de concorrer pelo ministro da altura eng.º João Cravinho), que pratica tarifas duas vezes e meia mais caras que a CP e desrespeita as mais elementares regras do normativo legal que regula as relações de trabalho.
Há na CP-EP toda uma perseguição aos direitos dos ferroviários, que continuam a ser sistematicamente convidados para rescindir os contratos de trabalho «voluntariamente». Actualmente o sector ferroviário tem 12.500 trabalhadores, quando no tempo da CP una eram mais de 22.000 trabalhadores.
Todos estes governos têm um denominador comum: privatizar os serviços lucrativos da Caminhos de Ferro Portugueses-EP, destruir o serviço público da CP. Todos eles, PS, PSD e CDS, utilizaram os mesmos processos: encerramento de Ramais, Linhas, Estações e Serviços; redução de postos de trabalho.
Fomentaram, organizaram e formaram sindicatos por classes profissionais, para destruir a organização dos comunistas e a unidade e organização dos ferroviários.
Criaram empresas e unidades de negócio, que o governo de António Guterres decidiu privatizar, através duma resolução do Conselho de Ministros, tendo-a o seu ministro Pina Moura inscrito nas Grandes Opções do Plano .
É com um PS desta natureza que nos vamos aliar? Se tal acontecesse não estaríamos nós a legitimar tudo o que acima se diz? Por tudo o que fica dito, penso que é o PS que tem muito a mudar. A começar, mude o PS de política. Uma coisa é engolir um sapo e outra será sermos engolidos pelos sapos.
Façamos com que saia do XVI Congresso um PCP forte e actuante de forma a dar resposta aos interesses do nosso povo, da classe operária, dos trabalhadores e seus aliados.

José Reizinho
Queluz

Já vi este filme!

Periodicamente somos confrontados com uma série de «boas vontades» que se afirmam defensoras do Partido Comunista Português mas que, na realidade, o seu único objectivo não é a sua defesa mas a sua destruição como partido dos trabalhadores e sua inquestionável frente de combate.
Primeiro foram os eurocomunistas, depois os *gorbatchovistas*, seguiu-se o grupo dos seis e companhia e agora os defensores da renovação. Palavras bonitas para procurar enganar os de boa vontade. Todos eles com uma única intenção – descaracterizar o Partido, afastando-o do marxismo-leninismo.
Como pela minha parte desconfio destas boas intenções porque, como os exemplos demonstram, não gostaria de ver a sede do Partido transformada no *Portugal Fashion* (como aconteceu em França, cujo Partido Comunista alugou a sua sede para uma passagem de modelos de um famoso costureiro), nem ver as lutas dos trabalhadores colocadas em segundo plano nas definições da política do PCP, por isso manifesto o meu mais profundo desagrado para com aqueles que com palavras enganadoras procuram transformar o Partido numa outra coisa que não aquilo que o celebrizou como único e verdadeiro Partido Comunista na luta contra o fascismo, na luta revolucionária, na luta pela liberdade.
Termino convicto de que o Partido enfrentará mais esta batalha, reforçando a sua organização e militância, como noutras situações e em épocas mais difíceis da sua vida, que é longa mas que rejuvenesce dia a dia.

José António Lopes
Miratejo

Opinião de um militante de base

(...)
I - Centralismo Democrático
Falando do Centralismo Democrático, penso que para um Partido como o nosso em que a transparência deverá ser e a regra e democracia interna nunca posta em questão, seria bom repensarmos o centralismo democrático, arranjando outras formas de organização. Será que no nosso Partido as questões e as propostas que são colocadas chegam aos órgãos de decisão?
E será que estão todas as organizações do Partido estarão a respeitar uma das mais normas fundamentais do Partido as decisões deverão ser tomadas de baixo para cima. Hoje em dia todos nós temos direito a expressar a nossa opinião relativamente a todos os assuntos, em privado ou publicamente, somos frequentemente invadidos por informação, e o que demorava um dia a chegar ao conhecimento público hoje demora minutos. Somos membros do Partido mas também cidadãos, o Partido não pode «castrar» os militantes que tenham uma opinião diferente da do CC e expressem publicamente a mesma, não vejo onde isso iria por em causa as orientações do Partido, pelo contrário iria trazer mais gente e sobretudo mais militantes que estão afastados devido a essa mesma orientação, que tudo o que for contestado publicamente e às vezes mesmo internamente, tem que ter um «processo de intenções» e logo é «posto de parte», como aconteceu pelos vistos com alguns camaradas, sabendo-se agora pela comunicação social e os quais vêm publicamente dar os seus testemunhos. E pena que estas informações cheguem sempre através da comunicação social e não pelos órgãos de informação do Partido (caso do «Avante!» e do «Militante»).
Penso que esta tribuna que se criou no

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Avante!» para dar opiniões sobre as teses, deveria de ser mantida posteriormente, para que os militantes pudessem ter direito a falar sobre aquilo que quisessem. (...)

2 - Classe operária

Penso que há um certo «distanciamento» do Partido com a realidade em que vivemos quando se diz nas teses sistematicamente que somos a vanguarda da classe operária, e se fala constantemente em classe operária eu gostaria de perguntar onde estão as grandes fábricas e os milhares de operários que existiam no início do século.

Quando se diz nas teses que o Comité Central tem de ser constituído por uma maioria de operários gostaria de saber qual a composição dos membros do partido (a pagar quotas) actualmente.

Pelo que eu disse anteriormente não me parece correcto que o Partido tenha no Comité Central uma maioria de operários quando em termos sociais em Portugal não temos essa maioria e não me parece que ela exista dentro do Partido (se ela existir peço as minhas desculpas) o que há hoje em dia é um maior crescendo do sector terciário, dos serviços. Somos um país de serviços muito ligado com o turismo, não quero dizer com isto que não existam operários temos é que ser coerentes, no fundo serão todos trabalhadores. Será ou não o Partido também a vanguarda dos agricultores, e os pescadores? E os mineiros?, etc. Não penso que o Partido tenha de continuar a referir-se sistematicamente e quase exclusivamente à classe operária, quando ela à muito se transformou noutros tipos de organizações. A sociedade transformou-se, evoluiu e hoje quase que o operário de antigamente é o engenheiro de hoje em dia. O Partido deveria então referir-se sim que é a vanguarda de *todos os trabalhadores*.

Não temos que ter medo de terminar com certos «chavões» que ao longo dos anos defendemos. Na altura eram as melhores opções hoje em dia penso que não o são e é aqui que eu dizia sentir na direcção do Partido um certo «distanciamento» da composição da sociedade. Penso que o Comité Central deveria estar mais aberto aos militantes, as opiniões e decisões deveriam de ir de baixo para cima e nunca o contrário, o que se passa hoje em dia é exactamente o contrário: veja-se que a comissão política ao fazer as Teses não teve em atenção as sugestões que alguns dos elementos do CC lhe deram, mais uma vez as sugestões passaram ao lado. Somos todos militantes, estejamos no topo ou não, todos temos o direito de expor as nossas ideias e de contribuir para um maior reforço do Partido não devemos excluir ninguém. Não se trata de uma luta, como se diz, entre ortodoxos e renovadores, porque em primeiro lugar não pode haver ortodoxos, seria um contra-senso, o Partido terá sempre de estar em constante renovação sob pena de ficar obsoleto. (...)

Orlando Gonçalves
Lisboa

Agora o Congresso

A um mês do início do congresso decidi de uma forma simples vir com o meu modesto contributo ao debate. Estive tentado a não o fazer, mas os acontecimentos têm sido tantos e tão diversos, e devido à minha condição de militante, com a cotização em dia, acho que devia participar no debate através do Avante!, embora o faça nos organismos na qual me encontro organizado e os camaradas que me conhecem sabem qual é a minha opinião sobre a polémica que atravessa o Partido.

Sobre as teses, li e reli e manifestei a minha opinião de forma clara e sem tibiezas. Estou neste partido de livre e espontânea vontade, os passos que aqui me trouxeram continuam válidos. É obvio que desde 1974 até aos nossos dias muita coisa mudou, mas há princípios que na vida são, ou devem, ser imutáveis. Como digo no parágrafo anterior, muita coisa mudou e eu no Partido já assisti a muitos trânsfugas, não vou falar em nomes, apenas lembrar o Grupo dos Seis, e neste momento, o que me parece é que o Grupo dos Seis deixou tentáculos bem estruturados na organização de assalto ao poder no PCP.

Então assistimos a tudo: fugas de informação, contra-informação, extinção de organismos e publicações, publicação das actas das reuniões do CC, dando como exemplo o PCF. Será que estes camaradas vieram enganados a este partido ou nesta fogueira de vaidades precisam das luzes da ribalta para darem azo às suas ambições pessoais?

Fui habituado neste Partido ao debate franco, leal, aberto e sincero. Há insuficiências, não há que negá-lo, mas, se para suprimir estas insuficiências é preciso mudar a identidade e a natureza de classe do Partido, então estamos bem assim, obrigado.

Àqueles que nos acusam de falta de democracia interna, apenas posso dizer com convicção que a realidade não é essa e, citando o camarada Ruben de Carvalho, apenas lhes direi como é que um operário com capacidade para enfrentar o patronato vinha a este Partido e não exprimia frontalmente a sua opinião.

Camaradas, vamos fazer do XVI Congresso um congresso da nossa afirmação colectiva, sabendo de antemão que as dificuldades que temos de ultrapassar são mais que muitas, mas não vale a pena estarmos com lamentações. Agora como no passado só temos um caminho, é a luta, definido como está que o nosso adversário de agora e sempre é o capitalismo.

Dizer também a esses camaradas leal e frontalmente que o debate está aberto e continua, mas deve continuar agora e no futuro e de forma clara, como para mim sempre foi no interior do Partido, pois, como diz o povo, a roupa suja lava-se em casa.

Como dizia o nosso saudoso camarada Mário Sacramento, «não me obriguem a voltar cá, é a nossa obrigação fazer deste mundo um mundo melhor». Esta é a nossa obrigação e é em nome desta obrigação que temos de tomar partido, fiéis e coerentes com a nossa matriz ideológica que foi, é e será marxista-leninista.

Jorge Lopes
Alcains

Reforçar para intervir

Na Organização Concelhia da qual faço parte, a discussão em torno do Projecto de Resolução Política para o XVI Congresso, apresentado pelo Comité Central à organização do Partido, tem decorrido com normalidade, no debate franco e sério das ideias, na troca de opiniões, com o firme objectivo de enriquecer o documento proposto.

Assim, permito-me salientar algumas das diversas questões colocadas pelos muitos camaradas que têm participado no debate.

No XIII Congresso é concluída a necessidade da continuação da análise sobre o desaparecimento da União Soviética e a experiência do socialismo nos países de Leste. Não tendo havido, na preparação deste Congresso, condições objectivas para o aprofundamento dessa análise, toma-se necessário que tal venha claramente referido nas Teses, assim como que, sobre esta questão, se mantém válida a análise feita nos XIII e XIV Congressos.

O exercício do poder pelos comunistas, a sua participação na gestão das autarquias, o posicionamento do Partido face ao regime e às suas instituições, os caminhos para a revolução e a revolução armada, a evolução do movimento comunista internacional, os acontecimentos e fenómenos registados na América Latina, os partidos comunistas e os partidos «travestidos» são outras das questões abordadas na discussão para esclarecimento, clarificação e reflexão sobre algumas das quais surgiram propostas de alterações.

Uma outra questão que se assume como central na discussão das Teses e é particularmente colocada pela generalidade dos militantes. O encontrar das soluções que nos permitam, no plano organizativo e da intervenção, dar uma cada vez melhor resposta ao acentuar do carácter explorador e opressor do capitalismo, ao agravar das condições de vida e de trabalho, à forte ofensiva aos direitos dos trabalhadores e o combate às políticas nocivas aos seus interesses, num quadro de necessidade de uma maior intervenção do Partido junto dos trabalhadores e afirmação dos seus valores humanistas e de esquerda mas, acima de tudo, e é o que nos diferencia de todos os outros e faz de nós a Esquerda, a afirmação da sua identidade enquanto Partido de classe, revolucionário, cujo objectivo é a destruição do sistema capitalista pela transformação social, a emancipação do Homem e a construção do socialismo.

Tem, por isso, decorrido com serenidade e espírito de camaradagem a discussão das Teses, no respeito e aceitação das opiniões individuais e das decisões colectivas no quadro do funcionamento e democracia interna do Partido.

Varram-se, portanto, os fantasmas que nos acusam de falta de democracia interna e que põem em causa o centralismo democrático. Tal só tem cabimento na cabeça e na acção daqueles que tentam ganhar na rua o que não conseguem nas discussões colectivas, dentro do Partido.

É unicamente desta forma e em resultado desta acção que se cria o chamado «clima de suspeição», refúgio de perdedor sem coragem de assumir os erros cometidos, e a derrota no confronto das ideias.

Altura para recordar a nota da última reunião do Comité Central, e isto porque, contrariando-a, persistem os comportamentos antiestatutários sem que, no correcto exercício da democracia interna do Partido, tenham lugar as devidas medidas disciplinares.

Vivemos ha demasiado tempo num período de refluxo revolucionário, suportámos o desaparecimento da URSS e de grande parte dos países socialistas, vivemos numa sociedade que corrompe sob grande ofensiva ideológica, onde não é fácil ser comunista, continuar a lutar e a resistir. É por isso que, com naturalidade, aceito que as pessoas deixem de acreditar, mudem de opinião. Mas se deixaram de acreditar, assumam-no!

Aceito e têm o direito de mudar de opinião, mas não aceito nem têm o direito de querer mudar todo um Partido e dezenas e dezenas de milhares de comunistas.

Estou certo de que os militantes do PCP sabem porque estão neste Partido e o que querem dele e que continuarão, com serenidade e empenhamento, a discussão das Teses que, uma vez aprovadas, orientarão a nossa acção e intervenção para os próximos quatro anos. Sobre isto e tudo o mais, o Congresso é soberano e decidirá.

Nuno Marques
Setúbal

Lutar, reflectir e unir

Ainda estou organizado no organismo onde fui integrado quando há 26 anos aderi ao Partido e devo confessar desde já que ainda não tive tempo para ler completamente o projecto de Teses. O intenso trabalho político, associativo, de luta reivindicativa e pelos exercícios dos direitos de cidadania não o têm permitido.

O Partido não encerrou para congresso e dá um trabalhão renová-lo todos os dias na luta, que necessita de ser inovada nas formas e conteúdos, a cada momento, para se modernizar e acompanhar a modernização da vida, a conquistar novos homens e mulheres para se disponibilizarem a defenderem os seus interesses e, assim, renovarem as fileiras dos que constroem o Partido na prática leninista. Discutir no café a revolução que os outros haverão de fazer é mais fácil, certamente.

Mas vem isto a propósito do Congresso e da discussão suscitada em seu torno e apetece-me exclamar: já vi este filme!

E devo dizer-vos que a persistência do clima que alguns têm criado em torno daquilo que nos tem de unir para a luta, as Teses ao XVI Congresso, não tem ajudado nada no trabalho prático diário e de luta em que o meu colectivo está empenhado. Tem até criado algumas dificuldades objectivas. Por isso permitam que vos transmita alguma da minha experiência, pode ser que ajude a fazer luz sobre algumas das questões mais polémicas, embora mais velhas do que o é o nosso Partido.

A seguir à Revolução dos Cravos foi necessário cerrar fileiras para defender o essencial das suas conquistas. No meu organismo foram chamados ao órgão de direcção os camaradas que na altura pensávamos serem os mais capazes para nos unir e conduzir nessa direcção e nas várias frentes de luta. De entre eles, pela sua prática como dirigentes, podemos distinguir os que se empenharam em acompanhar todos os camaradas da sua organização, ajudá-los nas suas dificuldades, ouvi-los nas suas opiniões, discutir com todos a melhor forma de vencer as dificuldades, e os que tinham uma prática mais autoritária, não discutiam a orientação, impunham-na, não ajudavam os camaradas nas suas dificuldades, diziam que aqueles não tinham fibra nem se interessavam por nada.

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

Curiosamente os primeiros nas reuniões da direcção tinham propostas concretas para iniciativas de luta, de criação de novas células na empresa, discutiam até à exaustão a orientação e as formas de a levar à prática e os segundos insistiam que as massas eram ignorantes, que o Partido deveria era dar como orientação o estabelecimento do diálogo com a administração e, assim, ir conquistando algumas regalias para o pessoal e a sua confiança e admiração. Os primeiros ganharam, ainda hoje temos uma organização com um elevado poder de intervenção e prestigiada no meio onde se insere. Curiosamente, também, os segundos foram sempre os que em cada congresso têm vindo com as dúvidas que mais uma vez andam em discussão, e que sempre desistiram à primeira dificuldade. Mais tarde teve de haver renovação na direcção de forma a acompanhar a evolução da organização. Travou-se uma discussão acerca da forma como formar a direcção, através de eleições ou da nomeação dos camaradas pelas células? Felizmente escolhemos um método misto. Mais tarde concluímos que alguns dos camaradas eleitos o foram porque tinham facilidade no verbo, apresentavam-se bem e tinham um relacionamento fácil, mas poucos provaram no trabalho diário e na luta. Com o tempo e com o surgimento de novas lutas foram sendo integrados os camaradas que mais se destacaram nelas e os eleitos foram-se afastando com desculpas várias de indisponibilidade. Actualmente são chamados a dirigir aqueles que provam na luta, nas derrotas e nas vitórias, que têm aptidões e fibra para serem dirigentes neste Partido.
Só duas questões últimas e rápidas. Divulgação das actas dos órgãos de direcção não será assim como que um *Big Brother* de novo tipo? Será que retirar o compromisso com o marxismo-leninismo dos estatutos e extinguir o «Militante» irá contribuir para reforçar a organização do Partido e armar melhor os militantes e os trabalhadores para a luta? Penso que não.

Domingos Marques
Lisboa

A luta de classes existe

Decidi emitir estas opiniões, acerca da luta de classes, para publicação no nosso «Avante!» por considerar que vivemos um momento ímpar na história recente do nosso Partido. Tal é a paixão com que se está a viver a discussão das Teses na preparação do nosso XVI Congresso.
Os portugueses estão com os olhos postos em nós e esperam que desta nossa reunião magna, venham a sair linhas de orientação que permitam ao PCP continuar a intervir na sociedade portuguesa, como até aqui, de modo a que o nosso país se mantenha nos caminhos para um Portugal mais próspero e justo.
Tenho uma curta vida de 50 anos, mais de metade dos quais vividos como militante do Partido e desde sempre organizado na célula do PCP na Setenave, hoje Lisnave.
Foi nesta importante organização de base do PCP que, em conjunto com tantos outros camaradas, discutimos, tomámos medidas e definimos orientações para mobilizar o colectivo dos trabalhadores na defesa dos seus direitos e aspirações, quando confrontados com a permanente ofensiva dos Mellos.
A luta de classes existe nesta empresa; ela tem sido e é claramente evidente para quantos nela trabalham. Para a defesa dos trabalhadores foi e continua a ser determinante a célula do partido, bem conhecida dos trabalhadores que igualmente a reconhecem. Foi com a nossa intervenção organizada, que se tomaram decisões importantes que claramente contribuíram para a defesa da empresa e dos direitos e regalias destes. Os trabalhadores sabem-no.
Por isso elegem, para os representar, os comunistas com quem se identificam. Fazem-no, não por acaso, mas porque têm a perfeita consciência de que é o PCP, Partido cuja natureza e origem de classe está em melhores condições para os defender.
Se alguém duvida do que atrás foi afirmado, basta para tanto interrogar-se porque razão nas sucessivas eleições para as estruturas unitárias, os actos eleitorais são claramente ganhos pelos comunistas; a título de exemplo cito apenas o último resultado eleitoral das CT's da Lisnave e Gestnave.
No 1.° caso, em onze mandatos possíveis foram eleitos nove identificados com o partido, no 2.° caso em onze mandatos possíveis foram eleitos dez. Esta eleição deu-se num universo de 3 mil trabalhadores.
Estes mais de três mil trabalhadores, nos quais estou incluído, não compreenderiam que o PCP, sem qualquer razão aparente, renegasse a sua origem de classe e abandonasse aquilo por que sempre lutou, descaracterizando-se ideologicamente, correndo o risco de entrar num beco sem saída.

Jerónimo Matias
Mitrena

Ser comunista

Com perplexidade observo que há camaradas queixosos sobre ausência de diálogo e debate dentro do Partido.
Pertenço a um organismo (SP) e outros organismos conheço, onde o debate das ideias, a crítica, a autocrítica, o respeito por opiniões contrárias (desde que colocadas no respectivo organismo), têm sido uma constante ao longo dos 26 anos após o 25 de Abril.
Por vezes as discussões sobre vários temas e questões são bastante acaloradas, o que significa que o debate sobre as situações políticas, sociais e laborais, é profundo, vivo e consistente. Se a estas discussões faltam às vezes camaradas deixando de participar nas mesmas e assim darem os seus valiosos contributos, não considero que seja falta de militância porque estão presentes em outras situações da vida do Partido, conforme as suas disponibilidades.
Com mágoa observo algumas opiniões individuais questionando o centralismo democrático, chegando-se ao absurdo de propor a eliminação da expressão «marxismo-leninismo» com invocação de razões inaceitáveis.
Pobres crianças e adultos quando perdem as suas identidades!
O marxismo-leninismo é a essência dos partidos revolucionários! É o instrumento de um Partido que foi, é e continuará a ser revolucionário, sob uma direcção central e uma só orientação geral, a par da nossa profunda democracia interna, cuja dimensão nem todos sabem alcançar!
Se renegarmos hoje os nossos princípios, renegaremos amanhã e depois as nossas ideias, o nosso passado e o nosso futuro! Futuro que queremos activo e não passivo por cedências ideológicas e renegações à nossa razão de sermos comunistas e que só iriam beneficiar aqueles que querem explorar, cada vez mais, as classes trabalhadoras (dos operários aos intelectuais), incluindo os agricultores, as mulheres, os jovens, os reformados e os idosos!
Deixemo-nos de renovações que a nada de positivo conduzem! Todos nós sabemos o que aconteceu aos partidos comunistas francês, espanhol, italiano, entre outros, quando se renovaram.
Vamos continuar a ler, discutir e a melhorar o projecto de Teses proposto (não imposto), para que o XVI Congresso seja o culminar das análises, discussões e propostas de melhoramento dos diversos temas, por parte de todos nós.
Gostaria imenso que todos os delegados pudessem usar da palavra individual ou expressiva dos seus organismos, mas feitas as contas a 5 minutos cada intervenção, seriam precisos no mínimo 20 dias de Congresso!
E quanto à forma de votar, não precisamos de votos secretos para eleger camaradas para órgãos executivos e de direcção, incluindo o CC e o secretário-geral, nem precisamos de listas nominais, assim como não precisamos de 2 Teses! Não imitemos o folclore barato dos outros!
Somos transparentes e verdadeiros, com defeitos e qualidades!
Elegemos com conhecimento próprio os camaradas que nos parecem mais competentes ! É assim o PCP!
Continuemos a ser comunistas!

Júlia Santos
Lisboa

Partido operário ou pequeno-burguês?

Se é quase impossível não se verificarem diferenças de opinião num colectivo tão vasto e diferenciado como é o PCP, analisando o complexo quadro nacional e internacional, a reavaliação de percursos, a natureza e dimensão das tarefas que se nos colocam e que as Teses abordam com clareza, então as diferenças de opinião são inevitáveis.
As diferenças de opinião não constituem problema desde que, nas discussões fundamentais, se observe um problema metodológico de princípio: a exigência da estreita conexão dialéctica entre a defesa da unidade do Partido e a discussão de posições divergentes. A base de concretização deste princípio assenta na submissão da minoria à maioria, determinadas de acordo com as normas de funcionamento partidário. Trata-se de uma regra de ouro.
Lénine chamou a atenção «que conhecer o critério da maioria dos elementos organizados, estampar esse critério numa resolução e cumprir honestamente essa resolução é o que se chama unidade em todas as partes do mundo e por toda a gente sensata».
Lembrar este princípio é particularmente actual, na medida em que membros do Partido que era suposto deverem defender as Teses postas à discussão no Partido, apareçam a querer transformar as suas opiniões em plataformas de acção própria contrapostas às decisões colectivamente tomadas.
Aceitar ou mesmo contemporizar com tais práticas é abrir caminho à desagregação do Partido, violando princípios orgânicos fundamentais, nomeadamente o centralismo democrático, princípio contra o qual os revisionistas pequeno-burgueses sempre centraram o essencial dos seus ataques.
A luta ideológica em tomo do centralismo democrático tem um valor de princípio, na medida em que essa luta tem a ver com a natureza de classe do Partido Comunista, sua forma de organização e coesão e o seu papel na luta pelas transformações sociais. Todo um conjunto de propostas de natureza desagregadora (circulação horizontal de opinião, desvalorização dos revolucionários profissionais, contraposição do basismo à existência de uma direcção centralizada, etc., etc.), foram amplamente publicitadas como agora quando do XII Congresso, embora os diferentes «grupos» e «vias» não passassem de uma ínfima minoria.
Para os mais distraídos recomenda-se a leitura do livro do XII Congresso onde se diz que se essas propostas fossem aceites elas implicariam «uma concepção do Partido e da sua vida interna que subverteria a sua unidade e coesão, socavaria as raízes da sua força».
Conhece-se o rumo de toda esta gente (cá dentro e lá fora) e a sorte que tiveram os partidos que não deram combate a essas concepções. A expressão lógica destas propostas é a transformação de uma sólida organização numa espécie de clube de discussão basista e elitista, o abandono do princípio de uma orientação e direcção únicas, princípios sacrificados no altar do individualismo intelectual pequeno-burguês.
O perigo de tais concepções deve ser tomado a sério e perceber que elas não são fruto do acaso, nem de desvios temporários, mas a expressão lógica da pressão intelectual pequeno-burguesa sobre o Partido da classe operária.
Parafraseando um velho dirigente do Partido, poder-se-á concluir que alguns camaradas, pelo que dizem e escrevem, o que querem é transformar o PCP num Partido pequeno-burguês.
O XVI Congresso, apoiando-se na base operária do Partido e nos muitos intelectuais que ligaram os seus destinos à luta dos trabalhadores, dar-lhes-á a resposta.

José Fernandes
Lamego

Coincidências...

Hesitei muito antes de me decidir a participar nesta tribuna do Congresso. Isto por duas razões: a primeira porque, muitas vezes, as múltiplas actividades em que nós, membros do Partido, estamos envolvidos vão servindo sempre de desculpa para alguma preguiça e emperramento da pena, motivadas pela falta de saudáveis hábitos de escrita.
A segunda é bem menos pueril. Sempre considerei ter espaço suficiente de discussão nos organismos em que reúno. Aí nunca me foi imposta qualquer limitação ao livre expressar das minhas ideias. Creio acontecer o mesmo em todo o Partido, em todos os seus organismos. Assim, não vejo qual a utilidade de um

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

espaço de reflexão como esta tribuna que, para além de contribuir objectivamente para aumentar o rol das citações da semana do «Público» ou do «Expresso», acaba por ser exactamente o contrário do pretendido, ou seja, uma real limitação à igualdade de oportunidades de todos os militantes do Partido contribuírem com a sua opinião para o que está em discussão neste Congresso. Suponhamos que a generalidade dos cento e tal mil militantes do Partido largava como eu a preguiça, desenferrujava a pena e se lançava afincadamente nas 60 linhas a 60 espaços (3600 caracteres) permitidos e teríamos para cima de 400 milhões de caracteres. Assim, ou o «Avante!» passava a ter no mínimo a espessura das páginas amárelas da região de Lisboa ou, era de facto limitadora, deixaria de facto de fora milhares e milhares de camaradas. Soluções para resolver tal imbróglio só vejo uma – deixar a discussão confinada à organização, espaço privilegiado de debate de onde, no meu entender, nunca havia de ter saído.
Resolvi, apesar da incoerência (confesso), escrever para a Tribuna, pois fui alertado para uma coincidência interessante. Carlos Brito defende nas páginas do «Diário de Notícias» de 5 de Novembro último uma aliança à esquerda. Mais, confidencia-nos o camarada que a transposição da experiência da coligação «Por Lisboa» para o plano governativo é um sonho que há muito acalenta.
A coincidência está em que isto é dito no dia seguinte ao anúncio da negociata entre o Governo e o deputado Daniel Campelo que viria a culminar na aprovação do chamado «orçamento do queijo». Ou seja: se bem compreendo o que o camarada defendeu foi uma aliança de esquerda, de incidência governativa, com este Partido Socialista que vende a alma para garantir a continuidade de uma política negociada em quartos de hotel com Stanley's Ho's e Cia. Penso que, pela minha parte, em relação à alternativa de esquerda proposta, estamos conversados.
Estando agora a cerca de mil caracteres do final do meu direito de intervenção nas páginas do «Avante!», não quero deixar de dar a minha opinião acerca do momento que se vive no Partido. Acho que é ilegítimo qualquer camarada fora dos seus espaços de discussão vir defender ideias contrárias às que foram aprovadas em Congresso. Acho isto para o PCP, como acho para a vida democrática em geral. A democracia não se cumpre quando se utilizam meios de pressão poderosos, como é o caso da comunicação social, para tentar impor a um colectivo formas de pensamento ou de actuação.
Creio ser obrigatório que, quando tal acontece, a direcção do Partido assuma as sanções (escrevi sanções, não expulsões) que estão previstas nos Estatutos para tais casos. Quando não o faz, permite que todas as conjecturas sejam possíveis, que a confiança em si diminua, que a unidade deixe de existir pois, ao militante é colocada a legítima dúvida de se estar a unir à volta de quê ou de quem. Pela minha parte só aceitarei unir-me à volta dos ideais comunistas, das decisões do Congresso, dos princípios do Partido, da sua base idelógica – o marxismo-leninismo, da construção de uma sociedade qualitativamente nova em relação à capitalista.
Nunca aceitarei unir-me à volta da gestão e tentativa de influência de uma sociedade em que não acredito.

Rui Jorge Martins
Almada

Participação necessária

No último plenário do meu organismo (Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP – OESL) viveu-se uma situação de desautorização de uma decisão da direcção deste organismo (DOESL). Essa decisão consistiu na elaboração de um documento em que a DOESL pedia explicações à direcção do Partido acerca das razões que teriam levado os camaradas Helena Medina e António Tavares a demitirem-se e considerava grave que a mesma direcção ainda não tivesse dado explicações acerca do sucedido. O mesmo documento acrescentava que aquela ausência de resposta por parte da direcção do Partido alimentava o clima de suspeição interna, processos de intenções e outro tipo de actividades contrárias a um debate são e fraterno.
O plenário marcado tinha como ponto único da ordem de trabalhos a discussão do primeiro capítulo das Teses. Mas o facto de o jornal «Expresso» ter publicado uma notícia sobre este assunto e a DOESL não ter informado os militantes de base sequer da existência de tal documento, motivou logo no início muitas questões por parte dos presentes. Perguntámos se tal documento existia, o que dizia, porque tinha sido aprovado, porque não tínhamos sido consultados previamente e porque não fomos informados depois da sua aprovação.
Inicialmente a direcção furtou-se às nossas perguntas, alegando que esse não era o assunto do plenário e que o documento era interno. Finalmente, após os protestos de muitos camaradas, decidiu-se alterar o objectivo daquela reunião e entregar cópias do documento aos presentes.
Iniciada a discussão, percebemos que todo o processo estava cheio de irregularidades, pois a dita reunião não tinha na sua ordem de trabalhos qualquer referência a um assunto daquela natureza, apesar de uma proposta de conclusões ter aparecido impressa no início da reunião. Ficámos estupefactos ao ler nas ditas conclusões o nome dos presentes e o seu sentido de voto, sentimento agravado quando um camarada, presente na dita reunião, disse que o seu voto contra não constava, ficando apenas registados votos a favor e abstenções. A tudo isto a maioria dos elementos da direcção desculpou-se com erros e *gaffes*.
A esmagadora maioria dos camaradas presentes condenou fortemente todo o processo acusando-o de antidemocrático e de não cumprir com nenhum dos métodos de trabalho a que estamos habituados. Mas a principal crítica foi feita ao facto de aqueles elementos da direcção que estiveram empenhados em todo este processo terem agido como tendo a legitimidade de tomarem as decisões que entendessem, sem terem qualquer necessidade de falar com os camaradas do organismo de base, nomeadamente tomando decisões que sabiam no mínimo polémicas sem a convocatória de qualquer plenário, ou qualquer outro tipo de auscultação, formal ou informal. A sua acção não tinha sido a de uma direcção com a função de representar as bases, mas a de, por terem sido eleitos, poderem fazer o que bem entendessem. Ficou claro que aquele documento nunca teria sido aprovado naquele plenário.
Este dia foi muito importante para o nosso organismo. Mostrámos à nossa direcção uma profunda insatisfação face a uma medida por eles tomada, agravada pelo método utilizado. Nunca o seria se fossem aplicados os princípios de democracia interna que temos.
Eu, pela minha parte, aprendi que temos o poder de escolher o rumo que queremos, mesmo se por vezes alguns dos nossos dirigentes não cumprem a sua missão e enveredam por caminhos e práticas com os quais discordamos.
É para isso que cá estamos, seja num plenário ou no congresso.

Sérgio Morais
Lisboa

Bernstein ressuscitou ou nunca morreu?

A pergunta, por estranho que pareça é bastante pertinente nos tempos que correm, na medida em que o oportunismo é um fenómeno vivo e persistente e para o qual a carta do camarada Feijão muito a propósito chamou a devida atenção. As Teses abordam este tema de forma muito superficial.
Dizer-se como se diz (ponto 1.2.27) que se continuam a manifestar no movimento comunista traços negativos e processo de degenerência, é manifestamente insuficiente tendo em conta a gravidade da questão.
A luta ideológica não se ganha com eufemismos. As coisas devem ser chamadas pelos nomes. Trata-se de oportunismo, esse vírus altamente mortífero para os partidos comunistas que o não combatem a tempo.
É nesse vírus que os inimigos de classe sempre depositaram as esperanças de desagregação dos partidos revolucionários, esperanças que se fundam na base objectiva que é constituída pelos elementos pequeno-burgueses, vacilantes política e ideologicamente.
Faça-se o quadro social dos proponentes de certas teses desagregadoras dos princípios orgânicos e ideológicos do Partido. Comparem-se as posições de Carlos Brito com a intervenção do Sr. Pina Moura no XIII Congresso e digam-me se descobrem alguma diferença e, para usar uma feliz expressão, se a clonagem ideológica não é uma realidade.
É pena que alguns membros do Partido não tivessem começado mais cedo a explicitar aquilo que já se intuía nas entrelinhas. Ficou-se a saber para aonde nos querem empurrar. Como Rosa Luxemburgo, apetece dizer: «Bastou que o oportunismo começasse a falar para demonstrar que nada tinha a dizer.»
Respondendo à pergunta inicial direi que Bernstein está vivo e bem vivo. Não lhe cabe a responsabilidade de ter inventado o oportunismo, na medida em que este tem uma base objectiva. Cabe-lhe, isso sim, o mérito de pela primeira vez se ter procurado dar uma fundamentação teórica ao oportunismo em contraposição ao marxismo.
A essência do oportunismo está no abandono da perspectiva de classe, o que é contrário ao marxismo. Ainda aqui nos socorremos de Rosa Luxemburgo: «O oportunismo não está à altura de construir uma teoria positiva que resista, um mínimo que seja, à crítica. Só é capaz de atacar alguns princípios isolados da doutrina marxista; mas como essa doutrina constitui um edifício solidamente implantado, acaba por atacar todo o sistema, do último andar aos alicerces.»
Palavras premonitórias, comprovadas por toda a experiência do movimento comunista e revolucionário. Os oportunistas começam por separar Lenine de Marx e acabam por renunciar a um e a outro. Em nome da criatividade, da resposta aos novos tempos, da livre circulação de ideias, atacam os fundamentos da própria organização. «Abertos» à sociedade, conceito ideologicamente neutro, absolutizam as transformações tecnológicas, nomeadamente as da informação, renunciam às posições marxistas-leninistas quanto ao carácter e à natureza da classe operária e dos trabalhadores como forças revolucionárias fundamentais, sobrevalorizando o papel das transformações técnico-científicas e o crescimento numérico da intelectualidade.
A unidade da forma e do conteúdo, princípio básico dos partidos marxistas-leninistas, é posto em causa pelos ataques ao centralismo democrático, garante da unidade ideológica e de uma organização combativa e coesa, com elevado nível de democracia interna.
Em nome de pretensos resultados imediatos, abandonam os objectivos estratégicos. O movimento é tudo, o objectivo final, nada.
O oportunismo deve ser combatido em duas frentes: no plano prático, defendendo os fundamentos orgânicos que garantam a solidez e a coesão do Partido; e no plano teórico, desmascarando a natureza antimarxista do oportunismo.
Por tudo isto proponho que a proposta de Resolução Política a apresentar ao Congresso aborde de forma fundamentada as questões do oportunismo.

José Alves
Lisboa

E a luta de classes continua

Temos vindo a assistir a um desfilar de textos produzidos por camaradas que porque põem em causa a linha política e a direcção do PCP, o marxismo-leninismo, o funcionamento, prática e objectivos do PCP, têm imediato empolamento e garantia de reprodução na Comunicação Social. Alguns municiam, colaboram, dão entrevistas, cujo fio condutor comum e objectivo central é o ataque ao PCP.
Esta campanha violentíssima contra o PCP, merecia do colectivo partidário e particularmente da direcção uma resposta serena e firme. Não nos iludamos, ela deixa marcas e tem consequências graves.
A Comunicação Social faz transcrições de cartas à direcção do PCP com opiniões próprias ou de fracção. Trata-se de uma campanha com artigos diários nos jornais, nas rádios e nas televisões que são propriedade dos nossos inimigos de classe. Agora até o Congresso pretendem adiar. Pretendem com chantagens várias impor de fora para dentro o que não conseguem dentro das normas do Partido.
Aos «reformadores» que querem alterar os princípios deste PCP, que defendem que deixemos de ser comunistas, que o PCP traia os princípios e traia a classe operária e os trabalhadores que foram a

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

génese e são o verdadeiro motivo da existência do PCP, temos que responder com firmeza.
Os nossos princípios, que definem a classe operária e os trabalhadores como os protagonistas da História, revelam-nos à evidência que, apesar de todas as evoluções possíveis do capitalismo e seja qual for a sua fase histórica, permanece imutável a natureza do capitalismo, que faz da apropriação da mais-valia, resultante da exploração do homem pelo homem, o seu principal objectivo.
Não condeno os que mudam de opinião, de ideologia e de objectivos, mas estou contra os que queiram arrastar o PCP nessas mudanças.
Admito que haja «cansados da luta», «folhas mortas» e «desistentes». Mas não queiram que nós, comunistas, sigamos o exemplo.
Ser militante comunista no PCP é um acto voluntário. Mas isso obriga à aceitação do Programa e ao respeito pelos Estatutos. Não se enganem, nem enganem outros. Aqueles que pretendem outro Programa e outros Estatutos, ao começarem por descaracterizar o PCP, afinal, querem de facto outra «coisa».
Em anteriores situações semelhantes, vários militantes saíram do Partido. É certo que alguns não abandonaram a luta e afastaram-se, até, das acções divisionistas para que foram arrastados e com as quais colaboraram. Mas os principais promotores das acções divisionistas, passaram a ser verdadeiros serventuários do capitalismo, vendendo-se por «um prato de lentilhas» e ocupando o «tacho» no aparelho de Estado.
Quando as fracções surgem no Partido, quem as organiza já está noutro «partido» e passa a trabalhar mais contra o PCP do que a aplicar a orientação e as decisões colectivas. E como não conseguem descaracterizar e desfazer o Partido, procuram sempre fazer o maior estrago possível, aproveitando ao máximo a sua permanência nas nossas fileiras.
Contra estes «rachados» de novo tipo, o Partido tem o direito de se defender e a direcção do PCP tem o dever de lhes dar combate e de tomar medidas específicas adequadas à situação. O Partido não pode continuar indiferente, como se nada existisse.
A luta pelo socialismo e o comunismo só começou há 150 anos! A Comuna de Paris e a Revolução de Outubro foram apenas etapas/batalhas. Outras batalhas houve que foram derrotas ou vitórias do movimento comunista. É indiscutível que nenhuma das grandes conquistas dos povos se podem desligar da acção abnegada, do sacrifício e da solidariedade de milhões de comunistas e da organização e disciplina dos Partidos Comunistas.
Estes anos de avanços e recuos são apenas «uma gota de água» na História da Humanidade. Não desesperemos! O futuro da Humanidade está no socialismo e no comunismo! O pior «modelo» de socialismo é milhões de vezes melhor que o melhor modelo de capitalismo! Esta sociedade capitalista tem os dias contados. Nela, os ricos são cada vez mais ricos e os pobres são cada vez mais! As classes e povos mais desfavorecidos serão os principais protagonistas deste século de História, como o foram no século passado.
Temos de trabalhar para que o nosso Partido continue a ser um partido revolucionário, voltado para a luta de massas, verdadeiro motor das grandes transformações sociais e políticas no nosso país. O nosso povo conta connosco, acredita em nós e tem esperança no papel de vanguarda dos comunistas portugueses.

Álvaro Pato
Lisboa

Viva a luta pelo socialismo e pelo comunismo

(...) Acho bastante boa a caracterização feita nas Teses sobre a situação internacional; sobre a integração europeia; sobre o governo reaccionário do PS e a sua política de direita. Acho insuficiente a abordagem à alternativa político-partidária, concreta, para a saída «da crise»; entendo que o Europeu 2004 não trará nenhum benefício especial ao Povo Português e antes pelo contrário; considero que coligação na Câmara de Lisboa não pode ser «tabu» e que se exige um debate sobre o futuro próximo desta coligação, por exemplo numa Conferência do Partido sobre as próximas Eleições Autárquicas; acho «futurista» aquele finalizar do capítulo sobre a situação internacional «... os comunistas abrirão o caminho para que, no século XXI, o socialismo triunfe sobre o capitalismo...»
(...) Naturalmente que os militantes do PCP querem um Partido unido e actuante, com uma só direcção central; sem facções e «lutas de galos»; com uns mesmos Estatutos comuns para todos e com um só Programa; querem um Partido Comunista com capacidade de combate, preparado e confiante, capaz de continuar a luta de sempre pela unidade dos democratas; pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do Povo Português; contra o poder político-económico e os privilégios, antidemocráticos e retrógrados, do grande capital.
Os militantes do PCP não devem fazer o que querem mas devem querer o que fazem. Com disciplina, modéstia e espírito de Partido. Sem receio de classificações e «rótulos» impostos através dos «órgãos centrais» do grande capital e do Governo PS para a comunicação social... Que os Comunistas façam o seu papel e travem todas as lutas porque, ao que se vê, o grande capital e seus «capatazes» não andam nada distraídos...
Com toda a franqueza: aqueles camaradas que dizem não se reverem nas Teses, não concordar com os Estatutos e com o programa do Partido Comunista Português, na minha opinião, esses camaradas, mesmo quando se dizem «dentro» do PCP, de facto já estão é fora dele!
A questão da alternativa (nós não queremos alternâncias...) político-partidária, a nível do governo, é um importantíssimo problema por resolver e será a questão que «subterraneamente» mais influencia determinadas posições que sendo legítimas o são apenas e só até a um certo limite.
O PCP é um Partido com aspirações e com acção no sentido de chegar ao poder e de o exercer mas numa perspectiva de classe. O poder e o seu exercício são objectivos a atingir para se atingir outros objectivos mas não de qualquer maneira e muito menos a qualquer preço. E, por exemplo, ao pensarmos numa alternativa político-partidária de governo, para curto ou médio prazos, teremos que pensar neste PS , nos seus principais dirigentes, na sua prática política de verdadeiros «executivos» do grande capital. Então como encarar com «eles» qualquer tipo de aliança com incidência governamental? Na base de que programa político? Como é quanto às privatizações? Quanto aos projectos para novas leis eleitorais e de subversão do regime democrático? Quanto ao Euro e ao federalismo europeu às ordens do grande capital e da Nato? E quanto às políticas de rendimentos, retribuições e impostos? E quanto a muitos outros «vícios»? Então como e para quê tal aliança? Para termos um ou dois ministros e meia dúzia de secretários de Estado? «Não, obrigado!»
Pois neste quadro difícil ao PCP «só» resta a luta a partir das suas próprias forças: da acção e reflexão dos seus militantes, da sua unidade e disciplina, do seu programa, do seu ideário, da sua natureza de classe.
Poderemos ter que lutar mais oitenta anos, poderemos até desaparecer um dia. Não temos é o direito de trair a nossa história, a nossa tradição revolucionária e os nossos compromissos. Não podemos trair o nosso Povo e, certamente, o PCP não irá por aí!

João Manuel
Coimbra

A quem chamais comunistas?

Cipriano Justo (médico) reclama que o secretário-geral tome partido pelos comunistas.
Atitude pouco condicente com um comunista (penso eu), atitude marginal de quem não percebe em que Partido está, atitude coerente com uma concepção de funcionamento de partido burguês.
Já antes li e ouvi, analistas e pretensos protagonistas do direito de opinião, rotularem comunistas de renovadores e ortodoxos. Agora cola-se-lhes o autocolante de vencidos e vencedores. Pela minha parte recuso as colagens. Mas não abdico do direito de defender as minhas opiniões e o meu Partido das infâmias tão bem orquestradas pela comunicação social.
No Partido aprendi que a construção da opinião colectiva resulta do contributo individual. Aprendi também que não há trabalho colectivo sem responsabilização individual, aprendi ainda que, (após) construída a opinião colectiva não há vencidos nem vencedores. Há sim uma orientação geral do Partido para todos os militantes. Por isso as divergências de opinião não podem ser rotuladas de clima de suspeição. E muito menos ainda as opiniões minoritárias se podem transformar em dogmatizações arrogantes e intolerantes perante a opinião do Partido.
Afinal quem é intolerante? Afinal quem insulta quem? Afinal quem é que viola as regras estabelecidas e livremente aceites (no acto de inscrição do Partido).
É bom lembrar, Cipriano Justo, que reclama do secretário-geral (como se de um organismo se tratasse) uma intervenção directa. Esquece-se ou tenta fazer-nos esquecer que ele próprio, através de artigo mistificador no «Público», trouxe para a comunicação social dominante (de propriedade dos grandes grupos económicos) o seu contributo para a feroz campanha em curso contra os comunistas e o seu Partido, violando as regras que estão colectivamente estabelecidas. Enfim, a resposta a este tipo de vozes dissonantes é a concentração no debate qualitativo do XVI Congresso, na discussão das Teses, buscando os contributos práticos e teóricos que a vida nos ensinou. Somos seres inteligentes, sabemos o que queremos e do Partido que precisamos para esse querer.
Façamos o debate com confiança no colectivo partidário com todos os comunistas que nele querem sinceramente participar.

Fernanda Pereira
Lisboa

A luta de massas e o papel dos comunistas

O papel dos comunistas nesta frente está bem evidente no capitulo 3.5., em especial nos pontos 3.5.11.2 a 3.5.12. Efectivamente, ali se reafirma que cabe aos comunistas a tarefa de intervir no movimento unitário e organizar a frente social de luta, face ao agravamento dos condições de vida dos sectores sociais mais atingidos pela política de direita iniciada pelos governos do PSD e agora prosseguida e aprofundada pelos governos do PS.
Também se reafirma que a actuação dos membros do Partido se faz de acordo com a orientação do Partido, segundo o princípio da defesa dos associados dessas organizações, respeitando, defendendo e observando a autonomia, o carácter unitário e a vida democrática das organizações e movimentos em que participam. Ainda, os membros do Partido nessas estruturas responderão perante o Partido.
Assim, quando militantes do Partido com responsabilidades em estruturas unitárias rejeitam a orientação do Partido porque ela «é de fora para dentro», creio que vale a pena reflectir um pouco sobre o tema, tornando-se necessário reler o programa e estatutos do Partido, aprovados no último Congresso.
A intervenção do PCP – e portanto dos seus militantes – sustenta-se em ideais, valores e objectivos e rege-se pelo programa e estatutos aprovados em Congresso.
Aí estão definidas as linhas políticas que devem nortear a acção dos comunistas. Aí se afirma que os princípios orgânicos do PCP garantem a participação de todos os militantes na elaboração da orientação do Partido. Por isso não existem, não podem existir orientações de «fora para dentro» porque cabe a todos e a cada um de nós a responsabilidade de construir a orientação do Partido à luz dos princípios consagrados no Programa e Estatutos
do PCP.
Mas para que possa haver lugar à construção da orientação do Partido é necessário que os militantes que participam e detêm responsabilidades no movimento unitário estejam organizados. Ou seja, militem numa das suas organizações, neste caso, integrem um ou mais organismos que discutam a orientação política para a frente unitária onde desenvolvem a sua actividade.
Por concepções que se afastam da correcta orientação do Partido desde o último Congresso, não foi assim que funcionou em alguns sectores, designadamente nos enfermeiros onde não existiu um efectivo acompanhamento sindical enquadrável nos princípios já referidos. O que existiu, e com carácter irregular foi uma comissão nacional, amplamente constituída que, pretendendo discutir tudo, não definiu orientação político-sindical para o sector -

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

nem podia, dada a sua composição. Sem esta orientação, a actuação dos comunistas na estrutura unitária ficou por conta da consciência e do bom senso de cada um. Curiosamente, idêntica situação de falta de acompanhamento sindical se verificou em outros sectores, que sendo acompanhados pelo mesmo membro da Comissão Política apelidado por vários órgãos da comunicação social de «renovador».
Esta é uma das situações que urge corrigir, por forma a que os comunistas que intervêm nesta frente façam em local próprio o necessário e já reclamado debate ideológico, instrumento essencial para a compreensão da estratégia da direita e do partido do governo que a leva à prática por forma a que, no plano unitário, se criem as condições para o combate a esta política privatizadora e cerceadora de direitos laborais.
Não quero com isto dizer que a comissão nacional de enfermeiros não devesse existir. Pelo contrário, é de toda a utilidade que os enfermeiros e as suas organizações profissionais estejam organizados numa comissão amplamente constituída pelo conjunto dos profissionais que intervêm na área da saúde e ainda comissões de utentes, com o objectivo de dar contributos para a construção da orientação do Partido para a política de saúde.
Quero sim reafirmar a necessidade de se dar conteúdo à resolução política que sobre esta matéria foi aprovada em congressos anteriores e que espero venha a ser reafirmado neste.

Alina Sousa
Viseu

Indignação

Fiquei bastante indignado e preocupado ao ler no «Avante!» de 2 de Novembro a entrevista do camarada Carlos Carvalhas sobre as violências verbais, agressividades e etc., que existem em certas organizações do PCP. Eu estava convencido que não existiriam problemas destes no nosso Partido; os camaradas que assim procedem violam as regras democráticas consagradas nos Estatutos que são indispensáveis ao bom funcionamento do PCP pois só os nossos inimigos tiram proveito de tal situação. É urgente resolver estes problemas, não deixar prosseguir este clima degradante, pois eu vi noutros países destruírem-se fortes organizações de partidos comunistas à custa destes mesmos problemas. Não estou de acordo de certos camaradas levarem para a praça pública assuntos que só ao PCP dizem respeito e que só nas organizações deste devem ser discutidas e resolvidas democraticamente, e com o devido respeito pelas opiniões de cada camarada.
Basta com as calúnias fabricadas com que a reacção nos ataca constantemente, em especial nestes momentos, com o fim de nos dividir, enfraquecer, e se possível, paralisar ou desviar a acção do PCP. Vai no interesse do capitalismo tão sujo procedimento, mas é a confirmação que o PCP está no caminho certo, que a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e o País dá os seus frutos: o que não se pode admitir é que certos camaradas, consciente ou inconscientemente, ajudem a levar a água ao moinho dos nossos piores inimigos.
Seguramente alguns camaradas enganaram-se no Partido: sou a favor de alianças com todas as pessoas honestas, todas as forças democráticas que estejam de acordo em trabalhar para a concretização de uma política de esquerda portadora de paz e progresso, a caminho do socialismo. O marxismo-leninismo é o guia indispensável dos partidos revolucionários. Infelizmente certos partidos comunistas abandonaram o marxismo-leninismo, transformando-os em partidos social-democratas, tornaram-se inofensivos ao sistema capitalista e até perderam a sua própria identidade. Isto acontece aqui na Europa com partidos comunistas, que já foram grandes partidos revolucionários, que estiveram na origem das grandes conquistas sociais dos povos, estiveram sempre na primeira linha do grande combate.
Estou de acordo com a direcção do Partido, com a orientação política, com a ligação contínua à base e aos trabalhadores, isto é, um trabalho positivamente leninista.
Apelo aos camaradas que não compram o «Avante!» para o comprarem, pois contém uma magnífica informação nacional e internacional que nos é indispensável e ajuda-nos financeiramente.
Por um bom Congresso. Viva o grande e glorioso Partido Comunista Português.

Américo Amores
Vallaunis - França

Não lhes daremos esse prazer

Nesta importante fase da vida do nosso Partido, com o Congresso à porta, para não variar, os nossos adversários, e principalmente os manipuladores de consciências, os que representam, os que mentem, para colherem dividendos da selva que criaram os nossos inimigos, os inimigos do nosso povo. Intensificam o seu ataque permanente. Omitindo, deturpando e mentindo, através da comunicação social dominante que controlam.
E nós, camaradas, no calor do debate, no desejo, na vontade de encontrarmos o melhor caminho para o digno objectivo a que nos propomos, é natural, é humano, que tenhamos divergências, porventura mesmo até inultrapassáveis. Mas, seja em que circunstâncias for, a tolerância e o respeito jamais devem deixar de estar presentes no nosso relacionamento. Todos os camaradas nos devem merecer esses sentimentos principalmente os com provas dadas de competência e dedicação ao nosso ideal e aqueles que Sofreram privações e suportaram heroicamente as terríveis atrocidades do fascismo (muitos de nós, mais novos, provavelmente não teríamos essa capacidade). Mas, também esses, por muita admiração e respeito que lhes tenhamos, não conseguindo fazer vingar as suas opiniões, deverão acatar as da maioria.
Se não conseguirmos preservar a nossa unidade estamos a prestar um mau trabalho ao nosso partido e a dar um contributo ao objectivo dos nossos inimigos, que é o enfraquecimento e a destruição do PCP.
Para sermos coerentes com a luta que ombro a ombro travamos, temos o dever de nos esforçarmos para evitar atitudes menos reflectidas e prejudiciais. Não podemos. Não devemos dar-lhes esse enorme prazer.

Francisco Ramalho
Corroios

Tenho o direito de querer este Partido

(...) A natureza de classe do Partido «de novo tipo» (o que o torna num Partido diferente dos outros é precisamente esse novo tipo) afirma-se na ideologia marxista-leninista, sem a qual o Partido inevitavelmente enfraquece a sua natureza de classe; revela-se nos objectivos (por ser o único que não se acomoda e por isso se torna extremamente incómodo), porque tem um projecto diferente de sociedade, porque acredita que é possível ao Homem construir uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem; encontra-se também na composição social e a sua correspondência entre a afirmação do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores; revê-se na estrutura orgânica, onde a organização de base do local de trabalho é fundamental (e onde sem dúvida há aí grandes debilidades) e no trabalho de massas seja na defesa de interesses próprios seja na vanguarda da luta popular.
(...) Não me repugna o facto de existirem diferenças de opinião no Partido, só quem não milita e não conhece a vida interna do Partido pode pensar que os membros do PCP são uns carneiros mentecaptos sem opinião própria, obedientes e servis a uns quantos seres iluminados. A prática revolucionária de muitos membros do Partido que nas empresas dão a cara em defesa dos direitos dos trabalhadores é a melhor prova de que não têm o hábito de serem servis nem venderem a sua consciência ao patronato.
(...) É com enorme tristeza e séria preocupação que assisto a um conjunto de membros do Partido subverterem as regras de funcionamento e do debate interno (que aceitaram ao aderir ao PCP), não pelo conteúdo das suas propostas, mas pela forma antidemocrática ao pretenderem impor as suas ideias ao colectivo partidário. É com enorme indignação que assisto à irresponsabilidade de membros do Partido (que pela sua própria responsabilidade deveriam dar o exemplo) conduzirem o debate para fora do Partido, buscando no comunicação social o apoio a ideias que não têm colhido o apoio no seio das organizações do Partido, procurando assim de fora para dentro influenciar o debate preparatório do Congresso, através de métodos que vão claramente contra os Estatutos em vigor. Creio não se tratar já de diferenças de opinião mas de claras divergências quantos aos princípios de funcionamento, de identidade e natureza do Partido que somos, comprovados pela prática e pela acção desses mesmos membros e a qual questiono.
Por que procuram o apoio da comunicação social para difundir as suas teses? Se colhessem o apoio das organizações do Partido seria necessário recorrer a esse método? Estarão convencidos que se as suas teses conduzissem ao reforço, fortalecimento e crescimento do PCP seriam acolhidas de igual forma pela mesma imprensa que escamoteia as propostas e a actividade do PCP.
Não creio que ninguém esteja convencido disso. Creio que há um conjunto de membros do Partido que alteraram a sua linha de pensamento e de acção, que os move outros objectivos, que desejam e aspiram a um Partido diferente. Creio que cada um tem o direito de optar e escolher o Partido que quer. E se há alguém que não se revê no projecto do PCP tem todo o direito de mudar, ir para outro partido ou até construir um novo partido, por que não? Não têm é o direito de querer impor uma mudança (ainda por cima por métodos enviezados) dum Partido e dum projecto que muitos e muitos militantes como eu desejam continuar a ter.
Creio que pelo facto de até agora não ter havido nenhuma sanção por uma actividade que não se coaduna com a de nenhum membro do PCP é a melhor prova da tolerância e do amplo espaço de debate que existe na nossa organização interna. É bom recordar que até agora ninguém foi afastado nem demitido. O que se assiste é a demissões e auto-exclusões, o que não deixa de ser normal para quem não se revê neste Partido e neste projecto.
Confio no grande colectivo partidário que é o PCP e estou certo de que o XVI Congresso, que se realizará em inícios de Dezembro, confirmará a vontade dos comunistas portugueses em querer ter um Partido assim.

Jorge Amorim
Castelo Branco

Desvio social-democratizante ou revisionismo dogmático

1. Em recente plenário da organização a que pertenço chamei a atenção para a publicação, na imprensa não partidária, de uma carta de um membro do CC onde se levanta a questão da justeza da aplicação da expressão marxismo-leninismo. Essa chamada de atenção, que suscitou múltiplas intervenções, por vezes em sentido diametralmente opostos, e foi mal entendida por alguns camaradas, destinou-se apenas a registar a preocupação expressa por um camarada que já assumiu altas responsabilidades no Partido sobre questões tão importantes como a dos termos de definição da base ideológica do Partido e a da necessidade de clarificação de conceitos que possam ser confundidos com práticas e posturas ideológicas estranhas ao comunismo, como a prática estalinista, maoísta ou polpoteana.
Quando essa preocupação existe e se constata, é no mínimo estranho que a direcção do Partido, mesmo que por unanimidade, conclua que o Programa e Estatutos estão fora do âmbito de discussão do próximo congresso, nem que fosse para reafirmá-los na sua integridade. As múltiplas intervenções sobre questões de base ideológica na «Tribuna do Congresso» estão aí para provar a necessidade desse debate e a falta de justeza política da decisão tomada.
2. Quanto ao assunto, penso que a expressão marxismo-leninismo é definida, nos documentos programáticos do Partido, de forma suficientemente ampla para poder ser aceite pela esmagadora maioria dos militantes. Na Nota de Trabalho para o XVI congresso aprovada pelo CC e que foi entregue às organizações, o marxismo-leninismo é definido como uma «ideologia crítica e transformadora e sistema aberto que, sem ▶

Tribuna do Congresso

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

dogmatização de teorias e conceitos, constantemente se enriquece e se renova.»
O problema não residirá tanto em substituir a expressão «marxismo-leninismo» pela de «pensamento de Marx, Engels e Lénine» mas em afirmar, na nossa produção teórica e na prática quotidiana, a clara rotura entre o marxismo-leninismo e as aberrações estalinistas, permitindo aos militantes, aos trabalhadores, aos cidadãos, distinguir essa diferença e avaliar no seu justo peso o discurso democrático e revolucionário do PCP.
3. De 1988 a 1996, o Partido plasmou nas resoluções políticas dos seus congressos, do XII ao XIV, uma análise crítica séria das causas da queda dos regimes socialistas a Leste, identificando gravíssimos traços negativos nesses regimes, que expressamente se constata terem comprometido e conduzido à derrota o projecto socialista, de que três ou quatro exemplos chegam para o nosso debate actual:
- o marxismo-leninismo frequentemente dogmatizado e instrumentalizado para justificar práticas ultrapassadas e aberrantes;
- o abafamento pela direcção da vida democrática interna do Partido, instalando a imposição administrativa de decisões;
- graves limitações ao direito à informação e à afirmação da opinião diversificada;
- desarmamento dos militantes, dos trabalhadores em geral, pelo divórcio entre a informação e a propaganda e a realidade.

Nesses mesmos documentos, a direcção do nosso Partido faz uma apreciação autocrítica quanto às suas responsabilidades:
- em não se ter distanciado publicamente, nas suas linhas programáticas e nas posições políticas, desses gravíssimos erros;
- ao não ter tido em conta as informações e críticas que lhe chegavam, inclusive de militantes do Partido;
- ao não ter transmitido ao Partido elementos de informação e esclarecimento que o preparassem para a sua luta e para a mais adequada compreensão das complexidades do processo revolucionário.

E concluía pela necessidade de tirar os necessários ensinamentos em relação ao futuro. São essas orientações, que não foram alteradas por nenhum congresso, que continuam em vigor, da direcção à base do Partido.

Mário Sena Lopes
Lisboa

Por um Partido virado para a vida

1 - Torna-se imperioso manter a unidade interna, no respeito pela diversidade de opiniões de todos os camaradas. Para tal, urge fazer a desmontagem da ideia que os nossos inimigos pretendem fazer passar, de que o debate ideológico entre «ortodoxos» *versus* «renovadores», é a questão central deste Congresso e a razão principal dos problemas que nos afectam.
Na verdade, tenho para mim, que um Partido Comunista esvaziado dos princípios ideológicos e programáticos de Marx, Engels e Lenine perde a razão de ser da sua existência. Da mesma forma que a manutenção dos símbolos que sempre nos identificaram como forma determinante na defesa dos interesses vitais dos trabalhadores são para mim valores inquestionáveis.
2 - O desafio determinante que se deve colocar aos comunistas no limiar do novo milénio, é saber se seremos capazes de aplicar os nossos princípios programáticos e ideológicos, sem tibiezas e com determinação, às mutações que vertiginosamente se operam na sociedade. A necessidade de aprofundamento da análise das classes sociais, a sua composição qualitativa e quantitativa, devem ser uma preocupação premente de todos nós. A ousadia da implementação deste estudo e as consequentes acções que viermos a tomar, permitir-nos-ão imprimir uma nova dinâmica da inserção do Partido na sociedade actual.
3 - O Partido e a vida democrática exigem de todos nós formas novas e mais criativas de funcionalidade. De nada vale enterrar a cabeça na areia, face ao definhamento de muitos organismos partidários. Determinar as causas deste problema é uma questão vital.
A derrocada interna deve ser reforçada no sentido de proporcionar a cada militante o sentimento de que ele mesmo é parte integrante da vida partidária.
Urge relançar o espírito de militância, não apenas (como muitas vezes acontece...) em períodos eleitorais, com exclusivos apelos ao «obreirismo» e ao «tarefeirismo»!
A manifesta necessidade duma criteriosa selecção do quadro de funcionários, nas suas componentes ideológica, política, cultural e organizativa, devem ser urgentemente encarados como factores determinantes ao objectivo acima proposto.
A descentralização de funções e tarefas, exige a necessária capacidade dos funcionários, em delegar responsabilidades no âmbito da organização, em quadros não funcionalizados junto dos organismos de base.
A premente necessidade de reavaliar a composição e estrutura dos organismos de direcção do Partido tornando-os mais eficazes e estando sobreposição de funções (ex.°: secretariado, comissão política, comissão de controlo de quadros, etc.).
As acções acima sugeridas, podem facilitar o relançamento de muitas organizações, conduzindo ao reforço da vida democrática no interior do Partido.
Caminhemos pois para o nosso XVI Congresso, com serenidade, tolerância pela multiplicidade de opiniões, sem anátemas sobre qualquer camarada, com muita fraternidade e a necessária capacidade de análise crítica que a humildade revolucionária exige.

Rogério Miranda
Queluz

De livre vontade

Foi sob o símbolo do marxismo-leninismo que entrei, ou melhor, aderi ao Partido Comunista Português. Aderi de livre vontade, ninguém me obrigou, repito, de livre vontade em Dezembro de 1975.
Com o decorrer da militância, compreendi que sem os princípios do marxismo-leninismo o Partido ficaria descaracterizado na sua essência como o Partido dos operários, camponeses e todos os trabalhadores em geral.
No dia em que pensar - e oxalá que não - em ser social-democrata, isto é, arranjar algum tacho, jogar na bolsa, frequentar boites, casinos, a lamber as botas do capital, exibindo o sorrizinho desdentado e desfazendo-me em vénias, então sim poria em causa o marxismo-leninismo e, como tal, sentir-me-ia a mais a continuar no Partido. Oxalá que não e que mantenha as ideias que tenho.
Viva o Partido Comunista Português e Marx, Engels e Lenine.

Mário Mota
Montemor-o-Novo

A quem interessa a campanha contra ao PCP?

Considero as teses apresentadas à discussão em todo o Partido, no âmbito da preparação do XVI Congresso do PCP, como um bom documento que merece a minha aprovação.
Tenho estado também atento à campanha que a comunicação social dominante vem fazendo contra o nosso Partido e não fico admirado com esses ataques, porque todos sabemos que a comunicação social é dominada e suportada pelos grandes grupos económicos e financeiros, que não suportam a existência do PCP, um partido revolucionário que existe e luta exactamente contra a concentração da riqueza e pela justiça social, e portanto desejariam vê-lo enfraquecido e destruído. Daí, portanto, não vem qualquer novidade. É da sua natureza combaterem o nosso Partido, exactamente porque o nosso Partido está do outro lado: do lado dos explorados, do lado dos oprimidos, do lado dos trabalhadores, do lado da classe operária.
O que me admira (e espanta) é que haja membros e dirigentes do Partido que colaborem com os seus artigos e entrevistas nesses mesmos órgãos, não para divulgar as posições do Partido, mas para se integrarem na campanha contra o partido, às vezes até com enorme violência.
Acho condenáveis tais procedimentos. Não posso deixar de condenar os membros e dirigentes do Partido que passaram a funcionar neste jogo combinado com a comunicação social dominante, passando informações que estes depois ampliam para tentar perturbar o partido e denegrir a sua imagem pública, levando muitas pessoas que nos achavam diferentes dos outros partidos a desabafarem com visível desilusão: afinal são todos iguais.
E a verdade é que sem a colaboração desses membros e dirigentes do Partido nunca esses órgãos da comunicação social poderiam levar tão longe as suas campanhas de intoxicação.
E, depois, como se pode perceber, senão na mesma linha dessa colaboração, algumas demissões do Comité Central logo seguidas de manifestações de solidariedade, por sua vez, logo de seguida publicadas na comunicação social, de uma forma tão rápida e escalonada, que deixa visível um qualquer elo de ligação e colaboração.
Se o que querem com estas campanhas é desestabilizar o Partido e impedir que ele prepare serenamente o seu congresso ou desde já tentar prejudicar o seu êxito, que se desenganem, porque este Partido saberá dar a resposta adequada com um grande congresso.
Este partido é muito necessário na sociedade portuguesa. Mas tem que ser um partido diferente dos outros. Tem que ser um partido voltado para a transformação e não um partido acomodado a este estado de coisas.

Jorge Veiga
Viseu

A razão de ser do Partido Comunista

Na comunicação social dominada mas que se diz dominante, têm aparecido várias atoardas sobre o PCP, apregoando em voz esganiçada que o Partido está dividido em renovadores e ortodoxos. O engraçado é que alguns membros e dirigentes do Partido alimentam ou se têm alimentado de tal situação. Esquecendo-se uns e outros que o Partido é muito mais do que eles querem fazer crer, não se resumindo a esse monólogo de uns tantos tentando adormecer o grande colectivo do glorioso Partido Comunista Português, assim mesmo com todas as letras.
É que nenhum Partido Comunista (digno desse nome) se constrói renunciando a princípios fundamentais, designadamente aqueles que decorrem da sua base teórica, marxismo-leninismo, da natureza de classe, classe operária e de todos os trabalhadores, do seu funcionamento, o centralismo democrático e do intrínseco desenvolvimento criativo.
Por outro lado, nenhum Partido Comunista (digno desse nome) pode permitir a dogmatização desses princípios e análises da realidade e da vida. Como também nenhum Partido Comunista (digno desse nome) sobrevive se não se rejuvenescer, ou seja, atrair para os seus ideais e princípios e incluir no seu seio os jovens. É dando forma e conteúdo a estes princípios, que se construiu este imenso colectivo partidário, que deve estar unido e coeso na defesa daqueles de quem foi, é e será a vanguarda revolucionária, a mola impulsionadora para a construção de uma sociedade onde não haja a exploração do homem pelo homem, a sociedade socialista e por fim o comunismo.
Não é nem será nunca, alinhando com a comunicação social dominada e não dominante, que damos o melhor contributo, o que seria deste Partido caso muitas das suas decisões internas fossem tornadas públicas fora do seu

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

devido tempo e lugar. Vários o têm feito, sabendo muito bem que essas atitudes prejudicam o PCP, o seu colectivo partidário e o futuro da luta dos trabalhadores e dos povos.
O que seria de uma célula de empresa ou outra, caso as suas decisões fossem públicas ou do conhecimento do patrão, ou ainda qual a posição deste ou aquele camarada na dita reunião, as decisões são do colectivo e não deste ou daquele camarada, ou se está na luta em defesa de uma causa ou então procura-se a promoção pessoal.
No entanto, há quem se ponha em bicos de pés à espera de ser visto ou de sair nas colunas sociais para serem notados e dar nas vistas. Esquecendo-se muitos deles que, não fora o PCP, este Partido Comunista Português, e ainda hoje seriam ilustres desconhecidos no Partido e no país.
Felizmente que o PCP é muito maior do que as suas mesquinhas e torpes ideias, como não colhem, falam em «ortodoxos cinzentões», tentando métodos e práticas que não aprenderam, nem nunca lhe poderiam ser ensinadas porque não eram prática, sabendo bem que estão a violar a prática e os estatutos do PCP.
Falar de alguns textos subscritos de entrevistas, da divulgação de actas, de decisões de alguns inscritos e até de dirigentes do Partido, é o mesmo que mexer num animal morto passado três dias. Mas para que o PCP seja mais forte, mais influente, renovado, transparente, próximo da área do poder, não é através das portas escancaradas, do tudo ao molho e fé em deus, é sim influenciar mais portugueses e ganhá-los para as nossas posições.
Somos mais fortes quanto mais longe chegar a nossa mensagem, somos mais influentes, recrutar mais jovens, trabalhadores, estudantes, intelectuais, assim será mais renovado, sermos coerentes na defesa das nossas ideias, na apresentação de propostas, na acção diária do nosso trabalho, somos transparentes. Finalmente atingindos estes objectivos, estamos então próximos da área do poder.
É que fomos, somos e seremos sempre comunistas.

Baltasar Almeida
Viseu

Teoria para transformar

Fui surpreendido com a publicação no «Avante!» de uma carta por mim enviada para o jornal há alguns meses.
Como a redacção entendeu não publicar a mesma, e por considerar que a mesma pode induzir em erro quem não souber deste pormenor, solicito a publicação deste texto adicional.
Reafirmo todo o conteúdo da mesma, cujas reflexões foram provocadas por intervenções menos conseguidas e a despropósito, do nosso camarada Álvaro Cunhal, em relação a Cavaco Silva, em relação a Carlos Carvalhas e em relação aos «sociais democratas».
Estou sincera e profundamente preocupado com o estilo e métodos com que os organismos de direcção têm pautado a sua actividade.
Como podem esses mesmos organismos solicitar às direcções regionais que mobilizem as organizações para o debate sem constrangimentos, quando os órgãos de Direcção não o conseguem?
Como pode o nosso Partido ter uma visão global do país se nos encontramos fechados à sociedade?
Qual é a nossa participação em associações, sindicatos e colectividades?
Qual é o grau de organização do nosso Partido? As dificuldades são nas zonas difíceis ou estão ocultas também nas zonas de influência?
Quais os meios disponíveis para a realização do trabalho em meios humanos e materiais?
Não temos que ter medo em abrir a discussão e o Partido. Temos que praticar o que defendemos em teoria.
Temos que ser um Partido diferente dos outros.
Tem a Direcção do Partido a obrigação de prestar contas aos organismos inferiores como forma de conseguir uma velocidade única no desenvolvimento da nossa actividade.
Não é próprio de comunistas os comportamentos que temos assistido. Ou arrepiamos caminho ou sairemos mais fracos desta refrega.
Não resultam ameaças de sanções, rótulos ou recados indirectos.
Não resulta dizer que nada vai mudar, atendendo a quem decide são os militantes. Finalmente, e como fecho, quero deixar um apelo à discussão aberta de todas as questões que militantes e organizações entendam colocar, única forma de sairmos desta embrulhada mais fortes e alicerçados numa análise acertada dos mundos modernos.
Não é por afirmarmos «100 vezes» que somos marxistas-leninistas, que o somos mais. Temos é que utilizar a teoria para transformar.

Francisco Madruga
Mogadouro

Uma opinião à distância

Com o jornal «Avante!», chega-nos às mãos o caderno das Teses que o PCP se propõe levar ao seu XVI Congresso.
Trata-se de um trabalho sério de avaliação abrangente e ordenada das políticas do Partido no plano nacional e internacional, no contexto da chamada «globalização».
Para quem vive a sete mil quilómetros de distância - e há dezenas de anos - não é fácil assimilar o vasto leque de teses e questões que a vida política portuguesa produziu nestes últimos 4 anos. É claro que a culpa não é da qualidade das teses, mas sim de quem vive distante. Mesmo assim, continuo achando que deveria ser estudada uma forma de dizer tudo o que se diz nas teses com menos teses ou palavras, sem prejuízo do conteúdo. Como é sabido, o PCP sempre foi celeiro de cabeças pensantes, por isso há que confiar.
A rica explanação com que o PCP inicia seu projecto de resolução política pelo tópico «Política Internacional», dá-nos com bastante clareza e objectividade a teia das grandes potências (G-7 e outras) na implementação da chamada «globalização», nova versão de dominação imperialista.
As doze páginas com que o Partido aborda este tema são de grande importância, se levarmos em conta o grau de envolvimento com que os governos PSD e PS comprometeram os interesses de Portugal e dos portugueses, com graves consequências para a paz, a cultura nacional e a massa assalariada do país.
Quem vive na emigração não pode deixar de tomar nota do ponto 3.5.107, «As Comunidades Portuguesas». Pelo que se constata, a diminuição do número de imigrantes que há algum tempo projectavam o regresso a Portugal é uma realidade hoje. Preferem permanecer nos países de acolhimento, o que vem confirmar a incapacidade dos governos PSD e PS em criar políticas de desenvolvimento produtivo, que pudesse induzir o emigrante ao regresso às suas regiões de origem, quando é sabido que o montante das suas remessas permite e exige uma política nesta direcção.
Mas, para um opinante à distância, fica mais fácil recorrer às opiniões dos tribunos da Tribuna do Congresso que o «Avante!» coloca à disposição dos leitores. Como se pode ver, as opiniões, naturalmente diferentes, reflectem o desejo de participar e opinar sobre a vida do seu Partido. Como exemplo da diversidade, valho-me das opiniões de dois camaradas tribunos: Vítor Serrão e José Neves, ambos de Lisboa.
Fixemo-nos, por exemplo, no que diz o camarada Serrão. Diz ele (e muito bem) que «no momento de maior aceleração do debate interno do PCP (a par de uma fortíssima campanha dos *media*, agitando fracturas e expondo «confronto de tendências», campanha essa que mais não visa que fragilizar a visibilidade do Partido e impedir a sua abertura natural), é imperioso apelar ao reforço da unidade entre camaradas».
Julgo que é na abertura natural a que se refere Vítor Serrão que está a chave do problema, e o espaço para essa abertura é o congresso, tendo a «democracia interna» como instrumento válido e permanente na prática da vida partidária. Não temos dúvida que será alcançado. O PCP é uma força necessária e indispensável à democracia e ao povo português.
Já o camarada José Neves centra o seu questionamento em práticas e omissões no âmbito da organização interna do PCP. São questões que merecem ser levantadas e avaliadas à luz dos princípios acima expostos. Mas, daí a incluir no seu Telegrama (2.A) o retorno a 1917 e desenterrar Trotsky, Bucarine e Estaline, convenhamos camaradas, ao menos respeite-se a lei de protecção do ambiente!...
A honrada história do PCP nada tem a ver com experiência de outros partidos, em outras épocas e outros países. A revolução de milhares de comunistas e o seu Partido foi, pela palavra e a doação, na conquista da liberdade e da justiça para os explorados e oprimidos, pelo socialismo. Esta é a honrada história do PCP ao longo da sua existência.

Manuel Lourenço Neto
Rio de Janeiro - Brasil

Verdade e objectividade

Para que todos possamos continuar a debater com verdade e objectividade, eis mais alguns pequenos contributos.
Dar uma entrevista a um jornal nacional a propósito de um «livro de ficção» sobre a vida interna do Partido e nela afirmar que «não queria voltar agora às questões internas do partido» e que «depois da última reunião do CC, remeti-me ao silêncio...» (entrevista de Carlos Brito ao «Diário de Notícias» de 5/11) é ser muito pouco, ou nada objectivo.
É acima de tudo atirar-nos areia para os olhos (**facto** comprovado pela sabedoria popular).
Escrever colectivamente uma carta ao secretário-geral do Partido e promover a sua abertura à sociedade (carta aberta ao secretário-geral do PCP de Antero Pires e outros camaradas, publicada no jornal «Público» de 27/10) não é contribuir «... para um Congresso que seja um amplo e participado debate...» como dizem defender. É fazer trabalho fraccionário (**facto** não admitido pela alínea h) do n.°2 do Artigo 16.° dos Estatutos). Insinuar, ou antes, afirmar que «... a vontade de um grupo de dirigentes se tenta sobrepor à do colectivo partidário» e não dizer quem, como e quando, não é apenas ser pouco objectivo. É criar um clima de intolerância, suspeição e discriminação, é lançar ilegítimas e absurdas acusações, é atribuir a camaradas as piores intenções e objectivos sem qualquer fundamento (**factos** que resultam da mentira e de pretenderem atribuir a outros os seus próprios comportamentos).
O Programa e os Estatutos não serão provavelmente discutidos – a decisão final depende do próprio Congresso (facto que está previsto na alínea a) do Artigo 28.° dos Estatutos) – porque, ao contrário do que a carta insinua, o CC legítima e democraticamente assim o decidiu (**facto** comprovado através do comunicado do CC de 16 e 17/06/00) e porque, como não podia deixar de ser, a opinião do colectivo partidário se sobrepôs à de um pequeno número de camaradas, entre os quais, aliás, me incluo (**facto** revelado pelo SG do Partido na sua entrevista ao Avante de 2/11).
Utilizar o prestígio resultante do desempenho de algumas tarefas partidárias ou de cargos políticos em representação do PCP e/ou adquirido por indiscutíveis méritos pessoais (diversos camaradas em diversas ocasiões, com destaque para João Amaral e Carlos Brito, devido às particulares responsabilidades partidárias) para intervir de forma quantitativa e qualitativamente diferente nos debates preparatórios do Congresso (factos possíveis de encontrar em inúmeros órgãos de comunicação social nacional e regional) demonstra não apenas falta de respeito para com os outros militantes do Partido, como é revelador de autoritarismo, arrogância e ausência de espírito e práticas democráticas (é um **facto** que afinal a transversalidade da circulação da informação pode beneficiar, democraticamente claro, apenas alguns).
É responsabilidade da direcção do Partido garantir, no que de si depender, a democraticidade do Congresso e do seu trabalho preparatório, em nome da verdade e da objectividade.

Vítor Martelo
Seixal

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

Nem todos os caminhos são certos

A longa e ímpar história do PCP de quase oito décadas, em que milhares e milhares de camaradas, em momentos particularmente difíceis da vida do nosso Partido, não abdicaram dos firmes princípios e normas de funcionamento tendo em vista a eficácia da luta em defesa dos trabalhadores e do povo português, foi causa dos sucessos alcançados.
Não foi por mero acaso que o nosso Partido alcançou importantes vitórias e deu a maior contribuição na resistência ao fascismo, nas condições que levaram ao 25 de Abril e na implementação do regime democrático, isso sim, fruto de muito trabalho, dedicação e firmeza ideológica e revolucionária.
Se toda a experiência positiva da vida do Partido resultou onde outros claudicaram, não me parece aconselhável, muito pelo contrário, que copiemos experiências negativas, experimentadas noutros partidos que acabaram no enfraquecimento eleitoral, político e social, a que se juntou o enfraquecimento organizativo, quando não o desaparecimento como partidos comunistas.
Copiar os insucessos que nos vêm de Espanha, França, Itália ou seguir homens em vez de perseguirmos ideais, tenham eles o passado histórico que tiveram, abandonando a nossa própria experiência histórica, a meu ver levaria ao enfraquecimento do Partido e da luta de massas. Seria certamente dramático para o Partido e para os trabalhadores.
Igual será errado irmos atrás de experiências deste ou daquele dirigente, deste ou daquele distrito, nalguns casos onde até sabemos que o Partido, sendo mais forte, atravessa mais dificuldades que no meu próprio distrito. Com resultados eleitorais percentualmente abaixo do nível nacional e com situações de quadros à beira da ruptura, com a perspectiva do abandono daqueles a quem deve caber a maior responsabilidade em segurar, consolidar e fortalecer o Partido.
Não é segredo para ninguém, nem caso único, que há camaradas que, depois daquilo que consideram um desaire eleitoral, passam a questionar o trabalho do Partido em geral, numa posição de passa culpas, em vez de questionarem a sua intervenção. Imagino que nessa sua reflexão, talvez porque se consideram seres superiores, não vêem em si as deficiências, mas tão-só os erros alheios, advogando soluções simpáticas aos olhos da burguesia, como o abandono do marxismo-leninismo e do centralismo democrático, medidas do abandono de princípios e firmeza ideológica.
A superação dos erros e das insuficiências devem ser feitas no quadro dos princípios e valores históricos do nosso Partido, da nossa vivência democrática, que são normas e valores devidamente assumidos no programa e estatutos do nosso Partido.

Aníbal Cabral
Covilhã

Lob(by)o com pele de cordeiro

1. Considero que a Tribuna do Congresso no «Avante!» não pode substituir uma experiência única (face a outros partidos onde os militantes não têm voz e apenas servem para bater palmas a um qualquer «barão») de participação democrática de 80 anos na preparação dos seus congressos, incluindo os realizados em duras condições de clandestinidade, ou seja, nos respectivos organismos onde todos estamos inseridos.
2. Assumo como comunista, membro do PCP, de acordo com o seu programa «Por uma democracia avançada no limiar do século XXI» e os seus estatutos, o ser diferente, o lutar por essa diferença, com as regras estatutárias essenciais que asseguram o cumprimento das decisões congressuais, numa única orientação geral e uma única direcção central.
Assumo ser do PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, partido revolucionário que existe para transformar a sociedade em que vivemos, e luta por uma sociedade liberta da exploração. Assumo ser de um Partido que luta pelo poder, mas não por um poder qualquer e a qualquer preço. Que não troca a sua dignidade por uns quantos lugares de ministro e secretário de Estado. No poder sim, mas para uma política de esquerda ao serviço dos trabalhadores e da maioria do povo português.
3. Não fico preocupado, nada preocupado, só porque a burguesia não me acha simpático porque lhe incomodo os seus interesses de classe e que, por isso, não me concede um «espaçozito». Fico preocupado, isso sim, com aqueles, membros e dirigentes do Partido (eventualmente cansados da luta por uma nova sociedade que não se enquadra neste regime que pretendem co-gerir num «lugarzito» ao sol...) que, num estranho convívio de interesses, colaboram com artigos e entrevistas com a comunicação social dominante (propriedade dos grandes grupos económicos e financeiros, que não suportam a existência do PCP e que tudo fazem para o enfraquecer e destruir), não para promover e divulgar as posições do Partido, mas para se integrarem na campanha contra o Partido.
4. Já agora, sobre o «ambiente e clima de suspeição», guloseima preciosa de alguns mediáticos membros do Partido, gostaria de relembrar aquilo que tem sido o óbvio, sobretudo na comunicação social: têm sido militantes e alguns dirigentes, naquilo que é de facto um jogo combinado, que, para além de entrevistas e artigos, lhe concede a «informação necessária» para que, de forma amplificada e mistificada, tentar perturbar o Partido, a sua imagem e prestígio.
Se o ambiente e clima de suspeição é a recusa de um Partido fraccionado, de grupos e grupelhos dirigidos pelos mais mediáticos «barões», com várias plataformas de entendimento como existem nos partidos da burguesia, então é necessário dizer também que não há apenas a suspeição, há pela minha parte a certeza da vergonhosa e criminosa participação numa operação devidamente programada e em crescendo, para desviar a atenção do Partido na preparação do congresso, prejudicando-o, prejudicando o Partido, as suas causas e valores, a sua unidade e coesão.
5. É interessante verificar que as estranhas demissões de membros do CC, as verdadeiras e as falsas, quando aparecem na comunicação social, são em simultâneo acompanhadas pelas mais diversas (e algumas estranhas) manifestações de solidariedade, o que me leva não a suspeitar, mas a confirmar que há para aí «lob(by)o com pele de cordeiro». Este Partido incomoda de facto os grandes interesses e daí as alianças e convergências para o dividir e enfraquecer.
O Partido, tal como no passado, saberá no presente e no futuro dar a resposta necessária, como o grande partido da esquerda e da causa dos trabalhadores. Nesta luta, o Partido pode contar comigo, porque «... para viver de alma ajoelhada, vale bem mais morrer de rosto erguido!».

Carlos Sousa
Montijo

Algumas sugestões

Eis algumas questões que gostaria de abordar sobre a discussão que tem vindo a ser feita no que diz respeito às teses do nosso congresso.
As apreciações feitas relativamente aos erros cometidos nos países socialistas não nos devem esconder, como alguns querem fazer crer, as grandes conquistas obtidas e realizadas pela força e luta dos seus povos. Assinale-se que algumas dessas experiências vieram mesmo a ser assimiladas pelo capitalismo para o poder «modernizar». Desta forma, as críticas e reconhecimento feitos pelo nosso Partido relativamente aos erros cometidos nesses países, discutidos e aprovados nos últimos congressos, parecem-me suficientes. Ou será que se pretende que nos flagelemos eternamente fazendo esquecer essas realidades de desenvolvimento e de progresso vividas nesses países durante mais de meio século?
Alguns camaradas continuam a insistir que a nossa luta só faz sentido se pudermos exercer e intervir no poder. Ora bem, claro que um dos nossos objectivos é podermos vir a exercer o poder no governo já que em outros órgãos o exercemos, mas, para isso, não podemos nem devemos vender os nossos princípios e convicções e entregarmo-nos nas mãos do PS, e até porque este partido tem vindo continuadamente a praticar uma política de direita e de defesa dos interesses do grande capital. Portanto, com esta política, como é possível fazermos acordos com o PS sem ficarmos atados a uma política de direita?
No que se refere ao debate sobre o centralismo democrático parece que devíamos meditar na seguinte questão. Hoje em dia o capital e a sua política entram nas nossas vidas e em cada um de nós por todas as formas. Logo, a nossa própria organização sofre também essa mesma influência. Se não nos mantivermos unidos e coesos viremos dentro em breve a ter sérios problemas.
De qualquer forma penso que podemos e devemos melhorar a forma de circulação de informação dentro do nosso partido.
Em relação a aumentar a influência do Partido gostaria de fazer algumas sugestões:
- Dar um maior apoio à JCP, de forma a que ela possa realizar algumas actividades mais radicais para poder retirar algum espaço que tem vindo a ser ocupado pelo BE;
- Dar mais atenção às questões ambientais, uma vez que o PEV focaliza basicamente a sua actividade no círculo parlamentar;
- Realizar debates de forma a discutir e obter algumas respostas a questões tão importantes como seja a estrutura e o tecido social de hoje, a comunicação social e como ultrapassar alguns obstáculos, a globalização e as nossas respostas globalizantes, que socialismo para o século XXI, como desenvolver a convergência das forças de esquerda e revolucionárias a nível europeu/mundial.
A participação dos nossos eleitos, através dos contactos destes com as populações deveriam merecer uma melhor atenção e controlo por parte das organizações, no sentido de se conhecer mais profundamente as realidades.
Deveria ser feita uma certa rotatividade dos eleitos de forma a não permitir a criação de vícios e *lobbies*.

Luís Mariano Almeida
Parede

Contribuição para a discussão

Tendo em vista a abertura do debate sobre as Teses para o XVI Congresso do Partido, e tendo-as já lido e estudado, nelas encontrei tudo aquilo que em princípio desejava. Direi mesmo que elas traduzem aquilo que qualquer comunista que se preze desejaria que nelas fosse incluído, quer quanto aos aspectos ideológicos e princípios que nos devem nortear (passado e presente de que nos orgulhamos), quer quanto à radiografia que faz das necessidades e das denúncias que se impõem a fim de inverter este pensamento único cada vez mais anestesiante, imposto pelas formas mais requintadas da propaganda actual, veiculado pelos medias que a burguesia domina e cujas mentiras e mistificações caldeiam um obscurantismo oficioso que faz doutrina.
A resistência a este tipo de situação torna-se cada vez mais imperiosa e urgente e, na minha modesta opinião, só se combate dentro dos princípios e valores que nos têm norteado como partido marxista-leninista, revolucionário e internacionalista, de classe, que se afirma na luta em favor dos explorados, contra todas as formas de opressão e exploração.
Somos um partido dos trabalhadores contra este capitalismo reinante, arrogante e agressivo, intolerante em todas as suas vertentes da exploração, usurpador da grande fatia de toda a riqueza produzida, sem fronteiras e, por isso, culpado por todas as tragédias que se abatem sobre a humanidade, exclusões e misérias de grandes massas da população mundial, cada vez mais afastadas do acesso ao desenvolvimento que a ciência hoje proporciona e que pode colocar à disposição de todos sem excepção.
Como partido que não vira a cara à luta nas coisas justas, as Teses agora em discussão respondem, em minha opinião, a todos estes anseios. Por isso as acho justas e adequadas ao momento presente e futuro. Como instrumento valioso que julgo ser, pela minha parte merece que os delegados ao Congresso não só adoptem todo o seu vasto articulado como o votem favoravelmente.
A introdução de metodologias ou princípios que as descaracterizem não favorecerão em nada o fortalecimento do Partido. Veja-se o que aconteceu e está a acontecer por essa Europa fora com os partidos irmãos.

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Sabemos que se tornam difíceis as tarefas eleitorais nesta conjuntura de caça ao voto pelo engodo, neste vale tudo de promessas que caracterizam os partidos da burguesia reinante, suporte das classes possidentes, onde tudo é mercadoria que se transacciona, compra e vende, é só uma questão de preço; onde os patrões, mistificadamente, passaram a empregadores, dando a ideia de que também eles são trabalhadores e não exploradores e os trabalhadores seriam colaboradores. É mais fino, mais sedutor só que, na verdade, os trabalhadores não beneficiam dos lucros.
Por isso, e apesar destes reveses civilizacionais, devemos sempre privilegiar, com a resistência que nos caracteriza, a luta permanente e persistente, de modo a impedir qualquer tentativa de descaracterização que não pode ser moeda de troca por um qualquer prato de lentilhas com que os partidos do centro ou da direita nos procurem seduzir.
A verdade e a honestidade, mesmo em tempos difíceis, não podem ser vendáveis. Pelo contrário, caldeiam a resistência, através da qual havemos de ajudar a construir a tal sociedade mais justa e igualitária, onde a exploração do homem pelo homem seja banida de uma vez por todas, ou seja, a construção da sociedade socialista e comunista.

Anibal Tomé
Laranjeiro

Folhas secas

Um velho militante do PCP tem grande apreensão com o que se passa com alguns membros do Partido que escrevem e dão entrevistas para jornais com posições muito contrárias às que o PCP defende.
Querem retirar o marxismo-leninismo e modificar outras questões importantes que definem a identidade do Partido Comunista, não na base da discussão interna mas através de uma comunicação social que, todos sabemos, está ao lado de tudo o que desfavoreça, critique ou condene os comunistas.
Desrespeitando as votações e decisões da direcção do Partido, do seu Comité Central, procuram subverter o PCP e levá-lo para um caminho que já foi seguido por outros partidos comunistas que definharam e alguns até passaram a ser aliados do capitalismo.
Lembro-me que, na década de 60, o Dr. Silva Marques entregou cartas a alguns membros do Partido (eu recebi uma das mãos dele) em que dizia que o camarada Álvaro Cunhal não tinha condições para ser secretário-geral do Partido. Quem tinha condições era ele próprio. Depois desapareceu e só voltou depois do 25 de Abril como dirigente do PSD.
O PCP é uma grande floresta mas não deixa de ter algumas folhas secas. Há militantes que não se sentem realizados a não ser quando sobem de posição. Se, por qualquer motivo, param na carreira, por interesses do Partido, ou por não terem sido eleitos nos seus distritos para cargos públicos, ou por as suas ideias não serem aceites pela maioria, consideram-se despromovidos e começam a dizer que não há democracia.
Que comunistas são estes? Devemos estar alerta. O capitalismo não desarma e, sempre que vê qualquer oportunidade, abre as páginas da comunicação social que domina a todos os que aí desejam aparecer, tornarem-se mais conhecidos, desde que ataquem os que lutam, incansavelmente, pelos interesses dos trabalhadores, de todas as camadas antimonopolistas.
No PCP só deveriam estar aqueles que aceitam o seu Programa e os seus Estatutos, que respeitam a vida democrática dentro do Partido, que não ofendem as decisões tomadas por maioria.

Joaquim Palma
Barreiro

Hipocrisia e cinismo

(...) Quero dizer que estou de acordo, e aceito, os princípios de funcionamento do Partido, que decorrem do desenvolvimento criativo do centralismo democrático, como instrumento que assegura a sua unidade e é a base da sua força, da sua capacidade de resistência, e contributo indispensável para o alargamento da sua influência.
Daí que não entendo, e não aceito porque ferem os Estatutos do Partido, que membros do Partido, dirigentes ou não, evoquem os mesmíssimos Estatutos numa prática de hipocrisia e cinismo e de afronta às mais elementares regras de funcionamento do Partido. Entendo essa prática nos partidos da burguesia, pois é a forma que encontram para que na disputa entre os vários grupos, os seus interesses de classe sejam melhor defendidos.
Como se pode aceitar no PCP, com os Estatutos que tem aprovados não por um grupo, mas pelo Congresso, que existam tendências e grupos organizados, com circulação de informação de qualquer maneira, com a divulgação das actas de reuniões de organismos? Seriam ou não elementos de desagregação e enfraquecimento do Partido? Em minha opinião seria o liquidar da unidade e pensamento na acção necessários à luta que travamos por uma sociedade diferente. Seria o liquidar do PCP enquanto partido comunista, partido revolucionário.
Imaginemos o que seria o Comité Central divulgar as suas actas e não as conclusões como é prática, ou outros organismos a fazer o mesmo, ou uma célula de empresa a divulgar a acta da sua reunião na empresa. Sim senhor, seria muita transparência, muito moderno, muito renovador e até muito *in*, e também uma preciosíssima colaboração com o patronato.
É este o caminho do reforço do Partido? Em minha opinião seria, se os militantes aceitassem, o caminho para a liquidação do PCP .
Outro sinal da hipocrisia e cinismo, é quando alguns destes militantes e dirigentes dizem que não está em causa a identidade comunista do Partido (porque sabem que neste aspecto também não podem dizer com clareza o que querem, porque sabem que a esmagadora maioria dos militantes querem que o Partido continue comunista) mas utilizam métodos e práticas para alterá-lo na prática e querem impor métodos de funcionamento que não são os do PCP.
É igualmente hipocrisia e cinismo quando não dizem com clareza o que querem, que partido querem, e procuram enganar os militantes ao invocar que a identidade comunista não está em causa. Mas a verdade é que nenhum partido comunista que foi destruído, o foi anunciando que ia ser, ou a colocar em causa a sua identidade, mas invocando sempre o mesmo que alguns cá também evocam: o aumento da influência, a aproximação ao poder, a renovação, a transparência, a circulação da informação, tudo em nome de um partido mais forte e mais comunista...
Recusando teses e práticas que pretendem liquidar o PCP enquanto partido comunista, pela minha parte continuarei com modéstia e sem presunção, a dar o meu contributo no meu organismo, nas tarefas que me forem atribuídas e com a convicção que precisamos todos de contribuir para ultrapassar dificuldades, para um Partido mais forte.
Mas para um Partido mais forte não podemos deitar fora aquilo que é a primeira razão da nossa força, ou sejam, os nossos princípios de funcionamento democrático, a nossa identidade comunista, e não podemos permitir que quem quer deitá-los fora comece a fazê-lo pondo-os em causa com a sua actuação, mais que pública e notória com que a comunicação social dominante premeia e promove. Por alguma razão têm o tempo de antena que têm diária e ordenadamente - ao contrário do PCP, das suas realizações, acções e propostas.
Hipocrisia e cinismo utilizado por alguns membros e dirigentes não é debate de ideias franco e aberto como sempre foi, é será no PCP. Inigualável e inegavelmente mais democrático e participado que em qualquer outro partido. É que no PCP o que conta é a vontade democrática da maioria dos seus militantes. Não contam como é óbvio as imposições antidemocráticas e antiestatutárias de «vedetas» mais ou menos mediatizadas.

Albino Roque
Montijo

A alternativa é o socialismo

1 - No subcapítulo 1.3. das Teses, intitulado «A alternativa é o socialismo», a defesa da superação do capitalismo (que todos sabemos, melhor ou pior, o que é) e da sua substituição pelo socialismo é enfraquecida pela ausência de indicações sobre em que consiste este sistema social. Sobretudo se as Teses se ficarem pela referência importante mas extremamente inconclusiva do final de 1.2.29., acerca da relevância do debate sobre as «questões centrais do poder e da propriedade dos grandes meios de produção», num contexto geral que não é necessariamente o da construção do socialismo.
Não está evidentemente em causa, mau seria, nenhuma alteração da orientação política do PCP, que, ao contrário de outras forças revolucionárias no mundo, e isso constitui motivo de orgulho para todos os militantes conscientes, não se deixou desorientar com o vendaval a Leste (recorde-se, por exemplo, que em Portugal, a tida por tão esquerdista UDP retirou o socialismo do programa e substituíu-o por uma «democracia solidária», tendo mais tarde, noutro Congresso, reintroduzido um «estado socialista de direito»). Não podemos é deixar a impressão, quando debatemos a luta por uma alternativa, que não temos ideias seguras sobre o que queremos e precisamos para uma alternativa socialista.
Temos que deixar claro que a consideração das várias formas de propriedade, do carácter da planificação e do papel do mercado, não pode obscurecer o facto, sem o qual qualquer tentativa de construção da nova sociedade se revela uma miragem, de que não é possível lançar os fundamentos de uma sociedade socialista sem a propriedade social das empresas básicas e estratégicas, dos principais meios de produção e distribuição.
E que a consideração das várias formas da estrutura do Estado, do sistema político (multipartidário na proposta do PCP para Portugal) e dos meios de participação dos cidadãos no poder, não pode menorizar o facto, sem o qual qualquer tentativa de construção da nova sociedade se revela igualmente uma ilusão, de que não é possível construir a sociedade socialista sem que seja assegurado e efectivamente exercido o domínio político dos trabalhadores.
2 - Desde o último congresso, o número de estudantes do 12.º ano (incluindo os que só têm exames) e do ensino superior deve ter ultrapassado, no nosso país, o número de pequenos e médios agricultores. Sem menosprezar a importância da aliança da classe operária com o campesinato, é evidente que essa aliança social básica (considerada pelo partido bolchevique russo, no início do século, numa sociedade com 85% de camponeses) tem que ser complementada pela aliança com outros sectores sociais, que ganha maior relevância a aliança com a intelectualidade e outras camadas intermédias.
O que é muitas vezes esquecido é que boa parte dos assalariados intelectuais e quadros técnicos, pela sua participação no trabalho colectivo de produção material e criação de mais-valia, pertence hoje à classe operária, ainda que individualmente os seus membros nela não se revejam.
Não basta a constatação do crescente assalariamento, da aproximação à situação dos outros trabalhadores ou até mesmo da intensificação da exploração: as fronteiras da classe operária alargam-se (junto com contradições e dificuldades de formação da consciência de classe no seu interior). Há numerosas implicações políticas não oportunistas – nos métodos, organização, composição de órgãos, alianças, objectivos e propostas – a retirar deste reconhecimento. Não me surpreende que, por exemplo, o sector intelectual de Lisboa se encontre bastante atrasado nesta análise. Note-se como é insignificante o número de (intelectuais) operários na sua direcção. Isso também explicará alguma coisa do que se tem passado.

Manuel Brotas
Lisboa

Proletários, a vanguarda da luta!

«Já não há proletários, não vemos nas ruas miséria e fome, não existe exploração, as desigualdades sociais são cada vez menores, o nosso governo até é socialista...»
Na minha opinião e no oposto a este «senso comum» que cito em temos de exercício, não correspondendo sequer à realidade, o mundo mudou, mudou

Tribuna do Congresso

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

muito, camaradas, só que para pior.
Com a queda do bloco de Leste, deixou de haver um dos pesos da balança, o capitalismo mais facilmente tomou de assalto o globo, as condições de vida de milhões de seres humanos pioraram mais e mais.
Não é perdendo valores e princípios que conseguiremos contrariar esta situação, conseguimo-lo reforçando-os.
Sou comunista, luto por sonhos e direitos, sou marxista-leninista, acredito na nossa bandeira.
A nossa luta é feita todos os dias, em casa, nas ruas, nas fábricas, lá onde se trabalha, mas para os comunistas não é pondo em causa os Estatutos do Partido (alguns dos seus princípios até são elementares) que melhor servimos a causa. Afirmo-o não por dogmatismo, mas porque quando me tornei militante do Partido já os conhecia e assim aceitei as suas regras.
Pondo em causa o centralismo democrático, pomos em causa todo o Partido. «Actuar em conformidade com os Estatutos» e «defender a unidade e coesão do Partido» (artigo 14.°) são obrigações básicas.
O PCP luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, da miséria, da opressão, das desigualdades sociais.
O marxismo-leninismo demonstrou cientificamente a inevitabilidade do triunfo do socialismo sobre o capitalismo, leve o tempo que levar.
Declarações públicas que prejudiquem o Partido em qualquer circunstância colidem com o respeito pelas opiniões e decisões do colectivo, onde todos se devem inserir. E é nesta inserção de todos no colectivo e para que as suas opiniões tenham mais força que tenho visto sistematicamente o Partido a mobilizar os seus militantes, a não deixar qualquer um de nós de fora.
Não pode ser de outra maneira!

Nuno Lopes
Palmela

Este Partido é o nosso

Não pode haver um verdadeiro Partido Comunista sem uma ideologia sólida, baseada no marxismo-leninismo, na luta de classes, com o objectivo supremo de acabar com a exploração do homem pelo homem.
Esse Partido é o nosso!
Significa, pois, querermos uma sociedade nova que acabará com os grandes capitalistas detentores do poder económico e, por sua vez, do poder político. Daí os ferozes ataques a um Partido de Novo Tipo cuja proposta é apenas tornar esses detentores do poder económico empregados como nós, e com iguais direitos e deveres.
Posto isto, é obrigação do nosso Partido preparar-se com um bom conjunto de quadros (funcionários) capazes de poder organizar e ajudar nos combates políticos do dia-a-dia o povo trabalhador quer nos seus locais de trabalho quer nos seus bairros residenciais.
A verdade é que quem mais tem confrontado o poder económico-político é a classe operária, daí a razão de o mesmo poder tomar medidas bem concretas de retirar todas as grandes e médias empresas com fortes contingentes operários dos centros urbanos como Lisboa (um exemplo) e atirá-las para bem longe, onde tenham maior dificuldade em se organizar e chegarem ao afrontamento do poder instituído. Apesar de tudo, continuamos com um forte Partido, capaz de denunciar e afrontar esse mesmo poder, propondo caminhos diferentes onde haja igualdade de oportunidades. Eis razões de sobra para defendermos este Partido.
Por isso é necessário que em todas as instituições - Assembleia da República, Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas de Freguesia, Sindicatos - proponhamos dos nossos melhores quadros, seguidores da nossa ideologia, capazes de melhor saber interpretar os anseios de todos os trabalhadores e camadas sociais. Assim torna-se necessária uma direcção coesa, que discuta e aponte soluções no espírito da nossa ideologia, respeitando o Programa e os Estatutos do Partido.
Não podemos partir da ideia de que só os intelectuais saberão formular soluções, neste partido todos botamos opinião: operários, engenheiros e doutores. Neste Partido não podem ser uns, pensadores, outros fazedores.
Seremos todos pensadores e fazedores.
A quem defende a negação da nossa génese, o marxismo-leninismo, pergunto: o que fizeram de mal aos povos subjugados e explorados, Marx e Lenine?
Não podemos falar em mais informação vertical, horizontal, transversal (já agora, longitudinal e oblíqua) e depois (ou ao mesmo tempo) defender a criação de um «verdadeiro sector intelectual» para, por os outros, pensar e decidir.
Cabe a todos nós, membros do Partido, trocarmos informações em todas as direcções, de cima a baixo e lado a lado, mas haja quem de certa forma saiba seleccionar, sem ter que ir à publicação das actas das reuniões do CC, para não passarmos o resto da vida como a pescadinha de rabo na boca.
Quanto às Teses, muito há a melhorar mas, no essencial, estou de acordo. No entanto, deveríamos fixar a nossa atenção no capítulo 4.4 - Política de quadros. Creio que foi o abrandamento desta direcção de trabalho, nas suas várias vertentes, e o não levar à prática, na íntegra, as decisões do XV Congresso, que nos levou ao actual estado de alguma confusão ideológica.
Destas situações, certamente, com a discussão a decorrer, sairão reforçadas todas as direcções de trabalho e a Direcção do Partido, Comité Central e seus órgãos, capazes de levar à prática a Resolução Política daí resultante.
Muito tem sido dito sobre o ponto 4.5.22, último parágrafo. Cabe também lembrar que a postura do nosso Partido é dialéctica e não metafísica, daí que nos obrigue a discutir o que melhor serve o colectivo, e não nos limitarmos a uma simples operação de votação, mais fácil e mais rápida.
Estou confiante, mercê da ampla liberdade de discussão, com a ajuda do nosso «Avante!», que o XVI Congresso elegerá um Comité Central capaz de pôr em prática a Resolução Política e preservar o cumprimento do Programa e Estatutos do nosso Partido.

Filipe Manuel Rua
Campolide

A luta pela alternativa de esquerda

No actual quadro histórico, político e social, a construção de uma alternativa de esquerda (ae) na base de um programa político, agregador de forças, energias e sensibilidades de esquerda que concretize o aprofundamento da democracia nas suas múltiplas vertentes, deveria ser, do meu ponto de vista, a preocupação central dos comunistas portugueses e o principal elemento unificador da acção de todo o Partido. Efectivamente, num quadro marcado por um ciclo de vários anos de governos com indistintas políticas de direita, altamente penalizadoras dos interesses dos trabalhadores, que destruíram muitas das importantes conquistas de Abril e submeteram os interesses nacionais aos ditames da UE e do grande capital, num quadro em que o governo do PS está claramente desgastado, marcado por contradições profundas e confrontado com a real possibilidade de uma crise política e num período de forte contestação e luta dos trabalhadores e de vastas camadas populares, que, em muitos casos, ultrapassa largamente reivindicações de carácter sindical, mas que incorpora importantes elementos de exigência de uma alteração da política governativa global creio que cabe ao nosso Partido um posicionamento activo no aprofundamento das condições que viabilizem a construção de uma ae para o nosso país.
Parece-me, entretanto, que o Projecto de Resolução Política não dá a esta questão a prioridade que creio que tem e representa, do meu ponto de vista, um recuo em relação ao Congresso anterior e às orientações do Novo Impulso sobre esta matéria.
As principais falhas que identifico são as seguintes:
• O facto de se passar por cima da actual conjuntura política que abre reais possibilidades para uma reorientação à esquerda na política nacional, passo que poderia facilitar a perspectiva de construção de uma verdadeira alternativa. Creio que isto deriva da absolutização acrítica da ideia de que a ae é um processo obrigatoriamente demorado;
• A ausência da afirmação de uma das condições que se tem considerado essencial para a construção de uma ae, a saber, citando o Novo Impulso, «contribuir para a afirmação de uma esquerda e de um projecto que suporte a perspectiva, a possibilidade e a luta pela concretização de um novo rumo democrático para Portugal. Esta contribuição, no quadro da intensificação da luta social e de uma forte afirmação do PCP, através da sua voz e das suas propostas, envolve igualmente uma forte disponibilidade de abertura e empenho do PCP para participar num alargado e genuíno processo de diálogo e de debate, à esquerda, susceptível de estabelecer pontes e de construir convergências para viabilizar um projecto de poder»;
• A falta de una definição do espaço político, social e eleitoral mobilizável pela ae;
• Uma por vezes desequilibrada análise das forças políticas em presença. Nomeadamente, o BE, que é, na prática, identificado como o nosso concorrente principal no espaço da esquerda e o PEV, que, sendo o nosso parceiro principal na CDU mereceria uma análise mais profunda.
• O facto de não se definir o conjunto das propostas programáticas que viabilizariam a participação do Partido num projecto de construção de uma ae.
Parece-me que estas questões permitiriam que o Partido saísse de uma posição meramente defensiva e de resistência ao sistema e assumisse inequivocamente o seu papel dianteiro na luta activa e audaciosa por uma ae, cujo sucesso é essencial para a concretização da democracia avançada e do nosso projecto de socialismo para Portugal.

Fernando Ramalho
Oeiras

Que Portugal nós queremos

(...) Por muito que nos custe aceitar, observamos uma tentativa por parte de alguns para que não se discuta e reflicta o nosso projecto, a nossa organização e a nossa intervenção que em meu entender precisa urgentemente de ser remodelada e essencialmente adaptada aos novos desafios, sem nunca perdermos a nossa identidade.
Dificilmente podemos continuar a defender modelos que, por serem desviados da verdadeira essência comunista, implodiram de forma trágica, com as consequências que todos conhecemos para milhões de cidadãos.
Podemos e devemos apoiar essas populações, mas nunca os regimes que apregoaram e apregoam sociedades socialistas, mas que na prática se gerem por políticas que nós sempre combatemos e condenámos.
Não se pode apoiar um regime dito comunista que, para se manter no poder, cede a *lobbies* económicos e capitalizados que interessam a alguns (muito poucos), mas que se traduzem num sofrimento longo e profundo para a restante sociedade. Não é esse o comunismo que queremos para a sociedade portuguesa, não é certamente essa a sociedade que idealizámos.
Camaradas, o nosso inegável passado de luta pela democracia e liberdade terá um prestígio maior quanto maior for a nossa participação eficaz na construção da presente e futura sociedade, rejeitando dogmas que, esses sim, têm bloqueado a ascensão do Partido na sociedade.
Todos reconhecemos que somos o Partido mais democrático da sociedade portuguesa, mas também não nos custa admitir que interiormente, embora se tenha avançado alguma coisa, continuamos a ter um elevado défice democrático no nosso funcionamento que começa nos organismos de direcção locais e se estende às direcções nacionais. Acentua-se neste momento a tentativa de alguns órgãos de direcção de controlar através de meios pouco éticos, quer nas eleições internas, quer no debate e discussão de matérias fundamentais para o nosso Partido e para a sociedade em geral.
Para exigirmos uma sociedade justa, solidária e livre, temos que ser nós, primeiro no nosso interior, a dar esse exemplo e não impondo o pensamento único e as direcções eleitas pela vontade de alguns (ao contrário do que é desejável), de cima para baixo, sem que se ausculte a vontade e o pensamento de todos.
Sempre fui e sou contra as listas alternativas aos mais diversos órgãos da direcção partidários, mas, se não invertermos a forma como têm sido encontrados, será inevitável o seu aparecimento, que na minha óptica trará prejuízos para a vida do nosso Partido.
Devemos conviver uns com os outros (reformistas e menos reformistas) e

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

nunca uns nos locais de decisão e outros só a colocar o pendão.
Num concelho difícil como Almodôvar, com a implementação do «Novo Impulso» subimos em votos nas eleições europeias de 1999, em percentagem nas legislativas de 1999 (onde tivemos melhores resultados que nas autárquicas de 1997), contrariando os que nos querem fazer crer nas teses por nós já discutidas e votadas.
Rejeitamos em democracia participativa as mesmas teses, tal como nos foram apresentadas, propomos a redução dos membros do futuro Comité Central para 130 membros no máximo, assim como propomos que o órgão máximo de intervenção e organização do Partido seja a Comissão Política, medidas estas que visam melhorar a nossa forma de actuar, pois, tal como se nos apresenta, consideramos o CC um órgão pesado, lento e por vezes ineficaz.
Contudo, seja qual for o resultado do congresso, continuaremos como comunistas a desenvolver o nosso trabalho em solidariedade com as orientações que forem consignadas democraticamente por todos os comunistas. Constitui direito de todos os comunistas debater e discutir as nossas posições, assim como ser informados de toda a vida do Partido, ao contrário do que tem acontecido ultimamente, em que somos confrontados com as notícias de imprensa, nem sempre de forma correcta, embora defenda que não devemos continuar a ler o «Avante! dentro da caixa de fósforos».
Termino apelando a todos os comunistas para que se ultrapassem todas as divergências internas, caminho único para sairmos mais unidos e fortalecidos do nosso congresso. Só assim poderemos servir melhor Portugal que tanto precisa de nós.

João Bonifácio
Almodôvar

Sim ao centralismo democrático

Começo por congratular-me com a maioria das opiniões divulgadas na «Tribuna do Congresso». Considero-as óptimas e por isso me tranquilizam quanto à continuidade da defesa daquilo que são os valores da moral do povo, que o Partido até hoje fez nossos. É a defesa destes princípios que faz que um comunista assuma uma postura humanista, moralmente inatacável, de que nenhuma outra força política se pode gabar e portanto o único Partido com legitimidade moral para representar o povo a todos os níveis.
Penso, no entanto, que no relacionamento interno há comportamentos que carecem de rectificação urgente. Um comunista tem obrigação de ser íntegro, educado, fraterno, solidário, generoso e humilde. Acontece que muitos camaradas mais qualificados assumem um distanciamento em relação a outros mais modestos, que considero inaceitável. Alguns – julgo que para se tornarem respeitáveis – afivelam uma expressão tão severa que aterroriza; outros fogem esbracejando para evitar um cumprimento; os mais delicados condescendem paternalisticamente; na generalidade praticam o elitismo que considero muito negativo. Estes defeitos são facilmente imitados e transportados para as organizações, cuja função é gravemente afectada. Nas associações de reformados, onde a veterania devia dar uma imagem mais consentânea com a idade, tem sido cenário de conflitos muito desagradáveis.

Francisco Murta
Algueirão

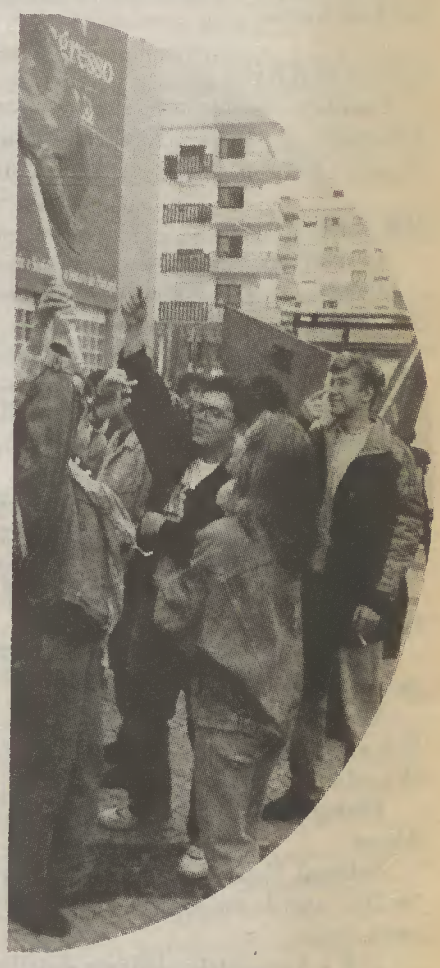
Marxismo-leninismo

O marxismo-leninismo é uma questão que tem estado em debate. Há camaradas que acham que a expressão é de origem estalinista e está prejudicada pela vinculação ao dogmatismo soviético. Sobre isto algumas observações.
Em primeiro lugar, e por sinal, a expressão «marxismo-leninismo» foi originariamente cunhada por Zinoviev, então presidente da Internacional Comunista, logo a seguir à morte de Lenine em 1924. O mesmo Gregório Zinoviev que em 1936 viria a ser uma das vítimas do primeiro dos «processos de Moscovo» e fuzilado. Neste aspecto, até se podia dizer que o marxismo-leninismo estava à nascença ligado ao antiestalinismo. De facto a expressão nasceu da preocupação no movimento comunista dessa época de afirmar o leninismo como «marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária», contribuindo para a unidade ideológica e organizativa dos partidos. É certo que a pretensão de fundir as teorias de Marx e Lenin num todo coerente que depois se quis válido para todos os domínios – com uma função religiosa semelhante à da Bíblia (ainda assim uma bíblia revolucionária) – veio a favorecer o desenvolvimento de uma escolástica mistificadora. Mas tal sistematização também forneceu as bases de um conhecimento racional que foi essencial para a formação de massas e de gerações inteiras de comunistas.
Grandes pensadores como Lukacz e Gramsci adoptaram a fórmula. O último, num dos seus escritos da prisão, estabelece até um interessante confronto entre os papéis respectivos de Jesus Cristo e São Paulo, na fundação do cristianismo, e os de Marx e Lenine na fundação do comunismo, concluindo que os cristãos são mais propriamente «cristo-paulistas».
Tudo pesado, acho que a expressão «marxismo-leninismo» deve ser mantida, e também que é preciso fazê-la viver actualizando-lhe criticamente o conteúdo e as formas de aprendizagem e divulgação. As doutrinas de um partido não são o mesmo que as de uma escola filosófica ou científica. São também fórmulas, sinais de identidade. Não é difícil perceber quem se alegraria com a renúncia ao marxismo-leninismo, nem a desorientação que isso poderia contribuir para criar entre nós. Além disso, como partido, somos parte dum movimento internacional, não podemos ser provincianamente só europeus. Ora a fórmula marxismo-leninismo continua a ter significado para muitos dos maiores partidos comunistas do mundo. Como a crítica da expressão vem sempre associada à do pensamento de Lenine, abandoná-la era perder um ponto de apoio essencial, não só para a conservação, mas para a renovação do Partido. De facto, se a história dos últimos 150 anos pôs em causa a expectativa dos marxistas do século XIX de um colapso espontâneo do capitalismo, isso só veio aumentar a importância da teoria e da acção propriamente políticas fundadas no marxismo, que fazem a originalidade de Lenine.
Agora, é de facto mais que tempo de actualizar a concepção do marxismo-leninismo, liquidando a pretensão de tipo «bíblico» – a teoria comunista ocupa-se da crítica da economia e da sociedade capitalista, articula-se com uma teoria da História, desenvolve uma «ciência da política» própria. Não se pronuncia sobre o *Big Bang* nem sobre a origem da vida – há outras ciências competentes –, nem sobre a etiologia das neuroses, a Via Láctea ou o dodecafonismo. Defender o marxismo-leninismo deve ser sobretudo para nós conhecer toda a história prática e teórica do movimento operário e revolucionário ligando-o com o conhecimento do presente, a «análise concreta da situação concreta» para a defesa da democracia e a mudança da sociedade.

João Arsénio Nunes
Lisboa

Claro como água!

Em 1977, participei na primeira reunião em que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal. Foi uma reunião da Comissão Central da UEC (União dos Estudantes Comunistas), onde se discutiu, entre muitos outros assuntos, a despenalização do aborto. Dos camaradas então presentes muitos ainda continuam a militar activamente e a esmagadora maioria é militante do Partido. Um ou outro saíram do PCP, como é o caso do actual ministro das Finanças.
As opiniões dos camaradas iam da defesa em absoluto do aborto livre à condenação de qualquer tipo de interrupção da gravidez. Gastámos muito do tempo disponível nesta polémica sem descobrir o que fazer.
O camarada Álvaro pediu a palavra e fez uma intervenção que me esclareceu, fornecendo dados inclusive do ponto de vista médico, abordando as implicações sociais e políticas que a defesa do aborto livre poderiam ter em algumas regiões e camadas sociais, questionando-nos por fim em relação às prioridades do nosso trabalho.
Recorde-se que estávamos em 1977, ano em que, por exemplo, tínhamos ganho 7 de 11 direcções de associações de estudantes do ensino secundário em Vila Real e Bragança. Percebemos que não possuíamos dados suficientes para fechar a discussão, que devíamos continuá-la, mas que não podíamos prejudicar outras prioridades e frentes de trabalho, permanecendo infindavelmente a discutir o aborto só por ser original.
No Partido, eu e os outros jovens comunistas que lá fomos temperados, descobrimos uma única questão fundamental: o PCP serve o povo e os trabalhadores e, para os servir, tem de revolucionar as estruturas da sociedade actual, a sociedade capitalista.
No Partido aprendemos os valores da solidariedade, da dedicação desinteressada, do altruísmo militante, do combate aos oportunistas individuais, da abnegação na concretização da tarefa por mais difícil que seja ou por mais sacrifícios que exija. No Partido, eu e os outros jovens comunistas que tivemos a felicidade de lá ser temperados, fomos habituados a manifestar todo o tipo de opiniões livre e frontalmente, reforçando o nosso carácter.
Por haver esta Tribuna, há que comentar duas afirmações ouvidas recentemente.
As linhas acima apenas servem para recordar o Partido que somos a alguns que desejam vê-lo transformado num partido «mais» parecido com os outros partidos que nos combatem.
A primeira afirmação foi a de um camarada que, quase a despropósito, aqui há dias afirmava, numa perspectiva desvalorizadora, que o camarada Álvaro Cunhal «era um camarada como qualquer outro». Em primeiro lugar, e que se saiba, é facto que o camarada Álvaro só tem direito a um voto e uma opinião, tal como está previsto nos estatutos do PCP.
Mas, camaradas, esta afirmação foi produzida tentando precisamente diminuir as opiniões do camarada Álvaro Cunhal, no absoluto desprezo pelo papel fundamental que o camarada assumiu - e assume - na estrutura de direcção central do Partido ao longo de muitas décadas.
A segunda afirmação veio reproduzida no jornal «Público» na sua edição de 10/11/00, a propósito do aniversário de Álvaro Cunhal. Diz a jornalista São José Almeida, que se tem notabilizado a tentar indicar o caminho político mais correcto ao PCP e a fornecer páginas aos militantes do Partido (desde que seja para dizer mal do «seu» Partido): «(...) Cunhal agiu premeditadamente (...) e, a nível nacional, construir finalmente um Partido despido das regras da clandestinidade e que assumisse a vontade de contribuir para aperfeiçoar a sociedade democrática , e que desta não tivesse apenas uma visão instrumental (...)»
Claro como água!
O que estes porta-vozes do capital pretendem é a absoluta descaracterização do PCP como partido que «aperfeiçoe» esta sociedade. E, mentindo e distorcendo, pretendem mais: querem que abandonemos o centralismo democrático, mascarando-o de «regras da clandestinidade».



É preciso dizer a estes brilhantes pensadores que já outros tentaram o mesmo desde 1921. Que não foram bem sucedidos. Que o Partido e os seus militantes se honram por ser marxistas e leninistas. Que nunca o Partido abandonará a luta, porque a «guerra fria» pode ter acabado, mas a luta dos pobres e explorados contra o capital só terminará quando atingirmos o socialismo.
Ah! Convém não esquecer o que Bertolt Brecht disse: «Só os que lutam toda a vida são os imprescindíveis.»

António Vieira
Porto

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Reuniões para discussão das Teses

OR ALGARVE

Assembleias plenárias concelhias:

Castro Marim – Dia 27, 21h30, CT de Vila Real Stº António.

Faro – Dia 25, 15h, no CT Faro.

Loulé – Dia 25, 15h, no CT de Loulé.

S. Brás de Alportel – Dia 24, 21h30, no CT. de S. Brás.

Vila Real de Stº António – Dia 25, 15, no CT de V.R. de Stº António.

OR AVEIRO

Organismo Sindical Têxtil – Assembleia plenária distrital para discussão das Teses: dia 26, 14h30, CT da Feira.

Assembleias electivas dos concelhos de **Estarreja** e **Murtoso**: dia 24, 21h, no CT de Estarreja, com **António Salavessa**; dos concelhos de **Ílhavo** e **Vagos**: dia 24, 21h30, no CT de Ílhavo, com **Hélio Samorrinha**; dos concelhos de **Sever do Vouga** e **Albergaria-a-Velha**: dia 25, 21h, com **António Salavessa**.

OR BRAGA

Braga – Assembleia electiva da organização concelhia: dia 24, 21h30, CT de Braga, com **António Lopes**.

Fafe, Cabeceiras, Celorico de Basto – Assembleia conjunta das organizações concelhias para eleição de delegados: dia 26, 9h30, no CT de Fafe.

OR CASTELO BRANCO

Fundão – Assembleia plenária concelhia: dia 23, 21h, JF do Fundão, com **Armando Morais**.

Castelo Branco - Assembleia plenária concelhia: dia 25, 15h, CT Castelo Branco, com **Armando Morais**.

Covilhã – Assembleia plenária das **freguesias da Zona Norte** do concelho: dia 26, 15h, JF de Cantar Galo, com **Jorge Fael**; das **freguesias da Zona Sul**: dia 26, 15h, Esc. Primária de Paúl, com **Reis Silva**.

Tortosendo – Ass. plenária da freguesia: dia 25, 15h, CT, com **Luís Garra**.

OR COIMBRA

Coimbra – Assembleias das organizações de **Médicos** e **Advogados** (dia 24, às 21h30), e do **Sector Intelectual** (dia 25, 15h) – ambas no CT de Coimbra e com **Sérgio Teixeira**.

OR ÉVORA

Assembleias electivas:

Alandroal – Das freguesias de **Mina, Rosário, Conceição**: dia 25, na sede da JF.

Arraiolos – Assembleia da organização da freguesia: dia 27, na JF.

Borba – Assembleia concelhia: dia 26, no CT.

Estremoz – Assembleia concelhia: dia 25, no Teatro Bernardim Ribeiro.

Redondo – Assembleias da organização de **Santa Susana** (dia 24, no Centro de Dia) e da organização de **Redondo**: dia 24, no Centro de Trabalho.

OR GUARDA

Assembleias para discussão das Teses e eleição de delegados:

Vila Nova de Foz Côa, Trancoso, Meda, Aguiar da Beira – Dia 24, 21h, na JF de V.N. Foz Côa, com **José Manuel Costa.**

Pinhel – Dia 24, 21h, salão da Casa do Povo, com **João Abreu.**

Sabugal, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida – Dia 25, 16h, salão da antiga Junta de Freg. de Almeida, com **Francisco Lopes.**

JCP – Assembleia plenária distrital: dia 25, 14h30, CT da Guarda, com **Miguel Madeira** e **João Abreu.**

OR LEIRIA

Marinha Grande – Reunião de militantes sobre o XVI Congresso, com a participação de **Jerónimo de Sousa**: dia 25, 21h30, no Centro de Trabalho.

OR LITORAL ALENTEJANO

Alcácer do Sal – Plenário de militantes de **Barrancão** (dia 25, 17h); da freguesia de **Torrão** (dia 25, 16h, no salão do grupo Coral, com **José Catalino**); da organização de **Comporta** (dia 27 às 21h); de **Alcácer do Sal** e **Bairros da Cidade** (dia 28, 20h30, no CT de Alcácer).

Grândola – Plenário da Com. Concelhia alargado a militantes dos **Bairros** da Vila de Grândola: dia 25.

Odemira – Plenário de militantes: dia 25, 15h, no CT.

Alvalade Sado – Almoço-convívio e debate sobre o XVI Congresso: dia 26, às 13h, no Centro de Trabalho, com **Joaquim Tavares**.

OR LISBOA

Reuniões para discussão das Teses e eleição de delegados:

Amadora – Organizações da **Buraca** e **Alfragide**: dia 26, 15h30, CT da Buraca; da **Mina**: dia 25, 16h, CT da Amadora; da **Reboleira**: dia 25, 15h, na Com. de Moradores, com **Dias Coelho**; da **Damaia**: dia 25, 15h, CT da Damaia, com **Carlos Chaparro**; da **Falagueira**: dia 25, 15h, JF da Falagueira.

Cascais – Militantes da freguesia de **Estoril**: dia 25, 15h, CT Cascais, com **Marília Villaverde Cabral**; da freguesia de **S. Domingos de Rana**: dia 26, 14h30, CT Tires; do **Sector de Empresas** de Cascais: dia 25, 15h30, CT Tires, com **Júlio Filipe**.

Lisboa – Plenário da célula da **CML** (para eleição de delegados): dia 23; plenário de militantes das **freguesias da Zona Centro**, com **lanche-convívio** no final: dia 25, 15h, CT Vitória, com **Alexandre Teixeira**; da freguesia de **Carnide**: dia 25, 15h, na JF; de **S. Domingos de Benfica**: dia 23, 21h, CT Benfica; das freguesias de **Ajuda, Belém** e **S. Fr. Xavier**: dia 25, 15h, CT Ajuda, com **José Casanova**; de **Stº. Condestável**: dia 25, 15h, na JF; de **Olivais**: dia 25, 15h, na SFUCO, com **Martinho Batista**.

Loures – Plenário da célula dos **Trabalhadores Municipais**: dia 29, 15h30, Refeitório Municipal; das organizações das freguesias de **Moscavide** e **Portela**: dia 24, 21h30, Casa da Cultura de Moscavide; de **S. João da Talha**: dia 24, 21h, nos Reformados de S. João da Talha; de **Stª Iria da Azóia**: dia 24, 21h0, CT de Stª Iria; de **Stº Antº dos Cavaleiros** e **Frielas**: dia 29, 21h, na AMSACA.

Odivelas – Assembleia plenária da freguesia da **Pontinha**: dia 24, 21h, CT Pontinha; assembleia electiva do **Sector de Empresas de Odivelas**: dia 25, 10h30, CT de Odivelas, com **Carlos Grilo**.

Oeiras – Plenário do **Sector de Empresas de Oeiras**: dia 25, 14h30, CT de Algés, com **Paula Henriques**.

Sintra – Assembleia da organização da freg. de **Almargem do Bispo**: dia 24, 21h30, em casa da cam. Lurdes; da freguesia de **Cacém**: dia 24, 21h30, CT Sintra; de **Colares**: dia 24, 21h30, CT Sintra; de **Monte Abraão**: dia 24, 21h30, na Esc. Primária de Monte Abraão; da freguesia de **Queluz**: dia 24, 21h, CT Queluz; do **Sector de Empresas** de Sintra: dia 26, 14h30, antecedido (às 12h30) de **almoço-convívio** no Snack Bar Escorial (R. D. Maria II, Cacém).

Vila Franca de Xira – Assembleia plenária da organização da freguesia de **Sobralinho**: dia 30, 21h, no CT do Sobralinho, com **Armindo Miranda**.

Sector Bancários – Plenário células **BCP+BBV+Barclays Bank**: dia 23. Plenário do **Sector**: dia 28.

Sector Função Pública – Ministério **Educação+IICT**: dia 27, 18h30, CT Vitória; das **Finanças+Peq.Ministérios** e **Func. Sindicais**: dia 29.

Sector Grandes Superfícies e Segurança e Limpeza – Ass. Plenária: dia 24, 18h30, CT.

Sector Intelectual – Ass. plenária da célula Cultura Literária: dia 24, 18h, CT Vitória.

Sector Público – Célula dos **Correios**: dia 23, 18h30; da **EDP**: dia 27, 18h30; da **Energia, Gás e Petróleos**: dia 27, 18h30; da **EPAL**: dia 27, 18h30; das **Telecomunicações**: dia 23, 18h30 - todos no CT Vitória.

Sector Saúde – Assembleia plenária do **Sector**: dia 24, 21h, CT Vitória.

Sector Seguros – Assembleia plenária do Sector: dia 23.

Sector Serviços – Assembleia plenária do **Sector**: dia 23, 20h, CT Vitória.

Sector Sindical – Plenário de dirigentes sindicais: dia 28, 15h.

Sector Transportes – Plenários de militantes da **Carris**: dia 30, 18h; dos **Ferroviários**: dia 29, 18h; de **Mar e Portos + Despachantes**: dia 29, 18h30; das **Rodoviárias (Vimeca, RL, Stagecoach)**: dia 28, 10h – todos no CT Vitória.

OR PORTALEGRE

Montargil – Assembleia plenária para debate das Teses e eleição de delegados: dia 25, 16h, na Casa do Povo.

OR PORTO

Assembleias para eleição de delegados:

Sector Intelectual da ORP – Dia 24, 21h30, CT da Boavista.

Porto – Das freguesias Ribeirinhas – **Miragaia, S. Nicolau, Sé, Vitória**: dia 24, 21h30, CT de S. Cosme; da freguesia de **Santo Ildefonso**: dia 24, 21h30, CT da Boavista; das freguesias de **Lordelo** e **Massarelos**: dia 25, 15h, CT da Boavista; das freguesias de **Ramalde** e **Nevogilde**: dia 25, 15h, CT Boavista.

Matosinhos – Freguesia de **Perafita**: dia 25, 18h, em casa do cam. Luís Belmiro.

Lousada – Dia 26, 10h, na Adega Coop. Agrícola de Lousada.

Póvoa de Varzim – Dia 25, 21h30, CT da Póvoa.

Vila Nova de Gaia – Plenário para discussão das Teses (4.º cap., «O Partido»): dia 24, 21h30, CT de Gaia, com **Agostinho Lopes**.

OR SANTARÉM

Assembleias para debate das Teses e eleição de delegados:

Benavente – Dia 25, 21h, CT, com **Jorge Cordeiro**.

Cartaxo – Dia 24, 21h, CT, com **Francisco Lopes**.

Constância/Vila Nova da Barquinha – Dia 25, 15h30, com **Jorge Cordeiro.**

Coruche – Dia 25, 17h, Refeitório do Rossio.

Samora Correia – Dia 24, 21h, Centro de Trabalho, com **José Casanova**.

Santarém – Dia 24, 21h, Centro de Trabalho.

Torres Novas - Plenário para discussão das Teses: dia 24, 21h, Centro de Trabalho.

JCP – ***Reunião distrital para debate das Teses***: dia 26, 15h, no CT de Alpiarça, com **Luísa Araújo**.

OR SETÚBAL

Almada – Para debate das Teses e eleição de delegados: Ass. de Junção **da AIPICA com Células de Empresa e Sectores**: dia 23, 19, CT Concelhio; da **Transtejo**: dia 23, 19h, CT Concelhio; da organização do **Laranjeiro**: dia 24, 21h, no CT do Laranjeiro, com **Manuel Valente**; da organização de **Almada**: dia 25, 15h, CT Alberto Araújo; da org. do **Feijó**: dia 25, 15h.

Barreiro – Reuniões para discussão das Teses: célula dos **Professores:** dia 23, 21h, CT concelhio; de **Militantes da JCP:** dia 25, 15h, CT concelhio.

Montijo – Assembleia plenária electiva das freguesias de **Canha** e **Pegões**: dia 25, 20h30, Casa do Povo de Canha, com **Luís Piçarra**.

Palmela – Assembleias plenárias eleitorais: das freguesias de **Marateca:** dia 24, 21h, em Cajados, com **Valdemar Santos**; **Quinta do Anjo:** dia 24, 21h, CT da Quinta do Anjo, com **Jorge Pires**.

Seixal – Assembleia plenária da org. de freguesia de **Corroios**: dia 25, 15h, no CT de Corroios.

OR VILA REAL

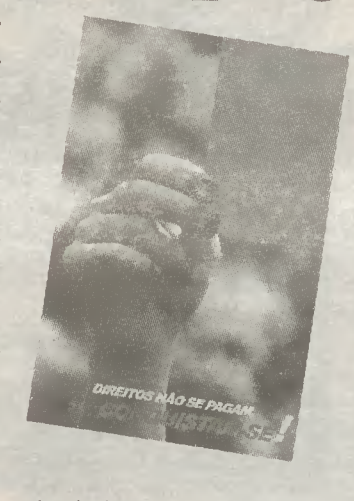
Vila Real – Assembleia plenária eleitoral dos concelhos de **Alijó, Murça, Sabrosa** e **Vila Real**: dia 25, 15h, no Centro de Trabalho de Vila Real, com **Agostinho Lopes**.

Peso da Régua – Ass. plenária eleitoral dos concelhos de **Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio** e **Peso da Régua**: dia 25, 21h, sede da JF de Peso da Régua, com **Agostinho Lopes**.

Campanha da JCP por mais qualidade no ensino superior

Direitos não se pagam, conquistam-se

O orçamento de Estado não cobre as necessidades do ensino superior, denuncia a JCP na campanha que lançou esta semana. As propostas apresentadas procuram fazer face à situação.



A JCP lançou no início da semana uma campanha nacional para o ensino superior com o lema «Direitos não se pagam, conquistam-se!». Esta iniciativa procura dar resposta ao actual panorama político tão pouco favorável às instituições e aos estudantes deste nível de ensino e envolve a colagem de cartazes, a distribuição de postais e documentos, e reuniões com associações de estudantes de todo o país.

O OE não prevê a subida da inflação, do número de alunos ou dos salários

Para os jovens comunistas, o cenário que hoje se vive «em nada melhorou com a aprovação do orçamento de Estado (OE) para 2001». E apresentam razões.

A primeira é que este OE mantém no essencial as características que têm regido os orçamentos apresentados pelo PS, o que significa que «as instituições do superior terão que continuar a "sobreviver" com mais um corte orçamental».

Por outro lado, a JCP diz que o aumento de 8,3 por cento previsto para o funcionamento das instituições é «uma diminuição encapotada», já que é calculado em função do orçamento anterior, não respeitando o orçamento padrão da lei de financiamento nem o orçamento necessário para o funcionamento normal das escolas. Isto, para além de não prever o aumento da inflação, do número de estudantes, dos aumentos dos professores e funcionários e o fim da dupla tutela das escolas superiores de enfermagem e tecnologias da saúde.

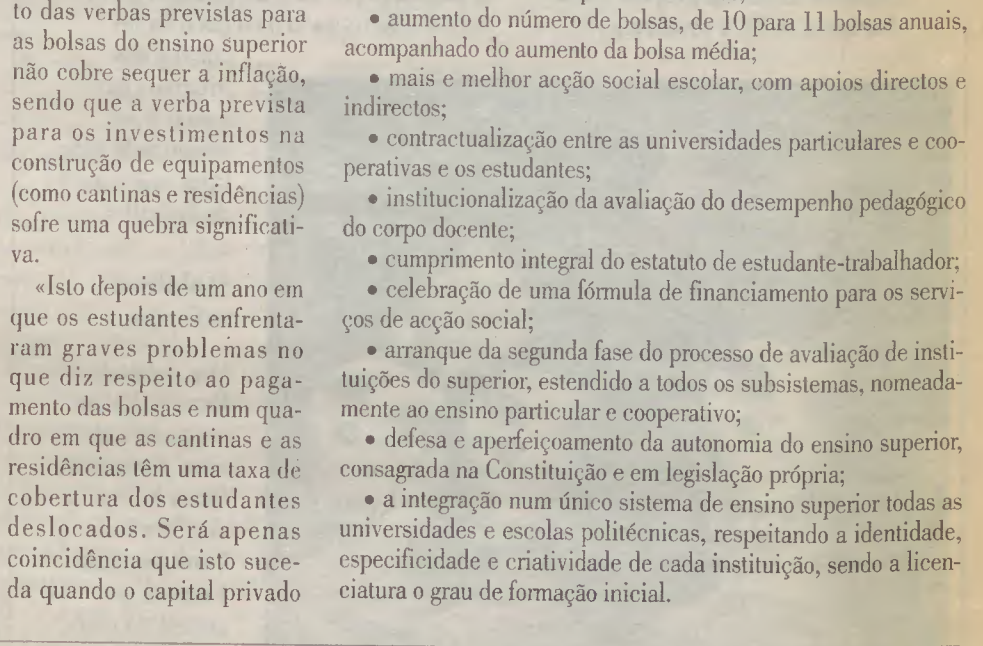
«Ao incluir as propinas nas receitas próprias das instituições, o Governo está na realidade a assumir que o dinheiro das propinas será usado nas despesas de funcionamento e não no aumento da qualidade prometido aquando da aprovação da lei de financiamento», refere a JCP.

Propinas

«As propinas correspondem a metade das receitas próprias das instituições, sendo que a contribuição dos estudantes para o financiamento das instituições não se fica por aqui, incluindo as taxas e emolumentos pagos aquando das inscrições. O conceito de receitas próprias fica desvirtuado, uma vez que estas deveriam ser fruto de projectos das instituições e de serviços por elas prestadas à comunidade», acrescenta.

Os jovens comunistas advertem ainda que o aumento das verbas previstas para as bolsas do ensino superior não cobre sequer a inflação, sendo que a verba prevista para os investimentos na construção de equipamentos (como cantinas e residências) sofre uma quebra significativa.

«Isto depois de um ano em que os estudantes enfrentaram graves problemas no que diz respeito ao pagamento das bolsas e num quadro em que as cantinas e as residências têm uma taxa de cobertura dos estudantes deslocados. Será apenas coincidência que isto suceda quando o capital privado investe na construção e exploração de residências, como acontece na Covilhã, Porto e Lisboa, num total de 18 residências até 2003?», interrogam.



***Quando as propinas** são incluídas nas receitas das instituições, assume-se que esse dinheiro é usado nas despesas de funcionamento e não no aumento de qualidade*

***Cantinas e residências**: cada vez menos devido à diminuição significativa das verbas*

As propostas

- Revogação da lei de financiamento do ensino superior, o fim das propinas e das taxas e o cumprimento do orçamento-padrão fixado para cada instituição;
- revogação do conceito do estatuto elegível;
- aumento dos rácios professor/alunos;
- aumento do número de bolsas, de 10 para 11 bolsas anuais, acompanhado do aumento da bolsa média;
- mais e melhor acção social escolar, com apoios directos e indirectos;
- contractualização entre as universidades particulares e cooperativas e os estudantes;
- institucionalização da avaliação do desempenho pedagógico do corpo docente;
- cumprimento integral do estatuto de estudante-trabalhador;
- celebração de uma fórmula de financiamento para os serviços de acção social;
- arranque da segunda fase do processo de avaliação de instituições do superior, estendido a todos os subsistemas, nomeadamente ao ensino particular e cooperativo;
- defesa e aperfeiçoamento da autonomia do ensino superior, consagrada na Constituição e em legislação própria;
- a integração num único sistema de ensino superior todas as universidades e escolas politécnicas, respeitando a identidade, especificidade e criatividade de cada instituição, sendo a licenciatura o grau de formação inicial.

Devido à CM Covilhã

Em risco campeonato de Andebol Universitário

A JCP da Covilhã vem a público manifestar a sua «total discordância» com a falta de apoio ao Campeonato Mundial de Andebol Universitário por parte da Câmara Municipal local.

O campeonato, que se realiza proximamente na Guarda e na Covilhã, constitui o maior e mais prestigiado acontecimento desportivo que alguma vez se realizou na Beira Interior. Contudo, apesar de inicialmente ter oferecido apoio, hoje a autarquia dá o dito por não dito e coloca entraves à iniciativa que dificilmente serão ultrapassados.

«O apoio inicial por parte da Câmara Municipal em 1998, fundamental para a atribuição deste campeonato à Guarda e à Covilhã, e a posição actual da autarquia provoca perplexidade a todos quantos acompanharam este processo, bem como uma profunda incompreensão por este volte face», afirmam os jovens comunistas, numa nota de imprensa.

«Mais uma vez fica provado que a autarquia, entre outros aspectos, não considera o desporto e a juventude como uma prioridade para o município. Não tem nem pensa vir a ter um plano integrado de desenvolvimento do desporto no concelho. Não conhece nem tão-pouco se esforça para conhecer a realidade. E, ainda por cima, desperdiça a olhos vistos uma excelente oportunidade para dar a conhecer esta região pelo mundo fora, deixando em maus lençóis o comité organizador da iniciativa ao inverter a sua posição», diz a JCP.

«Fica ainda uma certeza e uma dúvida. A certeza prende-se com o facto de não ter passado de pura demagogia as afirmações produzidas pelo senhor presidente da câmara sobre a participação da Covilhã no Euro 2004. A dúvida é sobre quantos "votos" vale este campeonato do mundo para o senhor Carlos Pinto», questiona a JCP.

Acrescente-se que o Campeonato do Mundo de Andebol Universitário conta com a participação de 16 selecções oriundas de todos os continentes e, como lembram os jovens comunistas, «constitui uma oportunidade ímpar no panorama desportivo e social da região, quer para a promoção da modalidade em si, quer para a afirmação das cidades da Guarda e da Covilhã enquanto pólos dinamizadores do desporto, da cultura e do turismo».

Valongo

JCP exige revitalização do Conselho da Juventude

A JCP de Valongo exige a revitalização do Conselho Municipal da Juventude local (CMJ), quatro anos após a sua criação. Para os jovens comunistas, este organismo só poderá subsistir se tomar um novo rumo, «constituindo-se como um verdadeiro forum de discussão aberta e participada», afastando-se da sua actual situação.

O Conselho Municipal de Juventude de Valongo surgiu em 1996 como um importante passo para o estímulo da participação dos jovens na vida concelhia e para a elaboração de políticas de juventude que defendam os seus interesses. No entanto, como explica a JCP, tudo não passou de uma ideia «engraçada» que logo foi abandonada.

«O CMJ tem-se limitado a ser um local de propaganda das actividades desenvolvidas pelo executivo camarário em domínios que, geralmente, não ultrapassam a ocupação de tempos livres, o que acaba por confirmar a crescente falta de vontade em ouvir as propostas e opiniões dos jovens», afirmam os comunistas, numa nota de imprensa.

«Nada indica que esta postura autista e negligente se venha a inverter», acrescentam. A JCP apresentou uma moção que reflecte o descontentamento em relação ao funcionamento do CMJ e, apesar desta organização o ter aprovado, nada se alterou.

O CMJ não reúne há três meses e os pedidos de realização de uma reunião antes do início do ano lectivo não foram tidos em conta, numa atitude da Câmara Municipal de Valongo que a JCP classifica como «claramente irresponsável».

«Terá o CMJ condições para continuara a existir? Ou deverá, nas actuais condições, ser extinguido, colocando-se um ponto final num projecto há muito contaminado e atrofiado?», questionam os jovens comunistas.

A resposta é fácil de obter: é preciso revitalizar o organismo de forma a «melhorar a intervenção ao serviço da população jovem, através de políticas de juventude que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos milhares de jovens do concelho, e não sirva apenas para alardear iniciativas populistas que certamente terão algum impacto mediático, mas que não são de todos suficientes».

• Sandra Pimenta

O direito de crescer, brincar e aprender

Quatro dias se passaram sobre o fim da Cimeira Ibero-Americana, realizada no Panamá, dedicada à infância e à adolescência. Como sempre, o esperado desfile de personalidades famosas aconteceu, mas o principal objectivo (penso eu, na minha infinita ingenuidade) foi debater a situação das crianças e jovens no mundo.

As conclusões que ficam, essas sim, é que de famosas não têm nada. Desde a ausência da educação e cuidados de saúde, à existência de doenças múltiplas, subnutrição, até ao trabalho e exploração infantil, há de tudo.

E é sobre este último aspecto que escrevo. A realidade aponta para 250 milhões de crianças, que são vítimas de trabalho infantil no mundo, 61% das quais na Ásia, 32% em África e 7% na América Latina.

E a Europa, senhores? Será que já somos assim tão desenvolvidos que isto não constitui um problema? Segundo dados da própria União Europeia (UE), o problema do trabalho infantil atinge cerca de 2 milhões de crianças, distribuídas pelos 15 estados-membros.

A pobreza que abrange mais de 80% da população mundial é a principal causa do trabalho infantil. Perante este facto, imagina-se que Portugal não estará muito bem posicionado no *top* 15 da UE (o que já começa a ser um hábito!).

«Trabalhos de casa»

E a verdade é que o flagelo do trabalho infantil em Portugal continua a ser um problema grave, embora mal conhecido, pois existe principalmente sob a forma de trabalho domiciliário, o que dificulta uma maior fiscalização. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), estima-se num total de 200 mil as crianças trabalhadoras no nosso país. Perante estes números tão concretos, o governo limita-se a afirmar que «situações de trabalho infantil ainda ocorrem em certas zonas de Portugal». Sr. secretário de Estado do Emprego: «Ainda?»

O governo português vem para a praça pública anunciar que em 2952 visitas-relâmpago efectuadas até Agosto deste ano, foram detectados somente 88 casos de trabalho infantil, logo conclui que «o trabalho infantil em Portugal está em regressão, e o governo não poupa esforços no combate a este problema e inquieta-se com os atentados à liberdade de trabalho e a exploração do trabalho de crianças, que as impede de estudar e de crescer num ambiente saudável, estando já está em marcha o desenvolvimento de um plano nacional de eliminação da exploração do trabalho infantil, apoiado em estudos rigorosos». E pronto, com esta demagogia e tanto estudo, oculta-se o problema e atira-se areia para os olhos de quem confiando nos nossos governantes, ainda se ilude com as falsas soluções de um governo mais preocupado em fazer aprovar um orçamento em troca de um queijo... Vamos lá a acordar, senhores dirigentes: há crianças a trabalhar em Portugal! Neste momento, e com esta política do governo socialista, de que «o trabalho dos pequenos é pouco, mas quem o desperdiça é louco!», o trabalho infantil é perdoado por falta de coragem política, tendo sido retirado da alçada da lei penal e dos tribunais para passar a ser sancionado pela Inspecção Geral do Trabalho.

Mobilizar esforços

Mas voltando à Europa. Fala-se muito de um novo projecto de Carta Europeia dos Direitos Fundamentais. Entre os 54 artigos da carta, figuram além dos direitos civis e do Homem tradicionais, os direitos à greve, à protecção do ambiente, à saúde, à assistência social e à habitação, os direitos das crianças a par das proibições da clonagem e do trabalho infantil.

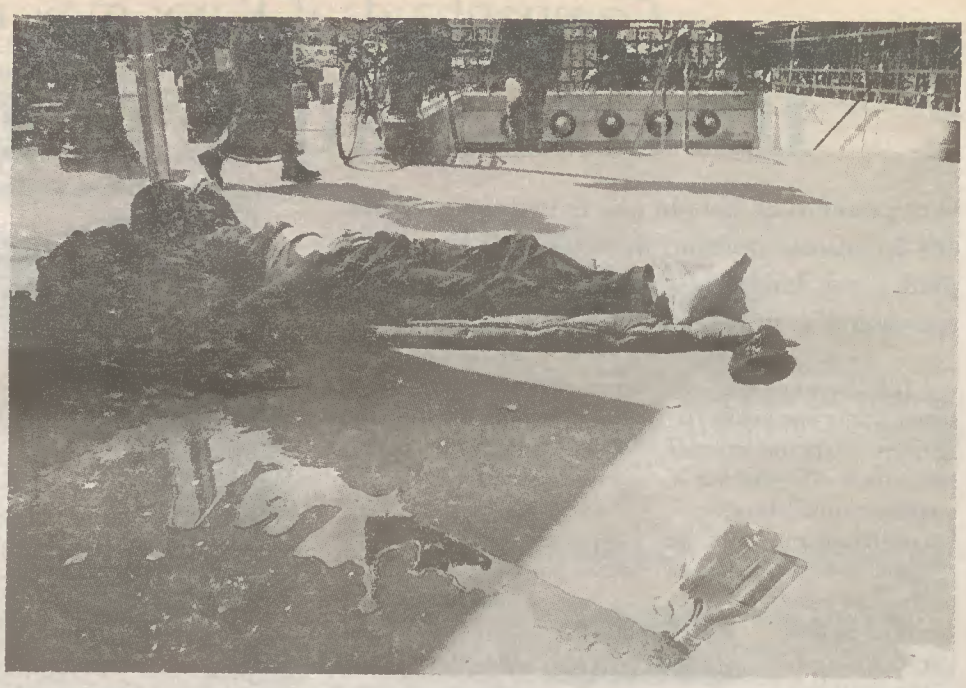
Mas em vez de se inventariarem direitos previamente reconhecidos pelo tratado da UE, não seria mais necessário e urgente assegurar a sua aplicação nos 15 países comunitários, pondo fim nomeadamente ao trabalho infantil?

O trabalho infantil é inaceitável.

À criança tem de ser respeitado o direito de crescer, brincar, aprender e não ser usada como mão-de-obra de patrões sem escrúpulos.

«Quando for grande quero ser empregada de limpeza.» «Eu só brinco ao fim-de-semana.» Para que no futuro não tenhamos que ouvir da boca de crianças frases como estas, é preciso mobilizar esforços em todo o mundo para que sejam respeitados os seus direitos, em especial, o direito a viverem a sua infância livres da exploração económica.

Já um antigo provérbio chinês dizia: «A única forma de endireitar uma sombra torta é endireitando o objecto.» Vamos a isso!



***O crescimento** económico capitalista continua a deixar um lastro de pobreza e exclusão*

Os Quinze devem agora empenhar-se no combate à exclusão social

A Europa dos pobres

Apesar das altas taxas de crescimento económico, cerca de 18 por cento da população da União Europeia vive abaixo do limiar de pobreza.

Com a aprovação pelo Parlamento Europeu do relatório de Ilda Figueiredo relativo ao programa comunitário de luta contra a exclusão, a União Europeia volta a dispor de um instrumento com capacidade de intervenção nesta área.

No entanto como salientou a deputada do PCP na sessão da passada semana em Estrasburgo, «é necessário e essencial que o Conselho cumpra agora as promessas que fez não apenas relativamente ao programa, mas também quanto à fixação de objectivos e de metas adequadas a acordar até final deste ano, de forma a não defraudar as expectativas que criou com as conclusões da Cimeira de Lisboa relativamente ao seu empenhamento no combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social».

O relatório de Ilda Figueiredo aposta na criação de um Grupo de Reflexão a Nível Europeu, constituído por parceiros comunitários, representantes das ONG, do Parlamento Europeu, do Conselho e dos Comités Económico Social e das Regiões. A colocação em rede dos diferentes observatórios ou organismos similares existentes nos estados-membros e a abordagem dos problemas a nível local, regional e nacional são outros aspectos importantes do programa que viu o seu financiamento aumentado de 70 para 100 milhões de euros.

Para o êxito destas medidas é fundamental que a Comissão Europeia adeqúe as suas políticas, nomeadamente nos domínios económico, monetário, fiscal, de concorrência, de protecção dos consumidores, das pescas e agrícola.

A qualificação e a integração na vida profissional assumem uma relevância particular tanto mais que a pobreza e exclusão afecta também largas camadas de assalariados em profissões mal remuneradas. É assim fundamental garantir um emprego de qualidade, com direitos e salários dignos e criar condições de acesso a serviços públicos.

Exército em marcha para 2003

Catorze estados-membros deram esta semana mais um passo na constituição da Força de Reacção Rápida europeia ao anunciarem a sua contribuição para o «catálogo» de meios humanos e materiais de que será composta. Só Dinamarca decidiu ficar de fora deste projecto militarista.

Por seu lado Portugal, como esclareceu o ministro da Defesa, disponibilizou para a força europeia «um comando de brigada, uma companhia de comandos e serviços, um batalhão de infantaria, uma companhia de transmissões e um destacamento de operações especiais» que, ao todo, representam um contributo de 1059 militares, além dos que «equipam as plataformas navais que são oferecidas».

Em meios aéreos e navais - acrescentou - Portugal disponibilizará ainda uma fragata, um submarino e um navio de patrulha oceânica, bem como seis caças F-16, um avião C-130, um avião de patrulhamento marítimo e uma equipa de controlo aéreo táctico.

Na reserva ficam «uma bataria de bocas de fogo reforçada, uma companhia de engenharia reforçada, uma companhia de assuntos civis, um esquadrão de polícia do exército e um agrupamento de apoio de serviços», num total de 787 militares.

«Podemos acrescentar ainda um navio reabastecedor e uma companhia de fuzileiros que tem a grandeza de 150 militares, mais um avião de patrulhamento marítimo, dois F-16, um C-130 e quatro helicópteros Puma», acrescentou o governante citado pela Agência Lusa.

No total, o «esforço humano» directo e indirecto de Portugal deverá cifrar-se em «cerca de três mil homens» já que «a capacidade de rotação e de formação das forças» terá de ser sempre «três vezes superior» ao número de militares que foi disponibilizado.

Indústria de defesa

Entretanto, e ainda no âmbito da constituição da FRR, Portugal aposta na participação do país em dois dos grandes projectos na indústria europeia de defesa do momento, nomeadamente o fabrico do helicóptero europeu de transporte pesado (NH-90) e o avião de transporte militar A-400 M da Airbus.

No domínio naval, Portugal tenciona desenvolver o seu próprio navio logístico, que está já previsto na Lei de Programação Militar (LPM) e cujo construção será encomendada aos estaleiros de Viana de Castelo.

O catálogo de forças integra agora mais seis mil homens do que inicialmente previsto (60 mil), sendo a Alemanha, a Grã-Bretanha e a França, com 13.500, 12.500 e 12.000 homens, os Estado-membros que mais contribuem.

Em volume de contribuições seguem-se na lista a Itália e a Espanha, ambos com seis mil homens, a Holanda com 5 mil, a Grécia com 3500, a Áustria e a Finlândia com dois mil, a Suécia com 1.500, a Bélgica e a Irlanda com mil e o Luxemburgo com 100. A UE pretende poder mobilizar estes efectivos já a partir de 2003.

Vacas loucas

Produtores pagam a crise

Os preços à produção da carne de bovino continuam a baixar para níveis incomportáveis, alerta a Confederação Nacional da Agricultura que exige medidas do Governo.

A CNA afirma que são os produtores pecuários os que mais sofrem com a não erradicação de doenças como a brucelose, a peripneumonia e a leucose. Também os problemas com a BSE se agravam já que se mantém o embargo à exportação de carne bovina portuguesa.

Os produtores querem ser compensados e exigem um programa de sanidade animal

Neste quadro, os preços estão em queda livre e os produtores «quase que têm de pagar para os comerciantes levarem as vacas de refugo, quando ainda não há muito tempo elas valiam 100 e 110 contos cada», dizem os dirigentes da Confederação que no passado fim-de-semana estiveram reunidos na sua assembleia geral.

Na conferência de imprensa de segunda-feira, a CNA exigiu a aplicação de um programa nacional de sanidade animal, que permita a retirada dos animais afectados e o pagamento de indemnizações justas para compensar os prejuízos sofridos e apoios para a reposição dos efectivos.

Ao mesmo tempo que pede firmeza ao Governo na defesa dos interesses e da produção nacional, a Confederação defende o embargo à carne bovina proveniente de países afectados pela doença das vacas loucas, assim como o aumento da fiscalização das importações produtos bovinos e de rações.

As dificuldades actuais, segundo a CNA, justificam a declaração de situação de crise no sector, que deverá passar não só por indemnizações à produção como também pela promoção do consumo nacional e pela manutenção ou aumento dos apoios às raças autóctones.

A CNA defende o embargo à carne bovina originária de países afectados pela BSE

Ameaça de falência

Um futuro incerto paira igualmente sobre os produtores de frutas e hortícolas, na sequência de uma proposta da Comissão Europeia que pretende alterar a respectiva Organização Comum de Mercado (OCM).

Entre os pontos mais negativos, a CNA realça a extinção do preço mínimo, a redução dos níveis de retirada, a descida das ajudas à transformação e da percentagem de ajudas aos fundos operacionais.

No caso concreto do tomate para transformação, a concretizar-se a proposta de redução da ajuda em cerca de seis escudos por quilo, muitos milhares de produtores serão levados à falência e outros terão de abandonar a actividade, sublinham os dirigentes da CNA.

Esta proposta é tanto mais inaceitável quanto o próprio Parlamento Europeu, numa recomendação à Comissão, afirma que, sem aumento de despesa, é possível que a quota/limiar para Portugal suba para as 946 mil toneladas e a que a ajuda à transformação regresse aos níveis de 1994/95, ou seja, 9$70 por quilo de tomate.

Concentração em Dezembro

A Assembleia Geral da CNA assinalou ainda as reduções que finalmente o Governo decidiu fazer no regime contributivo para a segurança social da Agricultura Familiar, sublinhando que se trata de mais uma vitória da luta que envolveu concentrações, manifestações, exposições e abaixo-assinados à Assembleia da República.

Todavia, «é uma vitória que sabe a pouco». A organização exige ser ouvida antes de o Governo regulamentar as prometidas reduções das prestações mensais.

Os pequenos e médios agricultores querem ainda ser compensados pelos projectos que não chegaram a ser aprovados durante a vigência do 2.º Quadro Comunitário de Apoio e que agora, com o novo quadro, verão as comparticipações reduzidas ou mesmo extintas (como no caso da substituição de máquinas e equipamentos).

Acusando o Governo de não responder aos pedidos de audiência, a Assembleia Geral da CNA incumbiu a nova Direcção Nacional para promover uma concentração de dirigentes associativos agrícolas, (18 de Dezembro, às 14.30 horas) frente à residência oficial do primeiro-ministro, onde uma delegação tentará ser recebida.

Ajudas beneficiam grandes proprietários

A promessa por parte do ministro da Agricultura de aplicar para o ano a «modulação» corresponde a uma velha reclamação da CNA, que há muito defende a redução por escalões das ajudas directas ao rendimento dos grandes proprietários.

Considerando a medida como uma importante vitória dos pequenos e médios agricultores, a Confederação lamenta, no entanto, que o projecto do Governo só se aplique àqueles que recebem mais de 7500 contos por ano, limitando a poupança correspondente a apenas dois milhões de contos.

A proposta que a CNA entregou no Ministério visava a redução das ajudas logo para aqueles que recebessem mais de cinco mil contos ano, o que libertava cerca de sete milhões de contos.

Recorde-se que actualmente 42 milhões de contos deste tipo de ajudas são entregues a um número reduzidíssimo de grandes proprietários (cerca de um por cento do total de agricultores).

A CNA defende que as «poupanças» que forem obtidas pela modulação sejam aplicadas exclusivamente no reforço das indemnizações compensatórias até um máximo de 50 hectares por agricultor de área elegível.

Entretanto, o Governo já providenciou para «compensar» os grandes proprietários, tendo introduzido no Programa de Desenvolvimento Rural algumas novas medidas agro-ambientais que, «nalguns casos, poderão traduzir-se em ainda maiores lucros para os mesmos do costume», afirma a CNA.

Estão assim previstos prémios para pastagens naturais de sequeiro a título da agricultura biológica, sem limite de áreas; para manutenção do restolho no solo; para conservação de palha e restolho no solo. «Qualquer destes novos prémios pode dar na ordem de 4500 contos por ano de subsídios para quem tiver 500 hectares nessas condições», estima a CNA.

PE pede proibição das farinhas animais

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução na qual solicita a proibição da produção de alimentos para animais e das partes de alimentação animal que envolvam a reciclagem de restos de animais para efeitos de alimentação de gado bovino, ovino, caprino e de todos os outros animais, incluindo aves e peixes.

O PE reitera também o seu apelo à rápida introdução de testes obrigatórios da BSE em todos os bovinos, ovinos e caprinos destinados a abate, começando pelos que têm mais de 18 meses de idade, em todos os estados-membros. Os deputados exigem igualmente a rápida aplicação de um plano comunitário em matéria de transporte, armazenagem e incineração das farinhas de origem animal, as quais poderiam eventualmente ser utilizadas na produção de biogás, em co-incineração em centrais eléctricas, na produção de cimento e biocombustíveis.

Condenando a lentidão demonstrada pelos estados-membros na implementação da legislação necessária em matéria de higiene e métodos de produção de alimentos para animais, bem como no tratamento de matérias de risco, alimentação animal, inspecção e rotulagem, o PE apela à criação de um sistema de emergência que permita à Comissão tomar medidas imediatas quando as normas comunitárias não sejam devidamente aplicadas ou controladas. A resolução, que partiu de uma proposta do Grupo da Esquerda Unitária, integrado pelos deputados do PCP, defende ainda que a colocação no mercado de um animal infectado, ou suspeito de o estar, deve ser considerado crime. Finalmente, os deputados, para quem a rastreabilidade dos alimentos, desde a origem até à mesa, deveria ser a pedra angular da política alimentar da UE, reiteram o seu apelo à supressão da cadeia alimentar de todos os animais de uma manada, sempre que o resultado de um teste seja positivo.

Para a deputada Ilda Figueiredo, «sem uma mudança na política Agrícola Comum, o problema da segurança alimentar tenderá a agravar-se», já que o actual modelo promove «a intensificação produtiva, a progressiva verticalização da produção e a concentração da terra, servindo fundamentalmente os interesses da agro-indústria e das grandes transnacionais alimentares». Por isso, concluiu, «não será apenas com uma autoridade alimentar e com medidas legislativas pontuais, ainda que positivas, que se resolverá o problema de fundo».

Falta consenso

Entretanto, na segunda-feira, uma maioria dos estados-membros manifestou-se a favor da generalização dos testes de despistagem da BSE aos bovinos a partir de certa idade, embora a proposta de Bruxelas continue a não acolher a unanimidade. Os países nórdicos e a Áustria manifestaram-se contra, enquanto outros países levantaram reservas, querendo que os testes sejam realizados em proporção com a incidência de BSE de cada país.

O consenso dos Quinze foi alcançado apenas no alargamento dos testes a partir de Janeiro de 2001 a todos os animais considerados de risco.

Sobre o alargamento aos Quinze da interdição das farinhas de carne e ossos na alimentação de todos os animais, a Comissão Europeia afirmou não ter havido uma proposta formal dos estados-membros sobre esta matéria.

Portugal abaixo da zona euro

O crescimento económico português vai continuar a ser inferior ao da zona euro este ano e no próximo, segundo as estimativas da Organização para a Cooperação e desenvolvimento Económico.
O «Economic Outlook» da OCDE divulgado no início da semana, prevê que a economia portuguesa cresça este ano 3,2 por cento, contra 3,5 por cento na zona euro e 3,4 por cento na União Europeia (UE).
Para 2001, a OCDE aponta um crescimento do PIB de 3,0 por cento em Portugal, idêntico ao da União Europeia mas abaixo dos 3,1 por cento que aquela organização espera para a zona euro. Em 2002, a economia portuguesa crescerá 2,9 por cento, acima do previsto para a UE (2,7 por cento) e zona euro (2,8 por cento).

Observatório da infância

Os ministros e representantes dos Quinze responsáveis pelas políticas para a infância decidiram criar um Observatório Europeu da Infância e da Família.
O encontro decorreu na segunda-feira, em Paris, no quadro da Jornada da Europa da Infância.
Ségolène Royal, em nome da presidência francesa da União Europeia, apresentou um plano de acção comum que propõe assinalar anualmente no dia 20 de Novembro a Jornada Europeia dos Direitos da Criança, antecedida por uma reunião dos ministros dos Estados membros da UE responsáveis pela infância.
Para além da criação de um grupo permanente de representantes dos ministros, encarregado de preparar e de apreciar o impacto das diversas políticas europeias na situação das crianças, a União pretende colocar em funcionamento no próximo ano o Observatório Europeu da Infância e da Família, com o objectivo de unificar informações e análises relativas às praticas e às políticas nesta área.

Despedimentos na Polónia

A fusão do terceiro banco polaco, o Bank Handlowy, com a filial norte-americana do Citibank, vai originar a supressão imediata de 1.400 empregos atingindo um total de 6.200 até ao final do ano 2001. O objectivo é mais uma vez reduzir as despesas de funcionamento, não se justificando manter postos de trabalho em duplicado.
A operação deverá estar concretizada em Janeiro de 2001 dando origem a um dos maiores bancos de retalho da Polónia. Os dois bancos juntos ficam com 18 mil empresas clientes e um total de 143 agências em toda a Polónia.

Cimeira árabe no feminino

A I Cimeira Árabe feminina, iniciada no fim-de-semana passado, no Cairo, acabou por se transformar num encontro de solidariedade com a causa Palestina.

O secretário-geral da liga árabe, Esmat Abdel Meguid, saudou as mães palestinas «que lutam, com decisão e uma vontade inquebrantável, pela liberdade da sua pátria e dos seus filhos com toda a valentia e sacrifício».

A abertura da cimeira esteve a cargo de Suzane Mubarak, esposa do presidente egípcio, e contou com a participação de muitas outras personalidades da região.

«A mulher árabe deve ser uma mulher da sua casa, mas também uma mulher trabalhadora, tanto no meio rural como no urbano, para poder contribuir para o processo de desenvolvimento do seu país», afirmou Suzane Mubarak.

Durante os trabalhos, foi debatida a situação económica e social da mulher nos países árabes e os seus desafios futuros.

PT prepara presidenciais

O Partido dos Trabalhadores (PT) Brasileiro alcançou a sua maior vitória eleitoral em 21 anos de vida nas eleições municipais, de 29 de Outubro. Para além de superar as expectativas em 31 cidades brasileiras, o PT conquistou 13 dos 16 municípios em que apresentou candidatos às Câmaras Municipais (prefeituras), incluindo a principal capital financeira e industrial do país, São Paulo.

O voto no partido mais do que duplicou, passando de 6,4 por cento em 1996 para 14,12 por cento em 2000, transformando-se desta forma no quarto maior partido político do país.

Com base nos resultados agora alcançados, o dirigente do PT, Luís Inácio «Lula» da Silva, vai tentar construir alianças políticas com grupos regionais independentes, incluindo dirigentes do mundo financeiro, de forma a enfrentar as eleições de 2002 contra o sucessor do actual presidente, Fernando Henrique Cardoso.

ONU contra crime organizado

A Assembleia Geral da ONU adoptou três instrumentos legais com os quais procura promover a cooperação entre os Estados na luta contra o crime organizado em todo o mundo.

Os três instrumentos são a Convenção Contra o Crime Organizado Transnacional, o Protocolo para a Prevenção, a Supressão e o Castigo para os Maus Tratos de Pessoas, especialmente de mulheres e crianças, e o Protocolo respeitante aos Emigrantes.

A Convenção e os seus dois Protocolos foram aprovados em anexo a uma resolução adoptada por aclamação pelos 189 Estados que compõem a

X Cimeira Ibero-Americana reconhece a pobreza como a principal causa da degradação em que vivem as crianças latino-americanas

A tragédia latino-americana

Mais de metade dos 224 milhões de pobres da América Latina são crianças, lembrou Fidel Castro na X Cimeira Ibero-Americana realizada no Panamá.

«Unidos pela Infância e Adolescência, base da justiça e equidade no novo milénio», foi o tema da Cimeira, que reuniu no fim-de-semana, na Cidade do Panamá, os chefes de Estado e de governo de 19 países latino-americanos, de Portugal e Espanha. Um tema plenamente justificado - como sublinhou o presidente cubano ao discursar na qualidade de anfitrião da anterior da Cimeira Ibero-Americana - pelos terríveis indicadores estatísticos recolhidos por organizações internacionais relativos à situação da infância na América Latina, designadamente ao nível dos cuidados de saúde, da educação, da exploração sexual e do trabalho infantil. Segundo esses dados, a taxa média de mortalidade infantil situa-se nos 39 por mil; mais de 15 milhões de crianças não são vacinadas; mais de 20 milhões de não têm acesso à educação e o mesmo número de menores de 15 anos trabalha.

Esta situação não reflecte nenhuma fatalidade, mas antes o resultado das políticas seguidas no hemisfério, como Fidel fez questão de salientar, ao contrapor, por considerar «ter o dever de o fazer», os números relativos a Cuba: «Se a taxa de mortalidade infantil da América Latina e Caraíbas correspondesse a 6,4 por cada mil no primeiro ano de vida (...), taxa alcançada por Cuba - isolada, castigada e submetida a uma implacável guerra económica durante mais de 40 anos, quase 400 mil crianças teriam sobrevivido em cada ano.»

400 mil crianças poderiam ter sobrevivido em cada ano

Polémica

Na declaração final da Cimeira, os participantes comprometem-se a fortalecer as políticas e programas nacionais que promovam o desenvolvimento com equidade e justiça social, e reafirmam a sua adesão aos princípios e propósitos consagrados na Convenção dos Direitos das Crianças, das Nações Unidas.

A declaração define um conjunto de acções para a equidade e justiça social que passam pelo fortalecimento das políticas e programas nacionais promotores do desenvolvimento, de entre as quais se destaca o compromisso de, até 2015, conseguir o acesso de todas as crianças latino-americanas a uma educação primária gratuita e obrigatória.

A X Cimeira Ibero-Americana ficou ainda marcada pela polémica que opôs Fidel Castro ao presidente salvadorenho, Francisco Flores, a propósito da proposta de inclusão no documento final da condenação do grupo separatista basco ETA. O texto em causa, proposto por El Salvador, mereceu o repúdio de Cuba, alegando que em nenhuma outra cimeira se aprovou um texto particularizando o caso de um país, o que até se justificaria, na opinião de Cuba, relativamente à ilha «que sofre o flagelo do terrorismo dos Estados Unidos há 40 anos». De assinalar que o texto não faz referência ao atentado preparado contra Fidel Castro no Panamá, apesar de a polícia panamiana ter detido na sexta-feira o anticastrista Luis Posada Carriles, juntamente com outras três pessoas. Posada Carriles, que participou tentativa da invasão na Baía dos Porcos, chegou ao Panamá oriundo de El Salvador.

Alemanha

Sentenças favorecem «cabeças rapadas»

Numa altura em que o combate à extrema-direita na Alemanha prevê a proibição do Partido Nacional Democrata (NPD), as sentenças de alguns juízes alemães estão a provocar críticas.

Nos últimos dias, houve dois casos. No primeiro, as penas contra alguns dos 11 «cabeças rapadas» responsáveis pela morte de um argelino quando tentava fugir à perseguição que lhe moviam, não foram além de dois a três anos de prisão, para três dos acusados, tendo cinco saído com penas suspensas e os restantes ilibados. O segundo caso foi o julgamento de quatro jovens neonazis acusados de terem agredido uma família bósnia que aguardava a concessão de asilo político. Dos quatro jovens, com idades entre os 15 e os 18 anos, apenas dois foram condenados a penas de dois e cinco anos de prisão. Mas, por serem menores, irão cumpri-las em instituições de recuperação de jovens.

A decisão do juiz foi tanto mais criticada quanto o delegado do Ministério Público tinha pedido para todos a mesma pena – seis anos de reclusão – tendo em conta que, apesar da pouca idade, têm já uma actividade assinalável como membros de extrema-direita.

Xenofobia na escola

Muitas crianças na Alemanha são vítimas de xenofobia desde os primeiros anos de escola, revelou entretanto em Berlim a Agência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A organização apelou aos políticos e aos partidos para que «alterem a sua política e a linguagem de rejeição dos estrangeiros», sublinhando que os direitos das crianças sem a nacionalidade alemã devem ser fortalecidos. «A violência contra as minorias é um ataque contra o espírito dos Direitos do Homem e contra a Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidade», recordou a presidente da UNICEF na Alemanha, Reinhard Schlagintweit. Uma sondagem realizada pela UNICEF, através da Associação Alemã de Protecção à Criança e pela Obra de Ajuda à Criança, revelou que 59 por cento dos menores entrevistados (entre os 8 e os 18 anos) consideram que o direito a ser tratado igualmente é menos praticado na Alemanha, especialmente entre os meninos sem a cidadania alemã.

EUA

O processo eleitoral visto pelos humoristas

O Supremo Tribunal da Florida decidiu anteontem validar a contagem manual de votos, cujos resultados deverão ser apresentados domingo. A disputa, no entanto, está ainda longe do fim. Deste resultado depende o nome do próximo locatário da Casa Branca.

Entretanto, os episódios surrealistas da longa corrida à Casa Branca têm feito as delícias dos humoristas americanos. Segue-se uma síntese das piadas mais populares.

– **David Letterman (CBS):** «Mais cedo ou mais tarde, acredito que haverá um vencedor».

– **Jay Leno (NBC):** «Moisés, inicialmente, só recebeu oito mandamentos. Depois exigiu uma recontagem».

– **Comedy Central:** «um cómico do canal, aluindo aos raciocínios rudimentares de Bush, afirmou que este encontrou uma forma de saber quem ganha: «contar seis votos e multiplicar o resto por um milhão».

– **Jay Leno:** imitando os anúncios de *catch*, jogo famosos nos EUA, promete para «terça, quarta, quinta ou talvez no Natal» os resultados. Depois, os nomes dos protagonistas: Barbara Bush, mãe de George, é «Barbara big bad mama, mãe de todas as recontagens que elimina os inimigos do filho querido», e os ex-secretários de Estado James Baker, o «Bispo», e Warren Chistopher, o «Drácula».

– **David Lettermam:** «388 boletins de voto acabam de ser descobertos agarrados ao penso que Bush usou na cara durante o último fim-de-semana».

– **Newsweek:** A revista que na capa coloca a cara de um homem, metade George Bush metade Al Gore, diante da Casa Branca, provocou reacções: Leno acha que um Presidente assim seria um «pesadelo: um pedante (Gore) que não compreendia nada de nada (Bush)».

– **Net:** Um *site* propõe um guia «para o eleitor idiota» destinado aos residentes na Florida e «outros estúpidos», em que se explica «a técnica simples de perfuração» dos boletins.

– **Dave Barry:** Num de um dos jornais que o publicam, o humorista comunica aos americanos que é possível «que não conheçam o 43.º Presidente antes de votarem no 44.º».

2001 ano de Cuba

O ano 2001 será o Ano Internacional de Solidariedade com Cuba contra o bloqueio. A decisão surgiu no II Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba, realizado naquele país na semana passada e que contou com mais de 4600 participantes oriundo de 118 países.

«Cuba é vítima de uma guerra cruel e não declarada. Não é possível olhar com calma a prepotência e o desrespeito pelas normas de convivência universal com que a principal potência do mundo projecta a sua política para Cuba», lê-se na declaração final.

Esta iniciativa procurou reafirmar a «convicção de que o povo cubano tem o direito inquestionável de construir o seu próprio modelo de desenvolvimento económico, político e social, a decidir o seu futuro sem ingerências, ameaças ou agressões estrangeiras, e a defender a sua soberania e independência».

Na iniciativa foi ainda decidido organizar no próximo ano uma Jornada Mundial de Solidariedade em homenagem aos 40 anos da revolução cubana, divulgar mundialmente o pensamento de José Martí em 2003 (ano do 150.º aniversário do seu nascimento) combater o bloqueio nos parlamentos nacionais e regionais e promover o envio de mensagens ao presidente e ao Congresso dos EUA.

Os participantes decidiram ainda desenvolver acções em todos os países que pertencem à Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas para que os seus governos não cedam às pressões dos EUA.

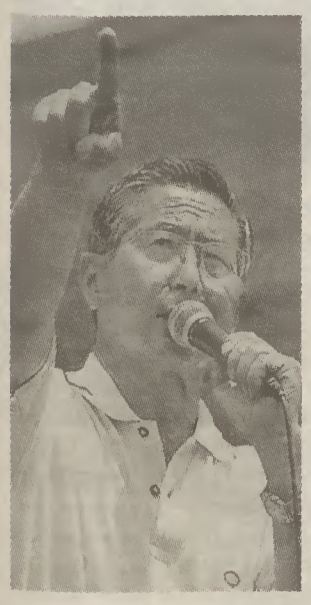
No encontro, o PCP foi representado por Manuela Bernardino, responsável da Secção Internacional do Partido. A delegação portuguesa, composta por 22 elementos, contou ainda com a participação da Associação de Amizade Portugal-Cuba, da CGTP-IN, da Intervenção Democrática, de Odete Santos, de dirigentes e activistas sindicais, e dos presidentes das Câmaras Municipais de Alcochete e Palmela, entre outros.

Fujimori renuncia

Crise no Peru

Alberto Fujimori renunciou ao cargo de presidente do Peru. O anúncio, feito domingo a partir de Tóquio, lançou o Peru numa guerra pela sucessão.

A carta com a renúncia de Fujimori chegou segunda-feira às mãos do novo presidente do Congresso peruano, Valentín Paniagua. De acordo com a legislação do país, cabe àquele órgão decidir quem será o presidente interino até às eleições marcadas para Abril do próximo ano. No encerramento desta edição desconhecia-se o resultado da reunião plenária do Congresso, mas tendo em conta a situação de crise que se vive no Peru e a correlação de forças no Congresso, é de admitir que Paniagua, a quem os EUA já manifestaram o seu apoio, venha a ser o escolhido. Valentín Paniagua foi eleito a 16 de Novembro, três dias depois de a anterior presidente do congresso, Martha Hildebrant, uma incondicional de Fujimori, ter sido destituída com um voto de censura. A nova maioria criada no Congresso e o crescente cerco a Fujimori, que poderá vir a ser implicado nas actividades ilícitas desenvolvidas pelo seu ex-assessor Montesinos, explicam a precipitada saída de *el chino* para o Japão e a sua renúncia.



Segundo o próprio Fujimori afirma na sua mensagem ao Congresso, ele é «o primeiro a reconhecer que há um novo cenário político no país, de que uma das expressões recentes é uma nova correlação de forças no Parlamento».

Na sua missiva, o ex-chefe de Estado garante: «Ao longo destes últimos dez anos e como todo o país sabe, apesar dos erros, que reconheço, actuei sem calculismo político, e muito menos com preocupações de popularidade. Voltei, então, a interrogar-me sobre a conveniência para o país da minha presidência e participação neste processo de transição. E cheguei à conclusão de que devo renunciar formalmente à presidência da República, para deste modo abrir caminho a uma etapa de definitiva distensão política que permita uma transição pacífica e, não menos importante, preservar a solidez da nossa economia.»

Fuga rocambolesca

Em condições normais, aceite a renúncia de Fujimori este deveria ser substituído pelo primeiro vice-presidente, Francisco Tudela, mas este demitiu-se no início do mês quando se soube que Montesinos mantinha contas secretas na Suíça; apesar do Congresso não ter aceite formalmente a sua renúncia, Tudela não parece contar com apoios para ser o presidente da transição. Quanto ao segundo vice-presidente, Ricardo Márquez, que igualmente se demitiu, está fora da corrida: não só garantiu que a sua decisão era irrevogável, como sobretudo não conta com o apoio nem da oposição peruana nem dos EUA.

Não é certamente por acaso que Fujimori renuncia quando se encontra fora do país. Dir-se-ia mesmo que fugiu, tal o rocambolesco da sua saída. A 13 de Novembro o ainda presidente abandona Lima após uma manobra de diversão que enganou a imprensa: um comunicado do palácio presidencial dava nota, ao início do dia, de que Vladimiro Montesinos tinha sido encontrado na sua residência na praia; os jornalistas acorreram ao local, onde comprovaram ter sido enganados; horas depois, outra nota informava que Fujimori tinha partido para o Brunei. Sem dar nas vistas, e alegadamente para participar na cimeira de chefes de Estado da APEC (Cooperação Ásia-Pacífico). Ainda não se sabe por onde andou Fujimori, mas parece ter demorado 36 horas a chegar ao Brunei, onde de resto não aqueceu lugar, pois nem sequer assistiu à sessão de encerramento da cimeira. Depois de passar por Singapura e pela Malásia, Fujimori chega a Tóquio no dia 17, onde permanece, segundo as autoridades nipónicas, «com gripe».

Fujimori poderá ser implicado em actividades ilícitas

***Trabalhadores** peruanos contra Fugimori*

O vírus de Fujimori

É de crer que o vírus que afecta o ex-presidente não seja propriamente o da gripe. Nos últimos tempos aumentaram as denúncias de actividades ilegais de Montesinos, bem como a convicção de que a actuação do ex-chefe dos serviços secretos não poderia ser desconhecida de Fujimori. As acusações incluem tráfico de armas, enriquecimento ilícito e lavagem de dinheiro, tráfico de influências, torturas, entre outras coisas.

Embora nada disto seja novidade, o cerco agora apertou-se. A revelação feita pelas autoridades suíças de que Montesinos dispunha de três contas secretas, envolvendo 48 milhões de dólares, colocou de novo na ordem do dia denúncias anteriores, como a trazida a público pelo Canal 2, em Março de 1997, segundo a qual os rendimentos de Montesinos entre 1993 e 1995 aumentaram de 5700 dólares para 450 000 dólares, ou a do diário Liberación, no ano passado, revelando que a conta de Montesinos no Banco Wiesse, no Peru, registava um depósito anual superior a dois milhões de dólares.

Na ocasião, as investigações levadas a cabo por homens de confiança de Fujimori foram arquivadas por falta de provas de enriquecimento ilícito. Hoje, crê-se que os 48 milhões de dólares depositados na Suíça não passam da ponta do *iceberg* da fortuna acumulada por Montesinos.

Cronologia da crise

28 de Maio – A segunda volta das eleições presidenciais, consideradas fraudulentas tanto pela oposição peruana como pelos observadores internacionais, consagra Alberto Fujimori no cargo de presidente do Peru, lugar que ocupa pela terceira vez consecutiva.

14 de Setembro – A televisão divulga um vídeo em que se vê Vladimiro Montesinos, braço direito de Fujimori e chefe do Serviço de Informações Nacional (SIN), a subornar com 15 000 dólares o congressista Alberto Kouri, da oposição, que se passou para o lado governamental.

15 de Setembro – Fujimori, em mensagem pela televisão, anuncia a convocação de eleições antecipadas e a «desactivação» do SIN, sem no entanto fazer qualquer referência à eventual destituição de Montesinos.

23 de Setembro – Montesinos abandona o Peru e refugia-se no Panamá, apesar de não haver nenhum mandato de captura contra ele.

25 de Setembro – Fujimori anuncia oficialmente ter aceite a demissão de Montesinos e agradece-lhe os serviços prestados ao país. Segundo o documento do governo peruano, Montesinos ter-se-á demitido a 14 de Setembro.

23 de Outubro – Após um mês de ausência, Montesinos regressa ao Peru. O avião que o transportou aterrou numa base da Força Aérea, de onde o ex-chefe do SIN partiu para local desconhecido. Um comunicado da Organização de Estados Americanos (OEA) refere que o regresso foi autorizado por Fujimori «como se fosse uma coisa natural e compatível com a democracia do país e não como algo que põe seriamente em perigo a estabilidade democrática do Peru».

Desconhece-se até ao momento o paradeiro de Montesinos, havendo quem especule com a possibilidade de estar morto.

3 de Novembro – Fujimori ordena a detenção de Montesinos após o governo suíço ter denunciado a existência na Suíça de três contas bancárias secretas do ex-assessor presidencial, num total de 48 milhões de dólares, supostamente provenientes de lavagem de dinheiro. Após a divulgação desta informação, o primeiro vice-presidente do Peru, Francisco Tudela, envia um fax ao congresso apresentando a sua demissão.

7 de Novembro – Fujimori encabeça uma alegada «caça» a Montesinos, com muito aparato e nenhum resultado.

12 de Novembro – José Ugaz, procurador especial designado para o caso Montesinos, pede uma investigação imediata sobre a eventual ligação de Alberto Fujimori com o narcotráfico colombiano. A medida ocorre depois da revista Cambio ter publicado declarações de Roberto Escobar garantindo que o seu irmão Pablo, ex-chefe do cartel de Medellín, entregou um milhão de dólares para a primeira campanha de Fujimori, em 1990.

13 de Novembro – A presidente do Congresso peruano, Martha Hildebrant, é destituída com um voto de censura (por 64 votos contra 51), facto inédito na história do país. Depois do afastamento de Hildebrante, o congressista Eduardo Iberico divulga um vídeo em que se vê Montesinos rodeado pela «nata» dos oficiais do Exército, Marinha, Força Aérea e Polícia Nacional, a quem felicita por terem sido «o pilar» da vitória de Fujimori. Segundo Iberico, o documento foi entregue por um chefe militar ao jornalista Iván García para provar «a penetração imoral e corrupta de Montesinos na cúpula militar para manipular as Forças Armadas e intervir ilegalmente» nas eleições de 28 de Maio.

No mesmo dia, Fujimori parte de Lima, alegadamente com destino ao Brunei, onde deveria assistir à cimeira de chefes de Estado da Cooperação Ásia-Pacífico (APEC). Fujimori acabou por não assistir ao encerramento da cimeira, deixando o Brunei com destino ao Japão.

16 de Novembro – O congressista Valentín Paniagua é eleito presidente do Congresso peruano (câmara única com 120 membros), por 64 votos contra 51, o que põe fim a uma década de controlo absoluto do poder por parte do governo de Fujimori. Paniagua, de 61 anos, define-se como um centrista e como «um velho defensor da via parlamentar», sendo considerado como um homem de diálogo e um opositor moderado ao «fujimorismo».

19 de Novembro – Alberto Fujimori anuncia, a partir de Tóquio, a sua demissão de presidente do Peru. O governo peruano apressou-se a seguir-lhe o exemplo.

Assembleia Geral. A resolução convida os Estados e as organizações económicas regionais a assinar e ratificar os três acordos para poderem ser adoptados durante a conferência a realizar entre 12 e 15 de Dezembro em Palermo, Itália. O tratado entrará em vigor quando 40 Estados o ratificarem.

Prisão perpétua para Arancibia

O chileno Enrique Arancibia foi condenado a prisão perpétua na passada segunda-feira, por um tribunal argentino que o julgou pelo assassínio do ex-chefe do Exército chileno Carlos Prats e a mulher, em 1974.

A sentença foi proferida pelo tribunal de Buenos Aires depois de várias semanas de julgamento. Arancibia, de 56 anos, antigo agente da polícia secreta da ditadura de Augusto Pinochet, era o único inculpado neste caso.

Prats, que foi substituído por Pinochet na chefia do Exército dias antes do golpe de Estado, em 1973, foi assassinado junto com a mulher pela explosão de uma bomba colocada no seu automóvel.

EUA não cumprem normas ambientais

Os Estados Unidos comprometeram-se a reduzir as suas emissões de gases poluentes. A decisão foi anunciada na VI Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, que decorre em Haia até amanhã. Desta forma, o país que emite uma quarta parte da totalidade de gases libertados no planeta, tenta aproximar a sua posição da dos restantes países, para poder ratificar a tempo o Protocolo de Quiato, assinado em 1997, onde se estabeleceu uma redução global dos gases poluentes, sobretudo de dióxido de carbono (CO_2). Em negociação em Haia estão agora os mecanismos a adoptar para alcançar esses objectivos.

ONU condiciona regresso a Timor

O Conselho de Segurança da ONU quer enviar a Timor Ocidental peritos em segurança para determinarem se há riscos para o regresso dos funcionários das agências humanitárias aos campos de refugiados.

A decisão foi anunciada esta semana, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, por Martn Andjaba, embaixador da Namíbia no Conselho de Segurança, que chefiou uma missão de diplomatas da ONU a Timor na última semana.

A retirada aconteceu em princípios de Setembro, depois do assassinato no campo de Atambua de três membros do ACNUR durante um ataque de milícias partidárias da integração de Timor-Leste na Indonésia.

Histórias *mal contadas*

Para repor a verdade dos factos que a comunicação social que temos, dominada pelos grandes grupos capitalistas, e em especial pelo capital financeiro norte-americano, distorce e altera, não chegariam todas as páginas do «Avante!». Vamos, por isso, focar apenas alguns factos históricos:

● Raul Castro

1. A crise dos Mísseis em Cuba, de Outubro de 1962, é apresentada como se a então União Soviética pretendesse atacar com os mísseis os Estados Unidos.

A verdade é bem diferente: os mísseis não foram instalados em Cuba para atacar os Estados Unidos, mas para defender Cuba de um ataque dos Estados Unidos, sendo certo que estes teriam 200 mil homens na Flórida preparados para isso, como refere Franco Nogueira na sua obra sobre Salazar (volume IV).

Aliás, os propósitos agressivos dos Estados Unidos contra o regime socialista cubano são hoje mais do que evidentes. A guerra esteve então por um fio.

Mas, o que a evitou não foi a imposição dos Estados Unidos à União Soviética, mas *um acordo* entre os dirigentes dos dois países, pelo qual a União Soviética retirava os mísseis de Cuba *em face do compromisso dos Estados Unidos de não atacarem Cuba*, o que é bem diferente da versão depois posta a circular, e que, aliás, demonstra que os mísseis corresponderam a uma posição defensiva e não ofensiva;

2. Em 22 de Outubro último, o «Jornal de Notícias» numa nota da última página, refere que foi «criada em Portugal a Polícia Internacional e de Defesa do Estado» (PIDE) corpo constituído pelo regime com objectivos repressivos», em 22.10.1945. É claro que dizer isto é pouco e mal contado.

É que o regime era uma ditadura fascista, e os objectivos não eram apenas repressivos mas adaptar a polícia política do fascismo aos novos tempos decorrentes da vitória das Nações Unidas sobre o nazismo. Com efeito, no seu discurso de 7.10.1945, Salazar refere que a «bandeira da vitória foi desfraldada e ficou drapejando ao vento da democracia».

Daí que o ditador tenha sentido a necessidade de «legalizar» a sua polícia política, que começou por se chamar «Polícia de Informações», depois «Polícia de Vigilância e Defesa do Estado», e em 1945, «Polícia Internacional e de Defesa do Estado».

E Salazar dotou a «PIDE» de uma organização idêntica à da «Polícia Judiciária», continuando, contudo, a usar os mesmos métodos de tortura e até de assassinato.

A criação da «PIDE» foi, por isso, uma mera mudança de nome da polícia política do fascismo, ainda por cima legalizando-a com uma estrutura própria da «Polícia Judiciária».

Aliás, na mesma altura, e com os mesmos propósitos, fruto do tempo que em 1945 se viveu, Salazar muda o nome do seu regime para «democracia orgânica»...

3. Em 27 de Outubro último, o «Jornal de Notícias» com o título «Tempos Irrepetíveis», refere uma exposição fotográfica de deputados da «Assembleia Constituinte», que era «o tempo em que deputados erguiam-se de punho fechado...», para referir vários nomes de alguns deputados do PS, do PSD, e do CDS, «então jovens dirigentes», inserindo uma fotografia de destaque para o inevitável Mário Soares.

É claro que todos os tempos são irrepetíveis, tanto os da Assembleia Constituinte como os das Assembleias de Revisão da Constituição, mas percebe-se a intenção do título que visa desvalorizar os tempos da Assembleia Constituinte, que chama «tempos frenéticos, irrepetíveis e tumultuosos».

Já não se percebe tão bem a referência aos punhos fechados e a escolha dos nomes referidos dos deputados do PS, PSD e CDS, e o que não se percebe de todo é o «esquecimento» dos nomes dos deputados do PCP, de que não aparece um único para amostra, não obstante terem desempenhado um papel fundamental na elaboração da «Constituição».

Dois exemplos *de sinal contrário*

Hoje – domingo – com o Outono atmosfericamente quente, impróprio para o meu gosto, não me apetece sair de casa. Ainda bati em vão à porta do meu amigo e vizinho Chico Dias, na hipótese de darmos uma volta. Também me desagrada o latir do novo canito que chegou recentemente à nossa rua. Se tivesse a imaginação de Jack London diria que ele (o canito) também está hoje desagradado com a vida que tem. «Acomodem-se», diria para nós os dois, um campónio inteligente.

● João Honrado

Hoje, apetece-me gritar Manuel da Fonseca: «acabar com esta civilização capitalista que inventou o domingo». (O Manel da Fonseca era comunista? Se era, isso que tem... não gostar desta «civilização»).

Hoje, não me apetece sequer continuar a ler as «Teses» do PCP para o XVI Congresso, como me aconselha o Moita Flores no «Diário de Notícias».

Hoje, apetece-me sair para as aldeias da margem direita do Guadiana, em conjunto, com mais dois ou três companheiros. Almoçarmos, outra vez, no «monte» dos Moinhos do Vento, na venda do pai da Bete, um cozido de grão, acompanhado com o belo vinho de marca desconhecida. Tudo com pão mole e azeitonas verdiais.

Mas saímos, há dias atrás, na volta do porta-à-porta, distribuindo o «Guadiana» pelas casas, de portas escancaradas numas, e outras (muitas) fechadas pelas ausências da emigração e da desertificação.

Eu quero, agora, recordar para vocês essa volta. Levámos o Boletim Municipal com a informação autárquica, com alguns artigos de formação, suponho, à mistura.

O facto mais espantoso desse giro pelos «montes» foi o encontro com uma mulher, um tanto idosa, com muita falta de vista, que nos recebeu de braços abertos. Folheou rapidamente o jornal pelas «letras gordas». confessou-nos o seu desgosto por não poder praticamente ler. Disse-nos, quase em segredo, que foi «freguêsa» da Biblioteca Gulbenkian. Enquanto, nesse tempo, ainda o carro passava por lá, regularmente, fazia requisições de livros que não podia já ler, por manifesta falta de vista. Armava essa «parte» por tanto gostar de livros. Não os lia, porém tinha-os perto. «Era», disse-nos, «a forma da Biblioteca passar por aqui, e não deixar de vir». A Biblioteca chegava ali. Ela chegava a si os livros, aconchegava-os, quem sabe... como mãe.

Já agora, hoje, domingo, lembro uma situação de sinal contrário, em Mértola. Deixei esgotar os jornais. Andei pelos cafés, que mantêm o hábito saudável de os adquirirem, mas ainda não tinham chegado. Fui, então, a um clube desportivo: só havia jornais desportivos. Não compravam ali os jornais de informação geral. Ali, não havia o «vício» da leitura dos jornais.

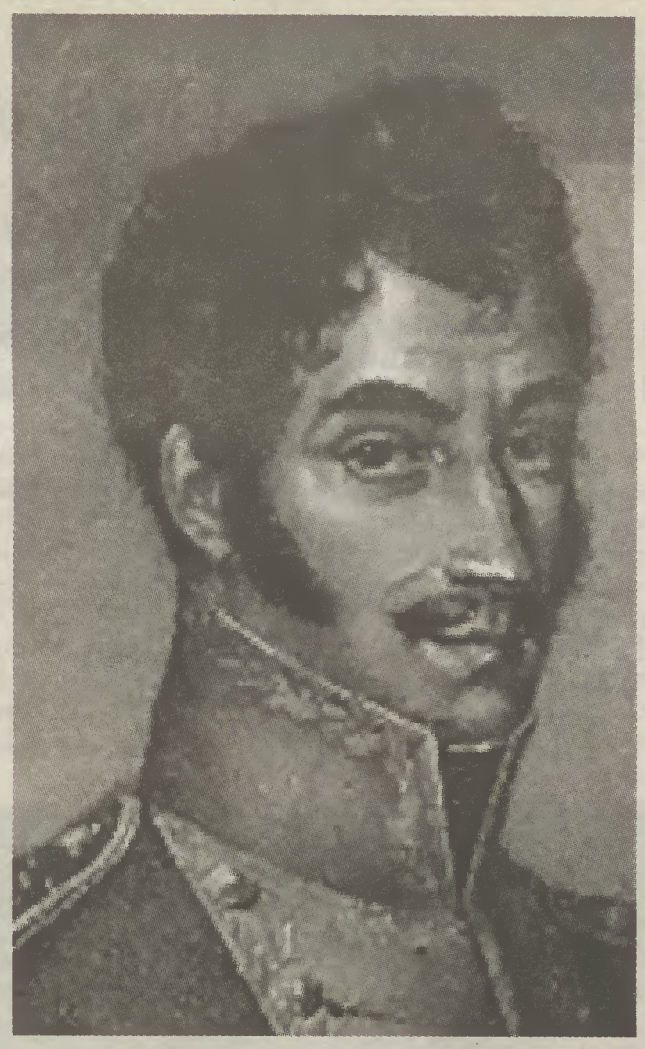
A «cultura» (aliás, respeitável) da «bola» e dos seus derivados defrontava-se com o meu pedido insólito. Também não havia biblioteca nesse clube.

Desandei: não pude matar o «vício».

Sinais do tempo nestes dois exemplos. Sinais de antípodas no nossa vida cultural.

A presença de Bolívar no encontro Chavez-Fidel

• Miguel Urbano Rodrigues



A presença de Fidel na Venezuela, no fim de Outubro - à frente de uma grande delegação cubana - foi um acontecimento que, por diferente das habituais visitas de Estado, chamou à atenção dos povos do Continente. E em primeiro lugar nos EUA.

Chavez poderia pela idade ser filho de Fidel, mas a relação do presidente venezuelano com o cubano lembra a de dois irmãos que se admiram mutuamente. O mais jovem tem consciência (e não esconde isso) que o mais velho acumulou uma grande sabedoria e uma experiência que faz dele um mestre de relações internacionais.

Através da TV cubana pude acompanhar quase hora a hora o que se passou nesses dias de convívio entre os representantes da juventude e da cultura cubanas e povo da Venezuela.

Aquilo escapou a todos os figurinos imagináveis. Rompeu permanentemente o programa.

Fidel e Chavez andaram juntos correndo por diferentes Estados. Sabia-se que Fidel seria aclamado pelas massas, onde quer que aparecesse. Com Chavez aconteceu o mesmo. Com trajectórias muito diferentes, ambos encarnam valores e ideais que respondem a aspirações permanentes do homem, ambos recusam o projecto de globalização neoliberal que os EUA, com o aval da União Europeia e do Japão, pretendem impor ao conjunto da humanidade. Um e outro reivindicam para os seus povos o direito de construírem o futuro sem tutelas. E tanto o cubano como o venezuelano não concebem a democracia sem a participação directa do povo como actor principal.

O tipo de diálogo que mantiveram com as multidões, no campo e nas cidades, assombrou os enviados especiais dos grandes media norte-americanos. Não estão habituados àquilo. O carisma funcionou, tal como as oratórias, com características diferentes, de dois líderes que dizem o que pensam e fazem dos actos a continuação natural das palavras.

Fidel e Chavez coincidiram na opinião de que não é possível levar adiante na América Latina políticas sérias com a participação dos povos sem que estes conheçam a sua própria história.

Por isso, com naturalidade, o programa de rádio em que ambos responderam a perguntas formuladas por cidadãos acabou transformado numa magistral lição de história a duas vozes. Lições do passado, desde as guerras de libertação às lutas contra ditaduras apadrinhadas pelo imperialismo, serviram de tema e prólogo à reflexão sobre desafios revolucionários do presente.

Era impossível na atmosfera desta visita única impedir que o povo venezuelano manifestasse a sua calorosa solidariedade a Cuba e, simultaneamente, a sua repulsa por qualquer tipo de tutela imperial. Mas nos discursos pronunciados Fidel e Chavez deixaram transparente a consciência de que, perante os perigos que ameaçam a pátria de Bolívar, a Venezuela terá de superar obstáculos cada vez maiores no difícil caminho traçado, que aponta para uma sociedade democrática, humanizada, soberana, profundamente diferente da hoje existente.

Será viável esse projecto de revolução pacífica - num contexto de intensa luta de classes - dentro da ordem constitucional vigente? Qualquer previsão seria no momento gratuita, embora, diferentemente do Chile de Allende, Chavez conte com maciço apoio popular, forte maioria parlamentar e adesão ao seu projecto da maioria do corpo de oficiais das Forças Armadas.

Ao abrigo de acordos assinados, Cuba poderá agora adquirir na Venezuela 53 000 barris diários de petróleo, parte do qual a preços preferenciais. Em contrapartida a Venezuela – onde trabalha já um grande numero de médicos da Ilha - será beneficiada pela cooperação cubana em múltiplos campos, desde a educação e a produção de medicamentos, às técnicas agrícolas.

Washington, obviamente, viu na visita de Fidel e sobretudo no entusiasmo com que foi recebido, uma afronta. Cuba é hoje o único país no mundo atingido por um bloqueio dos EUA. Essa política de cerco e ódio prosseguirá com o novo presidente.

Hugo Chavez cometeu nestes dois anos alguns erros tácticos. Mas está consciente de que não pode cometer erros estratégicos.

O libertador - *revolucionário incómodo*

Numa entrevista a Fidel, Tomas Borge perguntou-lhe qual a figura que mais admirava na história da humanidade.

Símon Bolívar, foi a resposta que deu ao comandante nicaraguense, surpreendendo milhares de leitores.

Da obra do Libertador se pode dizer o mesmo que do famoso Tratado sobre a Guerra do general prussiano Clausewitz: muito citada, pouco lida, mal estudada.

Bolívar não foi somente um grande general. Nele o homem de pensamento surge como complemento natural do militar que concebeu e levou adiante a estratégia cujo desfecho foi a liquidação do poder imperial espanhol na América do Sul.

Mas precisamente pela sua complexidade e pelo significado, a sua intervenção na história não pode ser avaliada através de análises globais e redutoras.

Em Bolívar viveram, ao longo de uma existência breve (47 anos), homens muito diferentes. Um abismo separa o jovem aristocrata que esbanjava dinheiro e charme nos salões de Paris, e encarou quase como aventura romântica a primeira fase da guerra libertadora, do vencedor de Boyacá, Carabobo e Junin e do pensador político e do estadista que lutou tenazmente por uma América Latina unida e integrada.

A admiração de Fidel e Chavez pelo Libertador nasceu de uma grande intimidade com a sua saga de soldado e de um conhecimento profundo do seu pensamento político.

Quinze anos de guerra foram para Bolívar a melhor aprendizagem dos povos da América por ele libertados e, através deles, da ciência política. A vida ensinou-lhe que os protagonistas da luta pela independência, companheiros e adversários, diferiam profundamente das personagens da revolução e contra-revolução na Europa do seu tempo. Não acreditou na proximidade temporal do homem novo nas Repúblicas latino-americanas. Em muitos dos seus discursos posteriores a 1820, nomeadamente no que dirigiu ao Congresso de Angostura e sobretudo na Constituição que redigiu para a Bolívia e o Peru (e que nunca foi aplicada), deixa transparecer uma concepção do Estado que a maioria dos seus contemporâneos não entendeu.

Acreditava que somente um Estado com um executivo dotado de grandes poderes poderia manter unidas as populações díspares da grande Confederação com que sonhava (Venezuela, Colômbia, Panamá, Equador, Peru e Bolívia como núcleo inicial). Foi acusado de inimigo da democracia e até de tirano por aqueles que, copiando modelos europeus, defendiam a balcanização do Continente e a concentração (só aparente) de poderes no Legislativo, ou seja em parlamentos controlados pelas oligarquias crioulas.

Tinha motivos para não confiar sequer nos próprios companheiros de armas. Temia a ambição e o desprezo pelo povo dos dirigentes militares e civis que as guerras de libertação tinham forjado. Com excepção de Sucre, os mais famosos dos seus generais traíram-no. Três deles tornaram-se presidentes nos países que resultaram do esfacelamento da Grande Colômbia.

É quase grotesco que o Partido Conservador, na Colômbia, tenha Bolívar como seu patrono enquanto o Liberal escolheu Santander, o general reaccionário que aderiu a uma caricatura de parlamentarismo.

Ninguém na época se bateu como Bolívar pela criação de condições que permitissem a médio prazo uma democracia participada na qual o povo fosse o sujeito social e político.

Escrevia e falava num tom apaixonado. Como Chavez e Fidel. Mas a veemência no discurso era nele compatível com uma grande lucidez política. Enquanto o argentino San Martin, monárquico, pretendia colocar príncipes de Bourbon à frente dos países libertados, Bolívar não concebia para eles outro regime que não fosse o republicano.

Naqueles anos em que a Inglaterra exercia uma hegemonia quase absoluta na área das antiga colónias espanholas a sul do México e no Brasil, Bolívar teve a percepção da ameaça representada pelo nascente imperialismo dos EUA e denunciou-a com frontalidade. Não menos lúcida foi a compreensão dos males que iriam resultar para a humanidade da estratégia globalizante da Santa Aliança ideada por Metternich. Com impressionante firmeza foi quase uma voz isolada ao dirigir-se às grandes potências de então e preconizar aquilo a que chamava o equilíbrio universal, isto é um equilíbrio entre a Europa (e os EUA) e o resto do mundo.

O «Avante!» chamou recentemente a atenção para o significado da nova Constituição da Venezuela, talvez hoje a mais progressista do mundo. Não foi por acaso que a palavra Bolivariana foi incorporada ao nome do país. Essa lei magna assume o espírito e os princípios daquela que Simon Bolívar concebeu há 175 anos para a Bolívia, sonhando com uma América Latina integrada.

Gigantescos são hoje para Chávez os desafios da história, até porque a relação de forças no Continente é ainda mais desfavorável para os fracos do que na época de Bolívar.

Mas sem perseguir a utopia, em a coragem de desafiar, os povos não conseguem assumir o papel de sujeitos sociais para o qual estão vocacionados.

Religião

Jorge Messias

Golpe de mão no Leste europeu (IV)

Em 1990, João Paulo II foi incapaz de conter a sua euforia: «Foi Deus quem venceu no Leste! Varsóvia, Moscovo, Budapeste, Berlim, Praga, Sófia e Bucareste são as etapas de uma longa peregrinação para a liberdade». Grito guerreiro de vitória que os factos da década que começava vieram, entretanto, a desmentir.

A Igreja Católica não alastrou, como os jesuítas esperavam («Temos um exército de missionários preparado para a Reconquista», nas palavras do Superior da Companhia, padre Kolvenbach).

Fragilizado o PCUS, logo o Vaticano encontrou na Igreja Ortodoxa um firme opositor. A influência católica diminuiu na Rússia ao inverso de se engrandecer,

como era perspectiva da Cúria. É que o saque capitalista produziu efeitos inesperados: a corrupção generalizou-se, cavou-se um fosso imenso entre a miséria e a opulência, e os sectores sociais mais beneficiados converteram-se ao consumismo importado do Ocidente. Em vez de se virarem para a Roma católica, voltaram-se para Washington, a catedral do cifrão. E, no entanto, a esperança popular no socialismo real não se esgotou. Se a questão política do Leste estivesse definitivamente arrumada ou se a luta de classes vivesse apenas das recordações, nem um só bispo ou um só banqueiro se preocuparia com esse resíduo da poeira dos tempos. Mas não ... A vida dos capitalistas e dos tecnocratas de Deus é permanente sobressalto. Cada hora que passa, cada momento, regressa teimosamente a exigência de uma explicação mais clara daquilo que verdadeiramente se passou no processo a que vagamente se chama *derrube do comunismo*.

Consequências perversas

Todas estas histórias mal contadas arrastaram consigo, ao desenvolverem-se, perversas consequências laterais. Penetraram, até certo ponto, no perímetro das ideologias. Fixaram, nalguns pequenos mas influentes grupos socialistas, a convicção de que Lenine era utopista ao escrever: «Nenhuma potência das trevas poderá resistir à coligação dos representantes da ciência, do proletariado e da técnica». Esse objectivo global fora depois atingido, é certo, mas pelo capitalismo. A história morrera, definitivamente. O passado repousava inerte. A era do progresso começava e afirmava-se irreversivelmente. Mas o socialismo era um sonho ido, uma pura divagação teórica. Os lutadores seriam despromovidos: já não havia luta a travar. Mas o futuro seria risonho. Enriquecidos, os trabalhadores aprenderiam novas formas de estar na vida.

É claro que em termos sociais, ideológicos ou, mesmo, pessoais, reviravoltas deste tipo exigem tempo, até mesmo para evitar sofrimentos morais a quem as pratica. São casos em que o próprio agente da acção recusa admitir que mudou de via de conduta. E as próprias instituições *que se renovam* têm o dever e a necessidade de retocar a imagem. Importa ganhar tempo.

Não é por isso estranho que em política se adopte, agora, uma táctica que desde há muito é familiar à Igreja Católica. Conservar a forma do pensamento mas dar-lhe um conteúdo oposto. Canalizar a dialéctica para a retórica metafísica. Como fez este papa em relação ao Concílio Vaticano II ou como Gorbatchov *leu*, efectivamente, a sua própria «Perestroika».

O segredo é mudar as vontades. Conceitos humanos dolorosamente conquistados - por exemplo, a liberdade, a democracia, a justiça, a compreensão, o entendimento e a paz - dão lugar a discursos burgueses que recorrem às mesmas frases, às mesmas palavras, frequentemente aos mesmos autores, para anestesiarem aqueles a quem se dirigem e os entregarem a velhas formas de exploração. Sem sacrifício de interesses, só pela comunicação, usando apenas um novo discurso. Assim foram esvaziadas de sentido princípios ideologicamente básicos de partidos socialistas e comunistas europeus, a partir dos desaires sofridos pelo movimento comunista no Leste.

Pontos Cardeais

O elogio...

Paulo Portas deslocou-se esta semana a Marco de Canaveses para participar num jantar promovido pelo presidente PP da Câmara local, Avelino Ferreira Torres, reunindo mil convivas e com o objectivo de «relançar» a candidatura de Torres à autarquia. Entusiasmado, o líder do PP não poupou elogios ao correligionário, dizendo coisas deste género: «Em nome do partido, o que posso dizer e enobrece muito o Avelino Ferreira Torres é que mesmo nos momentos mais difíceis este homem não virou a cara, não mudou de camisola, não saiu, não abandonou, não desistiu, não se retirou, ajudou muito a que o partido passasse os seus momentos mais difíceis. Por essa fidelidade, por essa coerência, provada e testada nos momentos mais difíceis, o partido só lhe pode dizer obrigado.»

Extraordinário. Entretanto, é este mesmo homem - que, segundo Portas, «não vira a cara», «não abandona», «não desiste» nem «se retira» - que o tribunal de Marco de Canaveses se vê às aranhas para notificar para responder à acusação de crimes de peculato, peculato de uso e abuso de poder, entre outros já em julgamento num tribunal do Porto. Isto porque, segundo os jornais, quando o tribunal procura o indomável Avelino Torres, este está «de baixa» ou ausente em parte incerta, embora nos intervalos possa organizar jantares de mil pessoas e dar conferências de Imprensa...

... e o auto-elogio

No mesmo jantar oferecido à sua própria recandidatura, Avelino Ferreira Torres também falou, mostrando que tão depressa como desaparece com «baixa» por doença, igualmente reaparece cheio de vigor para dizer coisas. E afirmou ele: «Posso dizer-vos que foram feitas sondagens e eu ganhava a Câmara Municipal de Amarante, mas entendi que não continuar no Marco seria trair o povo do Marco de Canaveses».

Isso é o que ainda vamos ver. Quando os tribunais decidirem sobre os crimes apontados a este presidente de Câmara que «não vira a cara» mas adoece com muita facilidade, é que se averiguará se a sua continuação na autarquia a que tem presidido constituirá ou não, ela própria, uma «traição»...

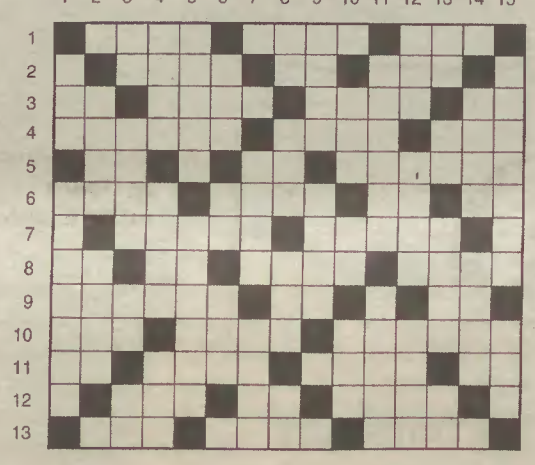
Propostas

Como se não bastasse esta embrulhada de elogiar um correligionário que logo a seguir o tribunal notifica por vários crimes, Paulo Portas também descobriu esta semana uma maneira expedita de aumentar as pensões dos reformados: pega-se nos 80 milhões de contos de receita prevista na próxima privatização da Portugal Telecom (PT) e... dá-se aumentos a todos os reformados!

Esta nova demagogia de Portas é tão tosca que até Durão Barroso veio a terreiro perguntar-lhe como é que continuaria a pagar esses aumentos nos anos seguintes, recordando-lhe o óbvio: é que a PT privatiza-se uma vez, mas as pensões de reforma são pagas todos os anos...

Não há pachorra para tanta desvergonha...

Palavras Cruzadas



HORIZONTAIS: 1 – Cajado; mamífero ruminante da fam. dos Cervídeos, cujo macho possui chifres ramificados, caducos e espalmados nas extremidades livres; chiste (fig.). 2 – Planta do pé; observei; prep. que estabelece várias relações; modo, causa, oposição, etc. 3 – A unidade; suco; o som imitativo do toque da sineta; muar. 4 – Residência; designação extensiva a castas de videira, muito cultivadas em Portugal; transpira. 5 – A tua pessoa; prep. que exprime várias relações; como: causa, instrumento, proveniência, etc.; desbastar. 6 – Refeição depois da meia-noite; adição; compaixão; sorri. 7 – Unidade monetária da Índia e do Paquistão; habituada. 8 – Prep. indicativa de várias relações, como lugar, tempo, modo, causa, etc.; basta (interj.); escória; nome da primeira letra do alfabeto grego. 9 – Cheio de fumo; oferece; terceira nota musical. 10 – Suf. da prep. a com o art. def. o; ecoar; receio; o espaço aéreo. 12 – Recipiente de pedra para líquidos; deus egípcio; sem vigor. 13 – Aguardente de cereais; modificação no aspecto que as coisas vão apresentando sucessivamente; violáceo.

VERTICAIS: 1 – Contr. da prep. em com o det. ou pron. indef. um; dirige. 2 – Epígrafe; privado do uso da fala. 3 – Aquelas; desmoronar-se; pedra de amolar; nome da letra grega que corresponde ao Platino. 4 – Mulher formosa (fig.); acto solene; anuência. 5 – Massa de neve que se desprende do alto dos montes; festa anual dos Cristãos para celebrar a ressureição de Jesus Cristo. 6 – Mulher que cria criança alheia; sétima nota musical; declama. 7 – Fazer doação de; apre! 8 – Avenida (abrev.); virtude; suf. nom. de origem grega, que exprime a ideia de filiação, descendência; pessoa notável na sua especialidade. 9 – Lenda; recinto onde se recebe uma lição. 10 – Pátria (fig.); igreja episcopal; dez vezes dez. 11 – Embuste; concessor. 12 – Emissão de voz; grupo de pessoas em círculo; palmatoada. 13 – Antes do meio-dia (abrev.); selénio (s.q.); parte imaterial do ser humano; pref. de origem latina que exprime ideia de separação, extracção, afastamento. 14 – Que é da raça dos mus; fileira. 15 – Abrigo (fig.); espécie de sapo do Amazonas.

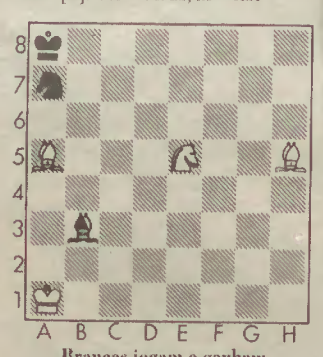
SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 – Varas; gamos; sal. 2 – Sola; vi; com. 3 – Um; sumo; lim; mu. 4 – Morada; boa; sua. 5 – Tu; de; raçar. 6 – Ceia; soma; dó; ri. 7 – Rupia; usada. 8 – Em; tá; ralo; alfa. 9 – Fumoso; dá; mi. 10 – Ido; cria; cabala. 11 – Ao; soar; medo; ar. 12 – Pia; Rá; mole. 13 – Gim; fase; roxo.
VERTICAIS: 1 – Num; chefia. 2 – Mote; mudo. 3 – As; ruir; mó; pi. 4 – Rosa; auto; sim. 5 – Alude; Páscoa. 6 – Ama; si; ora. 7 – Doar; ira. 8 – Av; bem; ada; as. 9 – Mito; aula. 10 – Lar; sé; ceia. 11 – Ciúme; dador. 12 – Som; roda; bolo. 13 – Am; se; alma; ex. 14 – Muar; fila. 15 – Guarda; sapo.

Xadrez

DCCLXXVIII – 23 DE NOVEMBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X44

Por: ***Henri Rinck***
«L'Échiquier», 1927

Pr.: [3]: Ca7 – Bb3 – Ra8
Br.: [4]: Cé5 – Bs. a5, h5 – Ra1



Brancas jogam e ganham

* * *

SOLUÇÃO DO N.º 2000X44/H.R.

1. Bf3+, Rb8; **2.** Cd7+, Rç8; **3.** Bg4, Bç2; **4.** Rb2, Bd1; **5.** Cb6+, Rb7; **6.** B:d1, Ra6; 7. Cç4 e g.

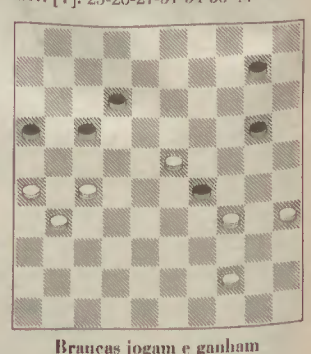
A. de M. M.

Damas

DCCLXXVIII – 23 DE NOVEMBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D44

Por: ***Chr. Gerritsen***
NL., 1934

Pr.: [6]: 10-12-16-17-20-29
Br.: [7]: 23-26-27-31-34-35-44



Brancas jogam e ganham

* * *

SOLUÇÃO DO N.º 2000D44/Chr.G.

1. 35-30, (29x49=D); **2.** 30-25, (49x21); **3.** 25x5=D, (21-49*); **4.** 31-27, (49x21); **5.** 23-18, (12x23); **6.** 5x11, (16x7); **7.** 26x17 +

A. de M. M.

Comunicação

• Francisco Silva

O virtual afinal, é material e real

Aqui há uns tempos pediram-me para fazer uma apresentação sobre estas coisas (?) da Sociedade da Informação, melhor dito do Ciberespaço, a uma associação de trabalhadores virada à área da Cultura. Trabalhadores da área das finanças. Acabada a introdução ao assunto, desenvolveu-se uma animada fase de debate, de troca de experiências, de afinar - literalmente, afinar - de conceitos.

A certa altura, o debate orientou-se, a propósito das assinaturas digitais, no sentido da chamada desmaterialização, um debate querido dos ensaístas e filósofos que se debruçam sobre estas questões. Uma preocupação concreta - já em desagudização - dos juristas e outros que pretendam apurar se devem os documentos sob a forma de ficheiros electrónicos ter a mesma validade, ou, para os mais extremistas, mesmo nenhuma validade, que os documentos de carne e osso, quero dizer do que os documentos em papel, onde as letras e outros caracteres e sinais são gravados indelevelmente a tinta.

A minha reacção, possivelmente demasiado pronta e simplificadora, foi mais ou menos a seguinte:

«Não via qualquer diferença em termos de validade pois os documentos electrónicos são tão materiais como os de papel. Os computadores pesam da mesma forma como pesam os *dossiers* onde os documentos são arquivados - em qualquer dos casos, o seu peso pode ser avaliado pelo esforço dos nossos músculos ao levantá-los.

E o acesso aos documentos também obriga a algum esforço de pesquisa e de operações que façam o documento aparecer-nos de forma entendível e a podermos servir-nos do seu conteúdo. No Mundo de até agora, pego no *dossier* feito de cartão ou de plástico, poiso-o no tampo da mesa ou secretária, abro-o, procuro o documento, encontro-o, encaro-o, leio-o, verifico as suas assinaturas desenhadas à mão. No caso dos documentos electrónicos, a parte mecânica do meu esforço concentra-se sobretudo no carregar, ou clicar, das teclas, ou dos botões, tratando-se de um telemóvel com acesso à Internet com capacidade suficiente para tais operações, como poderá vir a ser o caso dos acessos e redes UMTS - um esforço muscular menos intenso, bem entendido, e realizado através de movimentos de menor amplitude, mas sempre um esforço físico; e chamo o documento, vou buscá-lo ao *dossier* electrónico onde estiver classificado, abro-o (clico na tecla *open* - mas que raio de português!), encaro-o (visualizo-o), leio-o. Quanto à assinatura, posso continuar a dispor dela sob a forma analógica desenhada à mão ou sob a forma digital de um número.

Quanto às assinaturas: as analógicas posso certificá-las com base na sua confirmação pelo reparar nelas de pessoas empregadas nos notários - é a segurança deste sistema, mas falsificadores de assinaturas destas sempre houve muitos; a validade das assinaturas digitais, os números de cada um (aliás, já utilizamos códigos de números nas transacções do dia-a-dia com os cartões multibanco) pode ser assegurada por chaves numéricas cifradas e também ser certificada por «notários electrónicos» - teoricamente estas assinaturas parecem de utilização muito mais segura.

E quanto à materialidade dos documentos electrónicos - fui concluindo com alguma arrogância tecnocrática, sentiu-o eu acto contínuo -, não é verdade que os computadores são feitos de matérias minerais e que os sinais estão gravados neles enquanto estados eléctricos? Será isto menos material do que a tinta gravada sobre papel?»

É certo ser real o virtual, mas de uma realidade à maneira dos campos como o da gravidade. São potenciais, só cai na Terra quem está em zonas onde é o campo gravítico terrestre a comandar. Com o campo eléctrico é semelhante: só passa corrente se o circuito estiver ou for fechado.

Contudo, o que eu omitira foi o referir ser analógica a gravação no papel e digital a do computador. E não foi pouco. Pois o que está no documento de papel é o que vemos; vai-se gastando com o tempo, é certo, mas é o que lá foi deixado. O que vemos no ecrã do computador, ou é impresso a partir do ficheiro existente na sua memória, é refeito de cada vez que é chamado. É-o a partir da sua base digital representada pelos estados gravados no computador. O virtual actualiza-se sempre de novo, enquanto no papel, para ser actualizado, basta olhá-lo. Esta a questão e não a desmaterialização.

De qualquer forma, o virtual é, em final de contas, à sua maneira, sempre material e real, seja sob forma digital ou analógica.

Cartoon

• Monginho

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Hoje, há sonetos

Outono, claro

Já de folhas doentes da partida
está coberto o chão da minha rua
um véu de névoa leve se insinua
na lonjura da alma desvalida.

Sento-me à beira do passeio. A vida
atrai-me como se, distante e nua,
viesse cantar-me ('que linda falua...')
e me levasse à dança prometida.

Que tudo vai embora frouxo e inerme
escusas folha amiga de dizer-me
assim bailada em teus chapins de pelica.

Não teimes. Eu não morro. Nem jamais
hei-de morrer um dia. Tudo o mais
é só pura ilusão. Vai uma bica?

Monodiálogo

Com que sonhaste já? Com a liberdade.
Já tudo realizaste? Ainda não.
Que flor tens na haste? Um cravo ainda em botão.
Qual é o sonho dele? A realidade.

Sonhas com um sofá? Vens longe a idade.
Onde vês teu contraste? Na gestão.
Que foi que mais amaste? A ilusão.
Que há para além da hora? A novidade.

A vida o que é para ti? Uma seara.
E um minuto que ri? A jóia rara.
Que buscas tu na gente? Os altos ramos.

Que sinal segues? O soneto louco.
Tu achas que consegues? Falta pouco.
E ficaste contente? Pois digamos...

Actualidades

Ora brinquemos ao era uma vez.
Suponhamos que estavas empregado
e que a empresa te nega o ordenado
por falta, é o que ela diz, de liquidez.

Passa-se um mês e passa-se outro mês.
Nem um tostão sequer do atrasado.
A renda, o pão. E já nenhum fiado.
Começas a perder a lucidez.

Os filhos dormem mal. A mãe inventa
uma roupita, e, de ervas, uma ementa.
Projecta o dia a sombra de uma cruz.

E lavamos as mãos? Achas que foi
pra tanto que nos mata ou que nos mói
que Deus gostou de ter criado a luz?

Autocrítica

Ei-lo. «Campo das Letras» enviou-me
o livro. Vê: «Cartas dos fuzilados».
«O que é isso?» perguntam-me intrigados
com tão estranho nome.

Guardo-o na prateleira. Já conheço,
digo pra mim. Mas é outro o enredo.
Sem confessá-lo, o que eu pressinto é medo
de ver quem não mereço.

Vou levantá-lo, a noite mal chegada.
A pouco e pouco se desfaz o fumo.
Tempestades levantam-se. Só durmo
na alta madrugada.

Grito, não sei a quem, grito «perdão!»
Ah, que eu não seja em vão.

ATVer

Bullit, com Steve McQueen

Aliens - O Recontro Final

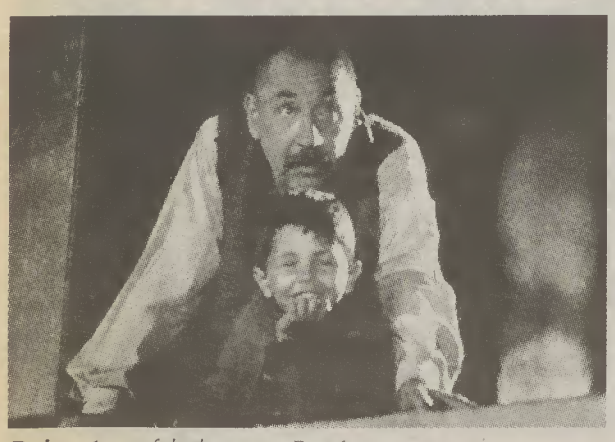
(Sexta-feira, 24, às 23.15 , na RTP1)

Depois do êxito que foi o primeiro filme ***Aliens - O Oitavo Passageiro***, realizado por ***Ridley Scott*** em 1979, onde, para além de soberbos efeitos especiais, se destacava a mestria do autor, seria muito difícil imaginar-lhe uma sequência de qualidade, se não fosse o mesmo a realizá-la. **James Cameron** aceitou o desafio e, elevando a parada no que toca aos efeitos para compensar certamente a ausência de estrondosas surpresas, não deixou de construir um fabuloso **Recontro Final**. Sete anos depois - este foi realizado em 1986 - a actriz **Sigourney Weaver** torna ao papel de comandante Ripley, que torna à terra quase na mesma - ou melhor ainda -, mesmo «passados» 57 anos após a sua partida em catástrofe, fugindo a um terrível monstro. A saga, depois de mais um êxito, não termina aqui. Talvez falemos de mais uma sequela na semana que vem e alguns anos-luz depois...

Cinema Paraíso

(Sexta-feira, 24, às 00.30, na RTP2)

Antes de **Cinema Paraíso**, quem era **Giuseppe Tornatore**? Apenas um realizador italiano desconhecido entre nós, como muitos outros desde que os Estados Unidos mandam em tudo o que a gente vê. Com este filme, porém, o realizador entrou-nos pela casa dentro, depois de a gente lhe ter entrado em casa através das salas de cinema onde alcançou um retumbante sucesso. A qualidade do filme, porém, não serviria de muito se ela própria não houvesse sido premiada com um Oscar. E lá voltamos à mesma. Neste caso há males que vêm por bem e nos dão a oportunidade de ver uma obra de arte a entrar-nos nos afectos. **Cinema Paraíso** é uma viagem ao passado italiano - atravessado de uma nostalgia a roçar a lágrima - mas, para mais do que uma geração de portugueses, é a oportunidade de rever o seu próprio passado, aqui tão perto. Este filme, porém, que não poderíamos deixar de assinalar apesar de já o termos feito antes, é ainda, pela mão do realizador e de um par de actores fabulosos - **Philippe Noiret** e **Salvatore Cascio** - uma reflexão sobre a arte e sobre a influência que ela acaba por exercer em todos nós.



Dois actores *fabulosos no Paraíso*

Bullit *(Sábado, 25, às 19.00, na RTP2)*

Como em tudo o que se faz, por mais simples que seja a obra saída da imaginação e das mãos humanas, há marcos que assinalam um «processo de produção», neste caso de realização. Os filmes de acção policial americanos, de tão longa tradição e de tão grande qualidade alguns - no meio de uma quantidade avassaladora - também têm desses marcos, onde pontificam filmes, realizadores e mesmo actores. Com esta película, realizada em 1968 por **Peter Yates**, as perseguições deixaram de ser o que eram. E muitos passaram a copiar, sem a mesma mestria ou pelo menos com um sabor a *dejà vu*, as frenéticas corridas de bólides nas rampas e lombas de S. Francisco. Tal como em Nova Iorque não mais se realizou um *thriller* com perseguições sem anotar a referência a ***French Connection***. Em **Bullit**, mais do que **Steve McQueen** que protagonizou o detective, é o próprio movimento que marca este filme e que o não deixou ainda envelhecer.

O Império dos Sentidos

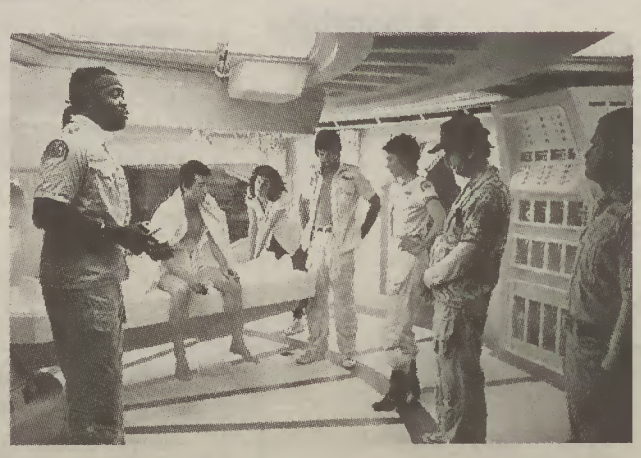
(Sábado, 25, às 01.30, na RTP2)

Não é sem alguma hesitação que assinalamos aqui este filme de **Nagisa Oshima**. Compreensível hesitação pois, apesar de já passados 25 anos sobre a sua feitura, muitos preconceitos, dos falsos e dos verdadeiros, empurram este feito do realizador japonês para a prateleira maldita da pornografia. Apesar da crueza - elaborada e representativa, no entanto - das imagens, este filme «erótico» e violento é um dos momentos altos da carreira, então já longa, de Oshima. Os telespectadores susceptíveis de serem «feridos na sua sensibilidade» que tenham atenção ao círculo. E não vale espreitar e depois fazer queixa...

Perigo Íntimo

(Domingo, 26, às 23.30, na TVI)

Muito ambíguo, este filme de **Alan J. Pakula**, que mesmo assim deve ter tido dificuldades em rodá-lo nos Estados Unidos, onde a questão do «terrorismo» é tabu e não matéria de reflexão. Porque se trata de uma história sobre a «legitimidade» do terrorismo - que no filme anda a balançar entre a condenação à morte e a pena suspensa... até que a morte prevalece para descanso dos bem-pensantes. História de amizade entre um polícia de Nova Iorque e um emigrante irlandês que afinal não é um rapaz bem comportado mas um «perigoso assassino» do IRA. Ainda são balbuciadas algumas justificações em sua defesa. Mas os americanos têm um modo muito seu de resolver os problemas.



Aliens, *em cima; em baixo, o realizador* ***Oshima***

Quinta, 23

▼RTP 1

07.00 **Infantil/Juvenil**
09.45 **Praça da Alegria**
12.25 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
13.00 **Jornal da Tarde**
14.00 **Regiões**
14.20 **Marcas da Paixão**
15.30 **Guia Dia a Dia**
17.00 **Roseira Brava**
18.00 **Série Juvenil**
19.00 **Quebra Cabeças**
19.40 **Regiões**
20.00 **Telejornal**
21.10 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
21.45 **Cruzamentos**
22.30 **Programa não designado**
23.30 **24 Horas**
23.55 **Força de Operações Especiais**
00.55 «**Aldebaran**» (de Alessandro Blasetti, Itália/1935, com Gino Cervi, Evi Maltagliati. *Drama*

▼RTP 2

07.00 **Hora Viva**
09.45 **Espaço Infantil-Juvenil** (às 12.00: Euronews)
13.10 **Vila Faia**
14.00 **Geração de 60** (Últ. Programa)
15.00 **Zapping**
16.00 **Euronews**
17.30 **Brigada Submarina**
18.30 **Informação Religiosa**
19.00 **Onda Curta**
19.30 **Pelo Mundo Fora**
20.00 **Cidade Louca**
20.30 **Viver no Campo**
21.00 **Projecto Golfinho**
22.00 **Acontece**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **Duas Vozes**
24.00 «**O Meu Filho Fanático**» (de Chris Curling, R.Unido/1997, com Om Puri, Rachel Griffiths, Akbar Kurtha. *Drama*)
01.30 **Gente da Cidade... (Londres)**
02.05 **Ballet Rose** (Repetição – 6º Epis.)

▼SIC

08.00 **Buéréré**
10.00 **SIC 10 Horas**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **História de Amor**
15.00 **Aquarela do Brasil**
16.00 **Fátima Lopes**
17.00 **O Cravo e a Rosa**
18.00 **Uga Uga**
19.30 **Jornal da Noite**
20.25 **Futebol: Espanhol-F.C. Porto**
22.10 **Laços de Família**
23.10 **Febre do Dinheiro**
23.40 «**Duelo na Estrada**» (de Kevin Hooks, EUA/1998, com Patrick Swayze, Meat Loaf, Brenda Strong. *«Thriller»*)
01.40 **Sai de Baixo**
02.40 **Último Jornal**
03.00 **No Fim do Mundo**

▼TVI

08.30 **Animação**
11.10 «**Big Brother**» (TVI Jornal no intervalo, às 13.00)
15.35 **Batatoon**
17.30 **Futebol: Parma-Munique** (Taça UEFA)
19.30 «**Big Brother**»
20.00 **Jornal Nacional**
21.00 «**Big Brother**»
21.35 **Jardins Proibidos**
22.45 **As Pupilas do Sr. Doutor**
23.35 **A Bola é Nossa**
01.05 **Última Edição**
02.05 **Seinfeld**

Sexta, 24

▼RTP 1

07.00 **Infantil/Juvenil**
09.45 **Praça da Alegria**
12.25 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
13.00 **Jornal da Tarde**
14.00 **Regiões**
14.20 **Marcas da Paixão**
15.30 **Guia Dia a Dia**
17.00 **Roseira Brava**
18.00 **Tarde Juvenil**
19.00 **Quebra Cabeças**
19.30 **Regiões**
20.00 **Telejornal**
21.05 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
21.35 **Milionários à Força**
22.15 **Histórias da Noite**
23.15 «**Alien - O Oitavo Passageiro**» (de James Cameron, EUA/1986, com Sigourney Weaver, Tom Sherrit, Veronica Cartwright, Harry Dean Stanton. *Ficção Científica*)
01.30 **24 Horas**
01.55 **Big Bang**
02.55 «**Flirt**» (de Hal Hartley, EUA/1995, com Bill Sage, Parker Posey, Dwight Ewell. *Comédia*)

▼RTP 2

07.00 **Hora Viva**
09.45 **Espaço Infantil-Juvenil**
12.45 **Horizontes da Memória**
13.10 **Vila Faia**
14.00 **Geração de 60**
15.00 **Duas Vozes**
16.00 **Euronews**
17.30 **Brigada Submarina**
18.30 **Informação Religiosa**
19.00 **Andamentos**
19.30 **Pelo Mundo Fora**
20.00 **Cidade Louca**
20.30 **Viver no Campo**
21.00 **Projecto Golfinho**
22.00 **Acontece**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **A Outra Face da Lua**
00.30 «**Cinema Paraíso**» (de Giuseppe Tornatore, It.-Fr./1988, com Philippe Noiret, Jacques Perrin, Salvatore Cascio. *Ver* ***Destaque***)
02.45 **Ballet Rose**

▼SIC

08.00 **Rali da Austrália**
08.20 **Buéréré**
10.00 **SIC 10 Horas**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **História de Amor**
15.00 **Aquarela do Brasil**
16.00 **Fátima Lopes**
17.00 **O Cravo e a Rosa**
18.00 **Malhação**
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **Residencial Tejo**
22.00 **Laços de Família**
23.00 **Febre do Dinheiro**
23.30 «**A Cor da Noite**» (de Richard Rush, EUA/1994, com Bruce Willis, Jane March, Ruben Blades, Lesley Ann Warren. *Drama*)
02.00 **Jogo Limpo**
04.00 **Último Jornal**

▼TVI

08.30 **Animação**
12.00 «**Big Brother**»
13.00 **TVI Jornal**
14.00 **Tiro e Queda** (Telenovela)
15.15 **Batatoon**
18.30 **Impacto TV**
19.00 **Dinheiro à Vista**
19.30 «**Big Brother**»
20.00 **Jornal Nacional**
21.00 «**Big Brother**»
21.35 **Jardins Proibidos**
22.30 «**A Rua do Desejo**» (de Vicangelo Bulluck, EUA/1996, com Linda Hoffman, D.K. Kelley. *Drama*)
00.30 **Última Edição**
01.20 **Seinfeld**

Sábado, 35

▼RTP 1

07.00 **Infantil/Juvenil**
12.00 **Jet 7**
13.00 **Jornal da Tarde**
14.00 **Top +**
15.15 «**Do Cabaré para o Convento - 2**» (de Bill Duke, EUA/1993, com Whoopi Goldberg, Maggie Smith, Kathy Najimy, James Coburn *Comédia*)
17.10 **Animais em Grande Plano**
18.00 **Ajuste de Contas**
20.00 **Telejornal**
21.00 **Santa Casa**
23.00 **Lei Marcial**
24.00 **Máquinas**
00.35 **24 Horas**
00.55 «**Gritos - 2**» (de Wes Craven, EUA/1997, com Neve Campbell, David Arquette, Courtney Cox, Jamie Kennedy. *Terror*)
03.40 «**A Tempestade**» (de Jack Bender, EUA/1998, com Peter Fonda, John Glover, Harold Perrineau. *Drama*)

▼RTP 2

07.00 **Euronews**
09.00 **Universidade Aberta**
12.00 **Iniciativa**
14.00 **Parlamento**
15.00 **Desporto**
19.00 «**Bullitt**» (de Peter Yates, EUA/1968, com Steve McQueen, Robert Vaughan, Jacqueline Bisselt. *Ver Destaque*)
21.00 **A História da Indústria**
21.30 **Jornal África**
22.00 **Horizontes da Memória**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **O Lugar da História**
24.00 **Brit Com** («Sim, Sr. Ministro»; «Mundo Perfeito»; «Liga de Cavalheiros»)
01.30 «**O Império dos Sentidos**» (de Nagima Oshima, Fr.-Jap./1976, com Tatsuya Fuji, Eiko Matsuda. *Ver Destaque*)
03.20 **Prazeres**

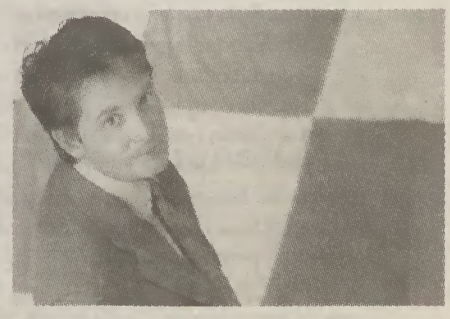
▼SIC

07.30 **Zip Zap**
11.30 **Uma Aventura**
12.00 **O Nosso Mundo**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **Xena, a Princesa Guerreira**
15.00 **Futebol: União de Lamas-Sporting**
17.00 «**Coragem Debaixo de Fogo**» (de Edward Zwick, EUA/1996, com Denzel #Washington, Meg Ryan. *Drama*)
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **Querido Professor**
22.00 **Cuidado com as Aparências**
22.40 **Herman Sic**
00.40 «**O Encantador de Cavalos**» (de Robert Redford, EUA/1998, com Robert Redford, Kristin Scott Thomas, Sam Neill. *Drama*)
03.00 **Último Jornal**

▼TVI

08.30 **Animação**
11.40 **Top Rock**
13.00 **TVI Jornal**
13.30 **Contra-Ataque**
14.30 **4º. A Fundo**
14.45 **Caras Lindas**
16.00 «**Tornado Negro**» (de Rick Jacobson, EUA/1998, com Michael Dudikoff, Frederic Forrest *Acção*)
18.00 «**Destruição Fatal**» (de Richard Friedman, EUA, com James Gunn, Jack Scalia. *«Thriller»*)
20.00 **Jornal Nacional**
20.50 **Jardins Proibidos**
22.40 **Bora Lá Marina**
23.20 **Lux**
00.15 «**O Pior dos Pesadelos**» (de Stephen Williams, Can./1999, com Ian Travey, Gabrielle Rose. *Drama*)
02.15 «**Raptado**» (de Bobby Roth, EUA/1994, com Dabney Coleman, Lauren Tom. *«Thriller»*)

No regresso de África, ***Karen Blixen*** *escreveu contos maravilhosos, de que «Artes e Letras» nos fala esta semana*



Michael J. Fox em novos episódios de ***«Cidade Louca»***

No horário de «Biografias» a RTP 2 repõe ***«Projecto Golfinho»***

«O Fura-vidas»*, onde brilham alguns actores portugueses*

Domingo, 26

▼RTP 1

07.00 **Infantil/Juvenil**
13.00 **Jornal da Tarde**
14.00 **Made in Portugal**
15.15 **«Turbo Power Rangers, o Filme»** (de David Winning, EUA/1997, com Johnny Yong Bosch, Nakia Burrise. *Aventura*)
17.00 **Casa da Saudade**
18.00 **Ajuste de Contas**
20.00 **Telejornal**
21.10 **Domingo Desportivo**
22.30 **João Nicolau Breyner**
24.00 **24 Horas**
00.20 **Liga dos Campeões: Magazine**
01.10 **«Juventude à Deriva»** (de Malcom Ingram, Can./1999, com Tanya Allen, Jaimz Woolvett, Breckin Meyer. *Comédia*)

▼RTP 2

07.00 **Euronews**
09.30 **Programa Religioso**
10.30 **Missa**
11.30 **Faenas**
12.00 **A Outra Face da Lua**
13.30 **Andamentos**
14.00 **Desporto**
18.30 **O Genoma Humano**
19.30 **Aristocratas**
20.30 **Onda Curta** («Maria», de Alexander Sokurov, EUA/1978/88. *Curta Metragem*)
21.00 **Bombordo**
21.30 **Artes e Letras – Karen Blixen**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **Travessa do Cotovelo**
00.15 **Longa Metragem** (Filme não designado)

▼SIC

07.30 **Zip Zap**
11.30 **Uma Aventura**
12.00 **BBC Vida Selvagem**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **Big Show**
18.00 **«Um Porquinho Chamado Babe»** (de Chris Noonan, EUA/1995, com James Cromwell, Magda Szubanski, e as vozes de Christine Cavanaugh, Miriam Margolyes, Danny Mann. *Fantasia. Comédia*)
20.00 **Jornal da Noite**

«Uma Aventura» continua – nas manhãs de sábado e domingo

21.00 **Futebol: Campomaiorense-Benfica**
23.00 **Mundo VIP**
24.00 **Perfume de Mulher** (de Martin Best, EUA/1992, com Al Pacino, Chris O'Donnell, James Redhorn, Frances Conroy. *Comédia Dramática*)
02.00 **Último Jornal**
02.30 **«Shooter, Atentado em Praga»** (de Ted Kotcheff, EUA/1996, com Dolph Lungren, Maruschka Detmers. *Acção*)
04.30 **A Imortal**

▼TVI

08.30 **Animação**
11.00 **Espaço Religioso**
11.15 **Missa**
13.00 **TVI Jornal**
13.30 **Aquanautas**
14.00 **«A Equipa de Sonho»** (de F. Harvey Frost, EUA/1998, com Tom Arnold, James Kirk. *Comédia*)
16.00 **«Xuxa e os Trapalhões em O mistério de Robin Hood»** (de José Alvarenga Jr., Br./1990, com Xuxa, Mussum, Dedé, Dolabella. *Comédia*)
18.00 **Roberto Leal**
20.00 **Jornal Nacional**
20.50 **«Big Brother»**
22.00 **«Big Brother» Directo**
22.15 **Jardins Proibidos**
23.30 **«Perigo Íntimo»** (de Alan J. Pakula, EUA/1997, com Harrison Ford, Brad Pitt, Margaret Collin. *Ver Destaque*)
01.30 **«A Espada da Justiça»** (de Jeremy Paul Kagan, EUA/1991, com F. Murray Abraham, Eric Roberts, Mia Sara. *Drama*)

Segunda, 27

▼RTP 1

07.00 **Programação Infantil-Juvenil**
08.30 **Guia Dia a Dia**
10.00 **Praça da Alegria**
12.30 **Regiões**
13.00 **Jornal da Tarde**
13.55 **Marcas da Paixão**
14.45 **Rosalinda**
15.50 **Agora É Que São Elas**
17.25 **Quebra Cabeças**
17.55 **Quem Quer Ser Milionário?**
18.30 **Ajuste de Contas**
19.40 **Regiões** (Local)
20.00 **Telejornal**
21.05 **Moda Lisboa**
21.15 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
21.50 **Agora É que São Eles**
23.05 **Jogo Falado**
01.00 **24 Horas**
01.30 **«Noite na Cidade»** (de Irwin Winkler, EUA/1992, com Robert De Niro, Jessica Lange, Alan King, Jack Warden. *«Thriller»*)

▼RTP 2

07.00 **Hora Viva**
10.00 **Espaço Infantil-Juvenil** (às 12.00: Euronews)
12.30 **Horizontes da Memória**
13.10 **Vila Faia**
14.00 **Anos 70**
15.00 **Parlamento**
16.00 **Euronews**
17.30 **Brigada Submarina**
18.30 **Informação Religiosa**
19.00 **Rotações**
19.30 **Pelo Mundo Fora**
20.00 **Cidade Louca**
20.30 **Viver no Campo**
21.00 **Projecto Golfinho**
22.00 **Acontece**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **Os Sopranos**
24.00 **Artes de Palco - Teatro**
01.30 **Andamentos**
02.05 **Ballet Rose**

▼SIC

08.00 **Buéréré**
10.00 **SIC 10 Horas**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **História de Amor**
15.00 **Aquarela do Brasil**
16.00 **Fátima Lopes**
17.00 **O Cravo e a Rosa**
18.00 **Malhação**
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **Malucos do Riso**
21.30 **Laços de Família**
22.30 **A Febre do Dinheiro**
23.00 **Roda dos Milhões**
00.40 **Sai de Baixo**
01.20 **Último Jornal**
01.40 **«Crying Freeman, O Dragão»** (de Christophe Gans, 1995, com Mark Dacascos, Julie Condra. *Artes marciais*)

▼TVI

08.30 **Animação**
12.00 **«Big Brother»**
13.00 **TVI Jornal**
14.00 **Dinheiro à Vista**
14.30 **Tiro e Queda**
15.05 **Batatoon**
18.00 **Impacto TV**
19.00 **Dinheiro à Vista**
19.30 **«Big Brother»**
20.00 **Jornal Nacional**
21.00 **«Big Brother»**
21.35 **Jardins Proibidos**
22.45 **Ficheiros Secretos VII**
23.45 **Causa Justa**
00.45 **Última Edição**
01.35 **Seinfeld**
02.15 **Profiler**

Terça, 28

▼RTP 1

07.00 **Programação Infantil-Juvenil**
08.30 **Guia Dia a Dia**
10.00 **Praça da Alegria**
12.30 **Regiões**
13.00 **Jornal da Tarde**
13.55 **Marcas da Paixão**
14.45 **Rosalinda**
15.50 **Agora É Que São Elas**
17.25 **Quebra Cabeças**
17.55 **Quem Quer Ser Milionário?**
18.30 **Ajuste de Contas**
19.40 **Regiões** (Local)
20.00 **Telejornal**
21.15 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
21.50 **Conde D'Abranhos**
22.50 **João Nicolau Breyner**
00.30 **Dinheiro Vivo**
01.00 **24 Horas**
01.30 **Strangers**
02.30 **«A Cidade das Mulheres»** (de Federico Fellini, It.-Fr./1981, com Marcello Mastroianni, Anna Prucnal, Ettore Manni. *Comédia*)

▼RTP 2

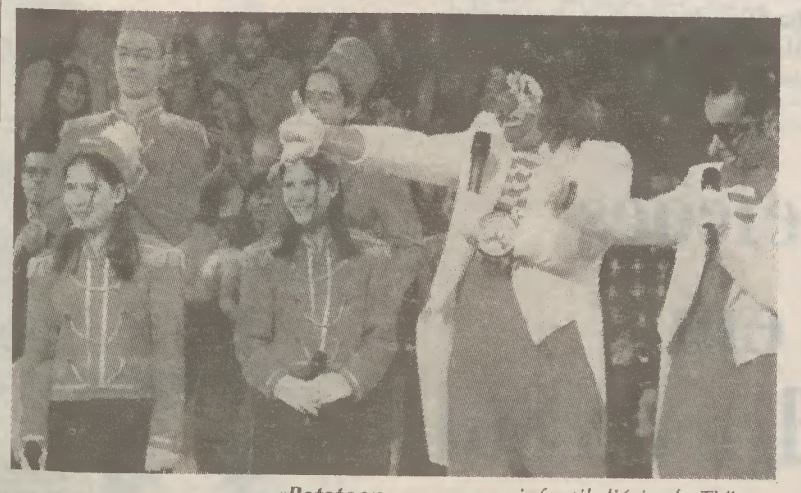
07.00 **Hora Viva**
10.00 **Espaço Infantil-Juvenil** (às 12.00: Euronews)
12.45 **Horizontes da Memória**
13.10 **Vila Faia**
14.00 **Anos 70**
15.00 **O Lugar da História**
16.00 **Euronews**
16.30 **Informação Gestual**
17.30 **Brigada Submarina**
18.30 **Informação Religiosa**
19.00 **Bombordo**
19.30 **Pelo Mundo Fora**
20.00 **Cidade Louca**
20.30 **Viver no Campo**
21.00 **Projecto Golfinho**
22.00 **Acontece**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **«A Nuvem»** (de Fernando Solanas, Fr.-Argent./1998., com Eduardo Pavlovsky, Angela Correa. *Drama*)
01.00 **No Rasto do Mal**
02.00 **Rotações**
02.55 **Ballet Rose**

▼SIC

08.00 **Buéréré**
10.00 **SIC 10 Horas**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **História de Amor**
15.00 **Aquarela do Brasil**
16.00 **Fátima Lopes**
17.00 **O Cravo e a Rosa**
18.00 **Malhação**
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **Malucos do Riso**
22.00 **Laços de Família**
23.00 Debate
24.00 **«Os Fabulosos Irmãos Baker»** (de Steve Cloves, EUA/1989, com Jeff Bridges, Beau Bridges, Michelle Pfeiffer. *Comédia Dramática*)
02.30 **Sai de Baixo**
03.45 **Último Jornal**
04.15 **Toda a Verdade**

▼TVI

08.30 **Animação**
12.00 **«Big Brother»**
13.00 **TVI Jornal**
14.00 **Dinheiro à Vista**
14.30 **Tiro e Queda**
15.05 **Batatoon**
18.30 **Que Loucura de Família**
19.00 **Dinheiro à Vista**
19.30 **«Big Brother»**
20.00 **Jornal Nacional**
21.00 **«Big Brother»**
00.35 **Os Homens do Presidente**
01.35 **Última Edição**
02.25 **Seinfeld**



«Batatoon», programa infantil diário da TVI

Quarta, 29

▼RTP 1

07.00 **Programação Infantil-Juvenil**
08.30 **Guia Dia a Dia**
10.00 **Praça da Alegria**
12.30 **Regiões**
13.00 **Jornal da Tarde**
13.55 **Marcas da Paixão**
14.45 **Rosalinda**
15.50 **Agora É Que São Elas**
17.25 **Quebra Cabeças**
17.55 **Quem Quer Ser Milionário?**
18.30 **Ajuste de Contas**
19.40 **Regiões** (Local)
20.00 **Telejornal**
21.15 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
21.50 **«Aliens – O Recontro Final»** (de James Cameron, EUA/1986, com Sigourney Weaver, Carrie Henn, Michael Biehn, Bill Paxton. *Ver Destaque*)
00.15 **24 Horas**
00.40 **Força de Operações Especiais**
01.40 **«Sábado à Noite»** (de Billy Crystal, EUA/1993, com Billy Cristal, David Paymer, Helen Hunt. *Comédia*)

▼RTP 2

07.00 **Hora Viva**
10.00 **Espaço Infantil-Juvenil** (às 12.00: Euronews)
12.45 **Horizontes da Memória**
13.10 **Vila Faia**
14.00 **Anos 70**
15.00 **O Lugar da História**
16.30 **Informação Gestual**
17.30 **Brigada Submarina**
18.30 **Informação Religiosa**
19.00 **Basquetebol (Campeonato Europeu)**
21.00 **Projecto Golfinho**
22.00 **Acontece**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **Zapping**
24.00 **Sinais do Tempo**
01.00 **Os Segredos dos Homens**
02.00 **2001**
02.35 **Ballet Rose**

▼SIC

08.00 **Buéréré**
10.00 **SIC 10 Horas**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **História de Amor**
15.00 **Aquarela do Brasil**
16.00 **Fátima Lopes**
17.00 **O Cravo e a Rosa**
18.00 **Malhação**
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **O Fura-Vidas**
22.00 **Laços de Família**
23.00 **A Febre do Dinheiro**
00.30 **Sexappeal**
01.45 **Último Jornal**
02.15 **Noites Longas da SIC** (*«A Noite de Johan van der Keuken»*: **«Férias Prolongadas»**, documentário, de 2000)

▼TVI

08.30 **Animação**
12.00 **«Big Brother»**
13.00 **TVI Jornal**
14.00 **Dinheiro à Vista**
14.30 **Tiro e Queda**
15.05 **Batatoon**
17.00 **«Big Brother»**
20.00 **Jornal Nacional**
21.00 **«Big Brother»**
21.35 **Jardins Proibidos**
22.35 **Tic Tac Milionário**
00.30 **Última Edição**
01.20 **Seinfeld**
01.45 **«O Berço do Inocente»** (de Bill Corcoran, EUA/1994, com Kevin Spacey, Frank Whaley, Michelle Forbes. *«Thriller»*)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

O assédio continua

Um breve texto que li há dias veio informar-me de que continuam obstinados e industriosos os que visam o golpe final a dar à RTP e, feito o funeral, a sua substituição por uma outra empresa, obviamente privada, modernaça e desembaraçada de preconceitos obsoletos como essa estória de dever fornecer uma programação asseada e nacionalmente útil. Dir-se-á que não há nenhuma razão para que se fique surpreendido com o prosseguimento de tão interessantes esforços, mas não é tanto assim. É sabido, ou pelo menos sabe-o quem se interessa por saber estas coisas a sério, que o mercado publicitário do País e arredores mal dá, se é que dá, para sustentar duas estações e meia (a saber, SIC, TVI e RTP com grandes limitações legais que lhe diminuem o poder concorrencial e a condenam a grandes défices de gestão), pelo que não se vê como chegaria para três operadoras em pleno. Talvez só mesmo com intercessão de Fátima que, dizem-me, é decididamente contra órgãos públicos de comunicação social, e ainda assim tenho dúvidas. De qualquer modo, e mesmo neste momento em que um fantasma percorre o mundo negocial português e esse fantasma é o possível avizinhar de uma crise, a verdade é que, tal como bruxas «las hay», o assédio à RTP, ou à parte dela que é cobiçável, continua. O que o tal breve texto veio lembrar-me. Talvez por isso, ou pelo menos nesse contexto, numa recente entrevista na Antena 1 da RDP o secretário de Estado da Comunicação Social viu-se na necessidade de reexpor argumentos que demonstram como a eventual extinção de um canal público de TV seria não só um caso único nesta Europa a que tanto se repete que nos orgulhamos de pertencer, e logo no pelotão da frente, mas também um acto antinacional e um rematado disparate. De Alberto Arons de Carvalho guardo, entre outras, a recordação de ter lido, em tempos que já vão ficando remotos, declarações honestas, verdadeiras e por isso corajosas, acerca do chamado Caso República que ele acompanhou de muito perto e eu também, embora não tanto. O caso é que nunca encontrei outra voz socialista, pelo menos entre as vozes qualificadas, que lhe seguisse o exemplo, e suspeito de que isso não se deve a desatenção minha. Como nunca me libertei do tique antigo de gostar de gente e de palavras sérias, já por aqui se verá que sempre oiço Arons com dobrada atenção e com receptividade; e nem mesmo certos revezes como a criação de dificuldades na área do porte pago aos poucos jornais que ainda condescendem em publicar-me as prosas me desmotivaram disso.

Vozes: o erguerem-se, o calarem-se

Entretanto, é claro que não basta haver uns sujeitos jurássicos que teimam em dizer que um canal público de TV de prática generalista é um património de que seria criminoso e, para mais, extravagante mesmo nesta Europa descomplexada, privar o Estado: é preciso que a própria operadora cumpra integralmente o serviço público a que está obrigada não apenas no espírito mas também na letra de leis e regulamentações. A recente contratação de João Baião pela RTP para abrilhantar um programa afinal não de primeira linha e por uma verba que, a julgar pelo que foi divulgado pelo indubitável «O Independente» (e que, por sinal, foi desmentida pelo secretário de Estado, mas não andará muito longe do anunciado) é exorbitante veio relançar um pouco a questão. Mas não nos enganemos: o coro de indignações que este contrato desencadeou não decorre de cuidados com a genuidade do serviço público a prestar e com a sua adequada gestão. O que as fez soltarem-se, a essas vozes, salvo alguma excepção de que não me terei dado conta, foi a oportunidade para que se viesse repetir publicamente que se tratou de mais uma prova de que a TV pública não serve, não tem remédio, é urgente acabar com ela de vez e fazer nascer em seu lugar uma outra, privadinha da Silva, assim pondo termo à actual hemorragia de «dinheiro dos contribuintes», expressão demagógica que está cada vez mais na moda. É claro que os dinheiros dos contribuintes continuariam a chegar lá, à estação então privada, mas pela via das receitas publicitárias e não do Orçamento de Estado. Como ninguém se lembrará disso, não faz mal. Entretanto, entontecida pelo fascínio que se desprende do hiperapregoado êxito dos mercadores de audiências e abandonada à tentação por um governo cheio de aparente medo das vozes do mundo, a RTP desliza sem alegria para o pântano da mediocridade. Aplica-nos a dose diária de dois concursos com repetição incluída. Na área das telenovelas, até nos serve uma mexicana de tão excelentes tradições. Esconde na 2 e para lá da meia-noite o teatro e a ópera; nessa e noutras horas pouco frequentadas arruma a repetição de «Resistência», «A Raia dos Medos», «Ballet Rose», «Geração de 60». Coloca em horário nobre, embora na 2, uma velha comédia americana ainda com uma das Gabor. Enfim: nega-se ao serviço público. Mas com isso ninguém se rala e contra isso nenhuma voz escandalizada se ergue. Ainda bem para o assédio que prossegue.

Talhe de foice

● Henrique Custódio

Fujimori fugiu

O presidente peruano Alberto Fujimori cessou funções esta semana de uma maneira original.
Fez escala no Japão e demitiu-se pelo correio.
Não queria dividir o país, explicou.
Pois não. Ele é que já tinha dividido o Peru consigo próprio, fugindo para o Japão com muitos e indeterminados milhões de dólares sacados ao longo de 10 anos de presidência.
Atrás, deixou um rasto de corrupção e violência a que chamou «relançamento da economia» e uma última nódoa na capa de redentor: a descoberta de que a sua fulgurante ascensão política no Peru esteve desde o início hipotecada aos apoios do narcotráfico da Colômbia.
Por isso, e como qualquer traficante, pôs-se ao fresco enquanto era tempo.
Coisas da América Latina, dirão todos os democratas encartados, com relevo para os que se julgam (e, na prática, são) a Direcção de Viação Democrática do planeta.
Ou seja, os que passam as cartas de condução democrática a quem lhes convém e segundo o Código que vão escrevendo conforme as curvas dos seus interesses.
Ou seja, os mesmos que certificaram, desde o início, a corrupção e a arbitrariedade dos governos de Fujimori como actuação legítima de um executivo eleito na boa ordem.
Por isso, não digam que este episódio grotesco é mais «uma coisa da América Latina».
Este episódio é, sobretudo, mais um uma tragédia do capitalismo.
Fujimori só enganou quem não quis ver.
Subindo há 10 anos ao poder em nome da lei e da ordem, a sua prioridade foi organizar uma polícia política e um sistema repressivo que amordaçasse qualquer oposição interna.
Manietado o país numa malha de corrupção e medo, «atacou» a pobreza ancestral do Peru com a entrega acelerada de todos os interesses económicos ao capitalismo interno e externo, moderou a inflação com as receitas mais selváticas do neoliberalismo e fez alastrar a miséria como uma pandemia medieval. Para desviar as atenções e concitar os aplausos internacionais, escolheu como desígnio nacional a aniquilação da guerrilha peruana a que chamou «combate ao terrorismo», pondo em marcha um terrorismo de Estado a que os EUA e chancelarias anexas chamavam, especiosamente, «democracia musculada».
Em 1997, essa «democracia musculada» mostrou-se em todo o seu esplendor na crise dos reféns da embaixada do Japão em Lima: o comando da guerrilha Tupac Amaru foi assassinado cobardemente à vista dos próprios reféns, quando se entregava na base de um compromisso assumido em negociação com o governo peruano. Nessa altura, correu mundo a imagem de um Fujimori com colete à prova de bala, valentaço e fingindo dirigir o massacre, de resto concretizado com o apoio técnico e logístico dos EUA e da Grã-Bretanha – os mesmos que agora lhe voltam indignadamente as costas.
Tal como fecharam os olhos aos golpes de Fujimori para se perpetuar no poder, que chegaram ao ponto de corromper deputados, comprar juízes, prostituir instituições e rasurar a própria Constituição, a par de um estendal de perseguições e arbitrariedades.
Em nada disto a «vigilância democrática» dos EUA, do Japão ou da União Europeia descortinou motivos de alarme.
Na América Latina, preocupante era a «falta de democracia» em Cuba, apesar de Cuba ser o único país da região onde estão flagrantemente assegurados os direitos de todos os cidadãos aos benefícios da civilização.
Fujimori fugiu. Ficou quem o protegeu.
Mais uma vez, é preciso mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma...

Plenários começaram com grande participação de trabalhadores

Protestos nas ruas

A CGTP está a realizar uma série de acções, com destaque para as concentrações e manifestações em Lisboa, hoje à tarde, e no Porto, ontem.

Esta semana de luta iniciou-se segunda-feira, com a distribuição de documentação alusiva ao lema do protesto – «Mais salários e impostos justos» – e com a realização de plenários de trabalhadores, um pouco por todo o País (ver **pág. 5**).

Amável Alves, da Comissão Executiva da Intersindical Nacional, disse à Agência Lusa que os plenários realizados estão a ter uma grande participação. O sindicalista salientou ainda o facto de esta semana de luta envolver também a distribuição de largos milhares de folhetos e a realização de centenas de plenários, a par das acções de rua. «Mas o objectivo é sempre o mesmo: tornar público que está a ser feita mais uma tentativa de impor a contenção salarial em Portugal», disse Amável Alves, acrescentando que o ano 2000 foi mau para os trabalhadores portugueses, uma vez que a inflação ultrapassou as previsões que estiveram na base da actualização salarial, pelo que muitos – designadamente os da Administração Pública – não tiveram qualquer melhoria salarial. Esta situação deve ser corrigida ainda em 2000 e não se pode repetir na política salarial para 2001, defende a central, que promove esta semana de luta como «um primeiro alerta para mobilizar os trabalhadores para a luta».

A CGTP responde ao novo ataque do Governo e do patronato contra os salários

Milhares de trabalhadores participaram ontem em concentrações promovidas pela CGTP, no **Porto** (uma de trabalhadores da Administração Pública e outra geral, que se juntaram no centro da cidade, onde esteve presente o secretário-geral da CGTP), em **Viseu** e na **Covilhã**, também seguidas de desfiles.

Para hoje está marcada uma concentração em **Lisboa**, na Praça do Município, de onde deverá partir uma manifestação com destino à Assembleia da República. Para amanhã estão previstas concentrações em **Braga**, **Leiria** e **Portalegre**. Sábado será a vez de **Aveiro**.

Eleições em S. Pedro do Sul

A campanha da CDU para as eleições autárquicas intercalares em São Pedro do Sul – que se realizam no domingo – prossegue até amanhã. Hoje há distribuição de propaganda porta-a-porta durante todo o dia em Cova do Rio e Sul. Sexta-feira é dia de distribuição em São Pedro do Sul e Figueiredo de Alva, localidade onde nessa noite se realiza uma sessão de esclarecimento.

A campanha da CDU passou já por Várzea, Baiões, Serrazes, Pindelo e Pinho, contando também com as presenças de Carlos Carvalhas e António Abreu.

Contrariando as fortes pressões bipolarizadoras, a coligação PCP-PEV valoriza o facto de a sua lista integrar «gente dedicada que, nas muitas organizações sociais, culturais e profissionais onde participa, honra compromissos e está na primeira linha da luta por mais progresso e desenvolvimento» para o concelho.

Marcha pela saúde na Póvoa de Santo Adrião

A CDU apelou à participação na marcha de protesto, marcada para **sábado de manhã**, para exigir melhores cuidados de saúde na Póvoa de Santo Adrião. Em causa está a construção do novo Centro de Saúde, naquela freguesia do concelho de Odivelas.

«Há mais de 5 anos que existe terreno», perto da escola secundária Pedro Alexandrino, e também já existe projecto – recorda a CDU, no comunicado que fez chegar à nossa Redacção e onde salienta que «a população e a Junta de Freguesia bem têm lutado para que, o mais urgentemente, se construa o Centro de Saúde e o Hospital Loures-Odivelas, equipamentos tão necessários». «A situação em que estão a ser prestados os cuidados de saúde ofende os utentes, a população e os próprios profissionais de saúde», afirma a CDU, perguntando «o que nos espera» no Orçamento de Estado para 2001, uma vez que, para o ano corrente, o Governo do PS, através do Ministério da Saúde, disponibilizou «a ridícula verba de 2500 contos».

A marcha de protesto está convocada para as 10 horas, junto à actual extensão de Saúde, dirigindo-se depois para o local onde está prevista a construção do novo Centro.

Amadora-Sintra

A Comissão de Utentes do Hospital Amadora-Sintra quer o regresso da gestão pública a este estabelecimento, critica o actual mau funcionamento e vai pedir a intervenção do parlamento e do Ministério da Saúde.

O anúncio destas iniciativas, que serão acompanhadas da elaboração de um «livro negro» e de um documento de protesto que já recolheu 4500 assinaturas, foi feito anteontem, durante um debate no edifício dos Recreios da Amadora. Um dirigente da Comissão de Utentes explicou estas acções com o facto de se estar a aproximar o prazo de decisão para a renovação ou não da gerência do hospital. «A Comissão entende que é urgente exigir o fim da gestão privada deste estabelecimento», declarou António Alves Nunes, citado pela Lusa, perante algumas dezenas de pessoas, incluindo autarcas, bombeiros e utentes que relataram as suas próprias experiências.

Gracinda Pinheiro, da Comissão de Base de Saúde da Freguesia da Falagueira, disse que «o hospital dá lucro porque não tem médicos suficientes». «Um hospital não tem que dar lucro, deve sim servir os cidadãos da melhor forma», defendeu.

Entre os casos descritos na reunião e que se vão juntar aos já compilados no «Livro Negro», destaca-se o de Maria Ivone Simões, comerciante na freguesia da Mina, que, com uma baixa na pressão arterial, chegou ao hospital cerca das 10.30 horas; eram já três da tarde quando foi chamada por uma enfermeira para fazer alguns exames, cujos resultados, bem como o parecer do médico, só chegaram por volta das oito da noite. Outro caso relatado foi o de William Pires de Lima, que chegou dia 21 de Setembro ao Amadora-Sintra com uma pulsação de 122 e uma tensão arterial de 7/6. Segundo o pai, só foi atendido oito horas depois. «Estive sempre a ligar para o hospital até à meia-noite e diziam-me que o meu filho estava no bloco operatório, mas mais tarde vim a ler no relatório da operação que ele havia morrido por volta das 22 horas», disse visivelmente emocionado.

00328
5 603199 000445

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

democracia e socialismo
um projecto para o século XXI

8.9.10 DEZEMBRO'2000 LISBOA

TESES

Projecto de Resolução Política

Documento proposto pelo Comité Central para debate em todas as organizações

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
8.9.10 DEZEMBRO '2000 LISBOA

As Teses - Projecto de Resolução Política (que, em parte, incorporam também elementos da natureza de um Relatório de Actividades) que o Comité Central, na sua reunião de 1 e 2 de Outubro, aprovou para debate em todas as organizações do Partido, no âmbito da preparação do XVI Congresso, constituem uma importante base para favorecer e estimular a reflexão do conjunto dos militantes sobre a evolução da situação internacional e nacional nos últimos quatro anos, sobre a acção desenvolvida pelo PCP nesse período e sobre as grandes orientações, objectivos e tarefas que deve definir para o futuro próximo.

De acordo com a positiva experiência do nosso Partido, as Teses - Projecto de Resolução Política, longe de serem um documento acabado ou fechado para o qual se solicita a mera concordância ou discordância dos militantes, antes constituem um texto cujas lacunas e insuficiências são claramente assumidas no momento da sua apresentação e que está inequivocamente aberto a rectificações, a enriquecimentos e a novas ideias e propostas que resultarem do debate democrático do colectivo partidário e da própria contribuição individual dos militantes.

No momento em que o debate preparatório do XVI Congresso entra numa fase essencial, é da máxima importância uma intensa, interessada e activa participação de todos os militantes, sustentada numa firme consciência da importância do pensamento, da opinião, da experiência e da reflexão de cada um para o acerto das decisões colectivas e do insubstituível valor e riqueza de um debate que seja marcado pela fraternidade, serenidade, respeito mútuo, espírito criador, vontade de dar opinião e capacidade de ouvir outras opiniões.

Essa vasta mobilização de energias, de capacidades e de reflexões existentes no colectivo partidário será uma contribuição fundamental para que o XVI Congresso esteja à altura das responsabilidades do PCP na vida nacional e represente um passo em frente na procura e encontro das melhores orientações e caminhos da sua intervenção no futuro próximo, para um Partido Comunista Português mais forte e influente e para favorecer a afirmação e alargar a capacidade de atracção do seu projecto de democracia e socialismo para Portugal, como um grande e valioso projecto para o Século XXI.

ÍNDICE

Pág.

1.Situação Internacional 7

1.1.Capitalismo 7
1.2.A luta dos trabalhadores e dos povos 13
1.3.A alternativa é o socialismo 17

2.A situação nacional 21

2.0.Introdução 21
2.1.Evolução da União Europeia 21
2.2.Evolução económica 25
2.3.Evolução ambiental 27
2.4.Evolução social 28
2.5.Evolução cultural 35
2.6.Situação na comunicação social 36
2.7.Evolução política e o regime democrático 37

3.A luta de massas, a intervenção social e política do Partido 43

3.0.Introdução 43
3.1.Os trabalhadores como motor da luta de massas 43
3.2.A luta de outras classes, camadas e grupos sociais e das populações 44
3.3.A intervenção do PCP no combate à política de direita 45
3.4.A classe operária, os trabalhadores e as suas organizações de classe 48
3.5.Outros grandes movimentos e organizações da frente social de luta 52
3.6.As batalhas eleitorais e a intervenção do PCP nas instituições 63
3.7.O PCP, força essencial para a alternativa de esquerda 67
3.8.Reforço do PCP – o caminho da alternativa 69

4.O PCP, afirmando a sua identidade, no caminho do aumento da sua influência 71

4.0.Introdução 71
4.1.Breve balanço da actividade 71
4.2.Princípios e objectivos essenciais 72
4.3.Trabalho de direcção 73
4.4.Política de quadros 75
4.5.Reforçar a organização 76
4.6.Imprensa, Informação e Propaganda 80
4.7.Melhorar a capacidade financeira do Partido para fortalecer a sua intervenção e influência 82
4.8.Actividade internacional do PCP 84

1
SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1.1. O CAPITALISMO

1.1.1. Nos anos decorridos desde o XV Congresso, a vida veio confirmar no essencial a justeza e a validade dos principais traços, contradições e tendências, então apontados, do funcionamento do capitalismo contemporâneo neste último quarto de século. Foram previstos acontecimentos dos mais relevantes que marcaram estes últimos anos, incluindo a ocorrência da grave crise económico-financeira de 1997-1999, que afectou profundamente, embora em graus diversos, toda a economia mundial.

1.1.2. O capitalismo dispõe de enormes recursos, sofisticados meios de gestão das suas crises e potenciais áreas de expansão, revolucionando constantemente as tecnologias e aproveitando-se da sua aplicação. Mas tornaram-se ainda mais evidentes e perigosas a instabilidade e incerteza do funcionamento da economia capitalista global e a sua manifesta incapacidade para dar resposta aos graves problemas de desenvolvimento económico e social que se colocam à Humanidade à entrada do século XXI.

1.1.3. O abrandamento das taxas de crescimento do produto mundial que se tem verificado de década para década, desde o período de rápido e generalizado crescimento consequente às enormes destruições da 2ª Guerra Mundial, confirmou-se nos anos 90. Este fenómeno é tanto mais grave na medida em que, apesar do especial dinamismo nas últimas décadas de algumas regiões, agora aliás mais afectadas pela recente crise, se aprofundam ou consolidam clamorosas desigualdades no Mundo, entre as áreas já mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas, assim como entre os estratos da população mais ricos e mais pobres em ambas as áreas.

1.1.4. Numa década onde se expandiu com mais força a globalização capitalista do mundo, acentuou-se igualmente a sua crescente fractura. E o tão apregoado surto de progresso que o capitalismo contemporâneo supostamente iria imprimir ao desenvolvimento mundial esbarra com as contradições e os limites do próprio sistema capitalista.

1.1.5. Durante os anos 90, mas mais fortemente na segunda metade da década, acentuou-se **a concentração e centralização de capitais**, com uma nova vaga de megafusões e aquisições de já grandes empresas, algumas delas fruto de outras recentes fusões e aquisições. Megafusões, amiúde de dimensões gigantescas, verificam-se não só a nível nacional, mas crescentemente regional (na Europa em especial) e ainda transcontinental, especialmente da Europa sobre os EUA, mas também de âmbito mundial. Criam-se, reforçam-se e recompõem-se monopólios e oligopólios em praticamente todos os sectores da economia, com as grandes empresas controlando extensas redes de subsidiárias e subordinando ainda mais empresas subcontratadas.

1.1.6. Em regra, estas fusões não criam emprego, antes o reduzem drasticamente, nem maior capacidade produtiva, dada a situação de sobrecapacidade já existente em múltiplos sectores. Trata-se antes de mais, numa conjuntura de feroz concorrência, da repartilha do domínio sobre os mercados e os recursos, de reestruturação produtiva face aos enormes valores exigidos pelo investimento nas novas tecnologias e a investigação e desenvolvimento, de especulação financeira e de assegurar lucros de monopólio. O incremento do IDE tem sido fortemente influenciado por esta vaga de fusões e aquisições, particularmente focalizada no eixo norte-atlântico, mas que se alarga também à América Latina e Ásia. O carácter especulativo, ligado à exuberância bolsista que aliás também alimentam, põe em perigo muitas das operações e aumenta a instabilidade financeira, ao mesmo tempo que traduz a acrescida concorrência entre os pólos e potências imperialistas, à escala mundial e à escala regional.

1.1.7. A crise económica e financeira, despoletada em meados de 1997 no Sudeste Asiático, reavivada pelo colapso russo de meados de 1998 e prolongada no Brasil em 1998-99, **afectou praticamente todo o mundo**, levando à recessão quase metade da economia mundial.

1.1.8. A crise não foi só meramente monetária e bolsista ou especulativa. Sendo-o, na continuidade de muitos outros múltiplos "acidentes" financeiros ocorridos desde finais dos anos 80 e na primeira metade dos anos 90 - tem raízes e consequências mais fundas numa muito generalizada situação de sobreprodução latente, que se arrasta através das crises cíclicas de 1974-75, 1980-82 e 1991-93. Por isso as suas causas também não estão circunscritas às regiões onde eclodiram.

1.1.9. Com sinais de alguma reanimação, após brutais destruições das forças produtivas, no Sudeste Asiático, Japão e América Latina, e a retoma a esboçar-se finalmente na Europa, saída mais tarde e lentamente da recessão de 93 - **o maior perigo localiza-se agora nos Estados Unidos**. O seu prolongado período expan-

sionário, não linear, após a recessão de 1991, está claramente ameaçado, em fim de ciclo, pelo endividamento externo recorde, pelo insustentável endividamento interno de empresas e famílias, e pela brutal bolha especulativa bolsista que envolve inclusive as empresas da chamada "nova economia". O abrandamento do seu crescimento é já uma realidade. Poucos têm por possível a sua "aterragem suave". A perspectiva de uma "aterragem abrupta", em especial pelo rebentar da bolha bolsista, teria consequências recessivas gravíssimas à escala mundial.

1.1.10. Acentuou-se ainda mais a "financeirização" do capital, hoje cada vez mais rentista e especulativo, correlativa da tendência para a estagnação da esfera produtiva e da dificuldade de obtenção aí de taxas de lucro satisfatórias para as enormes massas de capital acumulado. Alimentando-se parasitariamente da sucção da mais valia gerada na economia real e impondo-lhe os seus critérios próprios de obtenção do máximo lucro no mais curto prazo, a brutal hipertrofia da esfera financeira, com uma forte componente de capital fictício, ganha dinâmicas próprias, facilitadas pela liberalização dos movimentos de capitais, as múltiplas inovações e entidades financeiras e a utilização das novas tecnologias da informação.

1.1.11. Os constantes fluxos de capital-dinheiro, especialmente de curto prazo e de alto risco, provocam uma acrescida instabilidade no funcionamento do sistema financeiro e monetário internacional, que afecta profundamente a economia real e a vida de largas massas da população em muitos países e regiões e no mundo. Mercados bolsistas e imobiliários irracionalmente inflaccionados são alimentados por uma insustentável expansão do crédito que potencia o perigo e a dimensão de desastres. Os EUA continuam, pela força desproporcionada do dólar, a atrair a si uma parte de leão da poupança mundial disponível. A dominância deste capital financeiro afecta negativamente o desenvolvimento equilibrado, equitativo e sustentado da economia real mundial.

1.1.12. O mundo está a entrar no novo século com a maior disparidade de rendimentos de sempre. Apesar, dos apregoados benefícios da chamada "globalização", prossegue a concentração da imensa massa das riquezas e capacidades de desenvolvimento num pequeno número de potências que representam uma reduzida minoria, em detrimento da imensa maioria da Humanidade. A sangria do pagamento da dívida prossegue e agrava-se para a maioria dos países altamente endividados. As desigualdades de riqueza e de rendimento ampliam-se igualmente tanto dentro de potências imperialistas como em muitos países subdesenvolvidos.

1.1.13. A par desta agravada polarização, **prossegue o desenvolvimento desigual do capitalismo** originando novos desequilíbrios. Se o Japão enfraqueceu na última década, mantém contudo apreciáveis recursos e continua a fomentar a maior integração da região asiática, onde os países do Sudeste Asiático não desistem, apesar da crise de 97-98, de defender uma maior colaboração regional independente. Nessa região, assume também maior influência o dinamismo e potencialidades da China. A União Europeia, dentro da qual a Alemanha mantém ascendência, busca ampliar a sua zona de influência para Leste e com a adopção do Euro defronta o poderio dos EUA, penetra no seu próprio território e aumenta a concorrência, nomeadamente, na própria América Latina. Lutando para preservar a sua hegemonia mundial, os EUA, que recorrem para isso também à sua supremacia militar, diplomática, científico-tecnológica e ideológica, vêem-se permanentemente confrontados com a rivalidade dos seus mais poderosos concorrentes e a resistência e concertação crescente dos países dependentes. Destas contradições, somadas à ampliada resistência e protesto dos trabalhadores e dos povos, decorrem fundamentalmente a derrota do AMI (Acordo Multilateral de Investimentos) em Genebra e o fracasso da reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Seattle (apesar dos perigos que permanecem), o reafirmar dos esforços de reagrupamento dos países do chamado Terceiro Mundo e as suas várias estruturas de integração.

1.1.14. O mito de um "ultra-imperialismo", racionalizado e pacífico sob um "governo mundial", é tão falso neste final do século XX como foi no seu começo. Concertações e parcerias interimperialistas, traduzidas em compromis-sos, serão sempre relativas e temporárias, porque a desigualdade de desenvolvimento e a concorrência são intrínsecas ao próprio sistema.

1.1.15. Nos anos 90, **a constante invocação do processo de "globalização"**, em curso, para justificar e impor a aceitação da expansão das relações de produção capitalistas e os dogmas do neoliberalismo, visa sobretudo disfarçar a sua natureza imperialista, as molas reais do seu funcionamento, os poderosos interesses que o comandam e aproveitam. Relevo especial tem a ocultação do reforço efectivo do papel do Estado nas grandes potências imperialistas, ao serviço das grandes empresas transnacionais e do capital financeiro, e a utilização, em proveito próprio, do seu domínio sobre as instituições supranacionais. O objectivo é desarmar a capacidade soberana dos outros Estados nacionais e a luta dos trabalhadores e dos povos, absolutizando uma crescente interdependência real que, sob o imperialismo, se traduz sempre por também reais e crescentes relações de domínio e espoliação dos mais fracos pelos mais fortes.

1.1.16. O desenvolvimento das relações internacionais e do mercado mundial é elemento constitutivo do sistema capitalista. Conheceu um notável e decisivo avanço logo na época da sua formação, há cinco séculos;

teve novo notável impulso com o aparecimento do imperialismo, em finais do século XIX, começos do século XX; e na sua fase actual, com o desaparecimento da URSS e do sistema socialista mundial, ganha novo incremento em correspondência com as características do capitalismo contemporâneo e o surto de novas tecnologias. Em todas as sucessivas vagas de universalização do capitalismo, este aproveitou e pôs ao seu serviço importantes conquistas científicas e tecnológicas, que permitiam o incremento das forças produtivas e avanços nos transportes e comunicações, tornando mais próximas e integradas as várias regiões do mundo. O actual processo de globalização insere-se pois profundamente na História e não pode ser devidamente avaliado no estrito quadro da comparação das últimas décadas com o período imediatamente anterior.

1.1.17. Por outro lado, são de rejeitar enganadoras generalizações que dão como adquirido para o "globo" o que se limita no essencial a um reduzido núcleo central de potências mais desenvolvidas, quando pelo contrário o actual processo de globalização capitalista acentua enormes fracturações no mundo.

1.1.18. Na sua fase actual, e sob o impacto das políticas neoliberais dominantes e do uso das novas tecnologias, na chamada "globalização" adquire hoje especial relevo uma ainda maior integração dos processos produtivos, a crescente mobilidade dos fluxos financeiros e o acelerar e diversificar das trocas comerciais internacionais.

1.1.19. A **crescente instabilidade e as falhas e perversões do actual sistema de regulação internacional**, (tal como se desenvolveu após a falência nos começos dos anos 70 do sistema de Bretton Woods, estabelecido após a 2ª guerra mundial), tornou-se perigosamente patente pela sucessão de crises monetárias, bolsistas e outros "acidentes", especialmente desde finais dos anos 80 e durante esta última década. A acção e intervenções do Banco Mundial e do FMI revelaram-se perniciosas e desajustadas e elas próprias causa adicional determinante dessas crises, que ocasionam imensas perdas de riqueza material e agudas regressões sociais. Intensa polémica se tem em consequência travado, fora e dentro dessas instituições, reclamando a sua "reforma" e uma nova "arquitectura" para o sistema de regulação internacional global.

1.1.20. As variadas propostas adiantadas, todavia, pouco vão além de remendos parciais e meros paliativos para os graves problemas, distorções, riscos e consequências de um sistema dominado pelas potências estatais imperialistas mais poderosas e as grandes transnacionais, salvaguardando no essencial os seus interesses e prejudicando as economias mais débeis e os seus Estados e povos.

1.1.21. A crise do sistema de regulação imperialista **é expressão também da crise das políticas e receitas do neoliberalismo**, que por todo o mundo são cada vez mais contestadas por conduzirem não ao progresso e equidade social do desenvolvimento, mas a brutais regressões sociais, desequilíbrios de desenvolvimento, verdadeiros retrocessos civilizacionais.

1.1.22. A democracia política está a ser duramente atingida. A ofensiva neoliberal procura apresentar-se como uma autêntica cruzada "anti-estatizante" em prol do "indivíduo", dos "direitos humanos", da "sociedade civil", do "pluralismo", da "democracia". A realidade porém, nomeadamente na área dos países capitalistas desenvolvidos em que Portugal se inclui, é a perda de conquistas e direitos, a tendência para impor à sociedade e aos indivíduos uma uniformização totalitária do pensamento e das atitudes, a anulação das condições indispensáveis para a prática de uma cidadania participativa, o desvirtuamento da própria democracia política. É manifesta a desafeição e o alheamento popular das instituições. Mais do que de "desinteresse pela política" ou de "crise da política" parece apropriado falar de crise do sistema de representação demo-liberal, no quadro das grandes mudanças que estão a operar-se no Estado nacional e no sistema de poder capitalista em geral.

1.1.23. Um poder, cada vez mais submetido aos interesses do grande capital e subordinado à estratégia das grandes potências cujos centros de decisão são cada vez mais opacos, centralizados e distantes dos cidadãos. Em que a fusão do poder económico e do poder político, característica do capitalismo monopolista de Estado, se torna ainda mais acentuada incluindo à escala regional e mesmo mundial. Em que as novas técnicas da informação e da comunicação intervêm poderosamente na difusão da ideologia dominante. Em que a corrupção e os laços de tipo vário com o crime organizado e tráficos diversos se tornam inerentes ao funcionamento e reprodução do sistema.

1.1.24. "Menos Estado" para o povo, mais Estado para o capital. Definhamento e liquidação das funções sociais redistribuidoras, empolamento das funções coercivas (polícia, exércitos) do Estado. Ataque frontal à independência dos Estados dos países mais débeis e esvaziamento das suas funções de soberania, reforço do poder dos Estados dos países mais poderosos e dos instrumentos supranacionais do imperialismo.

1.1.25. O ataque ao Estado soberano é simultaneamente um ataque à democracia. O pretenso "direito de ingerência humanitária" é de facto o "direito" das grandes potências imporem a sua política. A chamada "libertação da sociedade civil" da "tutela do Estado" representa de facto o reforço da tutela dos interesses económicos e políticos dominantes. O esvaziamento das instituições do Estado das suas prerrogativas de soberania significa a alienação em favor de instâncias

internacionais do capital, formais (FMI, BM, OCDE, UE, NATO) ou informais (do G7 a "Davos") de decisões vitais para a configuração da sociedade.

1.1.26. Para o PCP, a luta pela democracia envolve simultaneamente as suas componentes política, económica, social e cultural e a defesa da soberania e independências nacionais. A defesa de direitos duramente conquistados pela luta, a defesa da própria democracia política, são inseparáveis da luta contra as ingerências e imposições do imperialismo.

1.1.27. A reacção imperialista manifestou-se com muita força **e traços qualitativamente novos no plano militar**. Quase uma década após a guerra do Golfo contra o Iraque, tudo indica que as grandes potências imperialistas se estão a preparar para recorrer à força das armas para afastar obstáculos à sua expansão (como na Jugoslávia), sufocar inevitáveis explosões sociais e revolucionárias, pressionar e dissuadir adversários e mesmo aliados.

1.1.28. Aumentam os orçamentos militares. Reforça-se a política de blocos. Intensifica-se o comércio e tráfico de armas. Reestruturam-se as indústrias de armamentos e crescem as encomendas aos grandes empórios do complexo militar-industrial. Aperfeiçoam-se e criam-se armas cada vez mais sofisticadas e mortíferas. Proclama-se o "direito de ingerência" coberto ou não de hipócritas roupagens "humanitárias". Recusa-se o desarmamento nuclear e admite-se o recurso em primeiro lugar à arma nuclear. Elaboram-se novos conceitos estratégicos já abertamente agressivos (NATO). Põem-se em causa e rasgam-se Tratados como pretendem fazer os EUA com o ABM (Acordo sobre Mísseis Balísticos, de 1972) para avançar com a sua nova versão de "guerra das estrelas".

1.1.29. Numa situação em que em cada dia que passa morrem 35.000 crianças de fome ou de doenças evitáveis e faltam recursos para programas da FAO e da OMS, os EUA não só não pagam as suas dívidas à ONU como destinam ao seu novo Projecto de Defesa Nacional Anti-Míssil, cerca de 60 mil milhões de dólares.

1.1.30. A guerra de agressão contra a Jugoslávia, a primeira guerra no coração da Europa desde o fim da 2ª guerra mundial, marca um salto qualitativo no processo de militarização e intervencionismo imperialista, com a aberta violação da Carta da ONU e do Direito Internacional, e completo desprezo quanto ao papel da OSCE (Organização de Segurança e Cooperação na Europa).

1.1.31. Desencadeada sob o falso pretexto de evitar "a limpeza étnica" pelos EUA e pela NATO com o activo concurso da União Europeia, empregando um potencial destruidor superior ao da própria guerra do Vietname, esta agressão não conseguiu vergar a determinação patriótica do povo jugoslavo. Mas provocou um grande número de vítimas e enormes destruições, conduziu à "limpeza étnica" do Kosovo com a expulsão de mais de 200.000 sérvios kosovares, colocou o Kosovo sob ocupação da NATO, logrou um novo e substancial avanço de bases e forças militares norte-americanas para leste em direcção às fronteiras com a Rússia. A vida confirmou que só pela via política, por mais difícil que fosse, era possível resolver os graves problemas jugoslavos.

1.1.32. A guerra de agressão à Jugoslávia serviu de pretexto e cobertura imediata para a adopção pela **NATO** do **novo conceito estratégico** confessadamente ofensivo que vinha elaborando, assumindo poder intervir à margem da ONU, onde considere ameaçados os seus interesses. Novo conceito que se inscreve na política de reforço e alargamento da NATO - nomeadamente com a incorporação da Polónia, Hungria e República Checa - reforça a hegemonia dos EUA e cria potenciais novos factores de desestabilização de toda a situação geoestratégica no nosso continente e no mundo.

1.1.33. Serviu também de pretexto e cobertura para a brutal aceleração do processo de **militarização da União Europeia**, com a formalização da figura do "Sr. PESC", a elaboração de uma "Política Europeia Comum de Segurança e Defesa", a criação de uma força militar de intervenção de 60 mil homens para intervir lá onde as grandes potências da UE considerarem de seu interesse. Militarização que, frequentemente apresentada como visando assegurar a "autonomia da Europa face aos EUA", está articulada com a NATO e representa, num quadro de conflitos e rivalidades embora, o fortalecimento do "pilar europeu" da NATO e do eixo "euro-atlântico" sob a égide do imperialismo norte-americano.

1.1.34. Simultaneamente, verifica-se o bloqueamento das potencialidades da OSCE, o desvirtuamento dos seus objectivos originais e crescente instrumentalização pelos EUA e grandes potências europeias.

1.1.35. Os EUA afirmam com arrogância a sua pretensão ao domínio do mundo, são actualmente a principal e mais perigosa fonte do militarismo e da guerra e procuram arrastar e enquadrar numa posição subalterna outras grandes potências e pólos do imperialismo. O que se passa na Europa com a UE passa-se na Ásia/Pacífico com o Japão e o **Tratado de Segurança nipo-norte-americano**, destinado a intervir na Ásia e a cercar a República Popular da China que, de modo cada vez mais notório, e em conjugação com o Vietname, Índia e outros países da região, representa um importante factor de paz e de contenção dos objectivos de dominação mundial totalitária do imperialismo. A insistência dos EUA na chamada **"Defesa Nacional Anti-míssil"**, que está a suscitar uma enérgica oposição da China, da Rússia e outros países e sérias reservas entre os próprios aliados europeus dos EUA, está já a indiciar uma nova espiral da corrida aos armamentos.

1.1.36. De extrema gravidade é o **processo de subversão da ONU e do Direito Internacional** orquestrado pelos EUA. Ele visa, não apenas instrumen-

talizar, mas ultrapassar e demolir a ordem jurídica e institucional saída da vitória sobre o nazi-fascismo, e impor uma "nova ordem" que, consagrando a correlação de forças desfavorável resultante das derrotas do socialismo, legalize e facilite a política de exploração, agressão e opressão do grande capital e do imperialismo. O conceito de "direito de ingerência humanitária" a que o próprio Vaticano já deu a sua bênção, articulado com hipócritas mas por vezes sedutoras teorizações sobre o carácter "caduco" do Estado soberano, a "aldeia global", a "sociedade civil universal" e outras, tem um lugar central na ofensiva ideológica do imperialismo para enfraquecer a resistência à sua política.

1.1.37. As consequências da "globalização" imperialista são dramáticas para o mundo e explosivas para o sistema. Trabalhos minimamente isentos, como os relatórios do PNUD e da CNUCED, mostram a regressão de índices de desenvolvimento, o aprofundamento do fosso entre "ricos" e "pobres" no plano mundial e no interior dos países, a insuportável situação de miséria e sofrimento em que sobrevive a maior parte da Humanidade.

1.1.38. A par da ofensiva sistemática nos **países capitalistas desenvolvidos** para liquidar conquistas e direitos alcançados por muitas décadas de duras lutas, continua a assistir-se à recolonização e saque dos povos dos **países do "Terceiro Mundo"**, através de injustos termos de troca nas relações comerciais, da exigência de abertura dos seus mercados à acção irrestrita das multinacionais, da imposição dos famigerados "programas de ajuste" do FMI, do garrote da Dívida Externa e outros mecanismos económicos, políticos e militares de dependência. Com o maior cinismo, as grandes potências procuram apresentar-se como credoras desinteressadas, empenhadas na "ajuda" ao desenvolvimento dos países mais débeis de África, Ásia, América Latina e Leste da Europa. De facto, continuam a ser drenados para o "Norte" desenvolvido colossais recursos materiais e humanos.

1.1.39. Sem minimizar o papel das forças reaccionárias internas, torna-se também necessário apontar as responsabilidades das grandes potências e do grande capital na dramática situação criada nos últimos dez anos na generalidade dos países da ex-URSS e do Leste da Europa. Ou seja, destruição das conquistas sociais e dos sistemas produtivos nacionais, invasão dos mercados, apropriação pelo capital estrangeiro de recursos e sectores chave da economia, imposição de "reformas" de natureza capitalista, drenagem de capitais para o estrangeiro e endividamento externo, captação de cientistas e de mão de obra em geral muito qualificada e, como consequência central, a brutal regressão da situação social que na Rússia atinge efeitos particularmente devastadores.

1.1.40. Tais são as consequências dos processos contra-revolucionários, de desmantelamento do socialismo e restauração do capitalismo, processos impulsionados e enquadrados por uma autêntica cavalgada da União Europeia e da NATO para Leste, feita de modo articulado, em que o expansionismo alemão e as pretensões de hegemonia planetária dos EUA se evidenciam de modo inquietante. A decisão dos EUA e da NATO de instalar armas nucleares nos territórios da Hungria, Polónia e República Checa, é particularmente explosiva.

1.1.41. As desumanas consequências da "globalização" imperialista e das políticas neoliberais estendem-se praticamente a todas as esferas da sociedade e à própria Natureza e equilíbrios ecológicos e ambientais indispensáveis ao futuro da Humanidade, que estão a ser perigosamente agredidos pela corrida ao máximo lucro. Os progressos no domínio da educação, da cultura, da ciência, são instrumentalizados pelos grandes interesses económicos e critérios da ideologia dominante. Mas é no plano social que mais claramente se manifesta a violência exploradora do grande capital. A situação descrita no XV Congresso mantém inteira actualidade, tendo-se mesmo agravado em vários aspectos, nomeadamente em matéria de polarização social, precarização do trabalho, aumento da exploração, miséria, fome, doença, condições de existência minimamente dignas.

1.1.42. O quadro mundial é de tal modo grave, comporta contradições e paradoxos tão flagrantes e situações tão chocantes, que se generalizam as críticas a tal estado de coisas. Hoje não há praticamente ninguém que não se distancie dos aspectos negativos da "globalização", não se afirme "escandalizado" com o fosso entre ricos e pobres, se não "choque" com a miséria no "Terceiro Mundo", se não indigne perante as discriminações que pesam sobre as mulheres, se não distancie dos "excessos" e "perversões" do mercado. A condenação "moral" das consequências da "globalização" é muito larga. Verificou-se uma autêntica explosão de literatura contendo factos e índices quantitativos que mostram como é insustentável o rumo dominante do desenvolvimento mundial actual.

1.1.43. Entretanto, a uma grande coincidência no diagnóstico da situação não corresponde idêntica coincidência de posições nem quanto às causas reais, que em geral são subestimadas, silenciadas e mesmo escamoteadas, nem quanto às soluções, que em geral não põem em causa o sistema, são meramente parciais e frequentemente falsas alternativas. Em torno desta problemática verifica-se uma intensíssima luta de ideias.

1.1.44. Mas nem mesmo os poderes económicos e políticos dominantes podem ignorar a gravidade da situação. Bem pelo contrário, estão inquietos e preparam-se para responder com a repressão e a força das armas ao desenvolvimento de processos, abertamente

revolucionários ou não, que o ponham em causa. O desaparecimento da URSS e do sistema mundial do socialismo levaram os EUA e as grandes potências da NATO, para justificar a sua política agressiva, a definir "novas ameaças" e a estruturar novos dispositivos policiais e militares que apontam abertamente para intervenções de força contra os povos. Sendo este um dos traços mais reaccionários do capitalismo na actualidade, é inquietante que ele se desenvolva sem suscitar a denúncia e a resistência à altura da sua gravidade.

1.1.45. Simultaneamente, desenvolvem-se os mais variados esforços para manter dentro de limites considerados "aceitáveis" as mais gritantes e nefastas consequências do neoliberalismo desenfreado, (como a financeirização da economia, a especulação financeira, a corrupção descarada, os tráficos criminosos) praticado nos últimos anos. Procuram-se novas formas de regulação capitalista adequadas à actual fase de capitalismo monopolista transnacional. Desenvolvem-se as teorias de "governo mundial", do "Conselho de Segurança para a Economia".

1.1.46. Trata-se sobretudo de operações de cosmética, de tentativas de amortecimento das consequências mais gritantes da "globalização" através de um assistencialismo paternalista e entorpecedor, de todo um conjunto de mecanismos e políticas visando domesticar, recuperar e mesmo incorporar no sistema, sindicatos e outras organizações sociais e estruturas do movimento popular. Os slogans do tipo "globalização de rosto humano", ou seja, pôr uma cereja "social" no bolo neoliberal, devem continuar a ser firmemente desmistificados.

1.1.47. A convergência de interesses de classe das grandes potências e centros imperialistas não anula a existência de conflitos, rivalidades e contradições no interior do campo imperialista. A própria centralização e concentração do capital no plano internacional e a formação de poderosos conglomerados transnacionais é expressão da aguda concorrência capitalista pelo domínio de recursos e mercados e a maximização da taxa de lucro.

1.1.48. Há que assumir a dificuldade em determinar com objectividade se o que actualmente predomina no campo interimperialista é a concertação ou a rivalidade. As duas facetas coexistem e a ambas é necessário prestar atenção.

1.1.49. A existência, numa situação "unipolar", de uma única superpotência, com a pretensão de se impor ao mundo inteiro, choca-se com os países que definem como objectivo construir uma sociedade socialista e outros países que defendem a sua soberania, com as forças da independência nacional, do progresso social, da paz e do socialismo. Choca-se também com os interesses dos próprios aliados dos EUA que, se por um lado se sujeitam a uma posição subalterna na divisão de tarefas no campo imperialista (como no quadro da NATO, da guerra do Golfo, da guerra de agressão à Jugoslávia ou na definição das grandes linhas de política económica), por outro lado procuram uma afirmação própria de potência. As áreas onde se verifica visível disputa por esferas de influência e domínio são numerosas (Médio Oriente, África, Leste da Europa e ex-URSS, América Latina, China). Das contradições que se manifestaram no fracasso de Seattle sobre a nova ronda da OMC ao "Echellon", da disputa por encomendas ligadas à Aeronáutica e à indústria armamentista à luta pela supremacia das respectivas moedas (dólar, euro, yen) como meio de pagamento e reserva universal, da guerra das bananas à dos OGM (organismos geneticamente modificados), tudo indica estarmos perante autênticas "guerras económicas" que tendem a avolumar-se e eventualmente a derivar para formas mais agudas e perigosas de confronto. Em questões de Defesa e Segurança surgem desconfianças e discordâncias de sério significado, como agora no caso da "Defesa Nacional Anti-míssil" dos EUA.

1.1.50. Os três principais pólos do imperialismo, a chamada "Tríade" - EUA, UE/Alemanha, Japão - partilham entre si a supremacia económica e militar sobre o resto do mundo. Unem-se contra os povos numa relação de conveniência, mas conflituam, de modo crescente, em domínios diversos. Os apelos para dar força a um dos pólos na luta contra outro, devem ser firmemente rejeitados. Activamente apoiada pelo governo português, a orientação em curso para, em nome da "autonomia" face aos EUA, militarizar a UE e transformá-la num poderoso bloco imperialista, encerra enormes perigos para a independência dos povos europeus, a paz na Europa, a segurança internacional.

1.1.51. Neste contexto, é importante uma avaliação tão rigorosa quanto possível do lugar que a social-democracia está a ocupar na arrumação de forças no plano internacional, seja pela política de direita dos seus governos seja pela acção das suas estruturas e agências - Internacional Socialista, Partido Socialista Europeu, Fundação Friedrich Erbert - e pelas organizações que hegemoniza, seja no plano sindical, como a CISL ou a CES, sejam ONG's subsídio-dependentes.

1.1.52. A resposta dada pela prática é muito clara: a social-democracia, confirmando o seu papel histórico, rendeu-se ao neoliberalismo, defende abertamente os interesses do grande capital, alterna nos governos com os partidos confessadamente de direita na realização de uma mesma política de direita, tem constituído na prática um pilar fundamental do imperialismo. Com a social-democracia em 13 dos 15 governos da UE foram adoptadas políticas de privatizações e de desmantelamentos de conquistas sociais e democráticas ainda mais gravosas que com os governos abertamente reaccionários. A sua posição perante a guerra de agressão

à Jugoslávia, que faz lembrar os sombrios tempos que precederam a primeira e a segunda guerras mundiais, não deixa lugar a dúvidas.

1.1.53. O "thatcherismo de rosto humano" que a "Terceira Via" blairista é, representa uma rotura confessada com a própria tradição reformista da social-democracia. O processo de Florença/Berlim das Cimeiras dos "Modernizadores" ou "progressistas" (!) representa por sua vez autêntica rendição social-democrata à liderança norte-americana, e insere-se no esforço das classes dominantes e das grandes potências dos dois lados do Atlântico para concertar posições, encontrar respostas comuns em questões essenciais para a reprodução do capital monopolista e assegurar-lhe uma base ideológica.

1.1.54. Entretanto, seria erro grave uma uniformização esquemática das diferentes componentes da social-democracia. Há histórias e situações em cada país muito diferenciadas. Há sectores que não se reconhecem nesta cavalgada para a direita da social-democracia e procuram contrariá-la. Há partidos e movimentos que, participando por razões várias na Internacional Socialista, são ou contêm em si forças de esquerda e mesmo revolucionárias. E, como temos insistido, pressionados e enquadrados por uma dinâmica de massas e pela sua própria base popular, e confrontados com o fracasso da sua política, partidos social-democratas podem ser, e têm sido por vezes, forçados a orientações democráticas e de esquerda, e a compromissos com os comunistas favoráveis ao avanço da luta dos trabalhadores.

1.1.55. Isso exige porém, por um lado, o distanciamento de ambíguas concepções de "esquerda" que englobem de modo dogmático e intemporal toda a social-democracia e, por outro lado, que o reconhecimento da diversidade da esquerda não leve a diluir a independência orgânica, ideológica e programática dos comunistas.

1.1.56. O **carácter parasitário, injusto e desumano do capitalismo** é cada vez mais evidente.

1.1.57. No plano moral, o capitalismo tornou-se indefensável, particularmente na sua forma actual em que, confirmando a genial análise e previsão de Marx, se assiste à mercantilização de todos os aspectos da vida social e da actividade humana. Um sistema que na época da Internet se alimenta das mais abjectas e criminosas formas de exploração, dos tráficos mais sinistros, das indústrias da guerra e da morte, da agressão e destruição da natureza, um tal sistema é moralmente indefensável. Mas a condenação do capitalismo é sobretudo de natureza objectiva, está inscrita nas suas contradições intrínsecas, que se agudizam, e nos seus limites históricos, impostos pelo desenvolvimento das forças produtivas e seu crescente carácter social, e a luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos.

1.1.58. Como afirmámos no nosso XV Congresso, há muito que o capitalismo se transformou num obstáculo ao progresso da Humanidade, há muito que a agudização das suas contradições e a luta libertadora da classe operária, dos trabalhadores e dos povos abriu a possibilidade da sua superação revolucionária que, iniciada nos começos do século XX com a Revolução de Outubro e tendo-se revelado mais complexa, acidentada e demorada que o previsto, se irá prolongar necessariamente pelo século XXI.

1.2. A LUTA DOS TRABALHADORES E DOS POVOS

1.2.1. A ofensiva imperialista não impediu a continuação da resistência e da luta dos trabalhadores e dos povos. Nem impediu que, apesar da desfavorável correlação de forças, fossem alcançados significativos avanços libertadores e importantes vitórias. Cuba, com a defesa da soberania e da sua revolução socialista, e Timor-Leste, com a heróica vitória sobre o ocupante indonésio, exemplos que nos são particularmente caros, confirmam que é possível resistir e vencer.

1.2.2. Os últimos anos têm sido marcados por inúmeras lutas; dos mais diversos sectores sociais, em praticamente todas as regiões do mundo, por um amplo leque de objectivos que vão desde os mais pontuais e locais, até aos mais politizados e globais, com recurso às formas de luta mais diversas.

1.2.3. Pode-se afirmar que a tentativa de impor a hegemonia e domínio planetário do grande capital está a deparar com uma resistência crescente e cada vez mais diversificada do ponto de vista social e geográfico.

1.2.4. Apesar da violenta ofensiva para destruir conquistas e direitos e limitar a resistência da **classe operária e dos trabalhadores**, assiste-se em todos os continentes a continuadas e por vezes duras e prolongadas lutas contra as medidas mais gravosas do grande patronato e dos governos. São lutas contra o desemprego, o encerramento das empresas, pelo emprego e pela qualidade do mesmo, contra a flexibilização e a precariedade laboral, pela redução dos horários de trabalho, pelos salários, contra a onda privatizadora, pelos serviços públicos, particularmente pela segurança social, saúde e educação e pela formação. As greves gerais na Índia, Coreia do Sul, Grécia, África do Sul, Bolívia e em muitos outros países, como as greves sectoriais da "UPS" e da General Motors nos EUA, ou dos trabalhadores de fábricas Renault em vários países da Europa, são exemplos de lutas massivas e combativas com grande significado político.

1.2.5. As **lutas dos camponeses** pela reforma agrária e pela entrega da terra a quem a trabalha (como no Brasil, mas também na Índia e outros países), contra a destruição das agriculturas nacionais e submissão às transnacionais agro-alimentares (como na Índia, França, Grécia), têm-se intensificado nos últimos anos.

1.2.6. A **luta das mulheres** em defesa e promoção dos seus direitos, pela igualdade de oportunidades no plano económico, social, político e cultural, contra o fundamentalismo islâmico e outras formas de opressão, discriminação e violência, constitui um valioso contributo à luta de resistência dos trabalhadores e dos povos. Particularmente atingidas pelas políticas económicas e sociais dominantes, sujeitas a uma refinada e permanente pressão ideológica, as mulheres intervêm de forma própria e diversificada, nomeadamente no desenvolvimento de um amplo movimento contra a pobreza e a violência, expresso através de marchas nacionais e da Marcha Mundial das Mulheres.

1.2.7. A **juventude** tem demonstrado ser um sector importante do movimento popular e da sua dinamização. Prosseguem as lutas dos estudantes em defesa da escola pública com importantes movimentos na Europa (Grécia, França, Reino Unido, Portugal) mas também na Índia, América Latina (México, Chile, Nicarágua) e EUA. A participação juvenil nas lutas em torno das questões laborais tem tido crescente importância quer na Europa quer na América Latina e na Ásia. A solidariedade com os povos em luta (Cuba, Sahara, Palestina, Timor); a exigência da paz e do fim das agressões imperialistas (Jugoslávia), a condenação do racismo e da xenofobia; a luta pela abolição da pena de morte; as questões ambientais são exemplos de frentes de luta em que a juventude desempenha um importante papel, por vezes determinante. Tem particular importância a reactivação do Movimento dos Festivais, com a realização em Cuba, em 1997, do XIV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, com um carácter marcadamente anti-imperialista e que reuniu cerca de 13 mil delegados de todo o mundo. Neste quadro é ainda de valorizar a actividade da Federação Mundial da Juventude Democrática e a marcação para 2001 do XV Festival a realizar na Argélia, pela primeira vez no continente africano.

1.2.8. Na luta **pela paz e contra a política agressiva do imperialismo** é de salientar que a guerra de agressão à Jugoslávia suscitou uma condenação alargada da opinião pública, mas não correspondeu ao que seria necessário face à gravidade da situação. Na Grécia, Portugal, Itália e outros países tiveram lugar manifestações de rua contra a guerra. A luta pelo desarmamento nuclear, contra a "guerra das estrelas", pela dissolução da NATO, contra as bases militares estrangeiras, precisa de um salto qualitativo. Em Portugal é necessário dar mais força ao movimento da paz, particularmente ao Conselho Português para a Paz e Cooperação, movimento unitário cujo papel nesta frente tem sido decisivo.

1.2.9. A luta contra o **racismo e a xenofobia**, contra o **nacionalismo reaccionário**, o **fundamentalismo** e a **extrema-direita** tem adquirido importância crescente em ligação com as barreiras levantadas à livre circulação dos trabalhadores, à super-exploração do trabalho dos emigrantes, ao desenvolvimento das redes do trabalho escravo e clandestino, tendo como pano de fundo a degradação da situação social, o descrédito das instituições e gravosas imposições supranacionais (Áustria).

1.2.10. Cresce também a importância das lutas em **defesa do meio ambiente,** seja entre as populações dos países mais desenvolvidos, seja entre as populações da América Latina e Ásia face à destruição dos seus modos de vida por parte das transnacionais. As lutas das **populações indígenas** pela terra, em defesa da sua identidade cultural dos seus direitos e interesses e contra seculares discriminações (Guatemala, México, Brasil) despertam crescente interesse e solidariedade e, como recentemente no Equador, catalisam grandes movimentos de descontentamento e de revolta populares.

1.2.11. Mais recentemente, adquiriram especial relevo lutas e mobilizações dirigidas **contra os mecanismos e efeitos da "globalização" imperialista**, como na Índia contra o FMI (envolvendo milhões de operários e camponeses), nos EUA contra a OMC (contribuindo para o fracasso da reunião ministerial de Seattle). O aproveitamento de reuniões internacionais - do G7, do FMI/BM, da OMC, da NATO, da UE - para acções de mobilização e propaganda contra as políticas e mecanismos da "globalização" imperialista e o domínio do capital financeiro e das transnacionais, adquiriu grande impacto e visibilidade mediática. Embora contrariando absolutizações e aproveitamentos nada inocentes, é necessário sublinhar a sua real importância como um ponto de confluência internacional de lutas, movimentos e forças muito diversificadas.

1.2.12. No período que nos separa do XV Congresso, continuaram a pesar negativamente na situação os efeitos objectivos e subjectivos das derrotas do socialismo na Europa do Leste. Por um lado, com o desaparecimento de importantes realizações e conquistas sociais e de um contraponto decisivo à política de exploração e agressão do imperialismo. Por outro, pelo enfraquecimento do poder de atracção do projecto de uma nova sociedade provocado por deformações, erros, desvios, substituição da acção política por medidas repressivas, orientações e acção que se traduziram num "modelo" que não correspondia nem corresponde aos ideais do comunismo e criou condições propícias à sua própria derrota. Estas questões foram examinadas de forma inovadora e crítica, sujeita a ulteriores desenvolvimentos, no XIII Congresso (Maio de 1990) dedicado fundamentalmente às questões dos países socialistas, bem como no XIV Congresso (Dezembro de 1992).

1.2.13. A ofensiva do imperialismo conduziu a mudanças negativas e recuos em vários países e regiões do mundo. A capitulação social-democrata perante os

interesses do grande capital, uma vez esgotada a sua utilidade, poderá conduzir ao regresso da direita e ao avanço da extrema-direita, nomeadamente na Europa. Ao mesmo tempo, verificaram-se importantes vitórias. O derrube de Mobutu na República Democrática do Congo e de Suharto na Indonésia (com a apreciável contribuição do povo timorense) significa o fim de cruéis ditaduras impostas pelo imperialismo e ao seu serviço. Na Venezuela o original processo de transformações democráticas em curso, mostra que há saídas para a crise gerada pela globalização capitalista.

1.2.14. Por toda a parte prosseguem processos de luta que exigem a nossa activa solidariedade. As lutas dos povos: de **Cuba** (pelo fim do bloqueio), de **Timor-Leste** (pela completa independência), do **Sahara Ocidental** (pelo referendo de autodeterminação), da **Palestina** (pelo seu estado independente e soberano), da **Coreia** (pela desmilitarização da península e reunificação pacífica), de **Chipre** (pela unidade e integridade territorial), de **Angola** (pela desmilitarização da Unita e pela paz), da **Jugoslávia** (pela soberania, integridade territorial e fim das sanções), do **Iraque** (contra o bloqueio e pela liberdade), do **Curdistão** (pelo reconhecimento dos seus direitos nacionais), da **Colômbia** (pela paz e contra o intervencionismo dos EUA), do **Chile** (pelo castigo dos crimes da ditadura de Pinochet), confirmam que não é possível sufocar a luta pela liberdade e o progresso social e deter a marcha da História.

1.2.15. A luta dos povos e países do Terceiro Mundo encerra uma grande complexidade e aspectos muito contraditórios. É evidente que a maioria dos governos destes países representam os interesses de uma camada burocrática separada do povo, está largamente corrompida pelas multinacionais e agências do imperialismo. Apesar disso, perante o brutal agravamento da contradição Norte/Sul e sob a pressão do descontentamento e das lutas populares, verificam-se sintomas de uma certa recuperação de sentimentos e atitudes de defesa da soberania nacional de cariz anti-imperialista: em defesa da soberania nacional, contra as imposições devastadoras da OMC e dos programas de "ajuste estrutural" do FMI, contra o saque das multinacionais, pela anulação e redução da Dívida Externa, etc.. A **Cimeira do Movimento dos Não Alinhados** de Durban, a posição unida e firme dos países da **Organização de Unidade Africana** que contribuiu para o fracasso da Cimeira de Seattle da OMC, a forte denúncia da "globalização" imperialista efectuada pela **Cimeira dos 77** em Havana, a própria **Cimeira UE/África** - mostram que o imperialismo de modo algum tem o caminho livre para a imposição da sua política recolonizadora de rapina.

1.2.16. O quadro geral esboçado mostra a grande amplitude e diversidade que assume a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos, apesar da desfavorável correlação de forças, e da violenta ofensiva imperialista, assim como de atrasos, fraquezas, hesitações e mesmo abdicações no campo progressista, que é necessário combater e ultrapassar.

1.2.17. É particularmente importante **conhecer, divulgar e valorizar esta realidade** e sublinhar o papel absolutamente insubstituível desempenhado na luta pelo movimento operário e sindical e por outros movimentos unitários e estruturas do movimento popular, representativas dos interesses e aspirações das diferentes classes e camadas sociais: dos camponeses, dos pequenos e médios proprietários e comerciantes, dos intelectuais, das mulheres, dos jovens, dos pensionistas e idosos, dos imigrantes. É também necessário ter em conta outras formas de organização e intervenção de natureza muito diversa que reflectem a diversificação da estrutura social e da vida cultural e a incorporação na luta contra a "globalização" imperialista de novos sectores da sociedade, como é o caso das "Euro-marchas", movimentos pela imposição da "taxa Tobin" e outros.

1.2.18. São naturalmente de rejeitar teorias e práticas que, em nome da "modernidade", ignoram a existência e a luta de classes, consideram ultrapassado o sindicalismo de classe e outras formas provadas de organização e de luta popular, combatem genericamente "os partidos", fomentam o culto da espontaneidade, contrapõem a informalidade e a articulação em "rede" possibilitada por inéditas facilidades de comunicação, ao trabalho organizado e militante junto das massas, fomentam a divisão e grupusculização sectária de movimentos unitários, recorrem a confusas construções de não menos confusos conceitos de "sociedade civil" e de "poder" - "devolução de poderes à sociedade civil", "sociedade civil ao poder", rejeição pura e simples da luta pelo poder político - que prejudicam o desenvolvimento das lutas.

1.2.19. É necessário um grande esforço, não para contrapor e dividir como fazem sistematicamente alguns grupos sectários ávidos de protagonismo, mas para **intensificar a acção comum e fazer confluir numa mesma corrente movimentos e lutas muito diversificados** que objectivamente têm uma mesma matriz anti-neoliberal, quando não anti-imperialista e mesmo anticapitalista.

1.2.20. Cabe aos comunistas, no exercício do seu papel de vanguarda revolucionária, dar um contributo decisivo para o processo certamente demorado de integração das diferentes causas e razões de luta, das antigas e novas necessidades e aspirações em torno da contradição central entre o trabalho e o capital.

1.2.21. A importância da valorização das lutas e dos seus resultados, mesmo quando limitados, é tanto maior quanto os "media" ao serviço das classes dominantes as silenciam, desvalorizam e deformam, visando com isso fomentar sentimentos de isolamento, de impotência e conformismo.

1.2.22. Simultaneamente, é necessário combater as tentativas do poder capitalista para enfraquecer, dividir e neutralizar as resistências à sua política e, de modo especial, as manobras visando recuperar e instrumentalizar lutas, movimentos e organizações.

1.2.23. O aliciamento de dirigentes, a criação de dependências, mecanismos de relacionamento e aproximação ao poder que dissolvem reivindicações e objectivos de luta e distanciam das massas levaram, em conjugação com concepções reformistas, ao dramático enfraquecimento do sindicalismo de classe em vários países, nomeadamente na Europa. Generosos sentimentos de solidariedade para com as vítimas da "globalização" que se afirmam em formas de intervenção caritativas e assistencialistas são frequentemente aproveitadas e manipuladas em função dos interesses imperialistas. Organizações genuinamente democráticas tornam-se frequentemente dependentes de subsídios oficiais e numerosas ONG's, devidamente oficializadas, tornam-se almofadas dos dramáticos problemas gerados pelo capitalismo e são domesticadas e mesmo incorporadas no sistema de poder.

1.2.24. Os ideólogos das classes dominantes não têm cessado ao longo da última década de apregoar o fim da classe operária, da luta de classes, da luta libertadora, da revolução, dos revolucionários, dos comunistas. Decretou-se mesmo o "fim da História" e apresentou-se o capitalismo como etapa terminal do desenvolvimento da sociedade humana.

1.2.25. Mas tais mistificações não resistem à prova dos factos. A vida não confirmou a "morte do comunismo" e o "declínio irreversível" dos partidos comunistas. Tal como em Portugal, também em muitos outros países resistem e lutam partidos revolucionários que, com ou sem o nome de comunistas, defendem os explorados, os fracos e os oprimidos, persistem na luta por uma sociedade livre da exploração e das brutais injustiças do capitalismo, pelo socialismo e o comunismo, e desempenham um papel insubstituível na vida social e política dos seus países.

1.2.26. O movimento comunista e revolucionário não superou ainda a profunda crise que o atingiu na última década.

1.2.27. Se nos últimos anos se verificaram exemplos de recuperação e avanço na influência de partidos comunistas e de outras forças revolucionárias e de esquerda anticapitalista, continuaram a manifestar-se traços negativos e processos de degenerescência que em alguns casos se agravaram.

1.2.28. Nesta evolução contraditória pesam factores objectivos como a instabilidade e incerteza da situação internacional, os processos de reestruturação da produção e da estrutura social, a repressão/neutralização do movimento operário e popular, a persistente ofensiva ideológica anticomunista, o poder corruptor das transnacionais. Mas as dificuldades e atrasos que se verificam (por exemplo no que respeita ao indispensável enraizamento do partido na classe operária e nas camadas populares e à relação com o movimento sindical e características deste) têm também causas subjectivas, desde logo as que se prendem com a análise do capitalismo contemporâneo e as grandes tendências da evolução mundial, mas também com a própria concepção de partido comunista, os seus objectivos, a sua política de alianças, as vias de transformação social preconizadas e outras questões ideológicas.

1.2.29. Adquire uma vez mais particular importância o debate de toda a problemática relacionada com o lugar e o papel da classe operária e do trabalho assalariado, a correlação da luta de massas e da intervenção institucional, a noção de "esquerda" e a atitude face à social-democracia, a validade do Estado soberano e a dialéctica do nacional/internacional, a posição frente às questões centrais do poder e da propriedade dos grandes meios de produção.

1.2.30. A grande diversidade de apreciações sobre estas e outras questões é também o resultado da própria complexidade e incerteza da situação internacional, da grande diversidade de estádios de desenvolvimento, situações e experiências.

1.2.31. Na opinião do PCP uma tal realidade não deve nem pode impedir **a acção comum ou convergente dos comunistas**, e de outros revolucionários e forças de esquerda, a **solidariedade recíproca**, a sua **cooperação internacionalista**.

1.2.32. O PCP considera necessária a reflexão colectiva sobre temas de interesse comum e está aberto ao exame franco e fraternal, tanto no plano bilateral como multilateral, de questões em que haja posições diferenciadas e mesmo divergentes. Consideramos que para a nossa própria reflexão e acerto de decisão necessitamos de levar em conta as reflexões de outros partidos comunistas e organizações revolucionárias. Tal é o caso da investigação e exame das características centrais do capitalismo na actualidade e das grandes contradições do mundo contemporâneo, das principais tendências da evolução mundial.

1.2.33. Mas sobretudo consideramos que é necessário dedicar grandes esforços à **iniciativa e acção comum em torno de problemas concretos** que são susceptíveis de mobilizar as grandes massas, como sejam as questões sociais (desemprego, horário de trabalho, precariedade, discriminações das mulheres, racismo e direitos dos imigrantes, etc.), questões ambientais ou as questões da paz e da guerra.

1.2.34. Apesar de algumas reuniões e comícios internacionais e outras acções, consideramos ser necessário reconhecer que **se verifica um atraso muito grande na cooperação internacionalista**, como foi dramaticamente evidenciado, apesar de importantes

mobilizações nacionais, nas debilidades de resposta internacional concertada **à guerra de agressão contra a Jugoslávia.**

1.2.35. O PCP fará tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar a ultrapassar esta situação e em particular para intensificar o intercâmbio e circulação de informação, para fazer convergir esforços visando fortalecer o sindicalismo de classe e as organizações democráticas internacionais de mulheres, de jovens, da paz, da solidariedade.

1.2.36. O PCP é contrário à criação de "partidos europeus" ou outras formas de organização com características supranacionais, que nuns casos aparecem abusivamente impostos pelo poder e noutros como "saída" para obviar a dificuldade de enraizamento nas realidades concretas dos diferentes países e atrasos na cooperação internacionalista.

1.2.37. Continuando a considerar o marco nacional como decisivo espaço de ligação aos trabalhadores e às massas populares na luta pela transformação social, o PCP, partido patriótico e internacionalista, não faltará com a sua contribuição para um novo, vigoroso e urgente impulso à solidariedade e cooperação internacionalista dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

1.2.38. Perante as chagas do capitalismo, cujo desenvolvimento está essencialmente subordinado aos interesses de uma minoria exploradora, é necessário pôr ainda mais em evidência a natureza profundamente humanista do comunismo e do seu projecto emancipador, cuja afirmação e projecção constituem um poderoso factor de resistência e mobilização progressista e revolucionária, particularmente entre a juventude.

1.3. A ALTERNATIVA É O SOCIALISMO

1.3.1. É necessário e é possível **inverter, pela luta, o actual rumo da evolução mundial** ou seja, conter e fazer retroceder o processo de "globalização" imperialista, derrotar as tentativas de instauração de uma "nova ordem" ao serviço do grande capital, alcançar viragens de esquerda e alternativas de progresso social, avançar em direcção ao socialismo.

1.3.2. Por que caminhos é isto possível com tão grande desproporção de forças e em tempos de tão acelerada internacionalização dos processos produtivos e das relações sociais?

1.3.3. Não há respostas fáceis nem "modelos" prontos a usar para romper com as enormes dificuldades e complexidade da situação actual. Temos porém como certo que o caminho da alternativa e da revolução é o caminho da classe operária e das massas e da sua organização e mobilização para a luta, pela satisfação dos seus interesses e aspirações mais sentidas e pelo poder político. É simultaneamente o caminho da solidariedade e da cooperação internacionalista dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

1.3.4. Na valorização que o PCP faz da soberania nacional como componente indispensável da democracia, e do Estado nacional como espaço privilegiado e incontornável da luta de classes, os objectivos e a luta no plano nacional articulam-se dialecticamente com os objectivos e a luta de dimensão internacional cuja crescente importância se reconhece.

1.3.5. A História, e em particular a história do movimento operário, mostra que, apesar das enormes dificuldades e obstáculos, há forças que se acumulam e processos que podem evoluir, por vezes muito rapidamente, num sentido favorável à luta progressista e revolucionária. Mas mostra também os perigos de subestimar a força e a determinação do grande capital em defender os seus privilégios de classe e o seu poder hegemónico. O processo que conduzirá a uma mudança fundamental na correlação de forças mundial será com grande probabilidade um processo complexo e prolongado, incluindo explosões sociais e políticas de grande dimensão, e obrigando a duras lutas para vencer a resistência e enfrentar a violência das classes dominantes. Privilegiar e circunscrever a acção às estruturas do sistema, menosprezando a realidade da luta de classes e a concepção marxista-leninista do Estado e do poder, só pode favorecer o atentismo e conduzir a amargas desilusões.

1.3.6. A fase actual, em termos gerais, pode ainda considerar-se uma fase de resistência, de acumulação de forças, comportando acções e lutas muito diversificadas, cobrindo um leque muito amplo de reivindicações e objectivos.

1.3.7. Ao mesmo tempo, o avanço dos processos de internacionalização, de cooperação e de integração, a própria "globalização" imperialista, tendem a aproximar e a estabelecer um nexo objectivo de interdependência cada vez mais estreito entre as lutas dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

1.3.8. É dever dos comunistas e dos revolucionários actuar no sentido de ampliar a dimensão internacional e internacionalista da sua intervenção e procurar os problemas, reivindicações e objectivos gerais comuns, susceptíveis de fazer confluir numa **ampla frente anti-imperialista** sectores sociais e políticos muito diversificados que lutam pela democracia, a independência nacional, a paz, a preservação do meio ambiente, o progresso social e o socialismo.

1.3.9. Tendo em conta a diversidade da situação política, económica e social, e portanto a diversidade de tarefas que se colocam a cada povo, é necessário, urgente e possível alcançar uma vasta unidade na luta contra o imperialismo e o neo-liberalismo, pela paz e o progresso social, concretizada em torno de objectivos como:

1.3.9.1. A luta contra os monopólios, as transnacionais e o capital financeiro; contra a globalização imperialista e as instâncias políticas e económicas ao seu serviço; contra o sub-desenvolvimento, a exploração, a pobreza e a fome; contra a especulação e a livre circulação de capitais; pela canalização de recursos para o desenvolvimento e os investimentos produtivos; contra as privatizações; por sistemas públicos universais e gratuitos de saúde, ensino e segurança social; pelo cancelamento da dívida externa dos países menos desenvolvidos; contra as imposições políticas e económicas por parte dos países mais poderosos;

1.3.9.2. A luta pela valorização do trabalho e de quem trabalha; contra o desemprego e pelo emprego com direitos e segurança; pelos salários e pensões de reforma; pelos direitos laborais e sociais; em defesa das organizações sindicais e representativas dos trabalhadores; pela redução do horário de trabalho sem perda de salário e de regalias; em defesa das agriculturas nacionais e dos agricultores;

1.3.9.3. A luta por uma real democracia política, social, económica e cultural; a luta pela efectiva igualdade entre homens e mulheres; a solidariedade internacionalista com os povos em luta pela liberdade e autodeterminação, ou vítimas de agressões externas ou bloqueios; a luta contra todas as manifestações de forças fascistas, racistas, xenófobas ou obscurantistas;

1.3.9.4. A luta por um mundo de paz; contra a escalada militarista e intervencionista do imperialismo; pela dissolução da NATO e todos os blocos político-militares; em defesa do sistema de tratados internacionais de controlo de armas e desarmamento; contra a militarização do Espaço e o desenvolvimento de novos sistemas de armas; pela interdição e eliminação das armas nucleares e outras armas de destruição massiva;

1.3.9.5. A luta em defesa do Direito Internacional vigente e da Carta da ONU; em defesa da soberania e independência nacional; por relações internacionais baseadas na cooperação, reciprocidade de vantagens e o respeito pelos interesses nacionais, soberania e integridade territorial de cada Estado; pela defesa da ONU e do seu sistema de organizações, como sedes de cooperação pacífica entre os povos;

1.3.9.6. A luta por um desenvolvimento ecologicamente sustentável; pela preservação dos recursos naturais e dos equilíbrios ecológicos; contra a poluição ambiental e a desertificação; por um desenvolvimento ordenado dos grandes centros urbanos.

1.3.10. Estes alguns dos problemas, reivindicações e objectivos em torno dos quais é necessária e possível a unidade na acção das forças revolucionárias, de esquerda e progressistas e a convergência de processos e lutas muito diversas. Naturalmente que é mais fácil estabelecer um catálogo de questões que encontrar em cada momento e no calor da própria acção os elos concretos unificadores capazes de imprimir um forte impulso à luta anti-imperialista e abrir reais perspectivas de avanço libertador. Isso exige uma muito mais ampla e rápida circulação de informação, uma grande abertura e disponibilidade unitária, uma maior prontidão na coordenação de esforços.

1.3.11. É também preciso ter em conta que a necessidade e possibilidade de estabelecer alianças muito amplas para combater os aspectos mais desumanos da política do grande capital e do imperialismo, só faz sentido se inserida numa perspectiva mais ampla de combate às respectivas causas e de políticas alternativas visando a sua superação.

1.3.12. São obviamente desejáveis convergências e alianças, mesmo limitadas e temporais, envolvendo amplas forças do movimento nacional libertador, importantes movimentos sociais e democráticos, e mesmo sectores da social-democracia e dos "Verdes"/ movimento ecologista. Isso é possível em matéria de direitos e liberdades fundamentais, na denúncia das injustiças e desigualdades mais flagrantes, na revalorização de funções sociais do Estado, quanto a medidas de regulação capitalista global com consideração dos mais perniciosos efeitos da financeirização da economia e dos mais urgentes problemas do Terceiro Mundo. Mas seria castrador de uma dinâmica anticapitalista e revolucionária prescindir, em nome de equívocas noções de "anti-neoliberalismo" e de "esquerda", de objectivos que ponham em causa o poder dos monopólios e do capital financeiro, combatam o militarismo e a guerra, rejeitem o pretenso "direito de ingerência" e outras. Em relação aos principais instrumentos internacionais da "globalização" imperialista — FMI, BM, OMC, UE, etc. — trata-se, não tanto de "democratizar" ou "reorientar" mas fundamentalmente de reestruturar, colocando no horizonte a reorganização do sistema de relações internacionais, a construção de uma nova ordem económica mundial equitativa e justa, como uma "nova ordem mundial da informação", um "sistema colectivo de segurança", etc..

1.3.13. Na luta por objectivos concretos e reformas concretizáveis nos marcos do sistema, é necessário, sob pena de resvalar para um imediatismo reformista inconsequente, não perder de vista a exigência de profundas transformações económico-sociais de natureza antimonopolista, anticapitalista e a perspectiva da necessária superação revolucionária do capitalismo, inscrita nas próprias contradições do sistema.

1.3.14. Por muito que se pretenda escamoteá-lo e negá-lo, o socialismo, numa concepção necessariamente renovada pelas lições da experiência, confirma-se cada dia que passa como a alternativa necessária.

1.3.15. Dez anos após a "queda do muro", das derrotas do socialismo na URSS e Leste da Europa, da proclamação arrogante do triunfo definitivo do capitalismo,

é uma evidência que o mundo não se tornou mais seguro, mais democrático, mais justo, mais humano. É precisamente o contrário que se verifica. O capitalismo não só é incapaz de resolver os problemas dos trabalhadores e dos povos como está a impor terríveis regressões sociais e mesmo civilizacionais e a arrastar a Humanidade para grandes perigos.

1.3.16. E se é certo que o capitalismo continua a revelar uma assinalável capacidade de adaptação e recuperação, não é menos certo que se revela incapaz de anular as suas contradições intrínsecas, a começar pela contradição básica entre, por um lado o enorme desenvolvimento das forças produtivas e a acentuação do carácter social da produção, e, por outro relações de produção assentes na sacrossanta propriedade privada. A oposição entre os extraordinários avanços do conhecimento e o brutal agravamento de problemas sociais e humanos, cuja solução está hoje ao alcance do homem, é uma expressão relevante daquela contradição básica que urge superar com a revolução social e a instauração do socialismo.

1.3.17. As derrotas do socialismo e os perigos que pairam sobre a Humanidade, não apagam a realidade de que o século XX, atravessado é certo por dramas cruéis e violentas tempestades, foi na sua essência um século de grandes avanços libertadores que são inseparáveis do pensamento criador e da acção revolucionária dos comunistas.

1.3.18. Tirando ensinamentos das experiências positivas e negativas do movimento operário e comunista, estreitamente identificados com os interesses e aspirações dos trabalhadores e das massas populares, combatendo a ideologia burguesa e afirmando a independência política, ideológica e orgânica dos seus partidos, persistindo na luta e no fortalecimento dos laços de solidariedade internacionalista - os comunistas abrirão o caminho para que, no século XXI, o socialismo triunfe sobre o capitalismo.

2
A SITUAÇÃO NACIONAL

2.0. INTRODUÇÃO

2.0.1. Durante estes últimos cinco anos ficou claro que, nas questões fundamentais, o PS prosseguiu deliberadamente no Governo uma política de direita, ao serviço do grande capital, enfeudada ao imperialismo, com a vinculação aos principais eixos da política anteriormente desenvolvida pelos governos do PSD (privatizações, submissão aos interesses do grande capital, ataques a direitos dos trabalhadores, subordinação do País às políticas da União Europeia (e à estratégia agressiva da NATO), embora mascarada com um estilo diferente e uma retórica social.

2.0.2. Hoje, consumido o capital da expectativa, a ilusão das promessas e uma conjuntura favorável, há em largos sectores da sociedade portuguesa um sentimento de frustração, de desencanto e que se tem expressado em várias formas de protesto e importantes lutas e manifestações, em que participaram muitos socialistas e simpatizantes do PS.

2.0.3. A situação económica agravou-se com o prosseguimento da destruição de importantes sectores do aparelho produtivo. Vai-se hipotecando a independência nacional. Alastra a crise em várias áreas da sociedade.

2.0.4. É cada vez mais claro que nas questões fundamentais houve apenas alternância no poder, e que à mudança de protagonistas não correspondeu uma real alternativa nas principais políticas.

2.0.5. O Governo PS não só deixou cair muitas das promessas feitas, como levou à prática uma política de concentração do capital e da riqueza assente em opções fundamentais de natureza neoliberal, pontuada aqui e ali por algumas preocupações sociais, para esconder a natureza de classe dessa política e esbater as suas mais gravosas consequências.

2.0.6. Mesmo a prometida nova forma de fazer política, ressalvando uma postura formal de maior «diálogo» e de menor arrogância, tem vindo a caracterizar-se por procedimentos e concepções cada vez mais semelhantes às dos governos de Cavaco Silva: ocupação do aparelho de Estado por membros do PS (*jobs for the boys*); promiscuidade entre o poder económico e político; apresentação do Governo como o único referencial de estabilidade.

2.0.7. Decorridos cinco anos de governação PS, não apenas se mantêm como em muitos casos se têm agravado problemas básicos do povo e do País que comprovam o renovado fracasso da política de direita e de subserviência em relação à União Europeia.

2.1. EVOLUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

2.1.1. Nos últimos quatro anos a União Europeia conheceu significativas mudanças estruturais.

2.1.2. Defendida pelos partidos que têm estado no Governo desde 1986, e apresentada por alguns como uma vantagem decisiva da sociedade portuguesa no quadro da «globalização» capitalista, a União Europeia é também consequência, parte e expressão dessa «globalização». A União Europeia é mesmo o instrumento construído pelo capitalismo europeu, para assegurar nesse quadro o seu domínio económico, social e político no velho Continente e afirmar a sua potência e vitalidade no «confronto» planetário com os EUA e o Japão. A «construção europeia» tem assim uma intrínseca natureza de classe, ao serviço do grande capital e das grandes potências europeias. A sua evolução recente mesmo que marcada por antagonismos e contradições diversas, está decisivamente determinada por essa natureza e pelos processos de desenvolvimento e expansão do capitalismo no mundo após as derrotas dos países socialistas no Leste da Europa.

2.1.3. Nos últimos quatro anos, após o XV Congresso do PCP, a União Europeia continuou enquadrada pelas vertentes institucionais, económicas e políticas do Tratado de Maastricht aprovado em 1992 e ao qual unicamente o PCP se opôs no quadro dos principais partidos políticos portugueses.

2.1.4. Um dos seus traços mais salientes foi a finalização da UEM (União Económica e Monetária), cuja última fase começou em Janeiro de 1999 com a fixação irreversível das paridades das moedas dos países aderentes à moeda única, e terminará em Janeiro de 2002 com a substituição na circulação dessas moedas pelo Euro. Assinale-se que permaneceram fora da zona Euro — o Reino Unido, a Suécia e a Dinamarca.

2.1.5. Em Junho de 1997 na Cimeira de Amesterdão, foi feita uma revisão do Tratado de Maastricht e foi aprovado o chamado Pacto de Estabilidade que «institucionalizou » os critérios de convergência nominal, impondo condições extremamente restritivas para os défices orçamentais e níveis das dívidas públicas, sob pena do pagamento de pesadas multas pelos países que não cumprem. Nesse mesmo ano foi criado o Banco

Central Europeu, instituição dita independente e subtraída a qualquer controlo administrativo-político dos países membros e dos órgãos da União Europeia, mas que na prática segue e defende os interesses capitalistas dominantes.

2.1.6. Na mesma Cimeira foram introduzidos nos Tratados um título sobre o «emprego» e sobre «disposições sociais», com propósitos claramente demagógicos, e é «comunitarizado» o chamado 3º Pilar (segurança, justiça e administração interna) com integração do chamado acervo de Schengen no âmbito da União Europeia.

2.1.7. Progrediu significativamente a federalização da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), atribuindo-se a representação da União Europeia neste domínio à Presidência, tendo sido criada a figura de Secretário Geral do Conselho, que exerce também as funções de Alto-Representante para a PESC (Sr. PESC), tendo as acções e posições comuns da União Europeia passado a ser decididas por maioria qualificada.

2.1.8. A Cimeira de Amesterdão inicia também o processo formal de alargamento a dez países do centro e Leste Europeu, a Chipre, a Malta, e ganha um maior impulso a possível adesão da Turquia. Negociações que se vêm processando até hoje, num complexo quadro bilateral e multilateral, e em que abundam os sinais de intromissão na soberania desses povos — exigências de fidelização ou filiação na NATO, imposição no plano económico de autênticas políticas de «ajustamento estrutural» à maneira do FMI; em que se evidencia a vontade de expansão do capital europeu a novos espaços económicos e propósitos de hegemonia económica e política das grandes potências e, em primeiro lugar, da Alemanha; em que se subestimam os problemas decorrentes do alargamento para os países candidatos e os países menos desenvolvidos da União Europeia, como é o caso de Portugal.

2.1.9. O alargamento da União Europeia, a que foi dado acordo de princípio pelo PCP, não pode ocorrer à margem da vontade dos povos e dos países candidatos e ser indiferente aos impactos que dele decorrerão seja para esses países, seja para os actuais Estados membros. Uma primeira e decisiva questão a ser resolvida é a que respeita à avaliação dos seus custos financeiros e das suas incidências económicas e sociais em termos globais e em cada país. Em caso algum poderão ser os países de menor desenvolvimento a pagar os custos do alargamento, para mais na certeza das vantagens económicas que outros — os mais poderosos — dele retirarão.

2.1.10. É particularmente grave e significativa no quadro evolutivo da União Europeia, a assunção por esta de um papel central na negociação económica, e em particular comercial, no plano mundial, substituindo-se total ou parcialmente aos Estados que a integram.

2.1.11. É assim num conjunto de importantes negociações bilaterais, com diversos países (EUA, África do Sul, etc.), com grupos de países (países ribeirinhos do Mediterrâneo, etc.) ou agrupamentos decorrentes de processos de integração regional (MERCOSUL, NAFTA).

2.1.12. E é fundamentalmente relevante no quadro das negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio). Pela primeira vez a União Europeia foi a voz única da estratégia única dos 15 países que a compõem na ronda falhada de Seattle, (mesmo se a generalidade desses países se fez representar por delegações), e continua a sê-lo nas negociações que decorrem em Genebra.

2.1.13. No contexto de todos estes processos, assume ainda particular relevo a propaganda, as pressões e os pequenos passos no desenvolvimento do federalismo político. Nesse sentido, é proposto um importante conjunto de alterações institucionais (elaboração de uma «constituição Europeia», alteração das fórmulas de rotatividade das presidências e de apuramento das decisões comunitárias através dos votos dos países membros, redução do número de comissários e línguas de trabalho). No essencial, trata-se de acabar com a igualdade institucional na presença e papel nos órgãos comunitários de todos os países da União Europeia, em prejuízo dos mais pequenos, pela «oficialização» de um comando político com peso exclusivo ou dominante das grandes potências da União Europeia. Do sempre presente eixo franco-alemão às «cooperações reforçadas» na versão de Amsterdão (uma maioria de países) ou na versão mais recente da Cimeira de Vila da Feira, da Presidência Portuguesa (mesmo uma minoria de países), busca-se o «centro de gravidade» (Fischer) ou o «núcleo duro» que impulsione novos e mais profundos passos na integração federal, política, económica e militar. Formaliza-se assim também uma União Europeia a várias velocidades, o que de certa forma foi antecipado e iniciado pela UEM e pelo convénio de Schengen.

2.1.14. Assume ainda forte implicação e consequências a acelerada militarização da União Europeia, com o ataque ao estatuto de neutralidade de Estados membros, o desenvolvimento de uma Política Europeia Comum de Defesa e Segurança, os passos para a criação de um exército europeu, todo um processo visando dotar a União Europeia com capacidade militar, articulada com a NATO e orientada para a intervenção, onde quer que a considere necessário.

2.1.15. Todos estes processos vão de par com a reafirmação de uma política económica neoliberal e com os ataques, mais ou menos disfarçados ao chamado modelo social europeu. A Cimeira, dita do Emprego, realizada em Março, em Lisboa é paradigmática quando decide «acelerar a liberalização em sectores como o gás, a electricidade, os serviços postais, os transportes» e a aviação comercial ».

2.1.16. Em simultâneo, com o empolamento propa-

gandístico da chamada «nova economia», as missões educativas são reduzidas ao objectivo da formação de mão-de-obra e insiste-se na tese da «modernização» da Segurança Social, um eufemismo que pretende encobrir a entrega total ou parcial dos descontos sociais dos assalariados aos fundos de pensões. Poucos dias depois da Cimeira do Emprego, a Comissão aconselhava Lisboa «a flexibilizar» o mercado de trabalho e a facilitar os despedimentos.

2.1.17. A evolução da União Europeia pode assim caracterizar-se pela continuação no essencial das linhas neoliberais em matéria económica e social (liberalização, desregulamentação, privatização e ataques à legislação laboral e ao sistema público de segurança social), pelas propostas de desenvolvimento de um projecto federalista em matéria política, pela militarização e alinhamento imperialista (mesmo que com contradições) com os EUA no papel de polícias do mundo nos projectos e políticas de exploração e opressão neocolonial da maioria dos povos e países do planeta. O actual processo de «construção europeia», apesar da resistência dos povos e das dificuldades e contradições que o acompanham, continua a reforçar os seus mecanismos supranacionais e a avançar na configuração de um bloco económico-político-militar imperialista, subordinado aos interesses do grande capital e das grandes potências.

2.1.18. A **soberania nacional** continua como uma questão estratégica central para o País. Os governos PS/António Guterres mantiveram todas as grandes orientações e práticas dos anteriores governos do PSD em matéria comunitária. Vassalagem perante os órgãos comunitários e os países mais poderosos; conformação objectiva com as imposições e medidas comunitárias mais negativas para o País; um discurso defensivo e justificador, quando não terrorista quanto ao posicionamento do País face a mudanças qualitativas na integração comunitária, procurando colocar os portugueses perante o dilema da aceitação passiva das decisões comunitárias ou a catástrofe; tudo em paralelo com uma atitude política desresponsabilizadora no plano interno, como se o Governo não fosse parte na tomada de decisões da União Europeia ou, mesmo no quadro constrangedor dos Tratados, nunca tivesse margem de manobra na tradução e moldagem dessas medidas ao nível do País (subsidiaridade).

2.1.19. Esta política do PS foi seguida e aprovada pelo PSD e também pelo CDS/PP, mesmo com as nuances de quem está na oposição e se procura afastar das consequências mais negativas para os portugueses das políticas comunitárias. Apesar de permanente afirmação desses partidos da diferença face às políticas comunitárias do Governo PS, o que é um facto é que continuaram a aprovar as decisões e alterações estruturais da União Europeia e as suas políticas. Relevem-se entre outras a sua convergência com o PS na Assembleia da República na votação da adesão a UEM, moeda única (PS e PSD apresentaram e votaram mesmo um projecto de Resolução Comum), o seu apoio às políticas restritivas e monetaristas do Banco Central Europeu, a sua sustentação das decisões da Cimeira de Amsterdão e do Pacto de Estabilidade, o seu não distanciamento do Acordo de Berlim, que traçou as perspectivas financeiras do alargamento e aprovou uma segunda Reforma da PAC (prosseguindo as linhas de força e conteúdo da primeira executada pelo Governo PSD). Mesmo se marcam distância face aos entusiasmos federalistas do PS, não podem esconder a sua participação e colaboração no aprofundamento do processo federal económico e político comunitário e nos golpes infligidos por esse processo à soberania do Estado português.

2.1.20. A preservação da soberania nacional, que o PCP assume como um valor fundamental, é uma questão política estratégica do país nesta transição do século XX para o século XXI, enquanto condição essencial para a sua manutenção como país independente, com uma identidade nacional própria, decorrentes de 8 séculos de processo histórico autónomo; enquanto condição necessária para impedir a sua transformação numa qualquer região de um qualquer «Estado federal» europeu; enquanto condição para o desenvolvimento do país e a prossecução dos interesses e aspirações do povo português; enquanto condição essencial para a afirmação de uma vontade de livre participação num projecto de cooperação entre países iguais e soberanos na Europa, de procura de um objectivo internacionalista e solidário de paz e desenvolvimento com todos os povos do mundo; enquanto condição para a salvaguarda da própria democracia política e para a defesa e aprofundamento do projecto de democracia avançada preconizada pelo PCP.

2.1.21. Perante os processos em curso na União Europeia — moeda única, alargamento, reforma institucional, militarização —, a soberania nacional torna-se não só imprescindível como ponto de partida inegociável na abordagem desses processos, sendo, além disso, uma base essencial para a conservação dos centros de decisão estratégica no País e um eixo decisivo para a afirmação dos interesses de Portugal e dos portugueses num mundo em profunda mudança e de acrescidas interdependências. O PCP considera que a defesa e afirmação da soberania nacional exige a consagração institucional da possibilidade da reversibilidade dos acordos e tratados que regem a integração comunitária. Considera igualmente que o estatuto de cada país deve ser ajustado à vontade do seu povo e à sua real situação, admitindo cláusulas de excepção para os Estados que de tal tenham necessidade.

2.1.22. No quadro de uma política externa de diversificação das relações internacionais e de

cooperação, paz e amizade com todos os povos, a salvaguarda da soberania nacional e a promoção dos interesses de Portugal e dos portugueses constituem, para o PCP, um dos critérios fundamentais para avaliar a participação do País na União Europeia. É partindo e assumindo em toda a sua plenitude a defesa da soberania e independência nacionais, que o PCP combate o actual rumo do processo de integração e pugna por um novo rumo para a União Europeia.

2.1.23. Um novo rumo configurado no objectivo de uma Europa de cooperação democrática e transparente, com total respeito pela soberania, pelos interesses, valores e especificidades de cada Estado. O que impõe um rumo na construção europeia assente na cooperação de Estados soberanos e iguais em direitos, o combate a imposições supranacionais, a rejeição do federalismo.

2.1.24. Uma Europa social, solidária e de coesão com maior emprego e mais direitos dos trabalhadores e cidadãos, com real promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres, e combate efectivo à pobreza e à exclusão social. O que pressupõe mudanças profundas na política económica e monetária e a sua colocação ao serviço dos respectivos povos.

2.1.25. Uma Europa aberta ao mundo e de paz, uma Europa solidária e exemplar nas relações com países terceiros de menor desenvolvimento, recusando a perspectiva de uma Europa fortaleza, bloco político-militar, alinhado com o imperialismo dos EUA.

2.1.26. Um novo rumo para a União Europeia que assegure o progresso de Portugal, com mais eficiência e equidade na aplicação dos fundos comunitários ao serviço de um verdadeiro desenvolvimento sustentado do País, com uma participação dos portugueses renovada e democrática na escolha dos caminhos da cooperação comunitária e em particular nas opções políticas decisivas para o seu futuro colectivo. Um novo rumo que assegure a convergência real das economias europeias na concretização dos objectivos explicitados nos tratados comunitários de coesão económica e social. O que exige o fim do Pacto de Estabilidade, uma revisão das perspectivas financeiras da União Europeia e uma profunda alteração das políticas comunitárias, designadamente nas áreas monetárias, das pescas, da agricultura, da concorrência, com especial atenção ao combate às assimetrias regionais e desigualdades sociais.

2.1.27. A **exigência de um novo rumo** ganhou nova dimensão nos últimos quatro anos, com as importantes movimentações e manifestações sociais nos espaços nacionais e no âmbito da União Europeia e da Europa. Com uma participação diversificada, as forças do trabalho, outros sectores sociais e grupos com interesses específicos — agricultores, mulheres, ambientalistas — intervieram contra o desemprego, a exclusão e o trabalho infantil, pela redução do horário de trabalho sem perda de salário e direitos, contra a discriminação das mulheres, contra o racismo e a xenofobia, contra as agressões ambientais, contra a guerra e os blocos político-militares, por uma Europa dos trabalhadores e dos povos, de cooperação e de paz.

2.1.28. Esta significativa movimentação social pôs em evidência as grandes potencialidades de luta contra as políticas neoliberais dominantes, mas também atrasos no movimento sindical e ao nível das forças de esquerda, vinculadas com os interesses dos trabalhadores, colocando a necessidade de reforçar a sua cooperação na luta contra a ofensiva concertada do grande capital e por um novo rumo para a União Europeia e para a Europa.

2.1.29. Neste domínio, verificaram-se múltiplas iniciativas em que merecem destaque, nomeadamente, os encontros ao mais alto nível de partidos comunistas e outras forças de esquerda (Madrid, Berlim, Paris), participação concertada em manifestações internacionais organizadas por ocasião da Cimeira da União Europeia de Amesterdão, e outras, o grande Comício de Lisboa, de Maio de 1997 por «Emprego com Direitos», o Apelo Comum nas últimas eleições para o Parlamento Europeu «Por um Novo Rumo de Construção Europeia». De particular importância se reveste a confirmação, reforço e alargamento do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu, e a sua actividade pela defesa e promoção de grandes valores e objectivos de esquerda.

2.1.30. É muito importante prosseguir este caminho do desenvolvimento solidário e internacionalista de cooperação. Com respeito pelas diferenças de situação, reflexão e proposta. Valorizando tudo o que possa aproximar e unir. Colocando no primeiro plano a acção comum ou convergente em torno das questões mais sentidas pelos sectores e camadas nacionais afectados pela integração comunitária. Com paciência, persistência, e convicção de que a necessária expressão europeia e internacional das lutas adquirirá uma dimensão e um significado tanto mais representativo quanto mais enraizado e organizado for o movimento a nível de cada país, espaço e dimensão decisivos de luta dos trabalhadores e dos povos.

2.1.31. Um novo rumo para a União Europeia não resultará da decisão das forças que actualmente dirigem a integração neoliberal e federalista, nem do mero funcionamento de instituições, afastadas dos cidadãos e inteiramente determinadas pelas oligarquias do capital. Será assim fruto da conjugação da luta de massas e da acção institucional, articuladas com as contradições e obstáculos no rumo actual da integração. Seria politicamente incoerente que os que hoje lutam nos seus países por projectos sociais e políticos opostos aos oferecidos pela prática e ideologia capitalista neoliberal, não procurassem, esforçada e insistentemente, linhas de convergência e consenso, que na base de objectivos de transformação social anti-capitalista e democrática,

não procurassem construir um novo rumo para a integração comunitária.

2.1.32. Perante o número e a amplitude das forças políticas e sociais que sustentam a actual União Europeia, pelo dinamismo que pelo menos aparentemente a integração comunitária exibe, parecerá difícil ou demasiado longínquo o objectivo de outro rumo para a União Europeia. Em contrapartida, as contradições sociais, económicas e políticas, as nefastas consequências sociais e ambientais (exclusão social e pobreza, desemprego e precariedade) decorrentes da actual construção europeia e a força e dimensão das manifestações realizadas contra essa construção credibilizam a possibilidade e necessidade de um outro rumo, de cooperação, paz e progresso.

2.1.33. Os combates de massas e de classe dos trabalhadores dos países da Europa, nas lutas dos excluídos sociais e discriminados pelo capitalismo europeu, as lutas contra o racismo e a xenofobia, pela paz no mundo, a luta pela defesa do ambiente, dá-lhe consistência e visibilidade política, abre espaço para o activismo cívico, democrático e de classe, rasga caminhos para outra Europa.

2.2. EVOLUÇÃO ECONÓMICA

2.2.1. A partir do momento em que Portugal aderiu à União Económica e Monetária (Tratado de Maastricht) tornaram-se evidentes **os riscos e problemas** que o País teria de enfrentar na União Europeia e no quadro da «globalização».

2.2.2. Mas esses riscos e problemas foram agravados, nos últimos quatro anos, por força de orientações políticas assumidas pelo Governo do PS. Designadamente:

2.2.2.1. A política governamental de apoio aos grandes grupos económicos e de subordinação de decisões políticas aos interesses do grande capital;

2.2.2.2. A demissão e o conformismo políticos manifestados com a aceitação de uma integração europeia desigual e de políticas e orientações comunitárias que penalizam claramente o País (revisão do Tratado de Maastricht, avanço para a moeda única, Pacto de Estabilidade, negociação dos fundos estruturais, nova reforma da PAC, política de pescas, etc.);

2.2.2.3. A abdicação de definir e desenvolver uma política macroeconómica nacional, apesar dos constrangimentos impostos pela UEM e pelo "pacto de estabilidade", abandonando voluntariamente a economia portuguesa aos ditames exclusivos do Banco Central Europeu e dos "mercados";

2.2.2.4. O prosseguimento e aprofundamento da política privatizadora de empresas e de serviços públicos (alienando importantes instrumentos de defesa dos interesses do povo português nas esferas económica e social) e com a liberalização, desregulação e desregulamentação de mercados;

2.2.2.5. A orientação por uma profunda desigualdade na distribuição do Rendimento Nacional, em prejuízo dos rendimentos do trabalho e ao serviço de uma estratégia de competitividade empresarial assente, sobretudo, na política de baixos salários;

2.2.2.6. A distribuição dos fundos comunitários em claro benefício do investimento estrangeiro e das grandes empresas nacionais.

2.2.3. Para além dos enormes custos sociais, os resultados dessas políticas e opções pesam sobre o presente e o futuro da economia nacional.

2.2.4. Apesar de alguns progressos registados nas infra-estruturas físicas de apoio à actividade económica e do aparecimento de algumas unidades produtivas de bom nível tecnológico, o que é marcante é a persistência de **uma economia periférica e dependente**.

2.2.5. Os processos de subcontratação generalizaram-se e muitos centros de decisão foram transferidos para o exterior, nomeadamente para Espanha.

2.2.6. Mantiveram-se, e em alguns casos agravaram-se, conhecidos défices estruturais do País, designadamente o alimentar, o energético, o tecnológico, e igualmente em matéria de qualificação dos recursos humanos.

2.2.7. Permanece em todos os sectores de actividade o domínio de uma estrutura produtiva débil, em que a especialização sectorial assenta em mão-de-obra barata e crescentemente precarizada, e, na maioria deles, a progressão dos índices de produtividade tem sido insuficiente para nos aproximar dos índices médios comunitários.

2.2.8. À debilidade da estrutura produtiva somou-se a crescente concentração e predomínio do capital financeiro, com os seus instrumentos e estruturas transformados num gigantesco aspirador da riqueza criada nos sectores produtivos. Acresce, ainda, que parte importante da estrutura produtiva de bens de consumo está cada vez mais dependente da grande distribuição fortemente penetrada pelo capital estrangeiro. Por parte das grandes superfícies são contínuos os abusos de posição dominante, com o esmagamento do comércio tradicional.

2.2.9. Nos últimos quatro anos, o ritmo de crescimento da economia portuguesa situou-se acima do aumento médio do PIB da UE. Porém, o que se apresenta como dominante nessa constatação são aspectos profundamente preocupantes da evolução económica nacional.

2.2.10. Por um lado, a tendência de abrandamento do ritmo de crescimento e a forte redução do diferencial de crescimento relativamente à média da UE, o que mostra que, com o prosseguimento das mesmas políticas, a convergência real de Portugal com a média europeia se apresenta cada vez mais como uma miragem.

2.2.11. Portugal continua a apresentar-se como o Estado-membro, depois da Grécia, que regista o PIB *per capita* mais baixo da UE.

2.2.12. E se o nível do rendimento nacional se continuou a aproximar, ainda que pouco e em ritmo desacelerado, do nível médio europeu, é um facto indesmentível que o crescimento real do salário médio se quedou aquém do verificado no Rendimento Nacional per capita, reflectindo uma evolução mais significativa dos outros rendimentos, nomeadamente dos lucros e de ganhos financeiros, isto é, expressando um agravamento da exploração dos trabalhadores.

2.2.13. Por outro lado, nesse período o padrão de crescimento da economia caracterizou-se por uma forte dinâmica da procura interna, em especial do consumo privado, e um saldo claramente negativo das relações comerciais com o exterior, particularmente da balança comercial.

2.2.14. O forte impacto do consumo privado na evolução do crescimento económico não decorreu essencialmente do aumento dos rendimentos das famílias, nomeadamente dos salários, como seria desejável e necessário. O crescimento do consumo privado assentou principalmente no recurso explosivo ao crédito por parte das famílias portuguesas, atraídas para o endividamento por taxas de juro historicamente baixas e pelo discurso governamental de um futuro fácil.

2.2.15. E, agora, com a subida das taxas de juro, inevitavelmente se assiste a um abrandamento do consumo privado e do investimento em habitação. Mas acompanhado de forte e penalizador aumento do peso dos encargos financeiros que as famílias têm que suportar.

2.2.16. Devido às insuficiências e debilidades do tecido produtivo, por força da inexistência de uma política económica que combata as suas causas, este aumento da procura interna não teve resposta na produção nacional, antes pressionou a importação acrescida de bens e serviços.

2.2.17. Esta situação, entre outras coisas, veio de novo pôr a nu os perigos para Portugal de ter uma economia extremamente aberta ao exterior (muitíssimo mais que a média registada na UE) apresentando, simultaneamente, uma posição competitiva desfavorável: uma tendência para o reforço, com carácter estrutural, do grau de penetração das aquisições ao exterior na economia portuguesa.

2.2.18. Paralelamente, assistiu-se à desaceleração do crescimento das exportações portuguesas, apesar do crescimento dos nossos parceiros comerciais, o que evidencia uma persistente perda de quota de mercado das exportações portuguesas.

2.2.19. Tal facto espelha uma perda de competitividade com caracter estrutural — que decorre do facto da orientação política dos governos e da generalidade das empresas portuguesas teimar em querer assentar a competitividade das produções nos baixos custos salariais — que tenderá a agravar-se com a adesão à UE das economias dos países da Europa Central e do Leste Europeu.

2.2.20. Face a esta conjugação de situações, o défice da balança comercial agravou-se a ritmos insustentáveis para o País, aumentando aceleradamente o contributo negativo das relações económicas externas para o acréscimo do PIB.

2.2.21. Como consequência, a evolução da economia portuguesa reflectiu-se num crescente recurso ao crédito externo para o seu financiamento.

2.2.22. A questão fundamental é que esse financiamento externo tem de ser pago por Portugal com o que produz, independentemente de estar ou não na moeda única.

2.2.23. Os elevadíssimos défice externo e nível de endividamento das famílias são actualmente dois dos principais desequilíbrios da economia portuguesa.

2.2.24. Para além de decorrerem da política económica de direita prosseguida pelo PS, estes desequilíbrios constituem fortes obstáculos ao relançamento sustentado da economia portuguesa e não podem ser tratados como meros aspectos conjunturais. Exigem uma outra política na qual sejam tidas em consideração as causas estruturais que os suportam e alimentam.

2.2.25. Por um lado, é legítimo (e necessário) que os trabalhadores e as demais camadas sociais de menores rendimentos, aspirem e obtenham níveis mais elevados de consumo (o nível de consumo privado em Portugal continua a ser o mais baixo da UE).

2.2.26. Por outro lado, e em consequência, se o consumo privado contribuiu para a ampliação do desequilíbrio externo, as razões estruturais desse facto têm de ser encontradas no lado da produção.

2.2.27. Quer na incapacidade da estrutura produtiva nacional para responder ao aumento da procura interna e para, sustentadamente, garantir e aumentar as quotas de mercado no exterior, quer no facto de o Governo do PS conduzir uma política de ajudas às empresas que privilegia o grande patronato e os grupos financeiros e que, tal como os actuais benefícios fiscais às empresas, incidem sobretudo nas actividades de carácter não produtivo e especulativo .

2.2.28. A superação da situação crítica em que a economia portuguesa está mergulhada e o desenvolvimento sustentado, que assegure efectivas melhorias sociais para os portugueses, exigem uma viragem política à esquerda, com novas políticas e orientações económicas. Nomeadamente:

2.2.28.1. Dar prioridade à implementação de políticas macroeconómicas que contribuam para aumentar a capacidade produtiva e elevar os níveis de produtividade e competitividade da economia nacional.

2.2.28.2. Defender intransigentemente, no âmbito da União Europeia, que a moeda única deve obrigatoriamente ter como principais preocupações o crescimento e o desenvolvimento económico e social, a reforma profunda da PAC e da Política Comum de Pescas, tendo em conta a diversidade e especificidade nacionais dessas estruturas e produções, e a criação de mecanismos específicos de apoio às economias e sectores mais vulneráveis ao impacto económico do alargamento da UE.

2.2.28.3. Diversificar as nossas relações económicas externas, designadamente com o reforço das relações com os países da América Latina, e em particular com os países do Mercosul, com os PALOP e com a África Austral, com o Magreb e com os países do leste europeu.

2.2.28.4. Promover o aumento da competitividade da economia portuguesa através de transformações estruturais no tecido produtivo e da assunção do sistema educativo e da formação profissional de base como determinante para a aquisição de competências necessárias ao exercício profissional, bem como do aumento da componente tecnológica no sistema educativo.

2.2.28.5. Privilegiar as políticas e a distribuição de fundos estruturais que beneficiem as actividades produtivas e a valorização do perfil de especialização e a modernização da estrutura produtiva (na indústria, na agricultura, nas pescas, no turismo e na produção de serviços), apoiem os projectos de aproveitamento e desenvolvimento do potencial económico nacional e regional, e promovam a criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas e explorações agrícolas.

2.2.28.6. Pôr fim ao processo de privatização de sectores básicos e estratégicos, bem como de serviços públicos e funções do Estado, assumindo este uma posição reforçada para garantir o papel e a responsabilidade que lhe competem na defesa, dinamização e controlo dum sector público forte, dinâmico e modernizado nos sectores básicos e estratégicos, e reforço da regulação dos mercados mais sensíveis.

2.2.28.7. Desenvolver a luta por uma reestruturação fundiária nos campos do Sul conforme a Constituição da República, começando por constituir no perímetro de rega do Alqueva um banco de terras, com áreas expropriadas e compradas pelo Estado, para atribuir a pequenos agricultores e assalariados rurais, componente de uma reforma agrária que tenha em conta a realidade económica e social de hoje, que contribua para o aumento da produção e da produtividade agrícolas, por um Alentejo desenvolvido, habitado e ecologicamente preservado e valorizado.

2.2.28.8. Promover uma distribuição mais justa da riqueza criada e assumir a valorização do trabalho e o aumento do nível de vida e de remuneração dos trabalhadores e de outras camadas da população, não só como exigência de natureza social mas, também, como factor dinamizador de um desenvolvimento económico e social sustentado.

2.2.28.9. Concretizar uma reforma fiscal que alivie o peso da carga sobre os rendimentos do trabalho, tribute de facto e sem privilégios os rendimentos e mais valias do capital, os grandes patrimónios mobiliários e imobiliários e as operações bolsistas, elimine os benefícios ilegítimos às actividades e instituições financeiras, penalize fiscalmente as actividades especulativas e combata eficazmente a evasão e fraude fiscais.

2.3. EVOLUÇÃO AMBIENTAL

2.3.1. As questões do **ambiente** são indissociáveis do modelo de desenvolvimento.

2.3.2. É cada vez mais evidente a contradição que encerram as teses visando um desenvolvimento "capitalista sustentável", apregoadas pelos ideólogos neoliberais. A exploração contínua dos recursos com o objectivo da acumulação desregrada de capital não pode deixar de provocar nos sistemas ecológicos graves consequências que se reflectirão nas condições de vida — presente e futuro — de grande parte do mundo.

2.3.3. A submissão à lógica da mercantilização das questões do ambiente, colocando nas mãos dos detentores do capital a exploração deste «ramo», orientado para a maximização do lucro, conduzirá a uma maior degradação ambiental, além de conter em si mesmo um extraordinário potencial de exploração e iniquidade, de alargamento das assimetrias territoriais e da limitação dos direitos sociais e ambientais.

2.3.4. O PCP afirma que é possível dar resposta às necessidades das incontornáveis transformações sociais e económicas garantindo, em simultâneo, um desenvolvimento integrado e equilibrado.

2.3.5. Portugal continua sem dispor de uma política coerente de desenvolvimento sustentado que integre a questão ambiental como factor decisivo e que, no essencial, tem potenciado as principais disfunções ambientais, ao mesmo tempo que tudo fez para propiciar chorudas mais-valias a uma emergente industria ambiental, eminentemente privada e dominada pelo capital internacional, pondo em causa, seriamente, os interesses e direitos das populações e das autarquias locais.

2.3.6. Os sucessivos governos, e designadamente os últimos governos PS, não quiseram dar resposta aos gravíssimos desafios ambientais que o País enfrenta.

2.3.7. Na prática, esta política tem-se caracterizado pela quase ausência de medidas mais elementares de valorização, protecção, ou, sequer, monitorização, do ambiente e dos recursos naturais; pela tradução avulsa das normas europeias sem que, enquanto membro da União Europeia, tivesse contribuído para que essas normas se ajustassem à realidade e aos interesses

nacionais; pelo incumprimento e decorrente descrédito da legislação vigente; pela ausência de planos, substituídos por intervenções casuísticas e centralizadoras, de carácter arbitrário e deficiente fundamentação técnica e científica; por restrições ambientais fortemente penalizadoras das áreas rurais, sem compensações, ao mesmo tempo que impera um clima fortemente permissivo nas áreas urbanas; por níveis baixos de tratamento de esgotos domésticos e industriais; pela ausência de controlo e desconhecimento da poluição industrial e de um plano nacional de identificação, reciclagem e reutilização dos resíduos industriais; pelo insucesso dos contratos de adaptação ambiental; pela degradação das origens de água potável; pela recorrência dos acidentes de contaminação das águas e falhas ao abastecimento durante o verão; pela violenta imposição de modelos e projectos, como no caso Bigorne; pela substituição do debate público pela apresentação pública de projectos; pela ausência de participação dos cidadãos, dos seus representantes, dos agentes económicos e sociais na definição da política ambiental e de desenvolvimento; pelo favorecimento de interesses económicos privados, designadamente de grupos estrangeiros.

2.3.8. O PCP considera necessário uma política ambiental baseada na valorização da preservação dos recursos naturais, capaz de dar resposta aos múltiplos problemas que se arrastam sem soluções coerentes e sérias, que vão da gestão da água aos resíduos.

2.3.9. O entendimento que a política de protecção e valorização ambiental terá de assumir-se, sempre, como meio indispensável à dignificação do Homem e da sua relação com a natureza, como um dos direitos fundamentais da Humanidade;

2.3.10. A afirmação de que o grau de eficácia de uma política de ambiente depende da vontade e empenhamento do Estado e dos governos a quem compete o seu delineamento, não excluindo, contudo, o papel relevante da participação que, neste âmbito, tem de caber às populações, aos seus representantes e à sociedade em geral, o que implica um esforço contínuo e empenhado na educação, sensibilização e mobilização dos portugueses, face ao diagnóstico dos problemas e às estratégias de política com vista à sua superação.

2.3.11. A consideração, ainda, que a questão ambiental assume, cada vez mais, um carácter global, que não reconhece fronteiras nacionais ou regionais e que por isso mesmo exige uma rigorosa participação de Portugal nas organizações e iniciativas internacionais, com base numa concepção humanista e de defesa do desenvolvimento sustentado do País e do planeta.

2.4. EVOLUÇÃO SOCIAL

2.4.1. Desde o XV Congresso, a evolução da situação social, determinada pelas orientações políticas e económicas de carácter neoliberal, assumidas e executadas pelo Governo PS, globalmente avaliada (e não por medidas pontuais e avulsas) revela, com base em grandes indicadores definidores de uma política social democrática, importantes regressões e o avolumar de graves problemas que impedem uma vida digna para grandes massas de portugueses.

2.4.2. Portugal continua a manter níveis sociais muito baixos, quando comparados com padrões europeus, nomeadamente no que se refere a rendimentos, condições de trabalho, protecção social, saúde, educação, habitação, cultura e apoios às famílias e a camadas sociais mais desprotegidas, como idosos, deficientes, mulheres e jovens.

2.4.3. O acentuar da polarização social, como indicador básico da natureza de classe da política social expressa-se na progressiva e escandalosa concentração da riqueza num pólo e da pobreza no pólo oposto. Enquanto a parte dos salários no rendimento nacional tem baixado, situando-se ao nível dos 40/%, cresce a parte absorvida pelo capital. Cerca de 10% da população arrecada quase metade da riqueza nacional.

2.4.4. O endividamento das famílias portuguesas atingiu níveis preocupantes. Apesar dos trabalhadores portugueses terem os salários mais baixos da Europa, o Governo tem seguido uma política de contenção salarial e de desvalorização do trabalho. Centenas de milhares de pensionistas continuam com pensões de miséria.

2.4.5. Sendo o emprego e a sua estabilidade determinantes para a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal, o desemprego e o subemprego atingem quase 1 milhão de portugueses. Deteriora-se a qualidade de emprego, aumentando o emprego precário e sem direitos. Mantém-se o escândalo do trabalho infantil. Num País com enormes carências de mão-de-obra qualificada, o desemprego de quadros técnicos conta-se por milhares. Intensifica-se a exploração do trabalho. A sinistralidade, expressão directa desta exploração, alcança níveis e dimensões que a transformam num gravíssimo problema social e humano.

2.4.6. O desenvolvimento social coloca novos problemas e novas exigências que não sendo resolvidas farão aumentar as injustiças sociais.

2.4.7. Nos últimos anos desenvolveram-se certos fenómenos sociais que, não sendo novos, ganharam maior dimensão e em relação aos quais não se desenvolveram políticas eficazes para os combater.

2.4.8. A designação genérica, tão do agrado do Governo PS, de exclusão social, aplicada a grandes massas de portugueses vivendo em situação difícil, não explica nem as causas, nem as responsabilidades políticas pela exclusão social. Com 30% da população considerada pobre, Portugal aparece na cauda da Europa pelos índices de pobreza.

2.4.9. O regular crescimento da população com mais

de 65 anos (actualmente 22% da população total), coloca tais exigências no plano social que, não tendo resposta, origina discriminações, baixos níveis de vida e graves problemas de carácter humano, para grande número de portugueses.

2.4.10. Apesar dos avanços no plano legislativo, da maior participação das mulheres em diferentes áreas, de uma maior sensibilização na sociedade para o valor da igualdade entre homens e mulheres, as discriminações e as desigualdades que atingem as mulheres continuam a ser uma realidade gritante na sociedade, no trabalho e na família. Elas são as mais mal pagas, as primeiras a serem atingidas pelo desemprego e pela precariedade, as que têm as pensões mais baixas, as menos promovidas.

2.4.11. O aumento da percentagem de mulheres no conjunto da população activa (cerca de 43%), a par do enfraquecimento dos apoios sociais, torna mais vulnerável a situação das mulheres.

2.4.12. O fluxo de populações imigrantes que atinge já algumas centenas de milhar de pessoas, muitas delas clandestinas, vivendo em condições degradantes e sujeitas à chantagem e à exploração de grupos mafiosos e do patronato sem escrúpulos, poderá vir a constituir um gravíssimo problema social com o desenvolvimento de tendências racistas e xenófobas.

2.4.13. A política de liquidação de pólos industriais em algumas regiões, a crise da agricultura, a ausência de uma verdadeira política de desenvolvimento regional, a falta de estímulos à fixação da juventude, fez crescer a desertificação de vastas regiões e consequentemente a litoralização do País.

2.4.14. O afluxo de milhares e milhares de pessoas aos grandes centros urbanos, o seu desenvolvimento desordenado e caótico, as carências habitacionais fazem proliferar o número de bairros degradados, autênticos guetos sociais com condições de vida infra-humanas, de desagregação social, fontes de marginalidade.

2.4.15. Portugal está hoje confrontado com um conjunto de **flagelos sociais**, que atingem muitos milhares de pessoas – o aborto, o sida, o alcoolismo, a toxicodependência.

2.4.16. A toxicodependência e o tráfico de drogas continuam a ser dos maiores flagelos das sociedades contemporâneas e que, no nosso País, se tende a agravar. Dados do SPTT revelam que, entre 1990 e 1999, cerca de 70 mil toxicodependentes foram atendidos nos seus serviços, o que, tendo em conta que há também recurso a outro tipo de serviços e que só uma parte recorre a ajuda, dá uma ideia da gravidade da situação. As estimativas possíveis apontam para a existência de cerca de 150.000 toxicodependentes no nosso País.

2.4.17. Verifica-se a expansão das drogas clássicas, enquanto outras novas se generalizam. Crescem os mercados de droga, aumentam as doenças infecto-contagiosas, a par da degradação humana consequente do consumo.

2.4.18. Na sociedade em que vivemos, a toxicodependência tem raízes na exploração, no lucro desenfreado, no sucesso sem princípios, no consumismo, numa sociedade geradora de dependências e de situações de exclusão social.

2.4.19. Apesar de, por iniciativa do PCP, terem sido adoptadas importantes medidas legislativas nos domínios do tratamento e da despenalização do consumo, indissociáveis de avanços verificados na resposta, mantém-se uma situação grave em que pesa a incapacidade do Governo PS para fazer face à dimensão do problema do consumo e tráfico de drogas. O Governo prossegue uma política de desresponsabilização do Estado não disponibilizando meios suficientes de combate a este flagelo.

2.4.20. Por isso, o PCP propõe, para uma nova política de prevenção da toxicodependência e de combate ao tráfico de drogas: uma política geral que contribua para eliminar as causas das vulnerabilidades que conduzem à toxicodependência, nomeadamente uma política que dê perspectivas de futuro aos jovens, assente na efectivação dos seus direitos; um plano nacional de prevenção da toxicodependência e de luta contra a droga; a elaboração de um estudo nacional continuado para o conhecimento real da situação; o apoio à investigação científica e à formação de técnicos; a adopção de novas medidas de prevenção primária, sua coordenação e avaliação; o alargamento da rede nacional pública para o atendimento, tratamento e reinserção social; uma estratégia de redução de danos que tenha sempre em vista o tratamento; a efectiva aplicação da legislação sobre consumo, não com uma linha de desresponsabilização, mas numa perspectiva de intervenção activa de ajuda e encaminhamento para a recuperação; um plano de acção no meio prisional; o reforço de coordenação e a multiplicação dos meios especializados no combate ao tráfico de drogas e ao branqueamento de capitais.

2.4.21. O **aborto** clandestino constitui um grave flagelo social. As principais razões que levam as mulheres (designadamente as jovens) a recorrer ao aborto face a uma gravidez inesperada continuam a não encontrar respostas nas políticas e no quadro legal manteve-se a sua injusta criminalização.

2.4.22. São as mulheres das classes e camadas mais desfavorecidas as que pagam a factura mais pesada do aborto clandestino, inseguro e sem condições, à custa da sua saúde reprodutiva, que deixam tantas vezes sequelas irreversíveis e por vezes custam a própria vida.

2.4.23. A manutenção do aborto clandestino alimenta um negócio rentável é um grave atentado à dignidade de todas as mulheres que a ele recorrem, mesmo daquelas que têm condições económicas de o realizar de forma segura, em Portugal ou no estrangeiro.

2.4.24. O PS — aliando-se aos partidos de direita, sujeitando a referendo a lei de despenalização do aborto — tornou-se no grande responsável pela continuação deste flagelo.

2.4.25. O PCP, que sempre travou uma luta para acabar com o flagelo e com o negócio do aborto clandestino, reafirma o seu empenho de continuar a lutar por medidas concretas ao seu combate, para se pôr cobro à injusta criminalização das mulheres que recorrem a essa prática, e por um conjunto de medidas integradas, como o planeamento familiar, a educação sexual nas escolas, a defesa da maternidade/paternidade, o fim das discriminações no trabalho por razões de maternidade, medidas que contribuam para a assunção da maternidade como decisão livre e consciente.

2.4.26. A evolução do **SIDA** em Portugal, com milhares de pessoas infectadas pelo HIV (36 mil, de acordo com o Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/SIDA), com o seu número sempre a aumentar, tornou-se extraordinariamente preocupante. Segundo dados da UNICEF, o nosso País ocupa o segundo lugar na Europa pelo número de adolescentes afectados.

2.4.27. A propagação do SIDA transformou-se num grave e complexo problema social a exigir melhores e mais humanizados cuidados de saúde, mais intensa e eficaz luta contra a doença e a sua propagação, nomeadamente através de um conjunto de medidas integradas, passando pela intensificação da Campanha Nacional de Prevenção contra a SIDA; a adopção de medidas especiais em relação a comportamentos de risco; a melhoria de apoio social e clínico aos doentes infectados.

2.4.28. A situação nacional **em matéria de alcoolismo e problemas ligados ao álcool**, que é desde há muitos anos muito preocupante, regista, conforme reconheceu em 1999 o próprio Governo, um acentuado agravamento: dados recentes traduzem um aumento do consumo global, com os mais elevados índices mundiais em algumas áreas e entre os grupos etários mais jovens. Desde 1996 que figuramos como o maior consumidor mundial de álcool. Estima-se existirem 1.800.000 bebedores excessivos, dos quais cerca de 800.000 serão dependentes — potenciais doentes alcoólicos crónicos.

2.4.29. A situação surge com particular gravidade quando se constata que Portugal continuou a aumentar os consumos, apesar dos objectivos traçados pela OMS (na Europa, de redução de 25% dos consumos de álcool em cada país), enquanto a Espanha quase cumpriu esse objectivo e a França e a Itália registram reduções significativas.

2.4.30. As repercussões deste problema expressam-se na relação com as principais causas de mortalidade e nos muitos milhares de famílias afectadas por doenças graves, violência doméstica, acidentes de viação e de trabalho inaceitáveis e situações de grande dramatismo humano e enorme danosidade e custo social.

2.4.31. A gravidade do problema impõe a urgência de medidas eficazes de intervenção sobre as causas sociais que estão na origem desta situação, de informação e prevenção primária, de educação e promoção da saúde, do alargamento do dispositivo e meios dos serviços de alcoologia, de apoio médico, medicamentoso, psicossocial e à reinserção socio-laboral, de fiscalização da acessibilidade do álcool às crianças e em zonas próximas de estabelecimentos de ensino, de cumprimento da legislação, nomeadamente sobre publicidade, de alterações de natureza legislativa e fiscalizadora e de reforço das estruturas de coordenação da luta contra o alcoolismo.

2.4.32. Embora de natureza diferente, mas tendo como principais causas a pobreza, a exclusão social e a toxicodependência, marcam negativa e profundamente a realidade social o aumento da prostituição, com particular incidência a de menores, o tráfico de mulheres organizado com grande impunidade.

2.4.33. A violência exercida sobre as mulheres na família cuja extensão é conhecida exige crescente intervenção para a sua prevenção e combate.

2.4.34. A tendência para a desresponsabilização do Estado em áreas sociais vitais, contraria a exigência de uma intervenção e de uma **política social** capaz de responder aos grandes problemas sociais e às exigências das novas formas de organização da vida das pessoas.

2.4.35. O PCP defende uma política social que tenha por objectivo assegurar o bem estar dos portugueses, desenvolver as suas potencialidades como seres humanos e contribuir para uma sociedade mais justa, solidária e coesa.

2.4.36. São componentes essenciais destes objectivos uma política que assegure a elevação do nível de vida; a segurança no emprego; a eliminação das manchas de pobreza e outras chagas sociais; a protecção das camadas mais desfavorecidas; o combate às discriminações; o desenvolvimento da saúde e da educação públicas; o combate à toxicodependência, a defesa e preservação do meio ambiente.

2.4.37. Os últimos anos na área da **educação**, apesar da proclamada "paixão" do PS, foram, fundamentalmente, de continuidade da política anterior do PSD.

2.4.38. Ao aumento dos recursos públicos disponibilizados para a área da educação não correspondeu uma melhoria significativa dos problemas estruturais existentes nem vontade de política de os resolver: baixo nível de instrução da população; não cumprimento da gratuitidade do ensino público; taxas de escolarização no 2º e no 3º ciclos escolares ainda longe dos 100%; baixa frequência no ensino secundário; permanência de elevadas taxas de insucesso escolar e educativo, apesar do novo sistema de avaliação que as disfarçam; abandono escolar; dificuldade sentida por muitas escolas de encontrarem respostas adequadas aos problemas de

aprendizagem dos seus alunos, seja por razões materiais, seja por motivos organizativos ou pedagógicos; insuficientes passos dados no domínio dos mecanismos de apoio sócio-pedagógico e de orientação escolar e profissional; sobrecarga e desadequação curriculares, designadamente a programática a que a revisão curricular não dá resposta; indeterminação subsistente ao nível do ensino secundário, com a falta de clarificação e de aperfeiçoamento das suas vias, somada à questão da baixa frequência que continua a verificar-se no plano nacional.

2.4.39. O novo modelo de gestão das escolas dos ensinos básico e secundário apontam para a desresponsabilização do Estado em matéria de financiamento.

2.4.40. A educação pré-escolar registou uma expansão positiva. Mas ainda aqui a grande novidade democratizadora, — a da gratuitidade da sua componente educativa, em verdade foi da iniciativa da Assembleia da República em que se destacaram os deputados do PCP — que impôs em lei tal disposição apesar dos votos contrários do PS. Importa entretanto sublinhar que, na prática, apesar da legislação aprovada, o Governo não está a assegurar o cumprimento generalizado da gratuitidade da educação pré-escolar, nem a garantir a suficiente e rápida expansão da rede pública que a deve suportar.

2.4.41. Em relação ao ensino superior mantêm-se inalterados os principais problemas do sector — quer ao nível dos factores de qualidade do ensino e das condições para a investigação científica, quer dos factores democratizadores do acesso e do sucesso escolares. O montante do financiamento e os critérios e orientações para a sua atribuição continuam a constituir um grave constrangimento. A expansão do ensino superior público não foi suficiente nem se estabeleceu qualquer prazo em relação à eliminação do sistema de restrições quantitativos globais dos *numerus clausus*. Não foi assegurada a gratuitidade da formação inicial. Continuou a ser favorecido o ensino privado, em grande parte sem qualidade, e não se empreenderam medidas correctivas da situação herdada dos anteriores governos. E foram anunciadas, em relação ao futuro, orientações de inspiração neoliberal que representam a continuidade das principais políticas que conduziram o ensino superior à presente situação.

2.4.42. Para o PCP, o ensino público, cuja qualidade é posta em causa pela política do Governo, constitui a condição básica e o suporte da concretização do direito à educação que a Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo justamente consagram. Por isso, a tentativa de substituição do ensino público por escolas de ensino privado financiadas pelo Estado, que constitui a principal linha privatizadora da educação que tem vindo a ser desenvolvida entre nós , não pode deixar de ser vivamente combatida.

2.4.43. Para a defesa e a promoção de uma escola pública gratuita, de qualidade e para todos, o PCP assume seis linhas de orientação estratégica: a educação como uma das prioridades nacionais; a escola pública como opção fundamental; a democratização do acesso e do sucesso educativos; o sucesso educativo e escolar dos jovens; uma escola com autonomia e com mais participação; um sistema não governamentalizado, dotado de autonomia democrática e com financiamento suficiente e regular.

2.4.44. Especificamente em relação ao ensino superior, o PCP defende ainda a adopção das seguintes orientações fundamentais: a integração num único sistema organizado de ensino superior de todas as universidades e institutos politécnicos, com respeito pela identidade, especificidade e criatividade de cada instituição; a defesa e o aperfeiçoamento da autonomia do ensino superior consagrada na Constituição e nas Leis nºs 108/88 e 54/90; o alargamento da frequência, a elevação da qualidade e a garantia do financiamento sustentado do sistema público de ensino superior; o apoio ao aperfeiçoamento científico, curricular e pedagógico do ensino superior; o prosseguimento e a generalização dos processos de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior; a criação de um novo e mais justo sistema de acesso ao ensino superior; a elevação e o alargamento significativo da acção social escolar; a defesa da qualidade do ensino e dos direitos educativos dos alunos do ensino privado; a qualificação dos recursos humanos; a dignificação e valorização das carreiras docentes.

2.4.45. O Serviço Nacional de **Saúde** — apesar do subfinanciamento crónico e da incoerência das políticas de que foi alvo por parte de sucessivos governos — é indiscutível que conseguiu elevar de forma significativa, depois do 25 de Abril, o nível dos cuidados de saúde do conjunto da população portuguesa. Mas as suas potencialidades não foram plenamente aproveitadas e desenvolvidas.

2.4.46. A persistência de uma política de saúde de inspiração neoliberal, apesar do empenhado esforço de muitos dos profissionais do SNS, conduziu a uma situação de deterioração de muitos serviços, com evidente diminuição da capacidade de resposta e da qualidade dos cuidados prestados, e provocou em algumas situações a quebra dos seus níveis de segurança.

2.4.47. Entre as consequências mais nocivas dessa política são de destacar: o continuado e agravado subfinanciamento; a tendência para a avaliação dos resultados das unidades prestadoras de cuidados por critérios economicistas; os processos de centralização da tomada de decisão, de "comando" administrativo das unidades de saúde e a sobreposição do clientelismo partidário à competência técnica; a inadequação de muitos serviços em relação às novas exigências de

organização e de equipamento; a desvalorização de toda a área (essencial) dos cuidados de saúde primários; a falta de condições de trabalho dos profissionais de saúde, a degradação das carreiras e a precarização dos vínculos; e o agravamento das desigualdades de natureza classista no acesso aos cuidados de saúde como consequência, nomeadamente, do encerramento de serviços na periferia, de introdução de barreiras administrativas e de taxas moderadoras e da prioridade de atendimento em casos de referenciação privada para os serviços públicos.

2.4.48. Persistem dificuldades de acesso em muitos centros de saúde e unidades hospitalares, atrasos no atendimento de utentes, inadmissíveis listas de espera, reflexo de múltiplos problemas entre os quais se destaca a falta de médicos de família, de enfermeiros e de outros técnicos, e há questões que se prendem com a qualidade e com a humanização da prestação de cuidados de saúde que não se encontram ainda satisfatoriamente resolvidos em muitas unidades e serviços.

2.4.49. A carestia dos medicamentos, o crescente recurso a meios complementares de diagnóstico e a prestação de cuidados de saúde privados são cada vez mais incomportáveis para muitos portugueses. Os portugueses pagam directamente do seu bolso (para além do que desembolsam através dos impostos) mais de 40% das despesas de saúde, quando a média da União Europeia é muito inferior.

2.4.50. O PCP recusa qualquer caminho que acentue a divisão dos portugueses, do ponto de vista da garantia do seu direito à saúde, em cidadãos de primeira e de segunda. E que conduza à divisão entre aqueles que têm capacidade económica (ou capacidade para se endividarem) para usufruírem da prestação de cuidados de saúde de qualidade, e os restantes portugueses, a grande maioria, que não tendo essa capacidade económica ficariam condenados ao acesso apenas a um sistema residual e caritativo de saúde, com cuidados de saúde e outras prestações de nível inevitavelmente inferior.

2.4.51. O PCP assume por isso a defesa do Serviço Nacional de Saúde, para que ele regresse à filosofia e à inspiração democrática e humanista inicial, e seja ajustado às novas condições de progresso tecnológico e à evolução organizativa, aos novos e mais exigentes padrões de saúde possíveis e que por isso devem ser acessíveis a todos os seres humanos.

2.4.52. O PCP assume a necessidade de uma reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde, assente num conjunto de orientações estratégicas tais como a autonomia e a regionalização, um novo sistema de financiamento, a gestão democrática das unidades de saúde, e a separação do público e do privado. E defende, em simultâneo, a adopção de políticas prioritárias nos domínios da concretização do direito à saúde, da qualidade dos serviços, da valorização dos cuidados de saúde primários, das listas de espera, dos medicamentos, da promoção dos direitos dos utentes, e que preste uma particular atenção aos problemas da saúde mental, da toxicodependência e do SIDA.

2.4.53. O sistema público de **Segurança Social** criado depois do 25 de Abril representou um instrumento insubstituível de solidariedade, de justiça social, de integração e de participação na vida da sociedade, ao garantir protecção, nos termos constitucionais, na doença, invalidez, velhice, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

2.4.54. Apesar do avanço que a criação desse sistema público representou, sucessivos governos deixaram acumular vultuosas dívidas do Estado em relação ao Orçamento da Segurança Social, assumiram uma postura de extrema permissividade face à evasão contributiva e ao enorme volume de dívidas das empresas e mantiveram as prestações sociais num nível muito baixo.

2.4.55. À política de menos segurança social e às orientações neoliberais que argumentam falsamente com a insustentabilidade financeira do sistema público para justificar a sua privatização parcial (plafonamento) e deslocar os descontos dos trabalhadores para fundos de pensões privados, e reduzir direitos, contrapõe o PCP não só a necessidade mas a possibilidade real de defender, reforçar e aperfeiçoar o sistema público de segurança social como garante do efectivo exercício de um direito social fundamental — o direito de todos à segurança social.

2.4.56. De acordo com esta perspectiva geral, o PCP sustenta a concretização de três linhas fundamentais em relação ao sistema público de segurança social: a garantia dos direitos adquiridos e em formação, de todos e de cada um, dos beneficiários/contribuintes do sistema público de segurança social, com reforço da confiança no sistema e recusa da aplicação de condições mais desfavoráveis que as vigentes; a criação de condições para a melhoria das prestações sociais e a elevação significativa e continuada dos seus valores, em especial das prestações que se encontram a níveis mais degradados; o reforço do financiamento do sistema público de segurança social, por forma a garantir, no presente e para o futuro, os compromissos assumidos e a permitir uma resposta mais eficaz aos riscos sociais.

2.4.57. Os **serviços públicos** – transportes, telecomunicações, correios, electricidade, gás, água, saneamento, vias de comunicação, entre outros – constituem um elemento fundamental para a vida das populações e para o País.

2.4.58. Ao longo dos últimos anos, o Governo PS tem promovido processos de privatização e liberalização que conduzem à subordinação dos serviços públicos à lógica do lucro. Uma lógica que reflectindo-se na política de

preços com o seu aumento ou manutenção a níveis injustificadamente altos influencia também os critérios de investimento, condicionando a oferta e a qualidade dos serviços que tende a ser feita privilegiando os sectores e áreas geográficas mais lucrativas e afectando os padrões de segurança.

2.4.59. As empresas de serviços públicos estão na prática a deixar de ter como objecto principal da sua acção os serviços que prestam – electricidade, telecomunicações, etc. — passando estes a constituir uma actividade subsidiária, um meio para a acumulação de lucros e para a especulação bolsista de poderosos grupos económicos e financeiros.

2.4.60. A resposta à crescente exigência de qualidade de vida e promoção do desenvolvimento do País implica a melhoria, modernização e desenvolvimento dos serviços. Tal objectivo passa, entre outros aspectos, pela paragem imediata dos processos de privatização.

2.4.61. Só uma forte responsabilidade do sector público — em alguns casos total, dada a natureza dos sectores —, na operação das actividades, pode permitir a força e capacidade necessária para, com uma gestão eficaz, garantir uma orientação e prática de acordo com o interesse público.

2.4.62. Desporto, cultura física e lazer — Nestes últimos cinco anos dos governos do PS, não se corrigiram os erros cometidos pelos anteriores governos do PSD que impediram o desenvolvimento desportivo nacional.

2.4.63. Continua a não haver educação física no primeiro ciclo do ensino básico; milhares de alunos dos outros ciclos do ensino obrigatório e do ensino secundário continuam a não ter educação física nem acesso ao desporto escolar; o desporto universitário tem uma expressão irrisória. Não há uma política orientada para a prática desportiva dos trabalhadores.

2.4.64. O défice global de instalações desportivas ascende a centenas de milhões de contos; quem assume os custos do desporto são as famílias, as autarquias locais e o associativismo. Os atletas de alta competição continuam sem condições adequadas de preparação. Continua por conceber um plano nacional de infra-estruturas desportivas. Nove anos depois da sua aprovação a Lei de Bases do Sistema Desportivo continua por regulamentar.

2.4.65. A legislação em vigor não responde às necessidades e exige correcção urgente, designadamente o regime jurídico das federações desportivas. Continua a grande confusão da formação em educação física e, finalmente as estruturas da administração central para o desporto sofreram uma remodelação sem significado nem resultados.

2.4.66. É indispensável pôr fim a esta política. A existência de um Ministro e de um Secretário de Estado em exclusivo para o desporto, não se reflectiu em maior empenhamento numa política desportiva ao serviço dos cidadãos, pelo contrário, tem servido e permitido um maior envolvimento do governo com o futebol profissional e com os grandes interesses económicos que o envolvem.

2.4.67. A organização do Euro 2004, que o PCP apoiou desde a primeira hora, deve constituir um momento de afirmação e uma aposta no desenvolvimento do desporto nacional, designadamente do futebol garantindo a transparência e a fiscalização dos investimentos em curso.

2.4.68. O movimento desportivo tem procurado dar uma resposta organizada à necessidade do desenvolvimento e generalização do desporto, através de uma intervenção pública do movimento federativo exigindo que o estado cumpra as suas responsabilidades. O associativismo dos profissionais do desporto tem se desenvolvido e fortalecido de que é exemplo mais recente a criação da Confederação de Treinadores de Portugal.

2.4.69. O papel das autarquias no fenómeno desportivo é cada vez mais importante, numa relação directa com o movimento associativo, desenvolvendo a sua acção em áreas que vão da escola à alta competição, passando pelos equipamentos desportivos, assumindo muitas das responsabilidades que caberiam ao governo.

2.4.70. O PCP considera que o desporto deve ser entendido como um importante factor de melhoria da qualidade de vida das populações, de resposta às necessidades de crescimento das crianças e jovens, de integração social e formação completa da juventude, de luta contra as consequências da sedentaridade na vida dos trabalhadores e dos adultos em geral, de resposta a problemas específicos dos deficientes, da mulher e dos idosos, e na luta contra a desintegração e exclusão juvenil e toxicodependência.

2.4.71. O PCP defende a definição de uma autêntica política de democratização da educação física e do desporto nacional.

2.4.72. O PCP propõe como orientações estratégicas para uma política desportiva: a concepção de que o desporto constitua um importante factor de desenvolvimento cultural e de integração social; a garantia de que o desporto constitua um direito real e a democratização crescente das actividades desportivas com o alargamento do número de praticantes e com a participação activa dos praticantes na concepção, organização, gestão e avaliação das actividades; a garantia da prática da educação física e do desporto em todas as escolas portuguesas em todos os níveis de escolaridade; o apoio ao associativismo e o reconhecimento do papel fundamental dos clubes na resposta às necessidades da prática desportiva; o apoio a uma efectiva descentralização desportiva; a clara separação do desporto amador do desporto profissional; a defesa da rigorosa transparência de processos no desporto, designadamente na sua vertente profissional, no sentido de um firme combate à corrupção, à violência,

ao "dopping" e a todos os fenómenos de degradação do desporto.

2.4.73. A situação de atraso do Desporto Nacional, nos seus aspectos essenciais e no que respeita à prática desportiva dos cidadãos, exige a criação de um forte movimento de opinião que, pela reflexão, pelo debate e pela prática concreta possa impor as mudanças indispensáveis. O PCP está em condições de, pela sua parte, dar um forte contributo para a mudança necessária, contando com a participação dos homens e mulheres que intervém no fenómeno desportivo, com o associativismo, com outras instituições, com a participação das populações.

2.4.74. As **Comunidades Portuguesas** no mundo, integrando os que daqui partiram em busca de uma vida melhor e as novas gerações de lusodescendentes, constituem, pela sua dimensão e peso social, cultural e económico, e pela sua expressão política, uma importante e incontornável realidade com influência no processo de desenvolvimento do País e necessariamente presente na avaliação da política nacional e na formulação de uma política alternativa.

2.4.75. A governação do PS quanto às Comunidades Portuguesas, marcada por elevadas doses de demagogia, algumas medidas pontuais e um grande investimento em relações públicas e operações de propaganda, cada vez consegue esconder menos a falta de eficácia na resposta aos problemas e aspirações fundamentais das Comunidades Portuguesas (qualidade dos serviços consulares, difusão e ensino da língua e cultura portuguesas, apoio ao movimento associativo, protecção social, etc.) e a arrogância, autoritarismo e falta de respeito para com a diáspora que também caracterizam a sua conduta, e de que é negativo e expressivo exemplo a política de limitação, condicionamento e tentativa de instrumentalização do Conselho das Comunidades Portuguesas.

2.4.76. A substituição do PSD pelo PS como força eleitoralmente mais expressiva na emigração, nas últimas eleições legislativas, culminando um processo levado a cabo nos últimos anos de uso e abuso do aparelho de Estado e da RTPI, de criação de uma rede clientelar e de ocupação do aparelho de poder nas Comunidades Portuguesas, copiando e excedendo o que de pior antes fizera o PSD, apenas deu alento a novos e ainda mais negativos desenvolvimentos na postura do actual Governo, em que também é visível o carácter cada vez menos convincente de promessas incessantemente repetidas e não cumpridas.

2.4.77. É necessária e é indispensável **uma nova e diferente política para as Comunidades Portuguesas**, que responda mais e melhor às obrigações do Estado Português para com a emigração portuguesa e os lusodescendentes (na sua permanência no estrangeiro como no seu regresso), que fortaleça os seus laços com Portugal, valorize o seu positivo contributo para o desenvolvimento do País e que, ao mesmo tempo, promova e apoie uma inserção bem sucedida e prestigiada dos portugueses nos países de acolhimento com a sua activa participação social, cultural, cívica e política.

2.4.78. Constituem **características centrais** da política defendida pelo PCP para as Comunidades Portuguesas: um programa de forte investimento na qualificação e expansão do ensino e difusão da língua e cultura portuguesas entendido como questão estratégica para o futuro da ligação a Portugal da nossa diáspora de mais de quatro milhões; uma mais ampla, concreta e eficiente modernização e adequação da rede de serviços consulares às necessidades e às realidades actuais das Comunidades Portuguesas; um plano de apoio ao movimento associativo, com critérios transparentes e meios suficientes; uma política cultural dirigida especificamente às Comunidades Portuguesas e tendo como um alvo prioritário o diálogo com as novas gerações de lusodescendentes; uma política de serviço público de radiotelevisão e radiodifusão que rompa com estereótipos ultrapassados sobre a emigração portuguesa, que assegure informação isenta e plural e que valorize a produção e os agentes culturais contemporâneos em Portugal e na diáspora; o reforço e melhoria dos serviços especializados e da capacidade de resposta da Segurança Social portuguesa e uma política de efectivo e criterioso apoio às situações de exclusão social existentes na emigração; o activo apoio e estímulo ao investimento das poupanças da emigração em Portugal, orientadas para o desenvolvimento e a superação das assimetrias regionais; a defesa da autonomia e a garantia dos meios próprios e condições de funcionamento efectivo do Conselho das Comunidades Portuguesas; uma participação no sistema eleitoral português que deve ser subordinada à existência de condições que permitam o seu exercício responsável e esclarecido, deve ser adequada às características da emigração e ter por base o voto presencial e o recenseamento voluntário.

2.4.79. A dupla condição de Portugal como país de emigração e de imigração, também sinal da sua especificidade na União Europeia, deveria reforçadamente justificar uma orientação política de acolhimento dos **imigrantes** e das **minorias étnicas** na sociedade portuguesa caracterizada, como tem defendido o PCP, pelo respeito pelos seus direitos cívicos, sociais e culturais, de apoio à sua inserção harmoniosa e de valorização do seu contributo para o desenvolvimento do País.

2.4.80. Pelo contrário, a política de imigração e de estrangeiros prosseguida pelos Governos do PS, não descolando da orientação autoritária dos Governos anteriores do PSD, é inspirada por uma orientação duramente restritiva em matéria de imigração e de asilo.

2.4.81. A revisão da Lei de Estrangeiros, aprovada pelo PS na Assembleia da República com o apoio da extrema direita parlamentar (o CDS/PP) e com a firme

oposição do PCP, é um negativo exemplo desta política. Inaugura uma nova categoria inferiorizada e discriminada de imigrantes, com as chamadas autorizações de permanência temporária, cuja concessão depende da entidade patronal lhes conceder contrato de trabalho e que, findo o prazo autorizado, são obrigados a abandonar o País ou a mergulhar de novo na ilegalidade. Não têm direitos, como os normais direitos associados aos estrangeiros detentores de autorizações de residência, além do direito de trabalhar. É uma lei que trata os imigrantes como mercadoria descartável, protege a exploração desenfreada da imigração pelos grandes interesses económicos, consagrando legalmente o imigrante precário.

2.4.82. Não é esta a política de imigração e de estrangeiros de que Portugal precisa. Combater a imigração ilegal e o trabalho clandestino, fonte de exploração desumana de tantos portugueses e estrangeiros, exige uma política de imigração diferente e mais democrática, como o PCP propõe: que não promova novas discriminações, combata firmemente a xenofobia e o racismo e recuse culpabilizar as comunidades imigrantes e as minorias étnicas pela criminalidade e insegurança urbana, que se alimentam das desigualdades e exclusões sociais e não da cor ou nacionalidade; que assegure o respeito pelos direitos de todos os trabalhadores, sem discriminação quanto à sua origem nacional ou étnica; que desenvolva políticas de apoio à integração das jovens gerações e que realize uma política de educação baseada numa concepção multicultural; que promova de facto a aplicação das Leis contra a Discriminação Racial e de Apoio às Associações de Imigrantes, aprovadas com o activo concurso do PCP, e desenvolva a progressiva extensão dos direitos políticos dos imigrantes, na senda dos ainda limitados direitos de participação nas eleições locais já conquistados; que altere a legislação de estrangeiros no sentido de reforçar os direitos e garantias dos imigrantes, de possibilitar a legalização efectiva dos imigrantes em situação irregular que cá vivem e trabalham, e de criar condições para que o SEF funcione de forma humanizada, eficaz e respeitadora dos direitos fundamentais; que promova a revisão da legislação sobre o direito de asilo, reconhecendo o asilo por razões humanitárias, e da lei da nacionalidade de modo a facilitar a aquisição da nacionalidade portuguesa, sem prejuízo da manutenção do direito à dupla nacionalidade.

2.5. EVOLUÇÃO CULTURAL

2.5.1. A política de cultura que o PCP defende assenta na concepção de que a democracia cultural é indissociável das dimensões política, económica e social que são inerentes à própria democracia e que constituem as condições materiais necessárias para a sua realização.

2.5.2. Nesta perspectiva, o PCP defende não só uma concepção aberta, plurifacetada e comprometida de Cultura, como também uma política para a Cultura que contribua do modo mais eficaz para o desenvolvimento de formas de vida mais livres, justas e fraternas.

2.5.3. No contexto da situação política actual, o PCP afirma que a defesa dos direitos e aspirações culturais do povo português, enquanto uma das grandes prioridades do Estado democrático, assume necessariamente uma carga social transformadora. O PCP sempre lutou por e reconhece a importância nacional que decorre, por exemplo, da criação do Parque Arqueológico de Foz Côa, da Feira de Frankfurt e mesmo da Expo 98, da classificação dos Patrimónios Mundiais de Sintra, Porto e Vale do Côa, do programa do Porto – Capital Europeia da Cultura 2001. Mas projectos que requeriam maior continuidade, designadamente as Redes de Bibliotecas e sobretudo a Rede dos Cine-Teatros, foram sujeitos a mudanças de orientação, hiatos de execução e recuos gravosos. E também é certo que o Governo estiolou, esquecidas as linhas de «reabilitação cultural» que tinham sido assumidas como prioridade de governação e num crescente depauperamento de acções, de linguagem e de poder interventivo, assim como de dotações financeiras para o sector. São visíveis as cruas distorções do sistema, mais atento a absorver novos agentes e a criar institutos de todo inoperantes, senão inúteis, do que a enfrentar a especulação e defender os valores da cultura. A criação de um Ministério específico para o sector da cultura é uma realização política de validade inquestionável, como de resto o PCP de há muito pugnava.

2.5.4. A democratização da Cultura é orientação estratégica dos comunistas para o desenvolvimento democrático de Portugal. Significa isto um novo entendimento da Cultura, considerada não como privilégio nem apenas como mero sector de produção e circulação de mercadorias, mas sobretudo como factor de transformação da vida, assente na elevação do exercício dos direitos culturais e no reconhecimento das necessidades, aptidões e aspirações culturais do povo português.

2.5.5. A preocupante desresponsabilização do Estado democrático em relação aos seus deveres e às suas obrigações sociais e culturais exprime-se, de modo crescente, na tentativa de submeter a lógica relativamente autónoma da Cultura à lógica do mercado, à lei do lucro a todo o custo e à selectividade ideológica. Nesta viragem de milénio, a situação adquire novos contornos de gravidade, devido ao impacto da globalização nas estruturas das sociedades, procurando esmagar a memória colectiva e as identidades.

2.5.6. A construção de uma nova política, uma política de Esquerda – afirmação dos valores humanistas, defesa dos direitos dos trabalhadores, controlo dos grandes

sectores económicos, promoção da justiça social – impõe que o terreno da Cultura seja, também ele, integrado de pleno direito neste âmbito de lutas.

2.5.7. Para o PCP, o Estado democrático não pode substituir nem tutelar, sob quaisquer formas de dirigismo, a criação, a produção e a fruição dos agentes da cultura mas deverá ser um factor fundamental de reforço da democracia cultural.

2.5.8. O PCP define dez objectivos estratégicos para uma política de cultura: o entendimento da cultura como espaço público e factor de transformação da vida e de emancipação colectiva e individual; a crescente generalização do acesso à informação, ao conhecimento, à fruição e à criação culturais e a potenciação dos valores participativos e identitários da cultura popular; o entendimento da cultura como espaço de sensibilização e livre expressão das identidades e aspirações do povo português, no quadro da promoção internacional da cultura portuguesa e de um efectivo diálogo das culturas na sua real pluralidade; o apoio à afirmação do português, na sua diversidade, como língua internacional; o apoio à reabilitação do património cultural e o apoio à criação contemporânea, entendidos ambos como partes da mesma dimensão estratégica; o apoio à formação e profissionalização dos agentes culturais e às instituições populares de produção e comunicação cultural, e o reconhecimento efectivo do seu direito à participação na definição das políticas; a defesa de uma profunda reforma e revitalização do ensino artístico nos seus vários níveis; a defesa de um maior equilíbrio entre as instâncias central, regional e local na perspectiva do acesso das populações à criação e recepção dos bens culturais; a interligação efectiva entre a salvaguarda do Património e a defesa do Ambiente.

2.6. SITUAÇÃO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

2.6.1. A evolução da situação na **comunicação social** nos últimos anos caracterizou-se, a nível estrutural, pelo desenvolvimento de duas tendências que já vinham de trás:

2.6.1.1. Concentração da propriedade dos "media" num cada vez mais reduzido número de grandes grupos económicos, organizados numa estratégia multimédia (juntando imprensa, rádio, TV e novos meios);

2.6.1.2. Alargamento da aplicação das novas tecnologias neste sector, com o consequente aumento e diversificação da oferta, principalmente ao nível da televisão e da internet.

2.6.2. A relação entre estas duas tendências, num quadro geral caracterizado pelo predomínio de políticas ao serviço dos interesses e das pressões do grande capital e da sua ideologia, traduz-se numa evolução de natureza contraditória:

2.6.2.1. Por um lado, assiste-se a um avanço tecnológico propiciador de novas possibilidades para a recolha e a divulgação da informação, a criação de mais canais televisivos, o aparecimento e rápido desenvolvimento do jornalismo digital;

2.6.2.2. Por outro lado, a todas estes avanços e novas possibilidades não corresponde a melhoria da informação, o aumento do pluralismo e do respeito pelas minorias, a definição e concretização de um verdadeiro serviço público.

2.6.3. Com efeito, a introdução das novas tecnologias, constituindo em si um inegável progresso para a produção jornalística, a melhor informação do público e, em geral, para toda a actividade no campo da comunicação, ocorre num contexto que gravemente limita, distorce e perverte os seus efeitos, nomeadamente com o reforço da concepção dos media enquanto negócio e o crescente predomínio da vertente comercial sobre as vertentes informativo e formativa.

2.6.4. Os grandes grupos económicos nacionais, em aliança crescente com grupos transnacionais, desempenham um papel determinante – pelo seu peso próprio e por acção de arrastamento – nos vários domínios da informação e da comunicação, impondo implacavelmente a sua lógica baseada na maximização dos lucros e na desinformação e manipulação de uma opinião pública a quem não são proporcionadas outras alternativas de escolha.

2.6.5. Aos grupos já anteriormente dominantes houve outros que vieram juntar-se (telecomunicações) e outros que estão a reforçar a sua posição (banca), nomeadamente no que se refere ao campo da Internet e os conteúdos por ela veiculados, onde publicidade, informação, entretenimento e comércio se confundem - tornando este sector num campo aberto ao puro negocismo e à especulação.

2.6.6. As consequências desta situação reflectem-se:

2.6.6.1. Na qualidade da informação e programação, cada vez mais dominadas pelos critérios comerciais e pela luta pelas audiências, com o predomínio da superficialidade, do espectáculo, do sensacionalismo, conduzindo a fenómenos de degradação cultural, cívica e humana;

2.6.6.2. Na crescente perda de importância do sector público, não só em termos de peso empresarial mas também enquanto concepção de serviço público – a informação transformada em mercadoria fabricada exclusivamente na perspectiva do lucro e não como um bem social enriquecedor nos planos da cultura, da cidadania e da consciência social;

2.6.6.3. Na degradação da situação laboral da maioria dos jornalistas e de outros profissionais da informação e da comunicação com pressões e condicionamento da sua independência e isenção profissional;

2.6.6.4. Na criação de condições para, sob a capa de uma pretensa objectividade e isenção, praticar uma informação no essencial ao serviço dos interesses dos grupos sociais, económicos e políticos dominantes, assim como levar à prática um falso pluralismo em que os trabalhadores e as suas estruturas representativas, assim como os movimentos e organizações que defendem os sus interesses, nomeadamente o PCP, são sistematicamente silenciados, caricaturados ou caluniados.

2.6.7. Em toda a evolução verificada nos últimos anos, e em que avulta uma calamitosa orientação e gestão da RTP, é indisfarçável a responsabilidade dos governos do PS, devido à sua política de apoio aos grandes grupos económicos e à sua incapacidade para dotar o serviço público (que, em palavras, diz defender) das orientações e dos meios que lhe permitam desempenhar cabalmente o insubstituível papel social que lhe cabe.

2.7. EVOLUÇÃO POLÍTICA E O REGIME DEMOCRÁTICO

2.7.1. A evolução da situação política desde o XV Congresso, nas questões mais marcantes, caracterizou-se pela continuidade em relação aos governos do PSD. A derrota da direita e o seu afastamento do poder não significou a derrota da política de direita.

2.7.2. O PS no Governo prosseguiu e intensificou as privatizações, entregou alavancas económicas essenciais para o desenvolvimento do País aos grandes grupos nacionais e estrangeiros, beneficiários igualmente de escandalosos benefícios fiscais e outras benesses, e limitou direitos, nomeadamente dos trabalhadores.

2.7.3. A descompressão na vida política e na sociedade operada com o afastamento da direita do poder e a chamada política de diálogo preconizada pelo PS não se traduziram no alargamento dos direitos democráticos e no reforço dos valores do 25 de Abril.

2.7.4. A revisão da Constituição de 1997, tal como todas as revisões anteriores, resultou do entendimento entre o PS e os partidos de direita, agravado pelo facto do «negócio» ter sido clara e afrontosamente antidemocrático, chegando-se a paralisar os trabalhos da Assembleia da República tantos meses quantos o PS precisou para ultimar o negócio com o PSD.

2.7.5. A base objectiva e subjectiva para os entendimentos do PS com os partidos de direita em matéria de revisão constitucional assenta na comunhão de ideias, de projectos e de práticas políticas em questões capitais definidoras da arquitectura de um regime jurídico-constitucional que dê corpo às responsabilidades comuns na liquidação de profundas transformações económicas, sociais e culturais, resultantes da Revolução de Abril e que obtiveram ampla consagração constitucional.

2.7.6. A última revisão da Constituição, bem como as anteriores, não teve por objectivo aperfeiçoar o sistema político, reforçar os valores democráticos de Abril, de liberdade, de justiça social, de democracia directa, de submissão do poder económico ao poder político, de solidariedade e de amizade com os povos, mas de prosseguir, alargar e consolidar o longo processo revisionista e descaracterizador do regime democrático, constitucionalizando os avanços na liquidação de conquistas e valores de Abril.

2.7.7. A revisão de 1997 abriu portas para adulterações da democraticidade das eleições Presidenciais, para a Assembleia da República e para as Autarquias; enfraqueceu direitos dos trabalhadores, como o direito à greve; eliminou marcas democráticas da Revolução de Abril como referências à apropriação colectiva dos meios de produção e solos. Fazendo depender a regionalização do referendo, resultante do «negócio» PS/PSD, o PS tornou-se o principal responsável não só pela não concretização desse princípio constitucional mas igualmente por se ter criado o precedente perigoso de se poderem referendar princípios constitucionais.

2.7.8. A Constituição, apesar das mutilações que sofreu, da violação de preceitos nela contidos e da falta de regulamentação efectiva de muitos outros, continua a consagrar conquistas democráticas fundamentais e a ser importante instrumento de luta pela sua defesa e efectivação.

2.7.9. O PCP, defendendo princípios fundamentais consagrados na Constituição, continuará a intervir para fortalecer os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; aprofundar os direitos dos trabalhadores e os direitos sociais; reforçar o papel da Assembleia da República face ao Governo e tornar efectiva a democracia participativa.

2.7.10. A tomada de assalto do aparelho de Estado, com os milhares de empregos para os «boys» do PS, deu corpo a uma política marcada pelo nepotismo, a corrupção e o entrelaçamento entre o Estado, o aparelho do PS, a prática restauração dos grandes grupos económicos, o crescente domínio do poder político pelo poder económico, os grupos económicos e uma enorme diversidade de organizações formais e informais, não sujeitas a mecanismos de controlo democrático.

2.7.11. Importantes decisões são tomadas, ou pelo menos preparadas, nas redes de conexões de influências e interesses e mesmo em estruturas «informais» — no Fórum de Davos, no Grupo Bilderberg, nos Seminários e Conferências dos «grupos de pensamento» e Fundações, nas reuniões das «elites» financeiras, nos salões iniciáticos das maçonarias, da Opus Dei e de outras «ordens» e «obediências», colocando o Estado ao serviço de lobbies e interesses financeiros.

2.7.12. É cada vez mais frequente a rotação de quadros entre altas funções de Estado e estruturas decisórias de grupos financeiros nacionais e transnacionais e é cada vez maior e mais complexa a fusão das posições determinantes nos aparelhos partidários que dão suporte às políticas neoliberais, nos órgãos de soberania e de poder político e administrativo.

2.7.13. O quadro com que o País está hoje confrontado, em matéria de influência ilegítima do poder económico e interesses ocultos no poder político, comporta graves sintomas e perigos acrescidos de perversão e deslegitimação da democracia política que é indispensável e urgente denunciar e combater.

2.7.14. O combate à perversão do regime democrático exige uma conduta ética na política e o primado da política sobre a economia, a defesa da democracia representativa e o aprofundamento da sua componente participativa, a legalidade, legitimidade, transparência e controlo democrático e judicial dos órgãos de soberania e outras instâncias de decisão, uma intervenção sustentada e eficaz das autoridades judiciais no combate á criminalidade económica, à corrupção, ao branqueamento de capitais, às associações criminosas e ao financiamento político oculto.

2.7.15. Os direitos e em particular os direitos dos trabalhadores, apesar da sua consagração constitucional — e, consequentemente, parte integrante do regime democrático saído da Revolução de Abril, cabendo por isso ao Estado velar pelo seu cumprimento e efectivação — sofreram novos e significativos ataques, no período de vigência do Governo PS, quer pelo enfraquecimento e esvaziamento de direitos, quer mesmo pela sua limitação.

2.7.16. Importantes direitos constitucionais como o direito ao trabalho, à segurança no emprego e ao exercício do controlo de gestão, continuam letra morta para muitos milhares de portugueses.

2.7.17. Procurando responder às aspirações e exigências do patronato, o Governo do PS ensaiou uma das mais vastas e violentas tentativas de revisão da legislação laboral, pondo em causa conceitos fundamentais integrantes do direito do trabalho, como o do salário, do horário, do emprego, das férias, etc..

2.7.18. O direito à contratação tem vindo a ser esvaziado por processos conjugados (concertação social, resistência patronal, não cumprimento das convenções); mutila-se o direito à greve, pelas pressões e limitações patronais, pelo recurso extensivo e abusivo aos serviços mínimos e pela requisição civil.

2.7.19. O direito de participação dos trabalhadores na elaboração da legislação laboral foi esvaziado de conteúdo, tornando-o uma mera questão formal. Entretanto, a consagração do direito das grandes organizações patronais participarem na elaboração da legislação laboral, ao arrepio da opção constitucional, inscreve-se na linha de reforço do poder do patronato. Actuações ilegais do grande patronato gozam da mais completa impunidade.

2.7.20. As privatizações traduziram-se, no plano social, em perda de postos de trabalho, de direitos, em limitações à intervenção das organizações dos trabalhadores e à liquidação dos direitos ao controlo de gestão e de participação democrática dos trabalhadores na vida das empresas.

2.7.21. O esvaziamento dos mecanismos de participação das populações, a tentativa de aprovação da chamada lei do Corte de Estradas e dos impactos ambientais, acentuam um pendor repressivo e regressivo no que toca ao direito de participação democrática das populações e dos cidadãos.

2.7.22. A concretização, na revisão constitucional de 1997, por acordo entre o PS e o PSD, da admissibilidade de círculos uninominais para a Assembleia da República, tornaram iminentes os perigos de novos entendimentos entre estes dois partidos para, em Lei Eleitoral a aprovar por maioria de dois terços, consagrar mecanismos de engenharia eleitoral destinados a forçar artificialmente a bipartidarização da representação parlamentar, com a invocação da necessidade de «reforma do sistema político», da «aproximação dos eleitos aos eleitores», ou de chavões como a «representação proporcional personalizada».

2.7.23. Os partidos que mais contribuem para desacreditar a actividade política, para transformar as eleições para a Assembleia da República em meras escolhas entre candidatos a primeiro-ministro e para afastar os cidadãos de uma real participação no exercício do poder, procuram, através da introdução de círculos uninominais e eventualmente de novas reduções do número de deputados, anular na prática a proporcionalidade do sistema eleitoral e colocar os eleitores perante o falso dilema de ter de escolher entre um dos dois maiores partidos.

2.7.24. A chamada «reforma do sistema político», através da qual o PS e o PSD pretendem assegurar a hegemonia da representação parlamentar, representaria, a concretizar-se, um grave atentado à democraticidade do sistema eleitoral e um condicionamento inaceitável da liberdade de escolha dos eleitores.

2.7.25. A reforma democrática do Estado e do sistema político, que o PCP defende, orientada para a ampliação dos direitos, liberdades e garantias democráticas, exige que se reforce a liberdade, a justiça, a democracia, a política social, cultural e ambiental. Ao contrário, o PS e os partidos de direita apontam no sentido de garantir uma maior intervenção do Estado a favor dos grandes grupos económicos e a alteração das leis eleitorais de modo a fabricar artificialmente maiorias e a garantir a rotatividade dos partidos do "Bloco Central".

2.7.26. A realização da democracia económica não

é possível com a política de privatizações, que privando o Estado de alavancas económicas essenciais à execução de uma política ao serviço do Povo, conduz à subordinação do poder político pelo poder económico e à dominação do capital estrangeiro.

2.7.27. A realização da democracia social não é possível com uma política que desresponsabiliza o Estado de funções sociais básicas, restringindo a sua intervenção a uma cada vez mais limitada efectivação e garantia dos direitos sociais em matéria de saúde, educação e segurança social, numa lógica de transformação dos utentes em clientes.

2.7.28. O País e o desenvolvimento do regime democrático precisam de um aparelho de Estado e de uma Administração Pública capazes de assegurar uma gestão diversificada, qualificada e eficaz de acordo com as necessidades do desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental da sociedade e da efectivação de amplos direitos e liberdades democráticos.

2.7.29. A qualidade dos serviços que a Administração Pública deve prestar a todos os portugueses impõe que seja assegurada uma racional estratégia de modernização, desburocratização, descentralização e desconcentração, com carácter sistémico, dignificando, por um lado, a própria Função Pública e promovendo, por outro, o respeito dos seus utentes.

2.7.30. Ao nível dos **Órgãos de Soberania**, continua a registar-se a necessidade imperiosa de concretização plena do princípio da separação e da interdependência entre órgãos, de reforço do papel legislativo e fiscalizador da Assembleia da República, e bem assim da plena assunção do Estatuto de Oposição.

2.7.31. A quase concentração de poderes num só partido, como aquela que se verifica actualmente, reflecte-se de forma muito significativa numa clara redução da eficácia do exercício democrático.

2.7.32. Os avanços no plano da democracia exigem um **Poder Local** fortalecido. A intenção do Governo em alterar o sistema eleitoral para as autarquias locais, com o objectivo de acabar com a eleição directa e proporcional das câmaras municipais, extinguir a representação pluralista nas vereações municipais e substituí-la por executivos monocolores (que se pretende estender às juntas de freguesia) constituídos e dirigidos por um só partido, é particularmente grave.

2.7.33. A alteração do actual sistema eleitoral, com provas dadas em matéria de eficácia, estabilidade, pluralidade, garantia de controlo democrático e expressão directa da vontade popular, por um sistema orientado para garantir o controlo absoluto por parte da força maioritária constitui, a ser acolhido, um factor de irremediável empobrecimento da vida democrática e de concentração absoluta de poderes unipessoais, com inegáveis prejuízos na transparência da acção das autarquias e nas condições da sua fiscalização.

2.7.34. A não criação das **Regiões Administrativas** em resultado do referendo de 1998 constitui um rude golpe no inadiável processo de descentralização e de reforma da Administração no sentido de a aproximar das populações e abrir espaço a novas opções assentes em soluções de centralização e concentração dos processos de decisão e controlo das políticas de desenvolvimento regional.

2.7.35. A regionalização constitui um instrumento para a democratização do Estado, para um desenvolvimento regional equilibrado que promova a coesão territorial, para uma reforma racional da Administração e para uma efectiva participação das populações nos processos de decisão que lhes dizem respeito.

2.7.36. O PCP continuará a lutar pela criação das condições necessárias à instituição das Regiões Administrativas tal como estão previstas na Constituição, precedida de um amplo processo de consideração das suas áreas com base no debate público alargado e na participação dos municípios.

2.7.37. No que respeita às **Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira**, impõe-se o desenvolvimento de uma nova fase do exercício da autonomia visando valorizar e credibilizar as suas funções em todas as suas vertentes, tornando-a eficaz no cumprimento das suas funções de combater e vencer as desigualdades sociais e as assimetrias locais, e de resolver os problemas específicos das populações das Regiões Autónomas.

2.7.38. A política de Justiça ao longo dos últimos cinco anos ficou marcada pelo acentuar dos traços de uma grave crise.

2.7.39. A morosidade não foi enfrentada, o sistema judicial de há muito não estava, e continua a não estar, preparado para responder ao crescimento da litigiosidade e aos novos tipos de criminalidade mais complexa e sofisticada.

2.7.40. Os cidadãos, particularmente os de mais fracos recursos, quando se trata de fazer valer os seus direitos, liberdades e garantias, continuam confrontados com uma justiça lenta, cara e distante.

2.7.41. O arrastamento infindável dos chamados mega-processos, envolvendo crimes de «colarinho branco», a excessiva morosidade dos processos e das investigações dos casos de corrupção, favorecimento e tráfico de influências, de grande tráfico de droga e branqueamento de capitais, etc., estão na base da descredibilização crescente de um sistema de justiça que favorece objectivamente as classes dominantes e os poderosos, em detrimento dos mais desfavorecidos, dos trabalhadores, das classes e camadas com menos condições.

2.7.42. A essa justiça de classe, aos seus defensores e beneficiários interessa não apenas manter o statu quo, mas sobretudo afrontar e impedir o desenvolvimento e aprofundamento de três aspectos fundamentais num

Estado de direito democrático: a independência dos magistrados face ao poder político, a democratização da justiça e a igualdade dos cidadãos no acesso aos tribunais e na realização da justiça.

2.7.43. A degradação da situação da justiça tem vindo a criar condições de especial vulnerabilidade do poder judicial face a estratégias que continuam a apostar no seu enfraquecimento e instrumentalização, na limitação da independência dos tribunais — o que constitui um sério risco para o próprio regime democrático constitucional.

2.7.44. Simultaneamente, o actual governo do PS, ao mesmo tempo que preconiza e leva a cabo algumas medidas de sentido positivo, ainda que pontuais e paliativas, prossegue, ou tende a prosseguir, políticas de fundo cujos propósitos devem ser denunciados e frontalmente combatidos.

2.7.45. Estão neste caso: as políticas de favorecimento de entidades privadas na área notarial, com prejuízo do notariado público, e da sua modernização, como garante da fé pública; a projectada substituição das funções do Ministério Público de consulta jurídica na área laboral por escritórios de advogados; a anunciada introdução de critérios de oportunidade em matéria de investigação criminal; o enfraquecimento das garantias dos cidadãos por via da diminuição do controlo judicial sobre as polícias e os órgãos de polícia criminal, tornando possível uma policialização e mesmo governamentalização da instrução criminal.

2.7.46. A crise na justiça, e na sua administração, é o reflexo da crise que se acentua na sociedade — económica, social e de valores. O sistema judicial, incluindo o subsistema prisional, são chamados a resolver problemas originados a montante, na exclusão, na droga, no consumismo e que os governos e as políticas capitalistas não podem nem querem solucionar.

2.7.47. O PCP tem sido uma força política particularmente interveniente na área da justiça, aliando à denúncia das causas da crise uma iniciativa responsável e séria, quer através da reflexão e do debate público, quer de inúmeras tomadas de posição, quer, sobretudo, por via da apresentação de propostas políticas e legislativas que concretizam medidas necessárias para ultrapassar a crise existente.

2.7.48. O PCP defende como grandes orientações estratégicas para a justiça: a defesa de uma posição de independência do poder judicial; uma justiça de maior proximidade, mais acessível, mais pronta e menos onerosa, com a implementação rápida, no terreno, da nova instância judicial dos Julgados de Paz; a garantia aos cidadãos de menores recursos de uma justiça de maior qualidade, através da criação de um Instituto Público de Acesso ao Direito e, no seu âmbito, da figura do Defensor Público; conjunto de medidas práticas e correctoras do aparelho judiciário em ordem a resolver os bloqueamentos e a situação de ruptura a que chegaram os tribunais; combate à morosidade processual; maior eficácia na prevenção, investigação e combate ao crime, quer nacional quer transnacional; incremento ponderado de estruturas e formas de resolução extrajudicial de conflitos; dignificação e humanização do sistema prisional e concretização de verdadeiras políticas de reinserção e ressocialização.

2.7.49. Em cinco anos de Governo PS, **a política de Administração Interna e de Segurança**, pese embora algumas orientações e medidas positivas, traduziu-se no essencial pelo acentuar da insegurança e intranquilidade das populações, graves insuficiências no combate ao crime e pela incapacidade de criar um clima de estabilidade e confiança nas Forças de Segurança e pela ineficácia no combate ao crime.

2.7.50. O direito constitucional das populações e dos cidadãos à segurança e à tranquilidade está longe de ser cumprido e, em aspectos significativos, a situação agravou-se. Os portugueses continuam a não dispor da suficiente e necessária protecção face à criminalidade. As suas vidas são cada vez mais devassadas e policiadas. É marcante a ausência de uma estratégia clara, no sentido de privilegiar os factores de prevenção, da completa desmilitarização e efectiva civilização das Forças de Segurança, permanecendo em relação à GNR, tendências para o reforço da sua militarização, incluindo pretensões de alguns sectores políticos e militares de a transformar no quarto ramo das Forças Armadas, a não ser contrariado, levaria ao acentuar da confusão entre política de defesa e política de segurança, com pesados perigos para os direitos democráticos.

2.7.51. Por outro lado, a falta de determinação política, de meios e de formação adequada para o combate ao crime organizado e violento e ao tráfico de droga; as actuações ilegais dos Serviços de Informações e Segurança (SIS); os casos de intolerável violência policial; uma política de imigração com características xenófobas e racistas, no espírito dos Acordos de Schengen; a crescente integração nas políticas europeias de segurança (Europol, Serviços de Informação Schengen) determinam limitações graves à liberdade dos cidadãos e à soberania nacional.

2.7.52. O Governo PS continuou, ao longo destes cinco anos, a negar aos profissionais das Forças de Segurança a satisfação de importantes e justas reivindicações socioprofissionais, bem como o direito ao associativismo representativo, com destaque para a falta de empenhamento na criação do sindicalismo na PSP.

2.7.53. A acção dos membros das Forças de Segurança, através das suas estruturas representativas, no sentido de corporizar justas e legítimas aspirações e direitos e de afirmar o associativismo, tem-se revelado de extraordinária importância para acelerar o processo

de modernização, desmilitarização, judicialização e democratização destas forças e da sua missão de segurança pública.

2.7.54. Para o PCP, uma política verdadeiramente democrática em matéria de Administração Interna e de Segurança é indissociável de uma política de desenvolvimento integrado de justiça social, de melhor qualidade de vida no plano económico, cultural, urbano, de reconhecimento dos direitos e de inserção dos imigrantes e das minorias étnicas, de prevenção da toxicodependência, de combate resoluto o crime organizado, de uma efectiva desmilitarização e democratização das Forças de Segurança.

2.7.55. O PCP, norteado por princípios orientadores visando o reforço do regime democrático, desenvolveu, no campo da acção política e das instituições, um conjunto de iniciativas políticas sem paralelo no quadro partidário, promovendo debates sobre grandes problemas, intervindo para dar solução aos problemas, apresentando projectos legislativos, dos quais se destacam o Projecto de Grandes Opções de Segurança Interna, a criação dos Conselhos Municipais de Segurança, bem como outros projectos tendentes à democratização das Forças de Segurança e ao alargamento de direitos dos profissionais.

2.7.56. O PCP, continuará a intervir para a concretização de uma política capaz de assegurar às populações a efectivação do direito democrático e constitucional à segurança, combatendo o crime, defendendo a legalidade democrática, defendendo o carácter civilista e judicializado das Forças de Segurança e a sua proximidade dos cidadãos, dotando-as de um código deontológico e de uma formação técnico-profissional adequada e humanizada, recusando o envolvimento de Portugal em forças e em acções de polícia supranacionais, promovendo a melhoria das condições de trabalho dos profissionais, reforçando os seus direitos, incluindo o direito ao associativismo socioprofissional para a GNR e sindical para a PSP.

2.7.57. Os Serviços de Informações, supostamente criados para a defesa do regime democrático e obrigados a actuar no quadro da legalidade e do respeito pelos direitos dos cidadãos, registam um longo rol de actividades e de crises internas em aberta e frontal violação da legalidade democrática.

2.7.58. A situação nos Serviços de Informações, que nos tempos do cavaquismo chegaram a actuar quase como polícia política e a envolver-se em intervenções ilegais de provocação e espionagem a forças sociais e políticas que se opunham ao governo do PSD, não sofreu com o governo PS as alterações necessárias a uma rotura com a situação anterior, desde logo por estes serviços se manterem na dependência de acordos do Bloco Central PS/PSD.

2.7.59. À frente do Sistema de Informações foram mantidas importantes figuras da «comunidade de informações» comprovadamente adversas ao regime democrático constitucional. O Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, em resultado da guerra de interesses e clientelas entre PS/PSD, não funcionou durante quase cinco anos, com todas as consequências do vazio fiscalizador.

2.7.60. A profunda crise que atravessou o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM) na sequência da denúncia da vigilância de oficiais generais das Forças Armadas, determinada por ordens de Veiga Simão, confirma que estes serviços afrontam a Lei e o Estado de Direito.

2.7.61. Acrescem ainda, ao longo destes anos, diversas situações de fundadas suspeitas de uso ilegítimo de órgãos e serviços das áreas de segurança interna e de defesa para actividades ilegais de espionagem contra cidadãos e organizações sociais «desafectas». Seja a recolha de «informação de pré-inquérito» ou a «criação de serviços de informações» em diversas polícias, seja a utilização pela «comunidade de informações» da Autoridade Nacional de Segurança — a quem compete a credenciação de segurança no âmbito NATO e afins —, seja a participação, sem cobertura legal, em reuniões com o FBI e outras policias da Europa para usufruto das escutas ilegais recolhidas pela rede de satélites espiões Echelon.

2.7.62. Face a este quadro o PCP considera que a defesa do regime democrático exige que a actividade do sistema e dos serviços de informações seja estritamente limitada à garantia dos princípios e direitos constitucionais, ao respeito pela Lei e o Estado de Direito Democrático, e sujeita a um controlo democrático e judicial efectivo e eficaz, e preconiza a interdição absoluta de quaisquer outras actividades em matéria de recolha de informações e uma actuação substantiva de formação, prevenção e vigilância nesta matéria.

2.7.63. A política de Defesa seguida pelo Governo PS e secundada pelo Presidente da República tem sido claramente contrária às normas constitucionais, pelos objectivos para a reestruturação das Forças Armadas que dão primazia ao envolvimento externo, pela degradação das funções constitucionais que lhe são atribuídas em primeiro lugar, pelo envolvimento em acções militares externas subordinadas aos interesses das grandes potências imperialistas, sem decisões da Assembleia da República e em flagrante violação do direito internacional e pela crescente participação de sectores das Forças de Segurança em missões externas de características militares.

2.7.64. Na área da Defesa Nacional e Forças Armadas, em cinco anos, o Governo do PS não só não deu resposta a nenhum dos problemas fundamentais e prementes que têm vindo a afectar a instituição e os militares, como criou novos problemas, nomeadamente com a forma precipitada e inadequada como se tratou a

questão do Serviço Militar Obrigatório. Ao não dar resposta a nenhum dos problemas estruturais das Forças Armadas, o PS tem particulares responsabilidades na debilitação das capacidades nacionais de defesa e na promoção de um clima de inquietação e mal-estar entre os militares.

2.7.65. Fazendo da projecção de força no plano externo a pedra angular da sua política, o PS, no esteio dos caminhos iniciados pelo PSD, aparece fortemente empenhado no processo de militarização da UE, apoiando a inclusão da UEO na UE e a constituição de uma força militar europeia, funcionando como pilar europeu da NATO. Por outro lado, apoiou entusiasticamente o novo Conceito Estratégico da NATO e a sua concepção intervencionista em qualquer parte do globo.

2.7.66. Trata-se de um indesejável e perigoso caminho que não serve os povos, a paz e a cooperação.

2.7.67. Partindo de uma visão estratégica padronizada pelos conceitos NATO, o Governo PS, tem produzido um arrazoado legislativo contraditório, incongruente e potenciador de injustiças, pondo não raras vezes em causa o próprio prestígio das Forças Armadas e gerando sentimentos, entre os militares, de menorização social.

2.7.68. A ausência de medidas de apoio e valorização do Sistema de Autoridade Marítima, ao mesmo tempo que, paulatinamente, o Governo procedeu à transferência de competências para a área marítimo-portuária não mais constituiu do que o prosseguimento da política que tem vindo a criar sucessivos estrangulamentos a um Sistema de Autoridade Marítima credível e actuante, bem como pode comprometer a autoridade do Estado nesta importante área.

2.7.69. Por outro lado, as opções na área do reequipamento têm contribuído para aumentar a fragilidade das FA na sua capacidade e vocação de cumprir as missões que constitucionalmente lhe estão atribuídas.

2.7.70. Paralelamente, estes últimos anos ficam também marcados pelo reforço da consciência, por parte dos militares, quanto aos seus direitos, em defesa dos seus interesses socioprofissionais, mas também quanto à necessidade e urgência de medidas claras e coerentes que permitam às Forças Armadas serem dotadas das capacidades indispensáveis ao cumprimento das suas missões.

2.7.71. Através de pequenas ou mais expressivas movimentações (como as registadas entre Maio e fins de Junho de 1999), de colóquios e debates, da apresentação de propostas, as associações militares — com destaque para a Associação Nacional de Sargentos (ANS) e a Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA) — têm reforçado o seu papel e são hoje uma insofismável e incontornável realidade que marca o quotidiano, apesar da manutenção das retrógradas limitações impostas pelo artigo 31 da Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas e de algumas vozes críticas que ainda se ouvem no topo da hierarquia militar.

2.7.72. A afirmação e o desenvolvimento do associativismo militar de carácter socioprofissional, através das associações atrás citadas, bem como da Associação dos Militares na Reserva e Reforma (ASMIR) e de outros processos associativos que despontam, constituem, pelo carácter da sua acção, quer um importante elemento de aprofundamento democrático da instituição militar, quer um elemento de preservação identitário, no quadro do processo global de integração na UE com as suas crescentes dinâmicas de carácter federal.

2.7.73. O PCP assumiu claramente na acção política geral e junto das instituições, em particular na Assembleia da República, uma política de defesa e das Forças Armadas em conformidade com a Constituição e a defesa do regime democrático, condenou o envolvimento de Forças Armadas portuguesas em guerras de agressão a outros povos e pugnou pelo associativismo militar e a satisfação de reivindicações socioprofissionais dos militares.

2.7.74. O PCP defende como linhas orientadoras para uma política de defesa alternativa a promoção de um amplo debate nacional do qual resulte a definição das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, assentes na defesa do princípio constitucional da afectação das FA às missões nacionais; a consagração do associativismo socioprofissional e elaboração de uma nova legislação no âmbito da justiça e disciplina militar, de matriz constitucional; a reestruturação das indústrias de defesa; a valorização do Sistema de Autoridade Marítima; o progressivo desvinculamento da estrutura militar da NATO e oposição à consumação dos projectos em curso de militarização da UE e potenciamento da ONU e da OSCE como estruturas privilegiadas para a segurança e cooperação internacional; a ponderação, caso a caso, e à luz do respeito pelo direito internacional, da participação portuguesa em missões militares externas no âmbito dos sistemas de segurança colectiva (ONU e OSCE).

3
A LUTA DE MASSAS, A INTERVENÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO PARTIDO

3.0. INTRODUÇÃO

3.0.1. No tempo que mediou entre o XV e o XVI Congresso a luta de massas, pela sua dimensão, combatividade, objectivos, pela diversidade na sua participação, constituiu um factor determinante no combate à política de direita e para o esclarecimento da verdadeira natureza dessa política.

3.0.2. No desenvolvimento da luta de massas, tendo como eixo central e mais dinâmico a luta dos trabalhadores, criou-se no plano objectivo uma frente social alargada envolvendo, para além da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, agricultores, intelectuais, estudantes, mulheres, reformados, pequenos e médios empresários, e outros sectores e camadas sociais que com graus e formas diversos, procuraram defender interesses e direitos concretos e específicos atingidos pela política anti-popular do Governo PS.

3.0.3. No decurso do seu primeiro mandato o Governo PS, aproveitando as expectativas criadas, exercitando o diálogo como forma diferenciada de fazer política, instrumentalizando a concertação social, iludindo as características e conteúdos essenciais da sua política de direita com medidas pontuais de natureza positiva, conseguiu, numa primeira fase, neutralizar a luta de vários sectores de trabalhadores e outras classes e camadas sociais, e até reforçar as suas posições eleitorais.

3.0.4. A força da realidade, o agravamento dos problemas com que se confrontaram e confrontam praticamente todas as classes e camadas não integrantes da grande burguesia constituíram factores de evolução da consciência social e de transformação do descontentamento difuso em protesto e em luta.

3.0.5. A larga frente social, protagonizada na luta de massas, não se traduziu numa arrumação de forças no plano político conducente à viabilização de uma verdadeira alternativa.

3.1. OS TRABALHADORES COMO MOTOR DA LUTA DE MASSAS

3.1.1. A luta em torno das 40 horas e em defesa das pausas, contra o pacote laboral, por melhores salários e pelo emprego com direitos, foram os elementos essenciais para uma nova tomada de consciência da ofensiva articulada do Governo PS com o grande patronato.

3.1.2. Teve grande significado a longa e dura luta dos trabalhadores têxteis, que através de greves, manifestações e concentrações não só garantiram as pausas como parte integrante do trabalho efectivo, como constituíram o primeiro abalo em todo o processo que decorria na concertação social, onde se preparava um profundo golpe na legislação do trabalho.

3.1.3. É a partir das propostas de lei altamente gravosas para os trabalhadores, que no seu núcleo duro visavam alterar os conceitos de emprego, salário, horário, o direito a férias, em paralelo com o direito à Segurança Social, que se desencadeia o mais amplo e combativo movimento de luta dos últimos anos, dirigida pela CGTP-IN.

3.1.4. O PCP, através da sua intervenção directa, articulada com uma combativa intervenção na Assembleia da República, não só desmascarou os reais objectivos do Governo, como estimulou e mobilizou os trabalhadores para a luta contra legislação laboral proposta pelo Governo PS.

3.1.5. Foi a luta que levou o Governo a adiar, a alterar e a abandonar algumas das propostas mais graves.

3.1.6. A luta reivindicativa, apesar de não ter estado sempre ao nível da gravosa ofensiva contra os direitos sociais e laborais, envolveu milhares de trabalhadores em pequenas e grandes lutas nas empresas e nos sectores da indústria e dos transportes, dos serviços e da Administração Pública.

3.1.7. Todas essas lutas, na maioria sem visibilidade nos órgãos de comunicação social, foram decisivas para se alcançar aumentos salariais, mais regalias e, simultaneamente, desbloquear e influenciar processos de negociação da contratação colectiva, designadamente no sectores da metalurgia e minas, da química, do comércio e da hotelaria.

3.1.8. O Governo, ao tentar dar a força do exemplo ao grande patronato através da contenção e desvalorização dos salários na Administração Pública e nas empresas públicas, motivou o desencadeamento de um forte movimento reivindicativo sustentado em poderosas greves e manifestações de rua, designadamente as que foram realizadas pelos trabalhadores da Administração Pública, das cimenteiras, da energia e petrolíferas, do sector rodoviário e ferroviário. As expressões mais convergentes e participadas dos diversos sectores em luta aconteceram em 25 de Março de 1999 e 23 de Março de 2000, nas manifestações em Lisboa, convocadas e

organizadas pela CGTP-IN e, posteriormente na manifestação de 19 de Junho, realizada no Porto, por altura da Cimeira da Feira.

3.1.9. A luta contra o desemprego, os despedimentos e a precariedade, apesar de em alguns casos e, particularmente, em grandes empresas, ter sido fortemente condicionada pelas rescisões negociadas e pelas reformas antecipadas que afastaram milhares de trabalhadores mais conscientes, assumiu uma grande diversidade de formas e inovação, particularmente quando envolveu trabalhadores precarizados.

3.1.10. A luta contra as privatizações e a liquidação do Sector Empresarial do Estado, ficando aquém das necessidades, considerada a dimensão da ofensiva, ainda assim impediu em muitos sectores e empresas que a perda de direitos e regalias adquiridos fossem tão longe como o Governo e os detentores do capital pretendiam.

3.1.11. Considerando a dimensão da ofensiva social em que, por via legislativa ou práticas repressivas de violação ou omissão da efectividade dos direitos em que estiveram em causa os pilares fundamentais do direito do trabalho, são notáveis os resultados da acção e da luta dos trabalhadores. Evoluiu positivamente a convergência e a articulação das lutas no tempo e no espaço. Novos sectores e novos trabalhadores participaram em greves e manifestações procurou-se um maior envolvimento dos trabalhadores com vínculo precário, valorizou-se mais a acção reivindicativa e a luta pelos salários.

3.1.12. O Partido, através de células e organismos e dos seus membros nas estruturas unitárias, desempenhou um papel fundamental no impulso, na mobilização e na organização da luta dos trabalhadores.

3.1.13. Sem prejuízo do papel próprio das estruturas unitárias, em alguns casos as células e organismos do Partido prepararam, organizaram e dirigiram a luta nas suas diversas fases, embora em concretas situações o Partido se eximisse às tarefas que lhe competiam, com todas as consequências no desenvolvimento do trabalho e da ligação às massas, no alargamento da sua influência política e eleitoral e no recrutamento de novos militantes.

3.1.14. As campanhas nacionais de contacto com os trabalhadores, constituindo um elemento de grande valor para as alertar e consciencializar a partir dos seus problemas concretos e das ameaças decorrentes da ofensiva aos seus direitos, demonstraram possibilidades e potencialidades de alargamento da influência e do prestígio do Partido, facilitaram a aproximação dos trabalhadores ao Partido, mas não são substitutivas da acção e organização quotidiana nas empresas e locais de trabalho, condição para o alargamento e consolidação dessa influência.

3.2. A LUTA DE OUTRAS CLASSES, CAMADAS E GRUPOS SOCIAIS E DAS POPULAÇÕES

3.2.1. As acções e a luta de múltiplas classes e camadas sociais, por objectivos específicos ou mais gerais, convergindo objectivamente ou simplesmente coincidindo com a luta dos trabalhadores, constituíram um valioso contributo para a amplitude e combatividade da luta de massas, para o alargamento da frente social que se opõe à política de direita do Governo PS.

3.2.2. Num quadro vasto de acções concretas, destacam-se:

3.2.2.1. As lutas travadas pelos agricultores conseguiram importantes vitórias parciais (reconhecimento institucional da Confederação Nacional da Agricultura – CNA, a adopção do princípio da modulação na distribuição das ajudas comunitárias, indemnizações em situações de intempéries climáticas, redução e, em poucos casos, eliminação das medidas mais gravosas de alguns projectos de regulamentações comunitárias mais gravosas, etc.) e, fundamentalmente, travaram uma mais forte deterioração dos rendimentos e agravamento das condições de vida dos agricultores.

3.2.2.2. As lutas dos jovens, em particular as grandes lutas dos estudantes do Ensino Secundário pela melhoria das condições nas escolas e no ensino, contra o numerus clausus e pela suspensão da Revisão Curricular, o movimento dos estudantes do Ensino Superior ao longo destes quatro anos pela melhoria da qualidade das escolas e do ensino, tendo-se destacado a manifestação nacional de 1998 contra a Lei de Financiamento do Ensino Superior e contra o aumento das propinas; a participação activa de jovens trabalhadores em várias lutas e greves de sectores e empresas, a intervenção e contestação de milhares de jovens, contra a co-incineração e outras violações ambientais.

3.2.2.3. A luta organizada das mulheres, com expressão na sua participação activa no movimento sindical, nas organizações sociais e culturais e em defesa dos seus direitos específicos. Ao longo dos últimos anos, as trabalhadoras assumiram uma presença activa, e por vezes destacada, nas diversas lutas promovidas pelos trabalhadores, pelos agricultores, juventude e reformados, em torno de reivindicações (como as 40 horas, contra o pacote laboral, por trabalho com direitos, por aumento de pensões e reformas, entre outras) que não sendo específicas das mulheres, destas classes e camadas sociais, têm, contudo, fortes incidências na sua situação enquanto cidadãs, trabalhadoras e mães. Assumiu particular amplitude a luta das mulheres em defesa da sua saúde reprodutiva, pela aprovação na Assembleia da República de uma lei de despenalização do aborto, contra as cedências do PS aos partidos da direita e sectores mais conservadores na realização do referendo,

que se realizou a 28 de Junho de 1998. Este foi o momento especial de convergência na batalha de esclarecimento de organizações de mulheres, do movimento sindical, de várias organizações sociais, do PCP, da JCP e de homens e mulheres de quadrantes políticos diversos.

3.2.2.4. As lutas dos reformados e deficientes traduziram-se em numerosas acções próprias ou inseridas em jornadas gerais, envolvendo muitos milhares de reformados e deficientes, com destaque para as grandes manifestações e concentrações nacionais e as iniciativas junto dos órgãos de poder, tendo como objectivo reivindicar melhores condições de vida.

3.2.2.5. A luta das populações, no quadro da luta social e política, pela sua quantidade, extensão geográfica e diversidade de objectivos, o seu carácter de massas e, em alguns casos, pela sua projecção mediática e radicalidade que assumiram, obstaculizaram medidas e decisões que atingiram interesses concretos e contribuíram para o descrédito e redução da base social de apoio do Governo. Reflectiram e relevaram as contradições decorrentes das desigualdades de desenvolvimento entre as regiões, o divórcio e o desprezo pela participação popular, o aumento do custo de vida e a degradação das condições dos utentes dos transportes e das funções sociais do Estado, o alastramento da pobreza, da marginalidade, da criminalidade, da corrupção e da toxicodependência. As lutas das populações, tendo, em muitos casos como característica marcante a espontaneidade, revelou formas de acção que ultrapassaram a sua tradicionalidade. Populações inteiras de concelhos e regiões uniram-se em defesa do aparelho produtivo, do desenvolvimento económico e social e do meio ambiente, recorrendo a abaixo-assinados, petições concentrações, vigílias, manifestações, cortes da via rodoviária e ferroviária, impedimento de obras. Face à manutenção de muitos problemas surgiram formas orgânicas com carácter de permanência, designadamente movimentos, comissões de utentes, comissões de luta, comissões e associações de moradores, que deram acompanhamento regular e desenvolveram novas acções. O Partido teve um papel interventivo e de iniciativa no desencadear de muitas lutas, designadamente sobre o aumento dos preços, questões ambientais, resolução de problemas candentes das populações (postos de saúde, melhoria de redes viárias, contra o encerramento de estações e apeadeiros ferroviários e a poluição dos rios e a destruição dos espaços verdes), mas nem sempre as organizações do Partido demonstraram conhecimento real dos problemas, das aspirações e do nível de descontentamento das populações, nem tomaram a iniciativa. O desenvolvimento da lutas das populações em torno de problemas muito diversos, deverá merecer particular atenção e acompanhamento das organizações do Partido, incluindo nas autarquias de maioria CDU.

3.3. A INTERVENÇÃO DO PCP NO COMBATE À POLÍTICA DE DIREITA

3.3.1. Um dos aspectos mais marcantes que caracterizaram a acção do Governo e do Grupo Parlamentar do PS que o suporta na Assembleia da República nestes últimos quatro anos, foi o facto de nos eixos centrais da sua política, marcadamente de direita, ter ido ainda mais longe na subordinação aos interesses do grande capital nacional e internacional, avançando com propostas e medidas, que Cavaco Silva já não teve força para tomar, de que são exemplos: a fúria privatizadora; a insistência nas alterações à legislação laboral com significativos prejuízos para os trabalhadores; a recusa em avançar com uma verdadeira reforma do sistema fiscal; mas também a facilidade com que destacados membros do PS ocupam importantes lugares nos grupos económicos, enquanto pessoas ligadas a estes grupos são chamados a terem responsabilidades na gestão de empresas do sector público.

3.3.2. Fruto do descontentamento de muitos portugueses, particularmente dos trabalhadores, defraudados nas suas legitimas aspirações e expectativas, relativamente à exigência que faziam de uma verdadeira mudança de política e pela qual muito lutaram nos últimos anos do último Governo de Cavaco Silva, tem vindo a crescer o descontentamento popular e naturalmente a alargar-se e a intensificar-se o movimento dos trabalhadores e de outras camadas sociais.

3.3.3. O facto de durante muito tempo ter beneficiado de uma conjuntura económica favorável, de ter utilizado vultuosos meios públicos em acções publicitárias para propagandear a acção governativa, dos efeitos positivos de algumas grandes obras públicas, das muitas inaugurações e acontecimentos de grande impacto mediático, como a Expo 98, não chegou para que o Governo conseguisse esconder a verdadeira natureza das suas políticas, nem iludir os gravíssimos problemas estruturais que se mantêm na sociedade.

3.3.4. A «preocupação com as pessoas» e a promessa solene de que iria fazer uma política diferente do PSD, com que o PS inundou o país nas campanhas eleitorais, procurando introduzir a ideia de que as políticas sociais iriam ser a sua primeira prioridade, é todos os dias desmentida quando se procura pôr em causa importantes direitos dos trabalhadores, quando se mantêm pensões de miséria ou quando de forma injustificada se aumentam os preços de serviços e bens essenciais, dificultando ainda mais a vida da maioria dos portugueses

3.3.5. Estes quatro anos confirmam o PCP como a principal força política, que faz uma verdadeira oposição de esquerda à política do Governo do PS, que lutou e luta por uma verdadeira alternativa política para o país, que na sua intervenção não se confunde com o folclore daqueles que, por razões de propaganda, de oportunismo

político e de eleitoralismo, dizem estar na oposição num dia e, no outro, fazem convergências na Assembleia da República e fora dela, em aspectos fundamentais nos planos, social, político e económico, como acontece frequentemente com os acordos que o PS faz com o PSD e o PP.

3.3.6. O PCP, pela sua natureza e projecto político, pela forma como se identifica com os anseios e aspirações das massas populares e em particular dos trabalhadores, pela sua postura séria e consequente na luta contra a política de direita, tem feito com que se desenvolva em muitos sectores democráticos da sociedade portuguesa o reconhecimento da indispensabilidade da sua intervenção política na construção de uma alternativa de esquerda. O PCP assume-se cada vez mais como a expressão política desta frente social de luta, onde tem um papel insubstituível.

3.3.7. O PCP organizou, apoiou e dinamizou a luta de massas, avançou com campanhas próprias de informação e esclarecimento sobre matérias da maior importância para os portugueses, com particular destaque para as que tiveram como alvo principal os trabalhadores, articulou o esclarecimento e o movimento social de luta, com uma intervenção pronta, diversificada e de grande qualidade política e técnica nas várias instituições onde intervém eleitos comunistas, nomeadamente: na Assembleia da República; no Parlamento Europeu; nas Assembleias Legislativas Regionais e nas Autarquias Locais. As lutas dos trabalhadores e das populações tiveram quase sempre um suporte político e legislativo que permitiram a obtenção em várias situações de importantes vitórias políticas, de que são exemplo entre outras, as relacionadas com a redução do horário de trabalho para as 40 horas, com o pacote laboral impedindo que fossem alcançados todos os objectivos pretendidos, com as alterações por nós propostas no quadro da discussão e aprovação do OE de 99, ao nível do IRS, propostas que depois de aprovadas se reflectiram de forma positiva para centenas de milhar de trabalhadores na diminuição do desconto directo e num maior reembolso já sentido no corrente ano, na luta por um sistema público de segurança social travando, no imediato, as propostas privatizadoras através da fixação de tectos contributivos, com a luta que levou pela primeira vez à redução das tarifas da energia eléctrica, com a luta pelos direitos dos profissionais das forças de segurança.

3.3.8. O PCP esteve sempre presente com uma postura combativa e criativa nas lutas pelas grandes causas políticas e sociais, mas também pelas reivindicações mais imediatas, intervenção sempre determinada pelos interesses do país e dos portugueses, honrando a confiança dum número cada vez maior de portugueses que desejam uma viragem à esquerda na política nacional. Intervenção que, independentemente dos seus resultados imediatos, não deixará de condicionar e influenciar o desenvolvimento do processo político no nosso país no futuro.

3.3.9. Na Assembleia da República, o PCP assumiu-se, permanente e frontalmente, como oposição de esquer-da ao Governo do PS e às suas políticas contrárias aos interesses do País, dos trabalhadores e de outras camadas sociais. Combateu os aspectos mais salientes da política de direita do Governo, fiscalizou a actividade governativa, denunciou as múltiplas convergências e entendimentos do PS e do seu Governo com o PSD e o CDS/PP. Mas foi igualmente um Partido de proposta, fazendo aprovar leis positivas para o povo, apontando políticas alternativas, propondo soluções para problemas reais. Defendeu os direitos de quem trabalha e produz, deu voz às legítimas aspirações dos trabalhadores e a importantes sectores marginalizados ou excluídos da sociedade, combateu a desigualdade social. Assume também um especial significado o facto incontroverso e amplamente reconhecido de, em quase todas as sessões legislativas, o Grupo Parlamentar do PCP ser o que desenvolve uma maior e mais intensa actividade.

3.3.10. A questão da iniciativa política do Partido constitui um aspecto determinante da sua intervenção, apresente-se ela no plano da resposta às condições e problemas que a vida incessantemente coloca, designadamente os que resultam da acção do governo, ou seja, desenvolvida com o propósito de marcar a agenda política e social e de acumular ganhos de natureza potencial.

3.3.11. O PCP esteve nas empresas com os trabalhadores nas lutas contra as privatizações pela defesa do aparelho produtivo nacional, na defesa do emprego com direitos, na defesa da redução do horário de trabalho para as 40 horas, pela dignificação dos salários e de uma mais justa distribuição da riqueza nacional.

3.3.12. Mas foi igualmente o PCP, quem mais se bateu e assumiu as propostas e justas aspirações dos pequenos e médios agricultores, empresários e comerciantes, ao mesmo tempo que denunciou os benefícios e privilégios oferecidos ao grande capital.

3.3.13. O PCP marcou a diferença na abordagem dos problemas das mulheres, desmascarando a demagogia do Governo em torno da participação das mulheres no poder, lutou pela igualdade de facto de direitos e oportunidades e bateu-se pela aprovação de legislação em torno de temas como o aborto, a reposição da idade de reforma dos 65 para 62 anos, o planeamento familiar, a educação sexual nas escolas e a violência contra as mulheres.

3.3.14. Fruto da estreita ligação às populações de todo o País, o PCP acompanhou, apoiou, dinamizou e deu expressão política a centenas de acções reivindicativas e de protesto das populações, animando simultaneamente a formação de movimentos de luta em torno de problemas que lhes são impostos pela política

neoliberal e concretizadas pelo Governo.

3.3.15. Desta forma foi dado um importante impulso à articulação da luta em defesa dos direitos laborais, com a defesa dos interesses sociais, culturais e ambientais. De destacar nos últimos 4 anos o surgimento de bastantes movimentos de utentes dos serviços públicos e também de defesa ambiental.

3.3.16. O PCP esteve com os estudantes e professores de todo o país na luta por um ensino público de qualidade para todos.

3.3.17. O PCP foi quem mais combateu as políticas que têm conduzido a uma crescente desresponsabilização do Estado, em relação às suas funções sociais e de privatização de algumas dessas áreas, como por exemplo no ensino pré-escolar, ensino superior, na saúde e na segurança social, lutando simultaneamente para que milhares de famílias portuguesas pudessem satisfazer as suas necessidades mínimas através da aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, para o qual o PCP foi o primeiro partido a apresentar um projecto de lei, mas também para a melhoria das pensões mais degradadas, para a solução de gravíssimos problemas que se mantêm na área da saúde como são as listas de espera, os gastos com os medicamentos, a necessidade de aproveitar integralmente o Serviço Nacional de Saúde e a urgência em acabar com a promiscuidade entre o público e o privado.

3.3.18. Honrando os seus compromissos, o PCP foi a força política que mais interveio esclarecendo e organizando o movimento de opinião a favor do «sim» nos dois referendos nacionais realizadas em 1998, sobre despenalização da interrupção voluntária da gravidez e a institucionalização das regiões administrativas, sendo de grande significado político o facto do « sim » ter obtido os seus melhores resultados em zonas de maior influência do Partido.

3.3.19. No quadro da CDU – importante espaço de acção comum com o PEV, a ID e milhares de cidadãos independentes que se tem afirmado como lugar de encontro dos sectores mais consequentes da esquerda – o PCP travou importantes combates políticos e eleitorais nestes últimos quatro anos.

3.3.20. Tal como já tinha acontecido com o PSD no Governo, o PCP empenhou-se no esclarecimento e na luta em defesa do regime democrático, com particular destaque para a luta que foi desenvolvida contra todas as medidas que o PS aliado ao PSD promoveu de descaracterização do regime democrático, através do processo de revisão constitucional, em que se destacam as alterações constitucionais que visam mudanças nas leis eleitorais.

3.3.21. Na luta pela salvaguarda dos interesses nacionais e por uma Europa de paz e cooperação, dando primazia à dimensão social e à aproximação do nível de desenvolvimento real das economias, o PCP foi quem mais lutou contra a moeda única, fez uma intensa campanha de esclarecimento sobre o verdadeiro significado das consequências para o país da adesão de Portugal e lutou para que se realizasse um referendo sobre esta matéria. Com a mesma determinação denunciou a política seguidista em relação aos EUA que determinou o envolvimento de Portugal na escalada agressiva contra o Iraque e a participação de militares portugueses na agressão contra a Jugoslávia.

3.3.22. A intensa e persistente luta desenvolvida pelo PCP contra a política de direita do PS constituiu factor de maior autoridade sempre que se tratou de discutir propostas positivas para os trabalhadores e para o nosso povo, apresentadas pelo Governo ou por outros Grupos Parlamentares.

3.3.23. Num quadro previsível de agravamento da situação económica e social, com um PS empenhado em seguir e concretizar as políticas neoliberais, que têm determinado a sua intervenção, há que desenvolver a acção do Partido em torno dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e pelas populações e de forma audaciosa as organizações do Partido tomarem a iniciativa política, afirmando o nosso projecto, assumindo publicamente posições políticas de acordo com as aspirações dos trabalhadores e das populações, transmitindo a profunda convicção de que "lutar vale sempre a pena".

3.3.24. É determinante para o êxito da intervenção do Partido, articular de forma eficaz o trabalho político e reivindicativo de massas, com a nossa intervenção institucional e o esclarecimento e afirmação das nossas propostas. Este é o caminho para reforçar a ligação do Partido com a sociedade e aumentar o número daqueles que estão com as nossas propostas e disponíveis a lutar por elas.

3.3.25. Esta linha de elaboração política assume uma crescente importância para a intervenção futura do Partido e pela complexidade crescente e inter-relação dos problemas com que a sociedade contemporânea nos confronta coloca a necessidade do desenvolvimento e de iniciativas de estudo e debate das questões e de estruturas de apoio, que permitam a fertilização cruzada das perspectivas políticas, científicas e sociais, e a análise e balanceamento dos vários interesses em presença.

3.3.26. Na luta pela alternativa à política de direita, é cada vez mais decisiva a força e a dimensão que for imprimida ao movimento social de luta. É, assim, da maior importância que o Partido dê um contributo ainda maior para a intensificação da luta de massas e para o alargamento dos movimentos sociais onde os militantes do Partido têm um importante papel não só na sua formação, mas também na dinamização desses movimentos.

3.3.27. O desenvolvimento da luta de massas contra a política de direita, no quadro da luta mais geral por uma verdadeira alternativa política, será também um

importante contributo para futuros resultados eleitorais, tal como aconteceu nas legislativas de 99, e constitui o factor determinante da evolução social e política e da transformação da sociedade.

3.3.28. A situação existente, e as perspectivas que se abrem, colocam a necessidade de uma forte e ampla resposta e iniciativa do Partido no plano da intensificação da luta de massas e do desenvolvimento dos movimentos sociais.

3.3.29. Tomar a iniciativa deve, assim, constituir uma preocupação e uma tarefa permanente dos comunistas, quando se inserem na dinâmica dos movimentos sociais, quando actuam nas instituições democráticas ou junto delas, ou ainda quando se empenham em impulsionar a intervenção política directa do próprio Partido.

3.3.30. O desenvolvimento da luta de massas será sempre um obstáculo determinante à concretização da política de direita que visa servir os interesses do grande capital e é, simultaneamente, decisiva para se poder vir a alcançar melhores condições de vida, trabalho e bem estar para os portugueses e para a concretização de uma alternativa de esquerda.

3.4. A CLASSE OPERÁRIA, OS TRABALHADORES E AS SUAS ORGANIZAÇÕES DE CLASSE

3.4.1. A classe operária, os trabalhadores e as suas organizações de classe, com particular destaque para o movimento sindical, demonstraram que são uma força social determinante na luta em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, confirmando na sua acção e nos valores que defendem, elementos indispensáveis para a defesa do regime democrático.

3.4.2. Esta realidade não anula o facto de as suas posições, globalmente consideradas, se terem debilitado. No confronto com um processo de reestruturação geral das condições de exploração da mão de obra centrada na desregulamentação das relações laborais e na intensificação da exploração, o movimento operário e sindical enfrenta uma poderosa ofensiva, actua num quadro muito alterado que afecta a sua estrutura, forma de organização, nível de intervenção, direitos individuais e colectivos e condições de vida.

3.4.3. Entre o XV e os XVI Congressos continuaram a aprofundar-se processos que se vêm desenvolvendo há anos, bem como o seu impacto na composição do emprego, na estrutura empresarial, nas modificações na organização da produção e do trabalho.

3.4.4. Assim, o número de assalariados agrícolas, que era de 590 mil há 15 anos, está agora em cerca de 80 mil. O emprego industrial, embora não tendo diminuído no volume de efectivos, vê reduzida a sua participação no emprego total, tendo o emprego nos serviços aumentado em termos relativos e absolutos.

3.4.5. As actividades com maior crescimento de emprego são os serviços colectivos, sociais e pessoais, os serviços às empresas e actividades imobiliárias, a hotelaria, restaurantes e cafés. Os transportes e telecomunicações, o comércio, a administração pública e o ensino, perderam emprego.

3.4.6. Acentua-se a concentração do emprego nos distritos do litoral, enquanto reduz o volume de emprego nos distritos do interior, concentrando-se em Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal, cerca de 1,5 milhões de trabalhadores.

3.4.7. Quanto à composição do emprego é de salientar, a par do aumento da participação das mulheres, o aumento do volume das formas de precariedade. 20% dos trabalhadores portugueses têm emprego precário, cabendo aos jovens 37% de todo o emprego com contrato não permanente.

3.4.8. As modificações na estrutura empresarial traduzem-se essencialmente no aumento do peso das pequenas e médias empresas (até 200 trabalhadores), com 70,3% do emprego; verificando-se um declínio do número das grandes empresas a partir dos 500 trabalhadores e do respectivo volume de emprego, apesar destas continuarem a existir em número significativo.

3.4.9. A esta evolução não são estranhas as políticas de privatização do SEE e de desagregação das grandes empresas em unidades independentes.

3.4.10. As pequenas e médias empresas surgem mais associadas às grandes, através de fornecimentos e da subcontratação, tornando-se mais dependentes economicamente. A grande empresa não perde importância – na verdade este processo está associado à aceleração da concentração do capital – mas a gestão do poder e o seu funcionamento são diferentes. Os serviços às empresas ganham maior importância e tendem a autonomizar-se, enquanto antes eram asseguradas directamente pelas empresas de maior dimensão, sendo classificados como actividades industriais. E desenvolve-se a competição através de acordos e projectos comuns de grandes empresas (organização em rede).

3.4.11. As implicações sobre o trabalho são enormes: maior fragmentação dos colectivos dos trabalhadores; maior importância do grupo económico; multiplicação das pequenas empresas, muitas vezes com curta duração de vida; maior importância do trabalho em subcontratação, muitas vezes utilizado pelo patronato como arma nos conflitos laborais; pressão para maior desregulamentação do trabalho em nome das necessidades das pequenas e médias empresas, sob o argumento de que são as únicas que criam emprego.

3.4.12. Desenvolveram-se processos de individualização das relações laborais e de concorrência entre trabalhadores.

3.4.13. Alterou-se a composição etária e de sexos

através da saída antecipada de trabalhadores mais velhos e do crescimento de assalariados jovens e mulheres em muitos sectores e empresas.

3.4.14. Tornam-se mais fluídos os conceitos de empresa, de patrão, e da condição do trabalhador face ao recurso à subcontratação, ao aluguer de mão de obra, aos recibos verdes, ao falso estatuto de trabalhador por conta própria.

3.4.15. Com as alterações nas estruturas socio-económicas, as privatizações, a fragmentação de grandes empresas, altera-se o nível de concentração de trabalhadores e o papel de alguns sectores onde existe mais consciência de classe, mais organização e capacidade de luta.

3.4.16. A dimensão e a profundidade da ofensiva provocam sérias dificuldades na resposta mais eficaz às novas realidades. As células de empresa e organismos do Partido, como forma principal de organização para a acção junto dos trabalhadores, estão mais debilitados, diminuindo a capacidade de organização, mobilização e luta dos trabalhadores e da sua elevação da consciência política e ideológica, com reflexos nas opções eleitorais.

3.4.17. As reais dificuldades do movimento operário e sindical estão para durar mas são superáveis.

3.4.18. Os claros sinais de revitalização, adequação e rejuvenescimento da organização e da acção do movimento sindical nos anos mais recentes, o visível ascenso da luta de massas, são um indicador seguro desta asserção.

3.4.19. O agudizar da luta de classes entre o trabalho e o capital está a confirmar-se. As lutas de massas, considerando mesmo as formas de luta superiores, envolvem novas camadas de trabalhadores. A condição objectiva de explorado e a compreensão subjectiva do seu lugar nos processos de relações económicas não são automáticas, mas a crescente participação na acção alarga a sua adesão aos valores da solidariedade e compreensão quanto à importância da acção colectiva. Essa acção organizada e combativa, o reforço da sua unidade e formação da sua consciência de classe são inseparáveis do reforço da influência política e ideológica do Partido. É fundamental o empenhamento dos militantes do Partido no reforço das organizações dos trabalhadores, designadamente do movimento sindical e das Comissões de Trabalhadores.

3.4.20. O movimento sindical continua a ser a maior organização social de massas, força insubstituível e necessária para organizar e unir os trabalhadores na defesa dos seus interesses sociais, profissionais e de classe, e é uma força indispensável para o regime democrático.

3.4.21. A CGTP-IN e o movimento sindical que agrega e influencia, reafirmando os seus princípios e características unitários de independência, democráticos, de massas e de classe, ligando-os à vida e à luta, aumentou o seu papel, a sua influência e o seu prestígio junto dos trabalhadores e na sociedade.

3.4.22. O movimento sindical continua a ser influenciado pela participação, militância e generoso empenhamento de milhares de comunistas que procuram dar o seu melhor na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores. Esta influência constitui um factor determinante da identidade e das principais características da CGTP-IN e do movimento sindical unitário.

3.4.23. A defesa da identidade e princípios do movimento sindical não colidem, antes exigem o seu necessário e permanente processo de renovação, o combate à cristalização de conceitos e métodos de trabalho, à rotina, a procura de resposta a novos e velhos problemas.

3.4.24. A justa defesa da independência e da natureza unitária do movimento sindical por parte dos comunistas não pode implicar que estes, perante os trabalhadores e na sua relação com o Partido, assumam o seu estatuto de militante como subsidiário da condição de dirigente ou delegado sindical.

3.4.25. As convicções e opções políticas e ideológicas que assumem continuam a constituir um factor de confiança por parte de milhares de trabalhadores que elegem os comunistas tanto para a estrutura sindical como para a direcção da luta.

3.4.26. Continua a ser decisivo para o reforço da influência e prestígio do movimento sindical unitário a implantação sindical nos locais de trabalho, através do reforço da organização de base, sindicalizando mais trabalhadores, elegendo mais delegados sindicais, mais representantes de trabalhadores para a Higiene e Segurança nos Locais de Trabalho, persistindo com determinação nos processos de reestruturação sindical inacabados ou em curso como garantia da ligação das estruturas aos trabalhadores.

3.4.27. A evolução positiva verificada não anula a necessidade de estudo atento, de análise e busca de soluções no confronto com as alterações produzidas nos mecanismos e métodos de dominação do capital sobre o trabalho com os efeitos das mutações tecnológicas e da divisão do trabalho, com as condições políticas e socio-económicas em que se processa e agrava a exploração da mão de obra assalariada.

3.4.28. As características e peso de cada sector, a identificação com as aspirações das novas camadas de assalariados, a capacidade reivindicativa com definição do que é prioritário colocam grandes exigências mas, simultaneamente, enormes potencialidades para a intervenção e afirmação ímpar e incontornável do movimento sindical como organização de classe e de massas.

3.4.29. Nos últimos quatro anos faliram as teses, repetidamente proclamadas, do "fim do sindicalismo" alicerçadas na ideia de que, em primeiro lugar, seria uma

organização datada porque surgida da revolução industrial; em segundo lugar, pela sua ausência de necessidade face ao que chamam esbatimento da luta de classes e, em terceiro lugar, pela impossibilidade que teria de organizar trabalhadores sujeitos à precariedade ou ao trabalho clandestino. Por isso, muitos definiram como limite do movimento sindical de classe o início do século XXI.

3.4.30. A capacidade de resistência e de luta de sectores mais combativos fustigados pela ofensiva do capital e de sucessivos governos, o desenvolvimento e a crescente intervenção de sectores da Administração Pública, designadamente da Função Pública, da Administração Local, dos professores, enfermeiros, magistrados, da polícia, na sua maioria integrados (ou influenciados) no movimento sindical unitário, a participação e a luta dos trabalhadores com vínculos precários, revalidaram e impulsionaram o papel da CGTP-IN e do movimento sindical nela consubstanciado.

3.4.31. A vida confirmou a validade e a actualidade do movimento sindical mas também, a sua responsabilidade perante os trabalhadores como principais destinatários da sua acção e intervenção.

3.4.32. Os comunistas, procurando sempre valorizar e considerar a contribuição e a proposta de todos aqueles que se reúnem em torno do projecto da CGTP-IN, devem tomar a iniciativa para concretizar os necessários e inadiáveis processos que decorrem no plano da estrutura orgânica, das formas de intervenção, da natureza das reivindicações, da sua formulação e priorização e das formas de luta.

3.4.33. Assumir a empresa e os locais de trabalho como o lugar-chave para intervir, mobilizar e consciencializar, desenvolver a democracia sindical a todos os níveis da estrutura, incentivar a participação dos trabalhadores, dar uma redobrada atenção à juventude e às mulheres trabalhadoras como forças indispensáveis para o futuro do movimento sindical, desenvolver a acção de massas, articular a acção entre os trabalhadores no activo e os reformados e avançar com reivindicações que tenham em conta novas camadas de trabalhadores, inclusive os que têm vínculos precários e os imigrantes, constituem tarefas dos comunistas sindicalistas e base fundamental para o reforço do movimento sindical e da CGTP-IN.

3.4.34. Num mundo em que a correlação de forças é profundamente desfavorável ao movimento operário e sindical e que alguns proclamam de regressão social inevitável, prossegue uma poderosa ofensiva ideológica que visa conduzir os trabalhadores à renúncia da ideia de transformação social, à aceitação da perda de pilares fundamentais do direito do trabalho, à inevitabilidade do desemprego, da precarização e dos baixos salários.

3.4.35. Camuflando as causas e os responsáveis que estão na origem dos problemas e das exclusões sociais, sacralizando o mercado e a competitividade, pagando e promovendo um formidável exército de especialistas que, massivamente, teorizam a mercantilização social. Os centros de decisão do capital procuram agora a "reconversão" dos sindicatos, amputados da sua natureza de classe e da sua independência, e transformados em organizações de carácter mais ou menos filantrópico, diluídos em movimentos sociais de cidadãos, com tendência para a integração no sistema dominante.

3.4.36. O exemplo notável da CGTP-IN e do movimento sindical que agrega, mantendo e afirmando a sua natureza e identidade, ligando os seus princípios à vida concreta e à luta concreta para resistir e reivindicar, demonstrou que as organizações de classe que agem e lutam com e para os destinatários principais da sua razão de ser se apresentam e solidificam como força autónoma e insubstituível frente à classe capitalista.

3.4.37. Nos anos recentes em que se verificaram as vitórias eleitorais do PS, a concertação social confirmou, pelos seus conteúdos, análises e processos, que tende a apresentar-se como alternativa à luta de classes. Tentando inculcar a ideia de uma nova, moderna e superior forma de democracia, na medida em que aparentemente colocaria os sindicatos como parte das decisões estratégicas no plano económico e social, a verdade é que se discutiu tão só na concertação social o que foi predefinido e decidido pelo Governo e confederações patronais.

3.4.38. Na concertação social é ilusório pensar que existe igualdade entre as forças que a compõem. Os níveis de participação, de aceitação de propostas, os seus conteúdos e eficácia, continuam a ser determinados pela natureza do poder e da política de classe realizada e pela correlação de forças entre o trabalho e o capital.

3.4.39. Neste período, a concertação social assumiu contornos e valores de carácter neo-corporativo, limitadores do direito de participação e de invasão dos poderes legislativos da Assembleia da República. Igualmente, a criação, por parte do Governo, dos Conselhos Económicos e Sociais Regionais secundariza a experiência e funcionamento do Conselho Económico e Social.

3.4.40. Esta concepção do Governo e o seu alinhamento com as confederações patronais levaram ao repúdio e à luta da CGTP, designadamente no processo das 40 horas e do pacote laboral, consubstanciado nas medidas de fundo da denominada Concertação Estratégica.

3.4.41. A ligação concreta das lutas dos trabalhadores à luta e à participação institucional determinou a interrupção da dinâmica e dos objectivos de fundo do Governo e das confederações patronais, repôs a expressão própria e criou condições para a participação, em sede de concertação social, como direito intrínseco do movimento sindical, reforçando a sua perspectiva de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e do valor das suas propostas sustentadas na luta reivindicativa.

3.4.42. A luta de massas, testada por um quadro de enormes dificuldades, demonstrou ser o rumo mais sólido porque, por um lado, envolve e faz intervir os trabalhadores nos seus próprios problemas e anseios e, por outro, assume forma superior da participação democrática e da afirmação social da classe operária e de todos os trabalhadores.

3.4.43. O projecto social e de progresso defendido pela CGTP-IN, alicerçado na acção de massas, na solidariedade de classe foi, e é, legitimado pelo amplo apoio que os trabalhadores lhe conferem.

3.4.44. A unidade assumida como orientação estratégica, não constituindo um fim em si mesmo, pressupõe a necessidade do fortalecimento da organização sindical para dar mais eficácia à luta dos trabalhadores.

3.4.45. A unidade reforça-se na base da justeza de objectivos, no desenvolvimento da acção reivindicativa para defender e conquistar direitos e tem como suporte a participação e mobilização dos trabalhadores.

3.4.46. Num quadro de pluralismo orgânico em que a UGT, tanto no plano sindical como no plano institucional, continua a assumir o papel de instrumento social de recurso do Governo e do grande patronato, o combate ao divisionismo terá tanto mais sucesso quanto mais capacidade e iniciativa existir por parte do movimento sindical unitário no esclarecimento aos trabalhadores das suas práticas, da sua natureza, procurando a unidade na acção a partir da base.

3.4.47. Ao contrário dos arautos do capital e do neoliberalismo, em muitos países, independentemente da vontade da generalidade das organizações sindicais reformistas que aí predominam, verifica-se um significativo ascenso na luta de massas.

3.4.48. A cooperação, coordenação e acção comuns que se têm desenvolvido a nível europeu, no plano geral, sectorial e de empresa, constituem factores que devem ser potenciados no sentido do reforço da unidade e da intervenção dos trabalhadores.

3.4.49. O poderoso e alargado domínio das economias pelas multinacionais, o prosseguimento e aprofundamento dos processos de integração, o carácter global e articulado da ofensiva que hoje é desferida pelo capital contra o mundo do trabalho, reclamam o alargamento e prosseguimento da cooperação e da solidariedade internacionalistas.

3.4.50. Neste período registaram-se evoluções a nível de cooperação e aproximação entre organizações de tendências político-sindicais diversas, e alguns processos de recomposição e revitalização no Leste da Europa e nos países do Terceiro Mundo, sustentados, muitas vezes, na acção de massas.

3.4.51. A filiação da CGTP-IN na CES, num quadro em que esta organização continua a ser determinada pela integração no sistema, possibilitou o alargamento no campo da cooperação internacional da CGTP-IN com o movimento sindical europeu, entendido na sua diversidade.

3.4.52. Procurando vencer naturais contradições motivadas por orientações e perspectivas dominantes que conflituam com as características e a natureza da CGTP-IN, a sua intervenção no seio da CES, no essencial, tem visado uma maior cooperação e revitalização do sindicalismo, tonando-o mais forte e reivindicativo no quadro da União Europeia.

3.4.53. O desenvolvimento desta linha de trabalho confirmou que não é contraditório nem contrário com o desenvolvimento da luta autónoma em cada país concreto onde os trabalhadores enfrentam directamente a exploração e sofrem os resultados concretos das políticas realizadas pelo Governo. As manifestações de 23 de Março e 19 de Junho de 2000 assim o demonstraram.

3.4.54. Sendo necessárias e indispensáveis a cooperação e coordenação internacionais, elas não são substitutivas nem alternativas das organizações de classe de âmbito nacional, das suas orientações e decisão.

3.4.55. Quanto mais longínquas da intervenção directa dos trabalhadores, das suas aspirações, dos seus problemas reais, estiverem os decisores, os negociadores e a própria estrutura "de cima", como se pretende com a concertação social e a negociação colectiva europeias, mais proximidade existe do risco de uma inserção na estratégia de absorção do movimento sindical no sistema de integração económica dominada pelo grande capital que hoje defende, à escala mundial, o carácter unicitário no plano das filiações sindicais.

3.4.56. As **Comissões de Trabalhadores**, pelas suas características, pela acção que desenvolvem e o espaço onde actuam, não ficaram imunes à destruição do aparelho produtivo, às privatizações e desmembramento de empresas, à saída massiva de trabalhadores com elevada consciência de classe e experiência de luta, ao aumento da precariedade e à limitação de direitos.

3.4.57. Ainda assim, a existência de mais de 3500 membros eleitos em Comissões Coordenadoras, Comissões de Trabalhadores e sub-Comissões de Trabalhadores, constituem um importante destacamento na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, no reforço da sua unidade e na formação da sua consciência de classe.

3.4.58. O desaparecimento ou o enfraquecimento de grande número de células do Partido nas empresas é também um factor para o enfraquecimento da acção, do grau de intervenção e do número das Comissões de Trabalhadores existentes.

3.4.59. As sucessivas tentativas da direita, no plano da revisão constitucional, para eliminar direitos fundamentais das Comissões de Trabalhadores, a prática sistemática das administrações das empresas na violação e omissão dos direitos, a hostilidade que lhe é movida pelo PS e UGT face à natureza e características

que determinam a acção do movimento das Comissões de Trabalhadores, causam dificuldades acrescidas à efectivação e ao exercício dos direitos.

3.4.60. O aprofundamento da cooperação com o movimento sindical, uma maior solidariedade concreta por parte das estruturas do movimento sindical unitário com as Comissões Coordenadoras de região e sector e com as Comissões de Trabalhadores, têm permitido, por um lado, melhores condições para o exercício dos direitos e, por outro, a eleição de novas coordenadoras e Comissões de Trabalhadores.

3.4.61. Tem grande significado o facto de em grandes empresas industriais, nos serviços e no sector financeiro, designadamente na banca, ter havido neste período o reforço das listas unitárias, em votos e mandatos, e a confiança que os trabalhadores depositam nos comunistas que as integram.

3.4.62. Os comunistas devem continuar a defender as características unitárias das Comissões de Trabalhadores, tanto na sua composição como na sua acção, dinamizar a cooperação com o movimento sindical unitário a nível da acção reivindicativa e na luta contra as privatizações, bater-se pelos direitos de participação, intervenção e controlo de gestão, dar combate à descontitucionalização dos seus direitos e a sua substituição por órgãos de co-gestão ou concertação.

3.4.63. Nos locais de trabalho a informação, o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores são determinantes para o reforço das Comissões de Trabalhadores.

3.4.64. A dinamização de eleições de Comissões de Trabalhadores em empresas novas ou desmembradas, o reforço da intervenção das Comissões Coordenadoras a nível de região, sector ou grupo económico, uma específica e inovadora linha de intervenção e de contacto com os trabalhadores com vínculos precários, constituem outras linhas de trabalho importantes para o reforço do movimento das Comissões de Trabalhadores.

3.5. OUTROS GRANDES MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DA FRENTE SOCIAL DE LUTA

3.5.1. O **Movimento dos Pequenos e Médios Agricultores**, nos quatro anos decorridos desde o XV Congresso, e no quadro de agravamento dos principais problemas da agricultura e dos agricultores portugueses, mantidas que foram as suas causas estruturais – Política Agrícola Comum (PAC) e política agrícola de direita – os movimentos e lutas do campesinato tiveram uma elevada expressão.

3.5.2. Com um ritmo irregular, persistentes diferenças regionais, diversidade de formas e motivações, essas movimentações assumiram particular dimensão a 17 de Abril de 1998 numa grande concentração nacional em Lisboa, e a 29 de Maio último, em Évora.

3.5.3. As lutas concentraram-se em torno de inúmeros e conhecidos problemas concretos dos agricultores e do mundo rural, e no combate às consequências da política agrícola de direita dos governos PS, inteiramente ao serviço da exploração do campesinato pelos sectores do grande capital (financeiro e segurador, grande distribuição, agro-industrial). Devem sublinhar-se os combates levados a cabo contra a segunda reforma da PAC concretizada em 1999, e contra a total liberalização do comércio internacional e «mercantilização» da produção agrícola, durante as negociações da Organização Mundial do Comércio.

3.5.4. A importância económica, política e social das lutas travadas, a largueza e abrangência das movimentações, os seus impactos na defesa da agricultura portuguesa, só foi possível no contexto da consolidação e desenvolvimento das organizações de pequenos e médios agricultores e da sua influência e prestígio entre o campesinato, no mundo rural, na sociedade portuguesa.

3.5.5. Esses traços tornaram-se particularmente visíveis no decurso das grandes iniciativas nacionais já referidas, na realização do III Congresso da CNA e no seu reconhecimento institucional ao nível dos órgãos de poder e, em particular, a sua entrada no Conselho Económico e Social (CES), em 1999.

3.5.6. A par do prosseguimento muito diversificado de laços e convergências com outras componentes do associativismo agrícola (constituição, por exemplo, da Câmara Agrícola no Norte e nas Beiras), e da manutenção de diferenças regionais significativas na força e estruturação das organizações, deve sublinhar-se como dado significativo na evolução do movimento dos pequenos e médios agricultores ligado à CNA, os progressos verificados no Alentejo que, embora insuficientes, tendem a colmatar velhas dificuldades naquela região. De sublinhar ainda a criação de uma estrutura nacional virada para os problemas das mulheres agricultoras. Destaque também para a continuada luta dos povos e compartes dos baldios, em defesa dos seus terrenos comunitários, contra o projecto que visou o afastamento das comunidades na gestão directa dos Baldios, na constituição de novas Assembleias de Compartes e da estrutura de coordenação dos Baldios em Coimbra, Aveiro e Entre Douro e Minho.

3.5.7. Também significativo foi o alargamento e intensificação dos laços de cooperação internacional, com a constituição de uma delegação permanente em Bruxelas, junto da União Europeia, o reforço da presença e intervenção na Confederação Agrícola Europeia (CPE) e na Via Campesina, onde ao lado de organizações como o MST, do Brasil, diversas associações agrícolas da Europa, da Índia e outros países da Ásia, da América Latina, tem participado no desenvolvimento da luta contra as consequências para os pequenos e médios agricultores da presente globalização capitalista.

3.5.8. Os progressos obtidos no desenvolvimento das organizações de classe e económicas dos pequenos e médios agricultores não devem dificultar a visão de inúmeros problemas, deficiências e obstáculos objectivos ao seu necessário reforço. Em particular nota-se como questão sensível a (e já assinalado no XV Congresso) procura de uma relação adequada entre a prestação de serviços aos agricultores (formação profissional, intermediação de subsídios, etc.) e a luta reivindicativa.

3.5.9. Sem contrapor, há que assumir o carácter instrumental dos serviços como elemento de suporte do desenvolvimento associativo e do movimento de luta. Estas preocupações devem ser acompanhadas por um firme combate à tentativa de desresponsabilização do Estado face aos problemas da agricultura e dos agricultores.

3.5.10. O PCP deu um forte contributo para muitos dos sucessos alcançados pelos pequenos e médios agricultores, na sua oposição à política agrícola de direita, pela defesa dos seus interesses. Pela intervenção dos seus militantes agricultores e técnicos agrícolas, pela persistente e significativa abordagem dos problemas agrícolas portugueses, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, pela intervenção das suas estruturas de direcção aos mais diversos níveis, sobre problemas candentes da agricultura nacional. Entre dezenas de iniciativas sublinhe-se as suas iniciativas para a aprovação da Lei de Bases da Floresta, infelizmente ainda não completamente regulamentada pelo Governo PS, para a criação do Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-alimentares, a sua proposta de alteração de composição do CES, permitindo o posterior acesso da CNA ao mesmo. As suas iniciativas e propostas, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu por uma outra PAC, conseguindo minimizar alguns dos aspectos mais gravosos dos regulamentos comunitários.

3.5.11. A agricultura portuguesa continua a ser uma questão estratégica, embora assim não seja encarada por sucessivos governos, para o País. Defender a agricultura e os agricultores continua a ser um imperativo para os comunistas portugueses. Colocam-se como principais direcções de trabalho:

3.5.11.1. A defesa de uma agricultura que garanta a soberania e a segurança alimentar, rendimentos e condições de vida dignas para os trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores. O que significa a defesa de outra PAC e outra política agrícola em Portugal, a defesa dos interesses concretos dos pequenos e médios agricultores e dos assalariados agrícolas, a defesa da produção nacional, uma nova estrutura agrária no Alentejo, uma agricultura compatível com o ambiente.

3.5.11.2. O reforço da acção e intervenção das organizações do Partido junto deste sector social, com uma maior e mais clara afirmação directa do PCP como única grande força partidária que, coerente e decididamente, defende o campesinato e o mundo rural.

3.5.11.3. A intensificação do trabalho de muitos militantes comunistas nas organizações de agricultores, na apoio ao desenvolvimento da luta reivindicativa, no trabalho pelo reforço das suas associações, no respeito pela sua independência e características unitárias e de massas, assentes na defesa da pequena e média agricultura, na defesa da produção nacional e do direito dos agricultores portugueses a produzir. O que exige, entre outros objectivos, uma ampla e programada campanha de recrutamento de agricultores, técnicos e outros agentes do mundo rural, e uma persistente atenção a esta frente de trabalho.

3.5.12. O Movimento dos Intelectuais e Quadros Técnicos, pelo seu peso e pelo rápido crescimento da camada social que representam – aproximam-se de 20 por cento da população activa do País -, pelas funções que desempenham em sectores de actividade que lidam com grandes necessidades sociais e nacionais – da produção à educação e ao ensino, à saúde, à ciência, à administração da justiça e à comunicação -, pelo dinamismo da sua intervenção através de movimentos mais ou menos organizados, continuaram a ter uma expressão relevante na vida do país.

3.5.13. Esta camada social, heterogénea do ponto de vista de classe e quanto às condições de trabalho, ao estatuto hierárquico e remuneratório, ao papel na revolução científico-tecnológica, e à natureza do seu trabalho na sociedade contemporânea, dispõe de uma influência política, económica, social e cultural claramente superior ao seu peso relativo.

3.5.14. São tendências marcantes do desenvolvimento desta camada social: o crescente assalariamento (mais de 70 por cento); a concentração em dinâmicos pólos de actividade, com destaque muito particular para as escolas de ensino superior, mas atingindo expressão também significativa noutros centros de ensino e de I&DE, da saúde, da administração central e local, e das grandes empresas; o peso relativamente grande de jovens e os agudos problemas com que muitos deles se vêem confrontados, no momento em que ingressam no mercado de trabalho e em que se vêem a braços com dificuldades, designadamente no que respeita ao emprego, à precariedade e remuneração do trabalho, e à entrada tardia na Segurança Social.

3.5.15. Estas tendências aproximam grandes fracções desta camada social da situação em que vivem os demais trabalhadores e favorecem de modo objectivo, embora contraditado em alguns sectores por outros aspectos do seu estatuto tradicional, a possibilidade de desenvolvimento da sua luta e da sua convergência com a luta mais geral dos trabalhadores.

3.5.16. A filiação da organização sindical dos enfermeiros (SEP), o processo em curso de integração

das organizações sindicais dos professores (FENPROF) na CGTP-IN e o estreitamento de laços entre a central sindical dos trabalhadores portugueses e a organização sindical dos médicos (FNAM), a par da amplitude, combatividade e resultados alcançados pela acção sindical e pelas movimentações reivindicativas verificadas nestes sectores nos últimos anos, constitui uma valiosa expressão desta tendência objectiva.

3.5.17. Persistem, entretanto, dificuldades e atrasos grandes ao nível da organização e da actividade sindical dos quadros técnicos, o que coloca na ordem do dia a necessidade de examinar as formas e soluções de intervenção, desenvolvendo esforços para uma maior participação e filiação nas estruturas sindicais existentes.

3.5.18. Impõe-se igualmente prestar atenção e adoptar medidas face ao rápido crescimento de novas profissões intelectuais e de novos pólos de concentração de quadros, que podem exigir a consideração de novas soluções de organização e de intervenção, nomeadamente no plano sindical.

3.5.19. No plano partidário, sob o impacto das orientações estabelecidas no XIV Congresso do PCP, no Encontro Nacional sobre "Os Intelectuais e a Sociedade – O Partido e os Intelectuais" e no XV Congresso, prosseguiram os esforços para dinamizar e melhorar a projecção do trabalho do Partido junto de muitos intelectuais e a participação dos intelectuais comunistas em toda a actividade do Partido e destacou-se a realização, entre muitas outras iniciativas, das Assembleias dos Sectores Intelectuais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora.

3.5.20. A rica e criativa experiência do trabalho com os intelectuais evidencia como orientações e tarefas fundamentais dos comunistas:

3.5.20.1. Continuar a aprofundar o conhecimento das alterações que têm vindo a verificar-se na condição social dos intelectuais e aproveitar o impulso, as ideias e orientações dos XIV e XV Congressos e do Encontro Nacional realizado em 1996, bem como as experiências acumuladas nos últimos anos, para levar a cabo um redobrado esforço de trabalho nesta área, designadamente junto das suas camadas mais jovens;

3.5.20.2. Prestar particular atenção às grandes concentrações que se registam no ensino superior, realidade que actualmente cobre o conjunto do território nacional, com a constituição de sectores intelectuais em organizações regionais onde eles ainda não existem e com o reforço da iniciativa própria, da ligação às restantes organizações e a dinamização dos sectores intelectuais já existentes nos principais centros urbanos;

3.5.20.3. Impulsionar a acção reivindicativa dos intelectuais por objectivos concretos relacionados com a situação e actividade profissionais e por políticas democráticas para os seus sectores de actividade, e contribuir para o desenvolvimento da organização e intervenção sindicais, associativas e outras;

3.5.20.4. Valorizar o papel da cultura na solução dos problemas do país e estimular e dinamizar a intervenção dos intelectuais para que contribuam, com o seu saber e a sua capacidade criadora, para uma nova política que responda às necessidades de desenvolvimento do país num quadro de acrescida interdependência internacional;

3.5.20.5. Trabalhar para que a intervenção dos intelectuais contribua cada vez mais activamente para a denúncia das políticas neoliberais e para a luta por uma alternativa de esquerda, dando dessa forma expressão política viva e concreta à aliança básica da classe operária com os intelectuais e com outras camadas intermédias.

3.5.21. O Movimento da Juventude, com a sua intervenção própria, com âmbito diversificado, com as suas reivindicações progressistas, com formas de organização diferenciadas e muitas vezes embrionárias, constitui uma importante componente da vida democrática. Esta realiadade é explicitada quando amplas massas juvenis se manifestam publicamente em torno das questões da política de ensino, da política de emprego e dos direitos dos trabalhadores, de questões ambientais, da educação sexual nas escolas, da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, da solidariedade e da paz como foi por Timor, e contra a agressão da Nato à Jugoslávia, mas também com a sua participação criativa e irreverente em grandes iniciativas lúdicas, desportivas, culturais e musicais. É necessário sublinhar o envolvimento de muitos milhares de jovens nas actividades, nas direcções e na dinamização da acção de associações, grupos e estruturas de carácter juvenil, estudantil, sindical, desportivo, cultural, recreativo, ambiental, científico e social.

3.5.22. Os jovens, com as suas experiências, anseios, interesses e necessidades, sofrem as consequências de diversas áreas de governação. Políticas de educação, emprego, económicas, de relação com o associativismo e o movimento juvenil, de combate à toxicodependência, de saúde sexual e reprodutiva, culturais, desportivas, de habitação, entre outras, afectam particularmente e de especial forma o dia a dia dos jovens portugueses.

3.5.23. Os anos de governação PS (a exemplo de anteriores governos PSD) mostraram que não é possível desenvolver uma correcta política de juventude num quadro de concretização geral de uma política ao serviço do grande capital e de uma pequena minoria, que atenta contra os direitos de amplas camadas da população.

3.5.24. O Governo PS investiu, no essencial, numa política de criação de ilusões e falsas expectativas que se traduziu em grandes operações de propaganda junto da juventude através da Secretaria de Estado da Juventude – SEJ e o Instituto Português de Juventude – IPJ, visível nomeadamente nas iniciativas internacionais do verão de 1998 e em iniciativas mais recentes no âmbito da Presidência da União Europeia.

3.5.25. São os jovens os alvos preferenciais de uma ofensiva ideológica de carácter internacional, protagonizada no nosso país pelo partido do governo, pelo PSD e pelo PP, que tem como objectivo fundamental tornar este grupo etário numa camada rendida aos valores do individualismo, da concorrência desenfreada, do consumismo, do sucesso a qualquer preço, das ideias estagnantes do "fim da história" e do conformismo amorfo, apolítico, sem capacidade de intervenção, reivindicação e luta.

3.5.26. Valorizar a participação dos jovens, a sua voz, o movimento juvenil é tanto mais necessário quando tantas vezes são subestimados, não apoiados por grande parte do poder político e quando se quer fazer passar ideias profundamente especulativas sobre vontades e (des)interesses da juventude, que não contribuem para a análise das realidades, nem para o incentivo à sua criativa participação, nem para o respeito com que os jovens devem ser encarados pela e na sociedade.

3.5.27. Estruturas, plataformas e realizações do movimento associativo juvenil mostram contradições e dificuldades inerentes às suas diferenças sociológicas, etárias, políticas e ideológicas, mas mostram que os jovens, apesar disto, têm construído espaços de unidade em defesa dos direitos da juventude e, por vezes, de confronto com a demagogia, a propaganda e a política de direita do Governo PS.

3.5.28. São exemplos, entre outros, o Fórum Mundial de Juventude realizado em 1998, e o 7º Encontro Nacional de Juventude realizado em 1999.

3.5.29. O PCP não só reconhece e valoriza o papel da juventude na vida nacional, como considera a participação juvenil um direito que deve ser apoiado e dinamizado, direito este que será tanto mais alcançado quanto mais for exercido.

3.5.30. A definição e a concretização das orientações do Partido para uma política de esquerda para a juventude e a intervenção pelos direitos juvenis é abrangente à intervenção dos comunistas em várias áreas com particular destaque na área do ensino, do emprego e dos direitos dos trabalhadores, do reforço da intervenção sindical, da saúde, do combate ao racismo e do reforço das organizações das comunidades imigrantes, da prevenção e combate à toxicodependência, da cultura, da habitação, do associativismo, da área institucional. Assim, é necessário aprofundar a articulação do trabalho das várias áreas com a área da Juventude, favorecendo uma linha condutora e abrangente da intervenção do Partido e da JCP.

3.5.31. Com vista ao apuramento de propostas e à definição de políticas, a JCP e o PCP têm dialogado com sectores do movimento associativo juvenil, com reflexos em Projectos-lei e intervenções na Assembleia da República, nomeadamente na simplificação do processo especial de constituição de associações juvenis e no livre exercício do direito de associação de menores de 18 anos.

3.5.32. O PCP tem intervido e de forma consequente em defesa dos interesses, dos direitos e pela melhoria da qualidade de vida dos jovens.

3.5.33. É necessário mais informação e discussão no Partido sobre o trabalho junto da juventude, é necessário corrigir atrasos e utilizar formas que ultrapassem as barreiras da discriminação dos "media", melhorar significativamente a informação e tornar mais visível e mais atraente junto da juventude o trabalho que realizamos, a iniciativa política que temos. Uma da maiores dificuldades e atrasos do Partido nesta área está na comunicação com a juventude. É possível vencer preconceitos e aumentar a nossa capacidade de chegar a amplos sectores de jovens, tendo em conta diferentes idades, realidades, experiências e interesses.

3.5.34. Os valores do PCP ganham mais apoio e reconhecimento no seio de camadas mais jovens, porque são valores profundamente humanistas vinculados aos ideais da democracia, da solidariedade, da igualdade, de combate às injustiças. É indispensável na intervenção da JCP e do PCP o aprofundamento do estudo, da reflexão, do debate e do combate ideológico em torno das questões que afectam a juventude.

3.5.35. Deve-se contribuir para despertar sentimentos que se transformem em combate da juventude para pôr fim às políticas de direita.

3.5.36. É necessário e é possível ganhar mais jovens para os ideais comunistas, promover, ainda, mais adesão de jovens à JCP e ao PCP, aumentar a participação dos jovens na vida da JCP e do PCP, reforçar o apoio eleitoral da juventude ao PCP e à CDU para alcançar uma política de esquerda para a juventude.

3.5.37. A JCP, organização autónoma dos jovens comunistas, desempenha papel essencial e insubstituível na acção do Partido junto da juventude. Não só pela sua composição etária, mas também pelas formas de organização, de ligação, e de mobilização da juventude e pela inserção dos seus quadros no movimento juvenil. No quadro da orientação política do Partido, desenvolve a sua acção através de estrutura autónoma, com quadros e com meios que potencia para o reforço da sua ligação às massas juvenis, para a unidade de milhares de jovens em torno de problemas e reivindicações concretas, para a divulgação e aprofundamento das propostas e da intervenção dos comunistas em torno das questões da juventude.

3.5.38. A acção desenvolvida ao longo destes quatro anos confirmou a capacidade da JCP de ligação e de envolvimento dos jovens, de organizar e de promover a mobilização social da juventude, como se demonstrou nas principais lutas dos estudantes do Ensino Secundário e do Ensino Superior em que membros da JCP assumiram papel muito destacado, dando mais força e

consistência às lutas, aprofundando causas políticas e ideológicas dos problemas que estão na sua origem.

3.5.39. Houve um reforço da organização da JCP em termos nacionais com o alargamento e a consolidação do trabalho e da intervenção em distritos e concelhos onde não existia, aumentou a ligação e o envolvimento dos seus membros, é maior a diversificação das iniciativas e a capacidade realizadora das organizações como se verificou nos encontros, acampamentos e iniciativas regionais realizados.

3.5.40. A par do aprofundamento político e ideológico e da intervenção em matérias que têm merecido atenção, particularmente (área do ensino, da paz, do combate ao racismo, do associativismo juvenil, do emprego, da toxicodependência), as estruturas da JCP lançaram novas áreas temáticas que reforçaram a formação dos jovens comunistas e alargaram o prestígio da organização junto de outros sectores (os direitos sexuais e reprodutivos, que conduziu à campanha "Educação Sexual, já! Sem Medos", o combate ao consumo de álcool e o alcoolismo; a igualdade de género; as questões da natureza e do ambiente; a abolição da pena de morte, com uma campanha ainda em curso).

3.5.41. No trabalho da JCP há a destacar atrasos que têm sido analisados e necessitam de ser alterados. Destes destacam-se dois aspectos que exigem medidas. Apesar do profundo envolvimento no associativismo estudantil e do papel destacado de representantes da JCP em estruturas e iniciativas do movimento juvenil, a JCP no seu conjunto não tem dispensado a mesma atenção, nem tem motivado o envolvimento de jovens comunistas em associações e grupos de acção juvenil. A ligação aos jovens trabalhadores e a sua integração devem merecer mais atenção, embora se tenham verificado avanços, nomeadamente na criação de estruturas, na realização de iniciativas e no trabalho articulado com o Partido que é necessário aprofundar.

3.5.42. A preparação e a realização do 6º Congresso da JCP constitui um percurso muito importante da discussão política e ideológica dos membros da JCP, da afirmação da JCP junto de milhares de jovens, da identificação dos anseios da juventude, dos objectivos e propostas da JCP, da sua visão do mundo, da sua forma de estar e da sua organização identificadas com os ideais comunistas e o marxismo-leninismo.

3.5.43. O aprofundamento da discussão e o reconhecimento do papel, das potencialidades e da acção da JCP, o reforço da ligação e da articulação do trabalho com o Partido e o reforço de medidas de carácter financeiro, para além dos reflexos na organização e na intervenção da JCP, são essenciais para o rejuvenescimento e integração de jovens no Partido e para o aumento da influência do Partido junto da juventude.

3.5.44. O PCP entende que uma política de esquerda para a juventude deve valorizar e mobilizar o potencial de participação criador e transformador que nela existe.

3.5.45. A política do PCP para a juventude exige a participação efectiva dos jovens na concepção e construção dessa política, assume os direitos e aspirações juvenis e a sua realização individual e colectiva como motores e objectivos de um projecto político que atravessa os diferentes sectores da política que influenciam e interferem na vida dos jovens, o que pressupõe uma profunda transformação da sociedade.

3.5.46. São questões fundamentais para a concretização desta política o acesso à educação e ao ensino, a um emprego com direitos, a uma vida independente, à produção e fruição culturais, à prática do desporto, a uma vida sexual saudável e assumida e a uma política de solidariedade e de paz e cooperação entre os povos.

3.5.47. É numa perspectiva de transversalidade da política de juventude que o PCP define como seu grande objectivo a melhoria das condições de vida dos jovens portugueses e a defesa e garantia de actuais e novos direitos e aspirações da juventude.

3.5.48. O Movimento de Mulheres, no seu conjunto, conseguiu, pela sua intervenção e luta, que reivindicações centrais passassem a integrar as agendas políticas e recomendações e orientações comunitárias e mundiais, contribuindo, assim, para quebrar barreiras e agir por novas transformações sociais e políticas.

3.5.49. No nosso País, e apesar das contradições resultantes das diferenças ideológicas, foi possível às principais organizações de mulheres estabelecer consensos em torno de algumas importantes temáticas e reivindicações, de que são exemplo o Relatório de Avaliação da aplicação da Plataforma de Acção de Pequim, as posições em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente o planeamento familiar, a educação sexual e a despenalização do aborto clandestino pela Plataforma Direito de Optar, as "Reivindicações Nacionais" e o Apelo Nacional para a Eliminação da Pobreza e da Violência, subscritos por cerca de 100 organizações que integram a Plataforma Nacional da Marcha Mundial de Mulheres.

3.5.50. No nosso país, a partir das eleições legislativas de 1995, o PS e os seus governos, visando credibilizar os seus propósitos relativamente aos direitos das mulheres, nomearam um Alto Comissariado para a Igualdade e Família, substituído em 1999 por uma Ministra para a Igualdade, sem lhe atribuir Ministério, cargo extinto na recente remodelação governamental. Entre 1995 e 1999, o governo lançou um Plano (enganosamente designado) para a Igualdade entre mulheres e homens. Estas "novidades" relativamente aos governos do PSD visaram criar expectativas e apoio em torno de medidas apresentadas em nome da igualdade de oportunidades, mas claramente inseridas numa lógica neoliberal, visando

o enfraquecimento da luta organizada das mulheres e, em alguns casos, a tentativa da sua instrumentalização.

3.5.51. A secção das ONG's do Conselho Consultivo da CIDM (e, por reflexo, a própria CIDM), que se tem revelado um importante espaço de intervenção e de opinião, nos últimos tempos, tem vindo a perder visibilidade e capacidade para emitir opiniões como um todo, situação aproveitada por algumas organizações para porem em causa o carácter democrático e inovador que o Conselho Consultivo assume no plano nacional e internacional.

3.5.52. A Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN estimulou um importante trabalho de detecção das discriminações e reivindicações das trabalhadoras nos diversos sectores de actividade, de formação de quadros dirigentes em torno de questões da igualdade e uma maior integração destas questões na intervenção do movimento sindical unitário. Neste âmbito, o projecto Now constituiu um importante instrumento, primeiro de diagnóstico e definição de prioridades e estratégias, depois na intervenção junto das empresas.

3.5.53. A intervenção no movimento sindical, organização de massas que abrange e mobiliza maior número de mulheres nas empresas, nos diversos sectores e regiões, constitui a forma mais importante na mobilização das mulheres.

3.5.54. Com os governos PS acentuaram-se os entraves à luta organizada das trabalhadoras a partir dos locais de trabalho pelo clima de repressão, pela precariedade e também pelo desconhecimento dos seus direitos e do modo de exigir o seu cumprimento por parte de muitas, especialmente jovens.

3.5.55. O Movimento Democrático de Mulheres tem assumido um papel pioneiro na abordagem pública das principais e mais actuais temáticas e reivindicações. Conta com uma rede de núcleos de âmbito nacional, gozando de grande prestígio, quer nacional, quer internacionalmente, designadamente através da sua cooperação com organizações de mulheres de vários continentes, no âmbito da sua presença na Federação Democrática de Mulheres (FDIM).

3.5.56. A realização do 6° Congresso, em Aveiro, em Junho deste ano, culminou um período de importante projecção pública deste movimento em torno das questões do aborto, da Campanha de Solidariedade com Angola, a concretização da sua integração no Conselho Económico e Social e o direito a tempo de antena na RTP, do funcionamentos dos Centros Mulheres em Movimento e de todo o trabalho de lançamento nacional da Marcha Mundial de Mulheres.

3.5.57. A par de muitas organizações específicas existentes outras surgiram como sejam a Rede de Mulheres Autarcas, a Associação de Protecção às Mulheres Vitimas de Violência, a Associação das mulheres agricultoras e rurais de Portugal, e a Associação a Mulher e o Desporto.

3.5.58. Sendo verdade que a situação económica, social e política dos últimos quatro anos não tem sido favorável ao reforço da mobilização das mulheres em torno das suas organizações, é de sublinhar, entretanto, que este período constituiu um período rico em acções unitárias, na produção de estudos desenvolvidos por organizações científicas, sindicais e de mulheres, que permitem uma aquisição mais profunda de conhecimentos sobre a natureza das desigualdades e das discriminações.

3.5.59. O PCP, designadamente através da **Organização da Mulheres Comunistas**, tem vindo a alargar a sua participação em diversas plataformas de acção em defesa dos direitos das mulheres, alargando o espaço de participação e de intervenção no plano unitário.

3.5.60. Participando no Conselho Consultivo das ONG's da CIDM desde a sua formação, em 1977, e na Plataforma pelo Direito de Optar, a OMC aderiu, também e desde a sua formação, em 1999, à Plataforma Nacional da Marcha Mundial das Mulheres contra a violência e a pobreza, cuja Marcha Nacional se realizou em 7 de Outubro último. A OMC concretizou um conjunto de projectos e iniciativas, de que se destacam a edição de materiais, a elaboração de exposições, a realização de um Fórum sobre a "Situação das mulheres no limiar do século XXI" e de debates descentralizados da responsabilidade de várias Direcções Regionais do Partido.

3.5.61. A inovação, a qualidade e o êxito que têm marcado as iniciativas autónomas da OMC confirmando, por um lado, o interesse de amplos sectores da sociedade, com destaque para a juventude, pelas questões da igualdade e dos direitos das mulheres, têm contribuído, por outro, para aumentar a influência do PCP.

3.5.62. Para o desenvolvimento do trabalho do Partido nesta frente e para o reforço da sua influência são linhas essenciais:

3.5.62.1. Aprofundar o debate ideológico e a formação de quadros, promover maior informação sobre os direitos das mulheres, de forma a combater concepções que minimizam a luta das mulheres e centram nas organizações femininas a exclusiva responsabilidade de defesa dos seus direitos específicos;

3.5.62.2. Promover acções de sensibilização da organização para uma maior participação das mulheres na vida do Partido e nas organizações unitárias e de clas-se, a todos os níveis, bem como nas instituições;

3.5.62.3. Apoiar o reforço da acção da Organização de Mulheres Comunistas e da Comissão junto do CC para os Problemas e Movimento das Mulheres;

3.5.62.4. Contribuir para o estudo, reflexão e iniciativa política do PCP e da CDU junto das mulheres, de forma a alargar a sua influência;

3.5.62.5. Combater a eventual (e natural) interiorização de valores culturais conservadores e discriminatórios que, traduzidos em comportamentos

mecânicos, reproduzem esses mesmos valores, perpetuando papeis sociais estereotipados.

3.5.63. Movimento dos micro, pequenos e médios empresários. A generalidade dos micro, pequenos e médios empresários enfrentam, na sua actividade, as dificuldades decorrentes da crescente monopolização de sectores, actividades e mercados e das políticas macro-económicas favoráveis ao grande capital da União Europeia e do Governo PS, na continuidade dos anteriores governos do PSD. Nesse enquadramento, ganha particular relevo o predomínio do sector financeiro e da grande distribuição, com as suas estruturas e actividades transformadas num gigantesco aspirador da riqueza criada nos sectores produtivos e, em particular, nas micro, pequenas e médias empresas.

3.5.64. Entre os problemas graves com que estão confrontadas as micro, pequenas e médias empresas, está a manutenção das candidaturas aos programas comunitários efectuados no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), nomeadamente aos programas RIME, PROCOM, SIR, IC-PME e PEDIP, que se encontram com os *plafonds* esgotados, e o pagamento de incentivos com grandes atrasos. Estes sistemas foram, no âmbito do III QCA, inseridos no POE (Plano Operacional da Economia) resumidos apenas a dois programas, o SIPIE (Sistema de Incentivos às Pequenas Iniciativas Empresariais), e ao SIME (Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial). Programas que não garantem a solução das situações pendentes do II QCA e que, apesar de alguma evolução, continuam fortemente burocratizados, dificultando o acesso das micro, pequenas e médias empresas, em contraste com as facilidades dadas ao grande capital nacional e estrangeiro; está uma política fiscal desadequada e penalizadora das micro, pequenas e médias empresas (basta ver a distância entre o prazo do pagamento do IVA – 40 dias – e os prazos de cobrança das facturas emitidas, em médias superiores a 90 dias, para lá dos critérios discriminatórios face às empreitadas públicas), contrapondo-se com os milhões atribuídos de benefícios fiscais para os grandes grupos económicos; está a falta de regulamentação de processos de subcontratação (por exemplo, garantias bancárias dos subcontratantes); estão as disparidades no caso do mercado de capitais, pois, apesar da baixa das taxas de juro, é conhecido que as pequenas e médias empresas e, em particular, as micro empresas, continuam a pagar elevadas taxas efectivas, quer no curto prazo quer nos empréstimos para investimentos; está a continuidade das discriminações nos apoios ao associativismo empresarial, em especial das micro e pequenas empresas, com favorecimento exclusivo das associações dominadas pelo grande patronato.

3.5.65. É no contexto do agravamento dos problemas dos pequenos, médios e micro empresários, decorrente da política de centralização e concentração capitalistas prosseguida pelos Governos do PS, que se pode perceber o quadro extremamente complexo no seio das estruturas associativas dos empresários portugueses. Quadro que, continuando determinado pelas confederações dominadas pelo grande capital português (CIP, CCP, AIP, AEP – ex-Associação Industrial Portuguesa, APED) é palco de rivalidades, conflitualidades, roturas e recomposições, evidenciando guerras fratricidas mais ou menos subterrâneas inter e intra sectores, particularmente em torno da distribuição do bolo dos fundos comunitários e dos dinheiros do Orçamento do Estado para investimento público. O que não as impede de alinharem todas de forma unânime em torno do objectivo central de utilização da micro e pequena empresa, e de uma maior exploração dos trabalhadores portugueses (contenção salarial e precarização da mão-de-obra), das políticas neoliberais de redução do peso do Estado nas políticas sociais e da redução da prestação exagerada da carga fiscal.

3.5.66. É também nesse quadro que se verificam «deserções» e afastamentos de associações dominadas por micro, pequenos e médios empresários dessas confederações (e lutas eleitorais pelo seu domínio) e o crescer de movimentos e estruturas independentes de micro e pequenos empresários, procurando afirmação e defesa dos seus interesses de classe. Situação particularmente visível no sector do comércio retalhista, onde o domínio triturador da grande distribuição torna mais nítida a fractura e a diferença de interesses.

3.5.67. Abre-se, assim, um vasto campo de potencialidades e possibilidades, já realçados no XV Congresso, para expansão e fortalecimento de amplas movimentações, reivindicações e lutas dos micro, pequenos e médios empresários. É na base desse ambiente favorável que, apesar de muitas dificuldades e limitações ainda existentes, a Confederação Nacional dos Pequenos e Médios Empresários vai dando passos decisivos no seu alargamento e aprofundamento de um associativismo de classe intimamente ligado aos problemas concretos deste importante sector social.

3.5.68. A importância política deste sector e dos processos económicos e sociais que o atravessam, o seu relevante peso económico e social, tornam possível evolução da sua consciência e posicionamento de classe, facilitam o potencial de crescimento das suas organizações independentes, um factor de interesse relevante para a construção de uma alternativa democrática. A sua manutenção como tropa de choque do grande capital ao serviço dos seus interesses reaccionários configurará contrariedades e obstáculos efectivos a essa alternativa. O seu papel nuclear no nível de emprego, no grosso das actividades económicas, na produção nacional, tornam-no em instrumento decisivo para uma boa saúde económica do País.

3.5.69. O PCP e os comunistas, e as forças de

esquerda em geral, só têm a ganhar no impulsionar o desenvolvimento orgânico independente desta camada, no apoio às suas lutas e reivindicações justas, numa maior expressão institucional dos seus interesses de classe.

3.5.70. O PCP, que aliás tem vindo a registar um interessante crescimento, em números absolutos e relativos nos últimos oito anos, de micro, pequenos e médios empresários nas suas fileiras, tem decididamente que dar passos em frente na atenção e intervenção nesta frente, no crescimento do número de organismos e quadros virados para este trabalho, na defesa de uma política que responda ao importante papel das micro, pequenas e médias empresas na sociedade portuguesa. Política que afaste liminarmente a solução da mão-de-obra barata, precária e sem direitos que a generalidade dos outros partidos e confederações do grande patronato propõe para os problemas dos micro, pequenos e médios empresários.

3.5.71. Movimento de Reformados – A importância da acção organizada dos reformados e pensionistas radica no peso significativo desta camada social no conjunto da população e no facto de ao intervirem de forma organizada e desenvolverem lutas reivindicativas próprias, se afirmarem como força social activa.

3.5.72. Os reformados, pensionistas e idosos representam na sociedade portugueses uma realidade social, económica e política com crescente peso no conjunto da população, tendência que, pela conjugação de factores como o aumento da esperança de vida e as reformas antecipadas, se reforçará nos próximos anos.

3.5.73. A par do crescimento numérico observam-se profundas alterações na composição etária, aumentando o número de reformados relativamente novos, em consequência das reformas antecipadas.

3.5.74. Entretanto, esta camada social, na sua grande maioria com baixos rendimentos vive em condições de extrema pobreza, abaixo do limiar de subsistência. Os níveis de exclusão social são gritantes.

3.5.75. As carências em apoios (médicos, sociais e culturais) adequadas à realidade desta camada social e à nova realidade, torna mais difícil a sua situação.

3.5.76. Apesar do Programa do Governo PS reconhecer "que os idosos têm em Portugal uma vida extremamente difícil", esta realidade não se alterou com medidas avançadas pelo Governo que, pela sua natureza pontual e propagandística não atacaram os problemas de fundo como seja as pensões de miséria, os elevados custos com a saúde, a falta de apoios sociais específicos para a 3ª idade, etc..

3.5.77. Em contrapartida à ausência de uma política coerente para atacar esta grave situação, o governo desenvolveu importantes e preocupantes esforços no sentido de envolver Associações de Reformados nas suas políticas e para transferir para as Associações a responsabilidade por um conjunto de acções sociais cujo cumprimento que compete ao Governo.

3.5.78. Apesar das dificuldades, a luta dos reformados traduziu-se ao longo dos últimos anos em numerosas jornadas de luta, encabeçadas por diversas Associações, o MURPI e a Inter-Reformados Nacional, envolvendo milhares de participantes de todo o país, levando à compreensão dos reformados que só pela organização e a luta podem defender os seus legítimos direitos.

3.5.79. O Partido desempenhou papel muito importante na organização e dinamização das lutas desta camada, na defesa dos seus interesses específicos, apresentando na Assembleia da República propostas concretas, intervindo no PE no âmbito da realização do Ano Internacional do Idoso, trabalhando nas autarquias para se criarem estruturas de apoio social e promover iniciativas de carácter cultural e recreativo.

3.5.80. Com vistas ao reforço da organização e intervenção partidárias nesta frente é necessário: aprofundar e sistematizar o estudo dos problemas desta camada social; destacar mais quadros para a frente; criar novos organismos de modo a enquadrar e acompanhar regularmente os membros do Partido que intervém nas diferentes estruturas; prosseguir e melhorar a ligação do trabalho da área dos reformados com a intervenção na Assembleia da República, no PE e nas autarquias.

3.5.81. Movimento dos Deficientes - Após cinco anos de promessas do Governo PS, os deficientes estão confrontados com o facto de nem se ter verificado a reposição de direitos adquiridos, retirados por Cavaco Silva, nem se ter concretizado uma política conducente à resolução dos principais problemas que afectam esta camada social.

3.5.82. Os deficientes, cerca de um milhão, sendo na sua grande maioria pessoas com graves carências económicas, baixos níveis de vida, carentes de apoios e também discriminados na sociedade, têm vindo sucessivamente a ser iludidas com falsas promessas. A Quota de Emprego para a Função Pública nunca foi regulada, os sucessivos Planos Nacionais de Emprego são ignorados, a Lei das Associações ainda não foi regulamentada, a Educação Especial / integrada é uma ficção, o Decreto-lei que define as normas técnicas sobre a acessibilidade (barreiras arquitectónicas) é ignorado, as tabelas de incapacidades escandalosamente desajustadas.

3.5.83. O Governo PS não resolveu os problemas, mas desenvolveu esforços para paralisar, subalternizar e envolver nas suas políticas, as associações de deficientes e da sua Confederação Nacional, a C.N.O.D.. Apesar de tudo isso, o Movimento dos Deficientes levou a cabo importantes realizações, com o objectivo de sensibilizar a sociedade para os seus problemas e acções Reivindicativas.

3.5.84. O Partido desempenhou papel destacado na defesa dos interesses e direitos dos deficientes. Foi o Partido que mais questões levantou sobre a problemática dos deficientes, apresentando propostas na Assembleia da República, questionando o Governo nos mais diversos temas que afectam esta camadas.

3.5.85. O Partido goza de um real prestígio nesta camada. Muitos membros do Partido desempenham importantes responsabilidades em diferentes associações de deficientes e no movimento CERCI e têm tido papel de vulto na preparação e dinamização da acção reivindicativa. Entretanto, há a assinalar sérias insuficiências e mesmo retrocessos no trabalho partidário desenvolvido nesta frente.

3.5.86. Não se alargou a compreensão das organizações partidárias quanto à importância desta frente de trabalho que abrange um milhão de pessoas com graves problemas sociais e humanos. Importantes orientações aprovadas no XV Congresso não se concretizaram.

3.5.87. Reduziu-se o número de quadros envolvidos na frente, aumentaram as dificuldades no que toca a renovação de quadros associativos, diminuiu o número de organismos e o seu funcionamento é irregular. Esta situação facilitou o desenvolvimento de tendências institucionalistas de colaboração com o governo de alguns quadros associativos.

3.5.88. É necessário adoptar medidas para alterar esta situação, de modo a que os membros do Partido possam intervir nas estruturas para salvaguardar e reforçar a unidade do Movimento dos Deficientes, garantir a sua autonomia face às tentativas de governamentalização das estruturas, dinamizar a luta em defesa da participação das organizações na definição, planeamento e aplicação de uma Política Nacional de Reabilitação, a adopção de medidas concretas contra a discriminação, a aplicação da Lei de Bases de Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, a regulamentação da Lei das Associações, a atribuição de apoios às Associações e todo um conjunto de medidas socioeconómicas e culturais que melhorem as condições de vida desta camada social.

3.5.89. Para o reforço do Movimento de Deficientes e alargamento da influência do Partido, é necessário levar à prática medidas e linhas de orientação designadamente: criar organismos, reactivar outros e desenvolver esforços para destacar mais quadros para esta frente de modo a assegurar um trabalho regular e sistemático; enquadrar e acompanhar regularmente os membros do Partido que intervém nas diferentes estruturas associativas; dedicar maior atenção ao estudo da problemática da deficiência e promover o seu debate; dar maior divulgação pública às posições, propostas e iniciativas do Partido; melhorar a coordenação da intervenção partidária junto das massas e nas instituições.

3.5.90. O Movimento Associativo e Popular é uma poderosa componente da vida associativa nacional, que se tem vindo a desenvolver, a diversificar e a fortalecer, correspondendo à necessidade de resposta organizada dos cidadãos às novas realidades sociais.

3.5.91. Se atendermos ao que a Constituição da República consagrou, temos que o Estado está obrigado a prosseguir as políticas cultural, desportiva e outras, em cooperação com as associações e os clubes, com os cidadão organizados nas mais diferentes expressões associativas. Não é isto que tem vindo a acontecer com o PS no Governo cuja a acção se caracteriza, por um lado pela ausência de políticas activas de desenvolvimento do associativismo visando a sua dinamização e reforço, enquanto rede social de participação e democracia e , por outro lado por uma crescente atitude de intervenção e manipulação por parte dos agentes e instituições governamentais, e das autarquias PS junto das associações.

3.5.92. São as associações, as colectividades e os clubes a assumir o essencial da intervenção cultural, desportiva e social em todo o país, procurando suprir as insuficiências do Estado e das políticas governamentais, recorrendo aos recursos próprios resultantes da sua actividade e de contribuições e outras iniciativas junto das populações contando, em muitos casos, com o apoio das autarquias designadamente nas áreas de influência da CDU.

3.5.93. Centenas de milhar de associativistas, de entre os quais muitos milhares de comunistas, desenvolvem voluntariamente esta actividade por consciência social e cívica, numa atitude de bem fazer, gerando uma poderosa economia social, participando na construção sócio cultural do país, no aprofundamento e exercício da democracia participativa e da cidadania, na melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

3.5.94. Num quadro de desinteresse e, por vezes de hostilização por parte do poder central, o Movimento Associativo enquanto criação popular, tem-se diversificado, crescido e desenvolvido. Nos últimos anos alargou, inovou e modernizou as suas actividades e integra novos activistas, com destaque para a presença e envolvimento de cada vez mais mulheres e jovens, a nível dirigente, tem surgido novas estruturas de coordenação e articulação associativa, constituindo este facto uma das mais importantes características da evolução recente da vida associativa.

3.5.95. Por iniciativa do PCP foi possível, no quadro da alteração do Estatuto de Utilidade Pública, isentar as associações de utilidade pública do Imposto de Selo, Imposto Municipal de SISA , Imposto sobre Sucessões e Doações, Contribuição Autárquica, IRC a ajustar no respectivo Código, Custas Judiciais, Imposto de Circulação e Imposto Automóvel, alterações que resultaram de uma acção conjugada do PCP e do seu

Grupo Parlamentar com o Movimento Associativo, de norte a sul do país.

3.5.96. O PCP considera indispensável a adopção de medidas de estímulo e dinamização da vida associativa, potenciando os meios existentes, apoiando o voluntariado, abrindo a novas soluções e a novas respostas para as novas necessidades das populações, ao mesmo tempo que considera imperativo que o estado cumpra os seus deveres constitucionais.

3.5.97. O PCP tem assumido, nesta matéria, uma intervenção regular e coerente através do trabalho das suas organizações e de muitos milhares de militantes. No entanto é ainda, em geral, insuficiente a atenção que as organizações partidárias dão a esta área de trabalho.

3.5.98. No sentido de fortalecer a acção do Partido e a vida associativa portuguesa os membros do Partido devem orientar a sua intervenção com os seguintes objectivos:

3.5.98.1. Melhorar o nível de acompanhamento dos problemas do Movimento Associativo, por parte das organizações partidárias, definir responsáveis aos diversos níveis e adoptar as adequadas medidas orgânicas para o apoio e a coordenação da actividade dos membros do Partido que actuam nesta frente;

3.5.98.2. Analisar, aprofundar e desenvolver os exemplos positivos de colaboração e cooperação, mutuamente vantajosos, entre as autarquias locais e o Movimento Associativo;

3.5.98.3. Acompanhar, estimular e aprofundar as formas de cooperação e coordenação associativa, emergentes a nível local, distrital, nacional e de sector, assim como as acções de intercâmbio;

3.5.98.4. Potenciar o gosto pelo convívio e pela vida colectiva, contribuir para uma ampla participação de jovens e mulheres nas associações populares, designadamente em tarefas de responsabilidade de dirigente, criando novas condições para o rejuvenescimento, a renovação e a inovação na vida associativa.

3.5.99. O **movimento de defesa do ambiente** reforçou-se na medida em que a questão ambiental tem vindo a despertar maior interesse junto da opinião pública, o que permite às várias organizações ambientalistas, espalhadas, hoje em dia, por um vasto conjunto de correntes de pensamento, reforçar a capacidade de expressão e audiência.

3.5.100. Nesta dinâmica, inserem-se as várias associações ambientalistas nacionais e internacionais, com expressões e objectivos diferenciados e com maior ou menor autonomia face ao poder político e que, na generalidade, assumem um forte protagonismo e apoio mediático que lhes permite elevados níveis de audiência.

3.5.101. O Partido, na base da sua linha programática de defesa do ambiente, tem vindo a desenvolver, institucionalmente, uma acção francamente meritória.

3.5.102. Contudo, continua a revelar-se insuficiente a ligação aos membros do Partido que desenvolvem a sua actividade nas associações ambientalistas e ecologistas, bem como a atenção que deve ser prestada às movimentações e à própria dinâmica destas associações.

3.5.103. A intervenção dos nossos militantes no movimento ambientalista, quando devidamente enquadrada nos objectivos gerais definidos para esta área de acção, tem se revelado muito positiva. Torna-se, assim, indispensável o reforço do acompanhamento daqueles militantes, por parte das Organizações do Partido, visando um maior aprofundamento das linhas de iniciativa com vista à ultrapassagem dos múltiplos problemas existentes e ao apoio à luta em defesa do ambiente.

3.5.104. O **movimento dos Imigrantes, minorias étnicas e anti-racista** reflectindo o sensível crescimento da população estrangeira em Portugal, confirma o nosso país como destino de imigração, a par da sua condição de país de emigrantes e tem sido acompanhado do crescimento de um movimento associativo próprio, com funções de representação, convívio, apoio e solidariedade; do aumento da participação sindical dos trabalhadores imigrantes; da sua crescente visibilidade e participação, quer no público combate pelos seus direitos, quer no exercício de direitos políticos nas eleições, quer em lutas sociais e manifestações; da afirmação criativa e diversificada de expressões culturais das diferentes comunidades imigrantes e minorias étnicas; do desenvolvimento de iniciativas e movimentos de combate às discriminações, à xenofobia e ao racismo.

3.5.105. A expressão adquirida pelas comunidades imigrantes e pelas minorias étnicas na sociedade portuguesa, a necessidade de desenvolver a sua integração com direitos e com respeito pelas suas identidades culturais, o combate que é preciso travar contra as discriminações e as manifestações de xenofobia e racismo que pretendem transformar imigrantes e minorias em bodes expiatórios dos males sociais, exigem do PCP, do movimento sindical, do conjunto das organizações sociais, a definição de linhas de trabalho e de política, de uma maior intervenção organizada e dirigida a estes sectores sociais.

3.5.106. Apoiando a sua organização e mobilização para responder aos problemas da sua condição e para o desenvolvimento do seu movimento associativo com plena autonomia relativamente ao poder político e económico. Promovendo a sua activa e plena incorporação, enquanto trabalhadores, na luta e na acção sindical e nas lutas e causas progressistas comuns. Desenvolvendo a sua activa participação cívica e política, e trabalhando para conquistar um crescente número de cidadãos destas comunidades para a compreensão de que têm no PCP a força política que em Portugal mais consequente e coerentemente tem assumido e dado voz às suas aspirações e direitos.

3.5.107. As Comunidades Portuguesas são marcadas pelas profundas mutações em curso na emigração portuguesa. Diminui a tendência para o regresso e acentua-se a opção pela permanência nos países de acolhimento. A par da emigração clássica e motivada por reagrupamento familiar, aumenta o peso da emigração temporária e sazonal e ganham relevo outras causas nos processos migratórios.

3.5.108. Cresce o número daqueles que, na reforma, se dividem entre os países de acolhimento e Portugal. Aumenta o peso nas Comunidades Portuguesas das novas gerações de lusodescendentes, com atitudes e graus diversos de relacionamento e identificação com o seu país de origem. Permanecendo um muito vasto e diversificado movimento associativo (mais de 2000 associações), com um insubstituível papel na representação, apoio e dinamização das Comunidades, surgem novas associações com características diferentes das tradicionais e mais voltadas para preocupações culturais ou direitos cívicos.

3.5.109. A par de tudo quanto respeita à sua ligação cívica, cultural, económica e social a Portugal, assume novo valor e importância o processo da sua participação nas sociedades dos países de acolhimento, onde tendem a ser alargados os seus direitos políticos (como sucede quanto à participação nas eleições locais) e onde são justamente solicitados a participar, enquanto trabalhadores e cidadãos, nos sindicatos e outros movimentos sociais, nas actividades cívicas e culturais, na luta comum por um futuro melhor.

3.5.110. A acção do PCP nas Comunidades Portuguesas, marcada por um honroso património de intervenção política e em defesa dos direitos dos emigrantes portugueses desde muito antes do 25 de Abril, deve ter em conta estas mudanças na sua acção e no contributo insubstituível e necessário que os comunistas portugueses na diáspora são chamados a dar para a organização e mobilização das Comunidades Portuguesas pela realização das suas aspirações. Afirmando-se também aqui como activa oposição de esquerda e força mobilizadora do apoio nas Comunidades Portuguesas para a construção de uma alternativa política de esquerda em Portugal.

3.5.111. Apresentando propostas e dando voz às reivindicações que assegurem a efectiva resolução dos problemas da emigração e participando activamente no fortalecimento e revitalização do movimento associativo e nos movimentos sociais. Pugnando pelo enraizamento e afirmação dos valores democráticos e de esquerda, por uma cultura democrática e progressista no seio das Comunidades, em alternativa aos valores reaccionários e passadistas com que outras forças pretendem sustentar a sua influência. Intervindo para que os portugueses na diáspora sejam trabalhadores e cidadãos de corpo inteiro e com direitos, na sua relação com Portugal e, ao lado dos comunistas e de outras forças progressistas, nos países de acolhimento.

3.5.112. A amplitude, a organização e a direcção do essencial da luta de massas, assentam num grande e diversificado conjunto de organizações de classe, socio-profissionais e de muitas outras de âmbito diversificado. As milhares de associações recreativas, culturais e desportivas são parte integrante do movimento popular e escolas de convivência cívica e democrática.

3.5.113. A evolução social, as transformações socio-económicas, levam à necessidade não só de uma maior intervenção destas organizações como ao aparecimento de várias outras.

3.5.114. As organizações de massas constituem a base organizada da vasta frente social de luta. Iniciada pelos governos do PSD, prosseguida e ampliada pelos governos do PS, desenvolve-se há vários anos uma ofensiva no sentido de "enquadrar" ou neutralizar importantes organizações e movimentos de massas, pela via da "concertação social", do estatuto de parceiros sociais, dos subsídios condicionados e mesmo pelo recurso a medidas de carácter administrativo e enquadramento legal, limitadoras da autonomia dessas organizações.

3.5.115. A influência de massas do Partido é inseparável da intervenção de milhares de camaradas nas organizações de carácter unitário, assegurando o seu funcionamento, impulsionando a sua acção, encabeçando a defesa dos interesses dos seus associados e o carácter unitário, autónomo e democrático das estruturas onde intervêm.

3.5.116. Através destas organizações os membros do Partido que aí intervêm, ligam-se a outras classes e camadas sociais, afirmando-se como defensores dos interesses, não só da classe operária e dos trabalhadores, mas das diferentes classes e camadas atingidas pelo política de direita.

3.5.117. Apesar dos milhares de camaradas que intervêm nas organizações unitárias, e do seu papel e influência determinante, nos últimos anos acentuaram-se preocupantes deficiências no acompanhamento partidário desta frente e mesmo perda de posições, nomeadamente no movimento associativo e popular, enfraquecendo a ligação do Partido às massas.

3.5.118. A actuação dos membros do Partido nas organizações e movimentos de massas faz-se de acordo com as orientações do Partido, segundo o princípio da defesa dos interesses dos associados dessas organizações e das massas, no estrito respeito pela autonomia e democracia interna dessas organizações.

3.5.119. Este princípio não é, entretanto, separável de um outro, que define que a actuação dos membros do Partido nessas estruturas não é separável igualmente da responsabilidade perante o Partido.

3.5.120. O PCP, na linha de orientação de assegurar o carácter independente e complementar da sua

intervenção na dinamização da luta de massas, da luta institucional e da intervenção política directa, demonstrou ser a força indispensável tanto na denúncia e resistência à política de direita, como no estímulo à participação e à luta populares, assumindo como proposta as suas aspirações e reivindicações sem abdicar da construção de uma verdadeira alternativa de esquerda democrática e patriótica.

3.6. AS BATALHAS ELEITORAIS E A INTERVENÇÃO DO PCP NAS INSTITUIÇÕES

3.6.1. Os três actos eleitorais de âmbito nacional (eleições apara as autarquias locais a 14 de Dezembro de 1997, eleições para o Parlamento Europeu em 13 de junho de 1999 e eleições Legislativas em 10 Outubro de 1999) e os dois referendos nacionais (sobre a despenalização do aborto a 28 de Junho e a regionalização a 8 de Novembro de 1998) realizados desde o ultimo congresso constituíram importantes momentos de luta democrática que exigiram do Partido e das suas organizações uma significativa concentração de esforços e energias.

3.6.2. Analisando o conjunto dos actos eleitorais entretanto realizados, os resultados aí obtidos e as condições em que decorreram é possível sublinhar sete traços que globalmente os caracterizam:

3.6.2.1. A mistificação e introdução de elementos de diversão orientados para condicionar e desviar os eleitores das principais opções que em cada momento se colocavam. (São disto exemplo a introdução no debate para as eleições autárquicas de questões e problemas de dimensão nacional, a tentativa de transformar a eleição de deputados para o Parlamento Europeu numa escolha unipessoal, o repetido truque de reduzir as eleições legislativas à eleição de um primeiro ministro, a inqualificável argumentação expandida pela larga maioria do partidários do "não" nos referendos com o objectivo de lhes atribuir objectivos que manifestamente sabiam não ter);

3.6.2.2. A utilização abusiva de meios e recursos do Estado por parte do partido do governo objectivamente orientada para instrumentalizar e condicionar a vontade dos eleitores;

3.6.2.3. A indisfarçável ambição do PS pela obtenção da maioria absoluta e os sucessivos insucessos na concretização desse objectivo;

3.6.2.4. A confirmada dificuldade dos partidos da direita, PSD e PP, em recuperarem eleitoralmente;

3.6.2.5. As reais possibilidades demonstradas pelo PCP de inverter uma sucessão de resultados negativos e de se afirmar e progredir eleitoralmente.

3.6.2.6. Uma tendência para uma elevada percentagem da abstenção com reflexos também em sectores do eleitorado da área da CDU.

3.6.2.7. Um persistente desrespeito pela regras de igualdade de tratamento e de oportunidades na cobertura e atenção dadas pela comunicação social e a real desproporção aplicados por cada força política nos vários actos eleitorais.

3.6.3. As eleições para as autarquias locais traduziram-se num resultado negativo marcado pela perda da maioria em 12 municípios, ainda que conquistando a presidência em quatro outros. Também a perda de várias posições e da presença em situações de minoria registada em alguns órgãos municipais representam uma perda efectiva na capacidade de intervenção em defesa dos interesses das populações e nas possibilidades de fiscalização e controlo democrático da acção dessas autarquias.

3.6.4. Sem desvalorizar o insucesso eleitoral registado, e as ilações que é necessário extrair, é entretanto necessário sublinhar duas questões. A primeira que a CDU se mantém como uma grande força autárquica nacional responsável pela gestão em 41 municípios do país e com um significativo número de posições nas autarquias (235 vereadores, 799 eleitos em assembleias municipais, 2330 eleitos em assembleias de freguesias, 279 presidências de juntas de freguesia), para além das posições que o PCP detém na cidade de Lisboa, onde uma vez mais a Coligação Mais Lisboa confirmou a maioria e a confiança da população da cidade.

3.6.5. A segunda para recordar que a perda de posições, designadamente mais visível ao nível presidências de Câmaras Municipais, não traduz a perda de influência que alguns apressadamente lhe pretenderam atribuir. De facto não só a perda de algumas Câmaras Municipais se verificaram num quadro de crescimento de expressão eleitoral (redução de votos nos 12 municípios em que a CDU perdeu a maioria não ultrapassou os 13 mil votos) como a votação global da CDU se situou próxima da obtida em 1993 (cerca de menos 0,5% e 38 mil votos para as assembleias municipais).

3.6.6. Na indispensável avaliação aos resultados não é possível deixar de ter presente na construção de alguns deles o peso que factores nacionais assumiram em detrimento da avaliação mais directa sobre o mérito do trabalho e acção local que estava em julgamento (particularmente mais sentida em zonas urbanas), a insistência na criação artificial de ambientes pré eleitorais assentes na bipolarização que esbateram a importância da eleição de candidatos da CDU em zonas onde esse era o principal objectivo, e na confluência e arrumação de votos à direita que conjugadamente com algumas perdas da CDU possibilitaram ao PS, em municípios do Sul do país, o número de votos e a conquista de posições que noutro quadro não obteriam.

3.6.7. Estes factores não devem entretanto esbater aqueles outros que, com origem erros e deficiências do nosso próprio trabalho, quer nas autarquias ou na

actividade das organizações locais, contribuíram para resultados mais negativos.

3.6.8. Nestas eleições o PS, mantendo a maioria de presidências de Câmaras Municipais, viu essa diferença ser reduzida de 11 para 1 comparativamente ao PSD que entretanto, e apesar dos ganhos em presidências de Câmaras, não viu realizado o seu anunciado objectivo eleitoral de obter mais mandatos nestas eleições. O PP ao perder mais de 100 mil votos e ao ver reduzido o número de câmaras em maioria de 13 para 8 constituiu-se como o grande derrotado destas eleições.

3.6.9. O resultado da CDU nas **eleições para o Parlamento Europeu** fica assinalado, apesar do aumento da votação em cerca de 20 mil votos e da afirmação como terceira força política mais votada, pela perda de um deputado ainda que por uma margem tangencial que acabou por contribuir para uma avaliação menos positiva que o resultado em si permitia.

3.6.10. Um resultado obtido num quadro marcado por uma intensa campanha mistificatória conduzida pelo PS a partir da candidatura de Mário Soares apresentada como uma candidatura suprapartidária e de desígnio nacional na disputa de um objectivo, a presidência do Parlamento Europeu que se insinuava estar em jogo, e destinada a esbater os factores de condenação à política do governo e a projectar o PS para um resultado que lhe abrisse caminho à conquista da maioria absoluta nas legislativas de 1995 que se lhe seguiam. O fracasso relativo desta manobra do PS, considerando que o resultado obtido não atingiu o que este partido obtivera nas legislativas anteriores, independentemente do bom resultado se comparado com as eleições anteriores, acabou por constituir uma derrota de uma manobra destinada a viciar os objectivos e resultados da eleição em presença.

3.6.11. O PSD obteve o pior resultado de todas as eleições nos últimos catorze anos enquanto o PP ao perder cerca de 100 mil votos e quatro pontos percentuais obteve um resultado claramente negativo. O BE, não elegendo como era previsível qualquer deputado e ao obter um resultado próximo da soma dos três partidos que o constituem, acabou por favorecer objectivamente a não eleição do terceiro deputado da CDU.

3.6.12. As eleições legislativas constituíram uma estimulante perspectiva de acrescida intervenção e afirmação do PCP como principal força de esquerda em Portugal. O resultado obtido pela CDU, num quadro que integrava factores favoráveis ao governo, ao concretizar o seu objectivo eleitoral central de reforçar a percentagem de votação e o número de deputados eleitos pôs termo a um longo período de decréscimo eleitoral, confirmou as possibilidades de reforço da influência eleitoral do PCP e contribuiu decisivamente para derrotar o objectivo expresso do PS de alcançar uma maioria absoluta. Os resultados desta eleição expressam não só a derrota do PSD e PP, o insucesso do PS no objectivo a que se tinha proposto e a emergência parlamentar do BE como, sobretudo, confirmam e ampliam um importante campo político à esquerda, no qual o PCP, e os seus aliados na CDU, detêm papel essencial e insubstituível na luta por uma política de esquerda para o país.

3.6.13. O resultado duplamente negativo verificado nos dois **referendos** realizados são expressão da deplorável prevalência na orientação do PS de cedência e acordos de bastidores com a direita que abriram caminho à grande campanha de mentiras, demagogia, coacção moral e primarismo desenvolvida na sociedade portuguesa pelos partidários do "não". A derrota tangencial da despenalização do aborto e da criação das regiões administrativas constituem uma derrota na luta pela dignificação das mulheres e pela protecção da sua saúde e um passo atrás no caminho da descentralização e da democracia participativa. Com a consciência de tudo ter feito para concretização de avanços civilizacionais e democráticos, num quadro em que praticamente se assumiu como o único grande partido que coerentemente interveio pelo "sim", o PCP prosseguirá a sua intervenção para que se criem condições para a despenalização do aborto e pela instituição das regiões em concreto.

3.6.14. No quadro dos futuros actos e campanhas eleitorais, assumem especial relevo e merecem a maior atenção **as eleições presidenciais** marcadas para 14 de Janeiro de 2001 que, pela sua proximidade e importância, exigem um generoso empenhamento e activa mobilização do Partido, dos seus militantes e organizações. A decisão de promover a apresentação de uma candidatura do PCP (assumida pelo Comité Central na sua reunião de 17 de Junho) e depois concretizada com a apresentação da candidatura do camarada António Abreu, está em correspondência com as responsabilidades do PCP da vida nacional e traduz, entre outros objectivos e características desenvolvidos na Resolução do Comité Central de 9 de Setembro e na Declaração de Apresentação da Candidatura, o firme propósito de, como é indispensável, assegurar a presença no debate eleitoral dos distintivos valores, propostas e projecto do PCP para a sociedade portuguesa, de defender um exercício das funções presidenciais dotado de maior autonomia e independência crítica face às orientações do Governo e com uma mais forte e activa vinculação aos valores constitucionais, e de contribuir para o fortalecimento da exigência popular de uma alternativa de esquerda na política nacional.

3.6.15. As **eleições para as autarquias locais**, a realizar em Dezembro de 2001, constituem sem dúvida uma das batalhas políticas de maior importância do próximo ano a reclamarem desde já a adopção de medidas que permitam preparar a intervenção nestas eleições.

3.6.16. Num quadro em que o PS e o Governo assumem já indisfarçavelmente estas eleições e os seus resultados como trampolim para projectar objectivos e

ambições para as legislativas de 2003 e em que tudo farão, sem olhar a meios menos legítimos para atenuar eventuais sinais de desgaste que a sua política inevitavelmente desenvolverá e conquistar o maior número de posições; num quadro ainda incerto quanto ao sistema eleitoral para as autarquias e das suas implicações designadamente ao nível do estimulo artificial à bipolarização e à desvalorização da presença em minoria nos órgãos autárquicos; na presença provável de candidaturas de cidadãos eleitores para eleições municipais com a inevitável tentação de alguns em as vir a usar como instrumentos de estratégias partidárias não assumidas; na ausência de conhecimento sobre o que determinará a arrumação, a presença e acordos entre si ou com terceiros dos partidos da direita designadamente em zonas de maior influência nossa, é não só provável como seguro que a concretização dos objectivos eleitorais do PCP e da CDU exigirá de cada organização, militante, activista e apoiante uma intervenção intensa e determinada.

3.6.17. O PCP prepara-se para concorrer em todo o País no quadro da CDU. Na cidade de Lisboa deverá ser assegurada a continuidade do trabalho iniciado na década de 90 com a Coligação Por Lisboa e prosseguida com as Coligações Com Lisboa e Mais Lisboa.

3.6.18. Ampliar e confirmar as posições do PCP e dos seus aliados na CDU nas autarquias é contribuir para afirmar um projecto autárquico com provas dadas na defesa intransigente dos interesses populares, na promoção de melhores condições de vida, de desenvolvimento e progresso locais, na garantia de um funcionamento transparente dos órgãos e de uma gestão democrática e participada.

3.6.19. Sem prejuízo de um desenvolvimento mais preciso que o debate nas organizações permitirá apresentam-se como principais objectivos do Partido nestas eleições:

3.6.19.1. Concorrer ao conjunto dos órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias;

3.6.19.2. Confirmar e reforçar as posições maioritárias que a CDU e o PCP hoje detêm nas autarquias;

3.6.19.3. Conquistar a maioria em novos municípios e freguesias;

3.6.19.4. Ampliar as posições em situação de minoria e alargar a presença de eleitos a novos órgãos autárquicos.

3.6.20. A concretização dos principais objectivos do PCP e da CDU nestas eleições exige a sua preparação inserida no quadro geral da intervenção do Partido e num processo de confluência do desenvolvimento da luta social e política no plano nacional e local, da afirmação do nosso trabalho nas autarquias e das medidas de direcção especificamente eleitorais.

3.6.21. São assim de considerar como direcções fundamentais da actividade do Partido com vista à intervenção nas **eleições de 2001**:

3.6.21.1. O envolvimento do conjunto das organizações e dos seus militantes no debate preparatório e no desenvolvimento da acção eleitoral;

3.6.21.2. O reforço da acção e da iniciativa políticas das organizações do Partido em torno dos problemas locais e sociais;

3.6.21.3. A dinamização da CDU e das suas estruturas locais, o alargamento da participação dos seus principais activistas e o comprometimento e envolvimento de novos apoiantes;

3.6.21.4. A valorização do trabalho realizado nas autarquias e a sua projecção futura;

3.6.21.5. A avaliação da actividade desenvolvida nas autarquias, a identificação dos principais problemas e das medidas para os vencer;

3.6.21.6. O reforço da atenção dada à participação, à proximidade dos eleitos às populações e aos seus problemas;

3.6.21.7. A afirmação do valor das propostas e do projecto alternativo da CDU nas situações de minoria e da importância decisiva do reforço das suas posições.

3.6.22. O projecto autárquico do PCP e o prestigio que em sucessivos mandatos vê reconhecido, seja pelo nível da obra realizada ou pela proximidade e identificação com as principais aspirações das populações, é indissociável do estilo de gestão e de exercício de poder pelos eleitos comunistas nas autarquias locais. Um estilo de gestão que é indissociável dos objectivos, natureza e concepção democrática e participada de exercício de poder inerentes ao PCP.

3.6.23. A confirmação e aprofundamento dos traços mais distintivos do exercício do poder pelos comunistas, num quadro de crescente complexidade e de condicionamentos exteriores que são impostos à actividade das autarquias, é inseparável do reforço do trabalho de direcção do Partido sem o qual não é possível assegurar uma acção coesa e coerente com os principais objectivos de intervenção dos comunistas nos órgãos de poder local. Um exercício de direcção que garanta a inserção e a participação dos eleitos no trabalho colectivo, assente no debate regular nos organismos sobre as orientações essenciais, as prioridades e decisões cujo conteúdo encerrem uma evidente componente política e uma avaliação regular do conteúdo e formas de exercício dos mandatos, e que em simultâneo assegure a articulação entre o trabalho desenvolvido na autarquia com a acção política local das organizações do Partido e a luta das populações.

3.6.24. As significativas alterações à legislação enquadradora do funcionamento das autarquias reclamam do Partido novas e mais exigentes respostas na acção autárquica com a atenção redobrada para manter presentes e aprofundados os traços mais característicos e

distintivos do projecto autárquico do PCP, uma continuada intervenção e luta para reclamar o aumento dos meios do Estado disponíveis para atender às principais necessidades e direitos sociais das populações, e a defesa e promoção dos critérios de colegialidade, democraticidade e participação na acção dos órgãos autárquicos.

3.6.25. A situação reclama uma crescente afirmação política na acção dos eleitos do PCP e um mais decidido combate às tentativas de ingerência do governo em áreas de competência do poder local e de transferência para as autarquias do ónus pelos problemas não resolvidos pela deliberada política de contenção da despesa pública.

3.6.26. Ao projecto autárquico do PCP é inerente um conjunto de características que marcam e diferenciam o estilo de gestão dos eleitos comunistas. Da sua concretização e aplicação depende a afirmação do nosso projecto, a eficácia e democraticidade da gestão e os níveis de realização, garantes do reconhecido mérito atribuído à acção autárquica do PCP e da CDU que tem permitido a confirmada influência eleitoral em numerosas autarquias em conjunturas e condições políticas menos favoráveis. Sem prejuízo de se reconhecer que persistem dificuldades e no cumprimento e na assunção plena de orientações consideradas essenciais à afirmação do projecto autárquico do PCP que é necessário continuar a trabalhar para as ultrapassar.

3.6.27. Sublinham-se como princípios orientadores da acção dos eleitos comunistas:

3.6.27.1. A afirmação no exercício dos mandatos, dos princípios de trabalho, honestidade, competência, transparência, recusa de benefícios pessoais e defesa dos interesses das populações;

3.6.27.2. A ligação às populações e aos trabalhadores como componente essencial de uma gestão democrática e participada, meio de mobilizar opiniões e de assegurar uma alargada informação e esclarecimento sobre o andamento e respostas aos principais problemas;

3.6.27.3. O cumprimento do principio de não ser prejudicado ou beneficiado no exercício dos cargos públicos;

3.6.27.4. O rigor na conduta e procedimentos na gestão e no exercício dos cargos;

3.6.27.5. A procura de uma alargada participação das populações e das organizações e associações sociais e culturais no processo de decisão;

3.6.27.6. O exercício das suas funções de forma a garantir uma natural aproximação e acesso das populações aos eleitos e uma resposta pronta às suas solicitações;

3.6.27.7. A valorização do papel dos trabalhadores da autarquia, cuidando das condições de trabalho, assegurando a sua participação e o respeito pelos seus direitos e garantindo a sua valorização e formação profissionais;

3.6.27.8. A salvaguarda do caracter público do serviço prestado às populações em áreas estratégicas da competência do poder local e a garantia da defesa dos interesses e direitos colectivos sobre os particulares;

3.6.27.9. O prosseguimento de uma prática continuada e consistente de descentralização.

3.6.28. Conceber e concretizar uma intervenção autárquica estreita e permanentemente ligada à acção geral e aos objectivos políticos do Partido, orientada para nos aproximar das populações e dos seus problemas, para estimular a luta e a participação popular e elevar a consciência política e social das populações indispensável aos objectivos mais gerais de transformação da sociedade, é o principal objectivo que se coloca à actividade do Partido nas autarquias.

3.6.29. Do ponto de vista do projecto para a gestão das autarquias os eleitos comunistas conjugarão o prosseguimento de uma atenção especial aos equipamentos e infra-estruturas, ao planeamento e gestão urbanística, ao património cultural e paisagístico e às actividades culturais e desportivas, e a uma atenção reforçada a políticas de desenvolvimento compatíveis com os valores ambientais e de qualidade de vida. Será particularmente importante prosseguir o trabalho de modernização da gestão e dos serviços, bem como a atenção às pequenas obras, ao embelezamento dos centros urbanos e às questões essenciais mais presentes no quotidiano das populações.

3.6.30. As **eleições para a Assembleia da República** que se realizarão em principio em 2003 constituem um momento para condenar a política de direita e o actual governo e uma oportunidade para com o reforço das posições do PCP dificultar novas soluções construídas na base da alternância entre o PS e o PSD na execução de políticas similares e criar melhores condições para a construção de uma alternativa de esquerda. O desenvolvimento da luta de massas contra a política de direita do actual Governo, a valorização do trabalho realizado pelos deputados comunistas no Parlamento e a demonstração do que representaria na criação de melhores condições para a defesa dos interesses dos trabalhadores uma presença reforçada do grupo parlamentar do PCP e a luta contra a nova tentativa de adulteração da Lei Eleitoral para a Assembleia da República são elementos essenciais da intervenção para a concretização dos objectivos políticos e eleitorais.

3.6.31. As **eleições para o Parlamento Europeu** a realizar em meados de 2004 devem contribuir para que com o reforço das posições do PCP se amplie a corrente dos que no Parlamento Europeu combatem contra as tentativas da construção de uma Europa federal e trabalham intensamente em defesa dos trabalhadores e pelos que são mais desfavorecidos, pela coesão social e pelas grandes causas da paz e do progresso de Portugal e da Europa.

3.7. O PCP, FORÇA ESSENCIAL PARA A ALTERNATIVA DE ESQUERDA

3.7.1. Analisando em linhas gerais a evolução, caracterização e arrumação do quadro partidário nacional, são de destacar os seguintes aspectos mais significativos:

3.7.1.1. No **PS**, a plena confirmação, através de cinco anos de acção governativa, de uma assumida inflexão política para a direita, em correspondência aliás com o verificado em muitos outros partidos socialistas da Europa. Com efeito, embora tendo o especial cuidado de, no seu discurso político, procurar ostentar como sua marca distintiva em relação à direita uma elevada "consciência social", a verdade é que o Governo do PS não apenas prosseguiu as orientações neo-liberais, designadamente no plano socio-económico, que já tinham sido aplicadas pelos governos do PSD como, em boa verdade, se caracterizou por um inequívoco alinhamento com o grande capital e por uma escandalosa subordinação aos seus interesses, sempre acompanhada por uma política e orientações atentatórias dos interesses e direitos dos trabalhadores. E se é certo que a justa e repetida acusação do PCP (aliás durante muito tempo também formulada por quadrantes de opinião muito diversificados) de que o Governo do PS prosseguiu, no essencial, a política de direita dos governos do PSD, não é incompatível com o reconhecimento ou admissão de que, em relação a alguns sectores, áreas ou problemas e como consequência da luta e da iniciativa do PCP e de diversos sectores sociais, o PS adoptou orientações positivamente diferenciadas das adoptadas no passado pelo PSD, também é igualmente verdade que, noutros domínios — esses por sinal de carácter estruturante, — o PS realizou uma política ainda mais brutal e de mais profunda articulação com os interesses do grande capital que o PSD, como é manifesto por exemplo, nas privatizações ou na política de integração europeia;

3.7.1.2. No **PSD**, é sobretudo patente uma prolongada situação de crise e instabilidade interna que, embora certamente influenciada por outros factores, não pode ser dissociada das dificuldades de adaptação a uma nova situação depois de dez anos no Governo e das dificuldades de afirmar orientações programáticas visivelmente distintas do PS, dada a apropriação por este partido de aspectos fundamentais da política do PSD. Das sucessivas substituições na sua liderança ao folhetim sobre a constituição ou não de uma coligação com o CDS-PP, da viabilização de vários Orçamentos de Estado do Governo do PS na anterior legislatura às múltiplas tentativas de ocultar a sua convergência com o PS em questões fundamentais através de incidentes e conflitos nas matérias acessórias o que se desvenda é uma situação de crise, dificuldades e desorientação que, objectivamente, tem beneficiado o PS. Por outro lado, tudo indica que o PSD, quer por razões da sua afirmação como "oposição" quer por competição com o CDS-PP, continuando a não ter de facto uma política efectivamente alternativa (e naquelas áreas pontuais em que diverge do PS, as suas posições andam crescentemente a reboque do CDS-PP), tenderá a "radicalizar" a sua postura face ao Governo na tentativa de capitalizar em proveito próprio o descontentamento popular e o patente desgaste do Governo.

3.7.1.3. No **CDS-PP** acentua-se uma orientação de fundo efectivamente reaccionária, a coberto de uma desenfreada demagogia populista em que uma política serventuária do grande capital é disfarçada com múltiplas promessas de solução rápida de gritantes problemas dos estratos sociais mais carenciados e desprotegidos. Beneficiando de uma imensa e complacente promoção mediática do seu líder e das suas "frases do dia", o CDS-PP tem um comportamento errático e oportunista mas pretende ter a aura de agir na base de coerentes convicções e princípios; é durante anos muleta do PS e viabiliza sucessivos Orçamentos de Estado mas depois apresenta uma moção de pretensa "censura" ao Governo e pretende passar como a mais activa força de oposição; é utilizado pelo PS para isolar o PSD e faz "guerra" ao PSD mas pretende apresentar-se como campeão da constituição de uma "nova AD"; é um denodado defensor dos interesses das seguradoras em matéria de descapitalização e liquidação do sistema público de segurança social, mas depois pretende passar como o mais dedicado defensor dos reformados. Mas, em relação ao CDS-PP, importa prestar especial atenção e dar firme combate ao seu claro propósito de explorar em sentido securitário, repressivo, reaccionário, xenófobo e racista, situações de conflito e mal-estar social, designadamente em torno de problemas relativos à segurança, à toxicodependência e à imigração;

3.7.1.4. A emergência política e conquista de representação parlamentar do **Bloco de Esquerda** (partido constituído por iniciativa de três partidos - UDP, PSR e Política XXI que, entretanto, perderam praticamente a sua anterior expressão diferenciada). Alcançando nas Legislativas de 99 um resultado um pouco superior à soma dos votos do PSR, UDP e Política XXI em 95, tudo indica que o Bloco de Esquerda, à escala relativa da sua votação, terá captado sobretudo votos em alguns segmentos juvenis, e também em segmentos das camadas médias urbanas que, tendo votando anteriormente no PS, nas últimas eleições não desejavam que este partido obtivesse a maioria absoluta. O resultado obtido pelo Bloco não traduziu entretanto a captação de votos na área da CDU que seria intuito dos seus promotores. Do ponto de vista da sua orientação, o Bloco de Esquerda, sem prejuízo da relevância que atribui e das posições diferenciadas e específicas que exprime em relação a algumas causas e temas, decalca e

apropria-se do património de posições, reflexões e propostas do PCP num vasto conjunto de temas e problemas que, com larga cumplicidade e favores no sistema mediático, apresenta depois como "inovações" e "criações" suas. E caracteriza-se, com frequência por uma assinalável hostilidade e arrogância em relação ao PCP, deturpando a sua real orientação e actividade. Neste quadro, e encarando-se com naturalidade a diversidade de posicionamentos à esquerda para que o Bloco de Esquerda também concorre, é necessário prevenir para que esta iniciativa política e partidária, independentemente das aspirações ou valores da sua base de apoio, continuará provavelmente a prosseguir o objectivo de enfraquecimento eleitoral do PCP e de se assumir como o interlocutor do PS na esquerda.

3.7.1.5. A confirmada intervenção positiva do Partido Ecologista **"Os Verdes"**, quer ao nível da sua expressão parlamentar e nas autarquias (onde contribui para o espaço unitário de participação democrática que a CDU constitui), quer na sua acção e iniciativa política, nomeadamente em áreas e temáticas dominadas pelas questões ambientais e ecológicas.

3.7.2. O quadro partidário nacional e a influência eleitoral de cada força política continuam a mostrar a persistência de uma não correspondência na sociedade portuguesa entre os interesses das classes e camadas não monopolistas e as suas opções eleitorais.

3.7.3. Mas, apesar das inegáveis dificuldades causadas por evoluções na vida política e no sistema mediático que reforçam e acentuam sofisticados mecanismos de conformação das consciências, a verdade é que se mantém importantes potencialidades - com destaque para as que derivam do apagamento de diferenças estratégicas entre o PS e o PSD - para o reforço da influência do PCP.

3.7.4. Da própria caracterização e arrumação do quadro partidário nacional decorre a evidência de que, pela sua coerência e combatividade na defesa de uma política, de ideais e de valores de esquerda, pela sua influência social, política e eleitoral, pela sua intervenção nas instituições e na movimentação e lutas sociais, o PCP é não apenas uma força indispensável para uma alternativa de esquerda e a que está em melhores condições de favorecer, dinamizar e impulsionar as iniciativas, os avanços e a agregação de forças e energias que a construção da alternativa exige, mas também, e principalmente, a força política cujo reforço é a condição decisiva para a concretização dessa alternativa.

3.7.5. A luta por uma alternativa de esquerda, que o PCP situa e integra na perspectiva da sua luta por uma democracia avançada e pelo socialismo, é a luta por uma política alternativa à política de direita (seja a realizada pelo PSD, seja a desenvolvida pelo PS) mas também, e indissociavelmente, por uma alternativa política, isto é um projecto de exercício do poder que abrange necessariamente as orientações de uma maioria parlamentar e a política e composição do Governo do País.

3.7.6. Mantêm validade as linhas essenciais de análise e reflexão adoptadas pelo XV Congresso sobre a questão-chave da luta por uma alternativa democrática e de esquerda que abra na vida nacional um novo curso político após mais de duas décadas de alternância e rotativismo entre o PSD e o PS na execução, no essencial, da mesma política.

3.7.7. Neste sentido, reafirma-se a necessidade de, apesar da sua incontestável urgência do ponto de vista dos interesses populares e nacionais, não circunscrever ou aprisionar a luta pela alternativa de esquerda numa visão meramente imediata ou de carácter voluntarista, antes a concebendo como um processo complexo, exigente e eventualmente prolongado, sobretudo tendo em conta o sólido enfeudamento do PS à política de direita, o qual previsivelmente só será passível de anulação sob o efeito de uma fortíssima pressão social e política e de um significativa quebra eleitoral do PS a que corresponda um significativo reforço do PCP.

3.7.8. Reafirma-se a validade da compreensão de que, neste quadro, o processo de construção de uma alternativa de esquerda envolve uma grande diversidade e articulação de tarefas e objectivos concretos, movimentos, planos de convergência ou unidade, o desenvolvimento de uma vasta frente social de oposição à política de direita que se projecte, no plano político e institucional, por uma convergência de forças, correntes e sectores democráticos e de esquerda capazes, com o PCP, de dar corpo a essa alternativa.

3.7.9. Para o desenvolvimento e êxito do processo de construção de uma alternativa de esquerda **é factor essencial e determinante a ampliação da influência social, política e eleitoral do PCP e uma sensível alteração, em termos mais favoráveis ao PCP, da correlação de forças entre o PCP e o PS.**

3.7.10. É também indispensável um forte e articulado desenvolvimento das lutas e movimentos sociais em torno de objectivos concretos mas impulsionando a sua convergência na reclamação de uma nova política e favorecendo a crescente afirmação na sociedade portuguesa de um mais vasto movimento de opinião agregado à volta de propostas centrais para uma política de esquerda, por forma a que estas venham a pesar mais no processo de formação das opções eleitorais dos cidadãos.

3.7.11. É ainda indispensável que, com firme rejeição de pretensões hegemónicas de quem quer seja e no rigoroso respeito da autonomia e identidade dos participantes , se amplie e aprofunde o diálogo político, a reflexão, as formas de cooperação ou acção comum entre forças, correntes e sectores democráticos, movimentos sociais e cidadãos que se reconhecem na aspiração de uma alternativa de esquerda.

3.7.12. A luta pela construção de uma alternativa de esquerda exige que se mantenha uma firme crítica e denúncia pelo PCP da política de direita seguida pelo PS e uma clara orientação que, apelando directamente à intervenção trabalhadores, dos democratas e dos cidadãos, não permite que a postura negativa da direcção do PS paralise a luta nessa direcção ou faça descrer da sua viabilidade.

3.7.13. Exige também a compreensão de que, tratando-se de uma alternativa no quadro das instituições e do regime constitucional, é uma condição institucional básica para a sua concretização a existência de uma maioria parlamentar, designadamente de deputados do PCP e do PS, mas marcada politicamente pelo reforço da representação do PCP. Desta condição básica, ou seja, necessária mas não suficiente, decorre a conclusão de que, a manter-se o actual quadro partidário, o PS, necessariamente com outras orientações e opções de fundo, deve ser considerado como uma das componentes do leque de forças indispensáveis para concretizar uma alternativa.

3.7.14. O PCP não está e não estará disponível para passar de oposição de esquerda a força de apoio ou cúmplice da política de direita do Governo do PS, ainda que esta sofresse algumas atenuações ou rectificações em áreas limitadas ou pontuais mas sem tocar nos vectores fundamentais e nas questões mais estruturantes e com consequências mais fundas para o povo e o país.

3.7.15. É exactamente com a segurança que decorre desta orientação convicta e responsavelmente assumida que o PCP não procede nem procederá a nenhuma espécie de auto-limitação do seu papel e legitimas ambições na vida nacional. Não consente nem consentirá qualquer apagamento da sua qualidade de força portadora de um projecto de alternativa e da sua aptidão e qualificação para o exercício de responsabilidades governativas. E não abdica nem abdicará da possibilidade de, precisamente no quadro do processo de luta pela alternativa, e ponderados os seus termos e oportunidade, lançar as iniciativas e propostas de nova política e de diferentes soluções políticas e governativas que considerar necessárias, exercendo depois a sua liberdade de apreciação e soberania de decisão face aos desenvolvimentos concretos que se registarem.

3.8. REFORÇO DO PCP – O CAMINHO DA ALTERNATIVA

3.8.1. A intervenção e a luta do PCP não se confinam ao objectivo da construção de uma alternativa de esquerda à política de direita e aos sucessivos governos (do PS ou da direita) que a executam. A intervenção e a luta do PCP sustentam-se em ideais, valores e objectivos com uma mais larga perspectiva transformadora.

3.8.2. E sustentam-se ainda, de forma decisiva, numa generosa e quotidiana intervenção, que é essencial à sua radicação social e influência política, no combate às injustiças, na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, na resistência decidida às ofensivas da política de direita, na apresentação de propostas para a solução dos problemas nacionais, e numa atitude que estimula a insubstituível intervenção directa dos cidadãos e promove e valoriza a conquista de medidas, reformas e avanços, ainda que parcelares, que sejam positivas para o povo português e para Portugal.

3.8.3. Entretanto, a construção de uma alternativa de esquerda apresenta-se de forma incontornável como um crucial objectivo democrático que, requerendo prioritariamente o reforço do PCP e da sua influência na vida nacional, pode e deve constituir simultaneamente uma referência de unificação e articulação política da sua intensa e diversificada intervenção.

3.8.4. O PCP não partilha de nenhuma visão estreita ou exclusivista sobre as contribuições necessárias para a construção de uma alternativa de esquerda. Mas sublinha de igual modo que, se é verdade que outras forças e sectores são indispensáveis para a realização desse objectivo, também sem o PCP ou contra o PCP não há nenhuma alternativa de esquerda digna desse nome e a ele correspondente.

3.8.5. Dependendo de forma essencial e determinante do reforço do PCP, a luta pela construção de uma alternativa democrática reclama dos comunistas e do seu Partido a confiante afirmação, em todos os planos da sua intervenção, do valor próprio e distintivo das propostas e do projecto político do PCP; a capacidade de imprimir mais dinamismo, sensibilidade e vivacidade a formas de acção política enraizadas nos problemas e aspirações populares; um persistente esforço para favorecer, através da acção e da palavra, que a verdade sobre o que o PCP é, faz, defende e quer possa rasgar a espessa cortina de falsidades, deturpações e caricaturas diariamente forjadas e repetidas para enraizar preconceitos e desconfianças em relação ao PCP; um revigorado empenho em criar laços mais profundos, forjados no debate político e na acção comum, com a classe operária, com os trabalhadores, com a juventude, com os agricultores, com os intelectuais e quadros técnicos, como todos os cidadãos que já partilham da convicção - ou que a podem ganhar - de que há um outro caminho e outro rumo, à esquerda, para Portugal, e que para o conquistar o que mais conta e contará é a sua opinião, vontade e luta.

4
O PCP, AFIRMANDO A SUA IDENTIDADE, NO CAMINHO DO AUMENTO DA SUA INFLUÊNCIA

4.0. INTRODUÇÃO

4.0.1. O PCP entre o XV e o XVI Congressos desenvolveu uma actividade intensa, interveio sobre os problemas nacionais, em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, teve uma acção determinante para o desenvolvimento da luta de massas em articulação com uma qualificada intervenção nas instituições, confirmando-se como um grande Partido nacional, com uma postura, identidade e valores que o diferenciam de todos os outros.

4.0.2. Um Partido mais forte é essencial para tornar possível uma alternativa de esquerda e para a concretização dos seus objectivos e projecto de uma democracia avançada e do socialismo como futuro de Portugal. O fortalecimento do PCP, a afirmação da sua identidade própria, o reforço da sua organização e intervenção, o aumento da sua influência social, política e eleitoral, são um grande objectivo e uma tarefa decisiva que se coloca a todos os militantes e organismos do Partido.

4.1. BREVE BALANÇO DA ACTIVIDADE

4.1.1. No período entre o XV e o XVI Congresso o Partido enfrentou uma situação decorrente de um quadro internacional desfavorável, das consequências do rumo da integração europeia, com vastos reflexos no País, acentuados pela política prosseguida pelo Governo PS, no essencial ao serviço dos grupos económicos e financeiros, contra os trabalhadores, o povo português e os interesses nacionais.

4.1.2. Uma situação em que pesam as consequências da profunda ofensiva contra as conquistas e valores da Revolução Portuguesa, que provocaram alterações significativas e em muitas circunstâncias criaram dificuldades acrescidas à participação activa na vida social, política e partidária.

4.1.3. Neste período continuaram a desenvolver-se estratégias de promoção do conformismo e da resignação, de descrédito da luta e dos seus resultados, a manifestar-se o peso e instrumentalização das derrotas dos países socialistas do leste e a intensificarem-se linhas de intoxicação e pressão ideológica contra o Partido, de silenciamento e deturpação da sua actividade, das suas propostas políticas e do seu projecto.

4.1.4. O Partido desenvolveu neste quadro, apesar de insuficiências e dificuldades não menosprezáveis, uma ampla intervenção, revelando uma grande capacidade de realização, sustentada na participação de milhares de activistas.

4.1.5. Os comunistas deram uma contribuição decisiva para o desenvolvimento da luta de massas, da classe operária e dos trabalhadores em geral, dos agricultores, dos estudantes, dos reformados e deficientes, das mulheres e de outros sectores sociais, das populações, em defesa das suas reivindicações e direitos, de resistência à ofensiva do grande capital e à política do Governo, o que constituiu um poderoso factor de esclarecimento e desmascaramento da natureza da política de direita e de afirmação da necessidade de uma alternativa de esquerda.

4.1.6. Intervieram com dedicação para a organização, unidade e intervenção de movimentos unitários diferenciados, com destaque para o Movimento Sindical Unitário.

4.1.7. Desenvolveram uma qualificada acção nas instituições, Assembleia da República, Parlamento Europeu, Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira e no Poder Local.

4.1.8. O Partido teve uma participação activa e empenhada nas eleições e referendos realizados.

4.1.9. Durante estes anos promoveu e impulsionou importantes campanhas de acção política associando protesto, reclamação de soluções e apresentação de propostas. São de salientar as que foram realizadas sobre: o aumento das tarifas dos telefones; a moeda única; os serviços públicos, as privatizações e as suas consequências; as tarifas da electricidade; a valorização do trabalho e dos trabalhadores; o pacote laboral; a defesa do direito às férias; mais respeito por quem trabalha; o direito à saúde; a defesa da segurança social pública; mais justiça fiscal; os direitos das mulheres; melhores salários, emprego com direitos; os aumentos dos preços dos combustíveis e dos transportes.

4.1.10. O Partido, além da sua acção regular que envolveu anualmente milhares de reuniões, lançou um novo impulso no reforço da sua organização, intervenção e afirmação política, integrando centenas de Assembleias das Organizações e realizou directamente ou dinamizou no quadro da CDU um largo número de iniciativas, debates, seminários, encontros de quadros, colóquios, ciclos de debates, acerca das principais questões

nacionais, regionais e sectoriais. Entre os temas e as iniciativas realizadas destacam-se: a conferência sobre as eleições autárquicas, o seminário sobre a interrupção voluntária da gravidez e os encontros sobre a regionalização e sobre as eleições de 1999 (Parlamento Europeu e Assembleia da República); os seminários sobre a moeda única e sobre o emprego; o ciclo de debates — Portugal 2000; os fóruns sobre o branqueamento de capitais, os serviços públicos e a situação das mulheres; os encontros sobre as privatizações — por um sector público forte e dinâmico, a educação e ensino, a saúde, o pacote laboral e a luta social, a segurança social, a intervenção com os trabalhadores e o reforço do Partido, a legislação autárquica.

4.1.11. O aniversário do Partido, assinalado com a realização de centenas de iniciativas, reunindo milhares de militantes, tem constituído um ponto alto da actividade partidária.

4.1.12. A Festa do «Avante!», cuja 24ª edição se verificou este ano, marco incomparável da vida política e cultural do País, Festa de Abril, do povo e da juventude, é um testemunho de militância, criatividade e dedicação e constitui um forte elemento de afirmação do Partido e dos seus ideais.

4.1.13. O PCP esteve na primeira linha do poderoso movimento nacional de solidariedade para com o povo timorense e das acções contra a guerra de agressão à Jugoslávia.

4.1.14. Realizou ainda uma diversificada actividade, em que se destacam o Comício Internacional de Lisboa, a retoma da Festa da Alegria e iniciativas sobre o 25 de Abril (em particular em torno do seu 25º aniversário), os 150 anos do Manifesto do Partido Comunista e a propósito dos 130 anos do nascimento de Lénine. São também de destacar os convívios, as festas, a participação em iniciativas populares, as campanhas nacionais de fundos e a campanha de promoção e venda do «Avante!» realizada este ano.

4.2. PRINCÍPIOS E OBJECTIVOS ESSENCIAIS

4.2.1. O mundo na viragem do Século XX para o Século XXI, tempo de impressionantes progressos científicos e técnicos, é um mundo injusto e desumano que coloca com mais força e maior actualidade a luta e o projecto emancipador dos comunistas.

4.2.2. As prodigiosas capacidades que a ciência e a técnica disponibilizam para a satisfação das necessidades humanas confrontam-se, em consequência da natureza do capitalismo, com o seu uso no essencial ao serviço de uma pequena minoria, enquanto se agravam a exploração, as injustiças e desigualdades sociais e se acentuam as carências para milhares de milhões de seres humanos.

4.2.3. As aspirações dos trabalhadores e dos povos à melhoria das suas condições de vida, ao desenvolvimento, à decisão soberana sobre o seu destino e à paz são postas em causa com o projecto de domínio mundial do imperialismo e as suas marcas de agressão e guerra.

4.2.4. O desejo dos trabalhadores e do povo português a uma vida melhor, a um país desenvolvido, mais democrático e mais justo, esbarra com as consequências de uma política de direita e de abdicação nacional que cria graves problemas no presente e compromete o futuro.

4.2.5. O tempo que vivemos é um tempo de exploração e injustiça, mas é também um tempo de resistência, acção e luta.

4.2.6. Defrontando uma situação complexa, em que os seus inimigos de classe usam fortes instrumentos para o liquidar ou neutralizar, mas em que são também claros os sinais de descontentamento e protesto e é mais evidente a necessidade dum caminho de progresso social, o PCP, confiando nos trabalhadores e no povo português, dinamizando a sua acção, aproveitando as possibilidades que se abrem ao seu enraizamento e ao alargamento da sua influência, tem razões para prosseguir com confiança a luta por uma sociedade e um mundo mais justos.

4.2.7. Assim foi ao longo dos seus 80 anos de luta, história ímpar, exemplo de abnegação, coragem e dedicação que se afirma com enorme valor e capacidade de atracção.

4.2.8. Assim é hoje e assim será no futuro para um Partido que procura dar resposta às grandes questões da actualidade, que se apresenta, no complexo, exigente e apelativo tempo em que vivemos, com a esperança, a vontade, a convicção e o projecto capazes de responder às aspirações e necessidades do povo português e de Portugal.

4.2.9. O Partido Comunista Português, Partido para o século XXI, Partido necessário, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, o povo e o País, é um Partido com uma identidade própria — a identidade comunista — consagrada no Programa e nos Estatutos, cujas características inconfundíveis o identificam e diferenciam e de que são elementos centrais:

4.2.9.1. O objectivo da construção de uma sociedade nova, liberta da exploração do homem pelo homem, de discriminações, desigualdades, injustiças e flagelos sociais do capitalismo — o socialismo e o comunismo —, sociedade que, baseada na democracia política, económica, social e cultural, na intervenção permanente e criadora das massas populares, assegure o desenvolvimento de Portugal e a elevação do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores e do povo português;

4.2.9.2. A natureza de classe, como Partido e

vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, independente da influência, dos interesses, da ideologia e da política das forças do capital, tem como característica e objectivo uma estreita ligação à classe operária, aos trabalhadores e ao povo em geral;

4.2.9.3. A base teórica, o marxismo-leninismo, concepção materialista e dialéctica do mundo, instrumento de análise da realidade, guia para a acção, ideologia crítica e transformadora, sistema aberto, contrário à dogmatização bem como à revisão oportunista de princípios e conceitos, que, em ligação com a experiência e a vida, constantemente se enriquece e se renova;

4.2.9.4. A estrutura orgânica e princípios de funcionamento que assentam no desenvolvimento criativo do centralismo democrático de que são características básicas uma profunda democracia interna, uma única orientação geral e uma única direcção central;

4.2.9.5. A concepção articulada das suas tarefas nacionais e dos seus deveres internacionalistas, que considera indissociáveis e complementares, e que o define como Partido patriótico e internacionalista.

4.2.10. A identidade do PCP é elemento indissociável do seu papel, da sua inabalável tenacidade e da sua força, e constitui a base a partir da qual se abre o caminho para o aumento da sua influência e capacidade de intervenção. Os objectivos, as prioridades, o trabalho de direcção, a política de quadros, a organização, a política financeira, a luta social e política, as alianças sociais, a forma de exercício do poder pelos comunistas, os vários aspectos da vida e da intervenção partidárias devem reflectir nas suas linhas orientadores a identidade, natureza de classe e projecto do PCP.

4.2.11. O PCP é o Partido que melhor defende os interesses e aspirações das camadas e sectores sociais vítimas da política de direita e de abdicação nacional, forças que procura congregar numa vasta frente social de luta.

4.2.12. Os actuais Programa e Estatutos do Partido, objecto de aperfeiçoamento e actualização em anteriores Congressos, mantêm a sua actualidade e validade pelo que não é proposta a sua alteração. Constituindo documentos e instrumentos essenciais do Partido é necessário que se promova de forma mais alargada o debate e divulgação do seu conteúdo.

4.2.13. O Partido inscreve a luta contra a política de direita e por uma alternativa de esquerda na concretização da democracia avançada que propõe ao povo português, inserida na luta pelo socialismo e o comunismo, objectivo que mobilizou gerações de comunistas e milhões de homens e mulheres ao longo do Século XX e se projecta como grande causa emancipadora dos trabalhadores e dos povos no Século XXI.

4.3. TRABALHO DE DIRECÇÃO

4.3.1. O trabalho de Direcção Central, numa situação nacional e internacional complexa e exigente, assegurou em geral a resposta e o andamento da acção do Partido com uma intervenção pronta e regular. Verificaram-se e acumularam-se, no entanto, entre outras, dificuldades de planeamento e coordenação da intensa e diversificada intervenção partidária, insuficiente aprofundamento do estudo de problemas de fundo e do desenvolvimento de soluções para lhes responder e, por vezes, uma análise sectorializada e de conjuntura desenquadrada de uma perspectiva e abordagem integradas.

4.3.2. O Comité Central realizou desde o XV Congresso ..... reuniões, em que debateu as grandes questões da situação política e da vida partidária no quadro das competências que lhe estão atribuídas, mas continuou a registar insuficiências no seu trabalho, designadamente no plano da informação e do planeamento da abordagem de matérias importantes.

4.3.3. Os anteriores Congressos, designadamente o XV, tomaram decisões que introduziram significativas mudanças na estrutura da Direcção Central promovendo a redução do número de órgãos. A estrutura da Direcção Central que decorre dessas alterações, assente no Comité Central, no Secretariado, Comissão Política e Comissão Central de Controlo, independentemente da sua composição e melhoria de funcionamento, revela-se no essencial adequada à actual fase da vida do Partido. A experiência e as exigências que se colocam ao Partido, designadamente de aprofundamento do estudo e conhecimento dos problemas, de definição de orientações, de iniciativa política e de resposta dinâmica e eficaz, apontam para a necessidade de melhorar o trabalho de direcção. É de salientar: a importância do trabalho colectivo, de uma orientação geral única e de uma estreita ligação dos dirigentes às organizações do Partido e aos seus membros; o aprofundamento e estudo de eventuais ajustamentos e aperfeiçoamentos quanto à articulação e complementaridade dos diferentes organismos executivos e da sua ligação à estrutura orgânica, no quadro da necessária renovação, bem como a melhoria do trabalho do Comité Central.

4.3.4. O papel e importância do **Comité Central**, as suas responsabilidades estatutárias, nomeadamente de orientação superior do trabalho político, ideológico e de organização do Partido, implicam melhorar as suas condições de trabalho, progredir na informação e no planeamento atempado da sua agenda particularmente na discussão de questões de fundo, e assegurar uma melhor preparação das reuniões quer por parte dos seus membros quer por parte dos organismos executivos.

4.3.5. O Comité Central a eleger pelo XVI Congresso deve quanto à sua dimensão, ficar com um número de membros próximo do actual, mas sem o ultrapassar. Quanto à sua composição, no quadro da necessária renovação, reflectindo a natureza do Partido, deverá

manter uma larga maioria de operários e empregados com forte composição operária, garantir a inclusão de quadros com diversidade de conhecimentos e experiências, funcionários e não funcionários, reflectir o âmbito geográfico do Partido, o reforço do número de mulheres e de jovens, nomeadamente da JCP, e de quadros responsáveis por grandes sectores da actividade partidária com forte ou intervenção destacada em importantes áreas da vida social e nacional.

4.3.6. As Direcções Regionais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da actividade do Partido e na articulação entre os organismos executivos do Comité Central e o trabalho das organizações partidárias. Entretanto, a realidade é profundamente diversa entre as Organizações Regionais nos efectivos, na influência política e eleitoral, nos meios, nos quadros e na capacidade de resposta. O desempenho do seu importante papel implica, no quadro das forças do Partido, estudar e tomar as medidas necessárias de apoio que assegurem que as mais débeis tenham condições de intervenção e, ao mesmo tempo, que contribuam para garantir a solidez e capacidade das mais fortes, no quadro da dimensão nacional do Partido, tendo naturalmente em consideração a diversidade de recursos e capacidades que as caracterizam. Mantendo como regra geral a existência de Direcções Regionais de âmbito distrital, desenvolveram-se soluções diversas de DORs com outros âmbitos, bem como de organismos inter-regionais com funções diferenciadas. Entende-se que, nesta fase, o critério geral de Direcções Regionais de âmbito distrital se deve manter, admitindo-se no entanto a possibilidade de Direcções Regionais de outro âmbito em casos que assim o justifiquem, prosseguindo a avaliação das experiências existentes. São igualmente de manter, avaliando a experiência de cada um, organismos inter-regionais, com soluções diferenciadas quanto ao seu âmbito e competências, introduzindo as alterações que a experiência aconselhar. Devem privilegiar-se as soluções que garantam uma ligação mais estreita dos organismos executivos às DOR, o envolvimento de quadros locais e o seu aproveitamento, a ligação à base do Partido, a melhoria do apoio central ao seu trabalho político e o reforço da sua intervenção.

4.3.7. As estruturas intermédias de Direcção (Comissões Concelhias, Organismos de Direcção de Empresas e Sectores Profissionais) são determinantes para a intervenção do Partido na resposta às solicitações a nível nacional e aos problemas concretos da área em que actuam. Mantendo-se insuficiente o seu número e dinâmica, é necessário criar novos organismos e valorizar os existentes, estimular a sua iniciativa própria, melhorar a articulação com os organismos superiores, reforçar o nível de quadros que os compõem e disponibilizar apoios e meios, tendo em conta as prioridades e possibilidades existentes.

4.3.8. As estruturas de apoio à Direcção Central têm um papel de grande importância no contributo para o acompanhamento e aprofundamento dos problemas e para a definição de orientações no quadro de uma intervenção ampla e diversificada. Salientando o seu importante contributo torna-se necessário: avaliar a adequação das suas estruturas às necessidades, prioridades e recursos actuais; considerar a sua dimensão tendo em conta as eventuais vantagens de centralização de algumas actividades e procedimentos, as possibilidades de participação das Direcções Regionais e de envolvimento de quadros, e uma adequada proporção entre os quadros na estrutura central e nas Organizações Regionais.

4.3.9. A coordenação de empresas e sectores de âmbito nacional tem-se revelado importante na concepção integrada da acção e na promoção de campanhas junto dos trabalhadores (em articulação com a Comissão Sindical Nacional), no acompanhamento dos problemas, na coordenação e unificação de orientações. Salienta-se a importância de responsabilização de quadros dos organismos executivos por esta tarefa. Revelam-se insuficiências e atrasos resultantes da sobrecarga de tarefas de responsáveis de sectores, do reduzido número de células e insuficiente número de quadros destacados para esse acompanhamento nas regiões, e de um excessivo peso da discussão de questões sindicais. Torna-se necessário prosseguir a experiência positiva das campanhas de contacto com os trabalhadores, considerar o lançamento de outras linhas de acção nacionais, responsabilizar mais quadros e com mais disponibilidade por este trabalho, alargar o número de sectores a acompanhar e destacar quadros em cada Direcção Regional para o contacto com os membros do Partido e a organização de células nas unidades das empresas e sectores existentes nas suas regiões, tendo em conta as condições concretas.

4.3.10. As iniciativas nacionais e reuniões de quadros de diferentes âmbitos sectoriais e geográficos, revelaram-se em geral úteis para coordenação de actividades e unificação de orientações. É uma experiência a prosseguir assegurando a sua integração no planeamento e na orientação geral do Partido, envolvendo previamente as organizações e prevenindo rotinas e dispersão de objectivos.

4.3.11. A forma específica de exercício democrático do poder pelos comunistas que decorre da identidade do PCP — em diferentes situações, no Partido, nas organizações sociais, nas autarquias, instituições e órgãos de soberania — é marcada por traços que lhe dão uma especificidade própria de que se destacam: um exercício do poder, como serviço aos trabalhadores, ao povo e ao País, desligado de interesses pessoais, ou de actuações eleitoralistas; uma concepção de poder como resultado e como exigência da organização

e funcionamento democrático das instituições articulando poder/democracia participativa; uma consideração dos órgãos eleitos, afastando personalismos e presidencialismos desfiguradores dos colectivos e onde a defesa das orientações do Partido se articula com o respeito pela vida democrática das instituições; um comportamento no exercício do poder que respeite o dever de não ser, por esse motivo, nem beneficiado, nem preju-dicado financeiramente, e de conjugar a responsabilidade assumida perante os eleitores, e a disponibilidade dos seus mandatos e a responsabilidade política perante o Partido; um exercício do poder que se integre no desenvolvimento de uma política de classe coerente com a identidade e o projecto comunistas. O exercício do poder pelos comunistas constitui uma experiência de grande valor, cuja concretização é preciso aprofundar e avaliar, com a necessária atenção, no quadro do trabalho de direcção futuro, sendo exigente e rigoroso de forma a afirmar a diferença da postura e da acção dos comunistas.

4.4. POLÍTICA DE QUADROS

4.4.1. O trabalho desenvolvido pelo Partido na dinamização da luta e dos movimentos de massas, na intervenção política e na organização partidária, é inseparável da acção de milhares de quadros e outros militantes. O Partido conta com um valioso núcleo de quadros, a diferentes níveis de responsabilidade, de incontestável dedicação e espírito de Partido.

4.4.2. A política de quadros constitui um aspecto fundamental do trabalho de Direcção e é de decisiva importância para o desenvolvimento da organização e intervenção partidárias. A responsabilização de quadros, num Partido como o nosso, exige uma política, linhas de orientação e um trabalho continuado e persistente.

4.4.3. O XV Congresso apontou direcções de trabalho para a política de quadros, relativas ao seu conhecimento e avaliação, à sua formação e desenvolvimento, à sua responsabilização bem como ao reforço do núcleo de funcionários do Partido e à reflexão sobre as suas condições e situação, em cuja concretização se verificaram avanços mas se evidenciaram também deficiências e atrasos, fruto da situação objectiva e de problemas do trabalho partidário.

4.4.4. Deram-se passos no **conhecimento e avaliação dos quadros**, designadamente no plano nacional, com o levantamento feito no seguimento do XV Congresso e o acompanhamento posterior, mas mantêm-se lacunas. Verificou-se a persistência de superficialidade na avaliação, oscilações na opinião em curtos intervalos de tempo, deficiências que estão na base, por vezes, de responsabilizações apressadas ou de subestimação de quadros com reais capacidades e potencialidades de desenvolvimento. A avaliação de um quadro será tanto mais aproximada da realidade na medida em que resultar de um trabalho colectivo e de uma apreciação continuada em ligação com a actividade desenvolvida e deve ter presente as suas características, o seu contributo individual, mas também a sua inserção no trabalho colectivo.

4.4.5. Uma das vertentes fundamentais da política de quadros é o seu **desenvolvimento e formação**. Neste plano, da evolução verificada salienta-se o positivo estímulo à iniciativa dos quadros, mas assinalam-se, em organizações e organismos, problemas de trabalho colectivo, casos de deficiente, ou inexistente, controlo de execução e prestação de contas e situações de afrouxamento da disciplina partidária.

4.4.6. A acção do Partido exige quadros com uma preparação política e ideológica adequada à identidade que o define como Partido Comunista. O desenvolvimento desta formação no plano teórico, necessariamente articulada e enriquecida pela prática, só é possível com o estudo individual e a criação de condições por parte do Partido para uma formação de fundo e respectiva actualização, em que se salienta a importância da organização de cursos a vários níveis, com diferentes conteúdos e dirigidos a diversificados sectores, dando especial atenção aos quadros jovens e aos membros dos organismos intermédios de direcção.

4.4.7. Desde o XV Congresso até agora e relativamente ao período que decorreu entre o penúltimo e o último congressos aumentou significativamente o número de cursos realizados que foram frequentados por cerca de 500 camaradas, sendo de destacar particularmente os cursos dirigidos a sectores específicos, com relevante participação de novos funcionários do Partido e de quadros membros da JCP.

4.4.8. Se levarmos em consideração os condicionalismos que se têm vindo a colocar à realização e frequência dos cursos, podemos considerar que se verificaram passos positivos. Mas é forçoso concluir que ficámos muito aquém das necessidades e possibilidades do Partido, para o que contribuíram, a par de factores objectivos, incompreensões quanto à preparação político-ideológica dos quadros e real subestimação da importância do estudo individual e dos cursos de formação.

4.4.9. A **responsabilização de quadros** é um aspecto vital. Desde o último Congresso avançou-se designadamente no rejuvenescimento e na responsabilização de mulheres, embora com grandes diferenças regionais, mas mantiveram-se atrasos e estrangulamentos.

4.4.10. A responsabilização de quadros operários não progrediu, o que não é separável das grandes insuficiências da organização nas empresas e locais de trabalho (consequência de factores objectivos e da nossa acção) e de insuficiente programação de medidas, fixação de objectivos e empenhamento no sentido de responder às alterações que se têm vindo a verificar.

4.4.11. Na insuficiente responsabilização de quadros operários e também de mulheres, pesa ainda, por vezes, uma absolutização da disponibilidade e da resposta imediata.

4.4.12. O papel de milhares de quadros que asseguram as diversas frentes de intervenção é de indiscutível valor, mas é justo destacar de entre eles **os funcionários do Partido**, o núcleo de militantes que no conjunto dos quadros continua a desempenhar um papel determinante na dinâmica da actividade partidária e é um importante contributo para o reforço da natureza de classe e do papel revolucionário do Partido.

4.4.13. Concretizando as orientações do XV Congresso, tem-se avançado, ainda que de forma insuficiente, na renovação e rejuvenescimento do núcleo de funcionários.

4.4.14. Para os progressos verificados deu particular contributo a dinâmica imprimida ao programa de apoio central a novas funcionalizações. Assim, ao abrigo dessa linha de trabalho foram funcionalizados cerca de 25 camaradas com uma média etária de 30 anos. É significativo que entre os novos funcionários haja um número importante de quadros oriundos da JCP. A revisão do Estatuto Material dos Funcionários, realizada em 1998, foi por sua vez mais um passo na consideração e atenção às condições de vida e de trabalho dos funcionários, que há que continuar a aprofundar, no quadro das disponibilidades financeiras do Partido.

4.4.15. A abordagem iniciada e as medidas tomadas foram contudo insuficientes para responder ao conjunto das questões colocadas sobre as condições e a situação dos funcionários.

4.4.16. Manteve-se, por outro lado, o recurso a quadros remunerados, com estatuto diverso dos funcionários do Partido, para necessidades específicas, como situações particulares, não generalizáveis e cujo número se procurou restringir.

4.4.17. Tendo em conta a situação e as exigentes tarefas e desafios que se colocam ao Partido e a necessidade de melhorar o estilo de trabalho de modo a que os quadros e a política de quadros sejam colocados como uma prioridade da actividade partidária visando alargar o seu número, assegurar a sua responsabilização, aprofundar o seu conhecimento e avaliação, desenvolver a formação e firmeza política e ideológica, a preparação, capacidade de direcção e intervenção dos actuais e de novos quadros, designadamente funcionários, apontam-se como **principais linhas de orientação e medidas para a política de quadros**:

4.4.17.1. Promover uma avaliação mais ampla, mais regular e mais profunda dos quadros aos vários níveis, designadamente com a continuação do levantamento de quadros iniciado pela Comissão Central de Quadros (CCQ).

4.4.17.2. Dar mais atenção à formação e desenvolvimento dos quadros, com a sua inserção no trabalho partidário. A valorização do trabalho e da direcção colectiva, a inserção em organismos com funcionamento regular, a distribuição de tarefas e o seu controlo de execução, a promoção da prestação de contas, da disciplina partidária, da crítica e da autocrítica, o estímulo à iniciativa, à criatividade e a um conhecimento e estudo apurado da realidade, fundamentalmente através de uma mais profunda ligação à base do Partido, aos movimentos sociais e de luta, às massas, são aspectos relevantes. É também de grande importância a divulgação e conhecimento da riquíssima experiência do trabalho do Partido e a consideração fraterna das dificuldades dos quadros.

4.4.17.3. Atribuir maior importância à formação política e ideológica dos quadros e dos membros do Partido em geral, valorizando o papel da Escola do Partido, fazendo um sério esforço para aumentar o número de camaradas a frequentar os seus cursos, aprofundando o seu conteúdo e continuando a dar apoio central à realização de cursos e outras iniciativas de formação a nível das organizações.

4.4.17.4. Prosseguir uma linha de audaciosa responsabilização de quadros a todos os níveis, melhorando o aproveitamento das suas capacidades, dando particular atenção à responsabilização de operários, jovens e mulheres.

4.4.17.5. Ampliar, renovar e rejuvenescer o quadro de funcionários, considerando que isso é indispensável para o fortalecimento orgânico do Partido, o desenvolvimento da sua intervenção política e a natureza revolucionária do PCP. Orientar particularmente os contactos para quadros operários, jovens e mulheres, que tenham ou mostrem possibilidade de desenvolver aptidões para o trabalho de direcção e organização. Prosseguir e aperfeiçoar o programa central de apoio a novas funcionalizações, sem que isso represente diminuição das responsabilidades próprias das Organizações, e levando nomeadamente em consideração as prioridades e a preservação e reforço do carácter nacional do Partido. Continuar a reflexão e o estudo relativos às condições e situação dos funcionários do Partido e à avaliação de uma adequada relação entre os quadros funcionários na estrutura central e nas organizações.

4.5. REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO

4.5.1. A organização do Partido, instrumento fundamental para a sua intervenção, ligação às massas e reforço de influência, deu uma resposta de grande valor, confirmando o papel do PCP, na exigente situação política e social e nas batalhas políticas travadas desde o XV Congresso. O Partido comprovou ser uma grande força organizada que conta com a dedicação de muitos

milhares de activistas e constitui uma organização ímpar no nosso país.

4.5.2. O Balanço da Organização de final de 1999, fornece um conjunto de indicadores que confirmam **a tendência geral, já assinalada no XV Congresso, de travagem na evolução negativa do quadro orgânico**, ainda que, no plano regional e nas diversas vertentes deste trabalho, haja sinais contraditórios.

4.5.3. O núcleo activo e o grau de contacto, ligação ou integração dos membros do Partido, nas suas diferentes formas, traduz uma estabilização, com ligeira redução em alguns indicadores e subida em outros.

4.5.4. A percentagem de membros do Partido em organismos e com contacto ou ligação sobe atingindo neste último caso mais de metade do total apesar de uma ligeira redução em valores absolutos.

4.5.5. Sobe significativamente o número de membros do Partido a pagar quota, embora com grande disparidade de tendências regionais e continuando o seu número a ser insuficiente (30% do total).

4.5.6. O número de membros inscritos apurado na elaboração do balanço em final de 1999 é de 131000. Numa organização tão numerosa, este valor oscila de ano para ano influenciado por factores objectivos como o encerramento de empresas, os despedimentos, a desertificação de certas zonas do País e a concentração da população nas zonas urbanas, a emigração e mudanças de residência, situações que se verificam frequentemente e que têm incidência relevante, provocando perdas de contacto com reflexos evidentes no número de membros e no grau da sua ligação ao Partido.

4.5.7. Para o número apurado contribuiu significativamente o processo que continua para uma mais profunda actualização dos ficheiros e a verificação da correspondência entre o número de membros inscritos e os reais efectivos do Partido.

4.5.8. A continuação de um rigoroso esclarecimento da situação dos actuais membros do Partido, nomeadamente do elevado número dos que não têm ligação, irá conduzir a que uma parte deles deixem de se poder considerar como tais, embora, por outro lado, o apuramento das muitas situações existentes nas organizações e a nível central, não contabilizados no balanço, poderá revelar, também, pessoas que manifestem a sua vontade de ser reintegradas no trabalho partidário.

4.5.9. A composição social, por sexos e etária dos efectivos apresenta pequenas alterações relativamente aos dados do balanço de 1996.

4.5.10. A composição social mantém-se, apresentando uma forte composição operária (52,8%) com uma ligeira redução que não está desligada das insuficiências do trabalho e enraizamento do Partido nas empresas. Os empregados constituem 21,2% e verifica-se uma larga maioria de operários e empregados (73,8%). Sobem ligeiramente as percentagens dos intelectuais e quadros técnicos, dos PMEs e dos estudantes.

4.5.11. A proporção de mulheres aumenta, atingindo 24,9%, continuando, contudo, a ser baixa. Em algumas Organizações Regionais este valor é superior, chegando a atingir 31,2%. Noutras, o peso das mulheres entre os efectivos é bastante inferior à da média nacional. As mulheres representam 29% das adesões ao Partido nos últimos anos e regista-se um aumento da sua participação em organismos.

4.5.12. Na composição etária, embora se verifiquem sinais positivos relativamente aos sectores mais jovens, o rejuvenescimento é muito insuficiente. Sem contar com os membros da JCP que não são membros do Partido, cerca de 20% dos efectivos partidários têm menos de 40 anos, 25% têm entre 41 e 50, 30% têm entre 51 e 64 anos e 25% mais de 64 anos. Verifica-se uma subida do número de membros do Partido com mais de 50 anos, que corresponde à manutenção de uma tendência no Partido, mas também a uma evolução da sociedade portuguesa que traduz o aumento da esperança de vida e o facto de muitos milhares de pessoas que aderiram ao Partido continuarem a ser membros do Partido. Sobe em valor absoluto e em percentagem, embora ligeiramente, o número de membros do Partido com menos de 21 anos. Sobe o número dos membros do Partido com menos de 30 anos integrados em organismos e é também um sinal positivo que das novas adesões ao Partido desde o XV Congresso cerca de 40% tenham menos de 30 anos.

4.5.13. O número de organismos, considerando também as organizações que reúnem em plenário, aumenta, são 2470, verificando-se contudo uma evolução desigual dos diversos tipos de organismos.

4.5.14. No plano territorial são anotados mais de 700 organismos, traduzindo uma estabilização com redução do número de Comissões Concelhias e de Comissões de Freguesia e o aumento do número de Comissões Locais.

4.5.15. As insuficiências são muito mais acentuadas nos organismos de empresa e local de trabalho, que constituem apenas 20% do total. O número global destes organismos mantém-se, com profundas diferenças regionais, havendo uma descida do número de Secretariados de Célula e de Organismos de Direcção de Sectores Profissionais e uma subida do número dos respectivos núcleos. No entanto, o esforço feito para reforçar a organização junto dos trabalhadores é uma experiência positiva a que há que dar sequência.

4.5.16. Aumenta o número de organismos dedicados ao trabalho autárquico e aos centros de trabalho, estabiliza o dos que têm como objectivo a actividade sindical e diminui o dos referentes a outras frentes de trabalho.

4.5.17. As principais orientações orgânicas do XV

Congresso tiveram avanços na sua concretização.

4.5.18. Melhorou-se na realização de Assembleias das Organizações, aprofundando a democracia interna e dinamizando a organização partidária. Foram realizadas no período que decorreu desde o XV Congresso mais de 500 Assembleias, na sua maioria Assembleias das Organizações Concelhias e de Freguesia, continuando a principal dificuldade a situar-se no plano das organizações de empresa e sector. As Assembleias das Organizações Regionais, entre outras, realizaram-se com regularidade.

4.5.19. Continuando a haver incompreensões e resistências à sua realização, por debilidades e exageradas exigências para a sua concretização, manifestaram-se também, embora de forma pontual, concepções de redução das Assembleias à eleição dos organismos dirigentes, desvalorizando a prestação de contas, a análise, o debate colectivo e a definição de orientações.

4.5.20. Avançou-se no reforço e constituição das organizações de base — as células — a nível local, registando-se melhorias no conteúdo da acção de algumas organizações, da sua ligação aos trabalhadores e às populações e em certos casos de tomadas de posição e desenvolvimento de lutas pela resolução de problemas.

4.5.21. A sua identificação em cada organização numa perspectiva de aumentar o seu número e de criar condições para melhorar o seu funcionamento e elevar a sua vida política, deu também alguns passos.

4.5.22. A responsabilização de quadros por organizações de base, importante para o alargamento do seu número e efectivo funcionamento, utilizando diversas formas, progrediu insuficientemente. A forma generalizada é a que corresponde à experiência partidária de responsabilização de quadros não funcionários do Partido, ganhando-os para assumir responsabilidades por organizações de base em articulação com o organismo superior. A concretização da possibilidade de escolha ou eleição no âmbito do organismo, do ou da camarada que vai coordenar ou dinamizar o funcionamento do colectivo, como uma forma de responsabilização de quadros nas organizações de base, feita por algumas organizações, é uma experiência que se revelou limitada na sua aplicação e cujos resultados é necessário continuar a avaliar e a acompanhar no prosseguimento da sua concretização.

4.5.23. Registou-se um significativo ritmo de adesões ao Partido e à JCP e **evoluiu-se no rejuvenescimento.** Aderiram ao Partido desde o XV Congresso mais de 4500 novos membros, integrando uma elevada percentagem de jovens. Uma parte importante foi inserida nas organizações partidárias, um número apreciável assumiu funções em organismos de direcção (Comissões de Freguesia, Secretariados de Célula e mesmo Comissões Concelhias), apesar de continuarem a existir insuficiências na integração de muitos outros. No mesmo período de tempo aderiram à JCP mais de 4 200 jovens, na sua maioria estudantes, mas também um número significativo de jovens trabalhadores. Cerca de 33% são raparigas. Persistindo problemas, deram-se passos positivos na transferência de jovens da JCP para o Partido, tal como na funcionalização de jovens.

4.5.24. A responsabilização de quadros e a renovação progrediu. Há Organizações Regionais em que mais de um terço dos membros dos organismos eleitos o foi pela primeira vez. Há alguma evolução positiva no entendimento da importância da participação de cada membro do Partido, alargou-se a assunção de responsabilidades a mais quadros não funcionários, aprofundou-se o conhecimento do núcleo activo e diversificaram-se as formas de integração, envolvimento e contacto com os membros do Partido.

4.5.25. Apesar dos avanços verificados, o Partido depara-se, em consequência das difíceis condições objectivas em que actua e de aspectos do seu próprio trabalho, **com dificuldades, insuficiências e estrangulamentos**, entre os quais se destacam:

4.5.25.1. Grande debilidade da organização nas empresas e locais de trabalho, com insuficiências onde actua e inexistência em muitas empresas com centenas ou milhares de trabalhadores(as), nomeadamente operários(as), reflectindo-se no imediato em insuficiências no conhecimento da realidade nacional, na ligação e enraizamento na classe operária e nos trabalhadores em geral, na influência, capacidade de mobilização e renovação de forças, podendo comprometer no futuro a força, influência e a própria natureza do Partido.

4.5.25.2. Fragilidade das organizações de base, no seu número e numa ainda insatisfatória atenção aos problemas dos trabalhadores e das populações, à iniciativa e acção de massas para lhes dar resposta. Inibição no desencadear da iniciativa popular em geral, e também em freguesias e concelhos onde o Poder Local é exercido por membros do Partido e outros eleitos da CDU. Falta de articulação entre as tarefas imediatas, os objectivos de curto e médio prazo e as propostas e projecto do Partido.

4.5.25.3. Insuficiente número de quadros que assumam responsabilidades regulares por organizações e organismos, situação que se reflecte no grau de estruturação, no dinamismo e no aproveitamento das disponibilidades de militância existentes. Número insuficiente de funcionários do Partido.

4.5.25.4. Nível de militância que, apresentando oscilações, está aquém das necessidades de concretização das tarefas e objectivos partidários, nomeadamente na assunção de tarefas permanentes.

4.5.25.5. Dificuldades de planeamento e unificação da intervenção dos quadros e organizações partidárias numa orientação geral única, num dado momento, sectorialismo, enfraquecimento do trabalho

colectivo em algumas organizações e organismos.

4.5.25.6. Insuficiência das receitas, quer das quotizações, quer da recolha militante de contribuições face às necessidades decorrentes do papel do PCP, criando problemas financeiros que se reflectem particularmente em algumas Organizações Regionais.

4.5.25.7. Subvalorização da importância da organização, da sua estrutura e funcionamento, do acompanhamento regular das medidas para o seu fortalecimento.

4.5.26. Ao PCP estão colocados grandes objectivos de luta, cuja concretização exige um reforço substancial do Partido, da sua força orgânica, da sua influência social, política e eleitoral. Exige o desenvolvimento da luta de massas no plano social e da sua elevação a luta política, o fortalecimento do movimento operário e popular, o aumento da influência do Partido nas suas estruturas, a articulação da luta de massas com a acção nas instituições e a dinamização da acção política do Partido. Uma organização mais forte e interveniente, profundamente enraizada nos trabalhadores e no povo, identificada com os seus interesses e aspirações, são condições essenciais para o aumento da influência do PCP. As dificuldades e obstáculos num Partido como o nosso são para ultrapassar e ultrapassam-se. Com uma acção continuada e persistente é possível reforçar a organização, grande objectivo que se coloca a todos os quadros e organismos do Partido.

4.5.27. O XVI Congresso, tendo em conta as exigências que se colocam ao Partido e visando ultrapassar as insuficiências e estrangulamentos detectados, aponta como principais linhas de trabalho para o reforço da organização:

4.5.27.1. Lançar uma vasta acção para alterar o reduzido nível da organização partidária nas empresas e locais de trabalho e reforçar a organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores em geral.

Uma acção que envolve o prosseguimento e desenvolvimento de Campanhas nacionais, regionais e sectoriais e outras formas de contacto com os trabalhadores (associando medidas organizativas, acção reivindicativa, propaganda e intervenção política), mas que tem como objectivo central construir e reforçar a organização e intervenção partidárias nas empresas e locais de trabalho, assegurar aí a presença do Partido nem que seja apenas com um militante, criar novas células.

A concretização deste objectivo deve estar presente em permanência em todos os organismos, deve merecer a atenção de todos os quadros, é uma tarefa de todo o Partido que só pode ter êxito se for assumida pelo colectivo partidário, mobilizando e assegurando a convergência das suas forças. As Comissões Concelhias e as Comissões de Freguesia, os quadros do Partido em geral e os dirigentes sindicais comunistas em particular, todos são importantes e necessários para concretizar esse objectivo.

O avanço do trabalho nesta direcção, para além da atenção geral do Partido, coloca como questão determinante a criação de organismos específicos para sectores e empresas, a afectação de meios e o destacamento de quadros, designadamente funcionários do Partido, que tenham esta tarefa como exclusiva.

A criação de novas células, o rejuvenescimento da organização partidária de sectores em que o Partido está organizado, só são possíveis com o recrutamento de novos membros, em particular de jovens. O desenvolvimento de um trabalho em estreita ligação e articulação, aos vários níveis, entre o Partido e a JCP, que, além da sua acção própria, permita o melhor aproveitamento dos contactos, conhecimentos e meios disponíveis, contribuirá também para esse objectivo.

A acção do Partido nas empresas e locais de trabalho não começa nem termina nos membros do Partido que aí existem. É uma acção dirigida aos trabalhadores, que tem nos membros do Partido existentes numa dada empresa, na célula do Partido, os elementos e a estrutura essencial para esse trabalho.

O XVI Congresso coloca a todo o Partido a tarefa da concretização de um plano para o reforço da organização e intervenção partidárias nos locais de trabalho, definindo como objectivo nacional assegurar a existência de trabalho organizado do Partido nas empresas e locais de trabalho com mais de mil trabalhadores e/ou de importância estratégica, a par de outros objectivos sectoriais e regionais de enraizamento do Partido. Para a avaliação da situação, do grau de concretização de orientações e medidas de reforço da organização e intervenção nas empresas e locais de trabalho, o Comité Central deverá promover uma iniciativa nacional no ano 2002.

4.5.27.2. Acentuar um estilo de trabalho que tenha no centro da atenção dos organismos e das organizações partidárias os problemas dos trabalhadores, das populações, do meio em que intervêm, as propostas e iniciativas do Partido com eles relacionados, as lutas e movimentos de massas, a acção nas associações e estruturas unitárias, a regular discussão da situação política, as tomadas de posição próprias, a informação em tempo útil e o contacto regular com as massas, em articulação com a afirmação das propostas, ideais e projecto do Partido.

4.5.27.3. Reforçar a estrutura partidária, respondendo às condições concretas existentes e aos objectivos a atingir, promover um maior enraizamento do Partido e prosseguir o esforço para **criar e fortalecer as organizações de base**, completar e actualizar a sua identificação e estimular a sua iniciativa política e vida própria, inserida no funcionamento do colectivo partidário.

Suplemento do Avante! nº 1401, de 5 de Outubro de 2000

4.5.27.4. Desenvolver a acção junto da juventude, com um trabalho articulado e regular entre o Partido e a JCP, contribuindo para o apoio e fortalecimento da JCP, promovendo a integração e responsabilização de jovens nos organismos do Partido e para o aumento da influência do Partido junto da juventude.

4.5.27.5. Estruturar as formas de intervenção junto de outras camadas sociais, designadamente: alargar o número de organismos específicos para o trabalho junto dos agricultores, bem como junto dos micro, pequenos e médios empresários e das suas associações e movimen-tos; ter em consideração e dar resposta orgânica à situação de crescimento do nível de formação dos trabalhadores e de assalariamento generalizado dos Intelectuais e Quadros Técnicos a qual coloca de forma mais alargada a ideia da sua integração no conjunto das organizações partidárias, justificando-se no entanto a continuação da existência de organização especifica para a intervenção em sectores específicos; reforçar o trabalho partidário junto dos reformados e pensionistas e das organizações de massas e estruturas sociais respectivas, levando em consideração o seu crescente peso social e político, o seu número no Partido e o papel dos seus movimentos e instituições destacando quadros e criando as estruturas necessárias.

4.5.27.6. Responsabilizar mais quadros, prosseguir o rejuvenescimento de organismos, intensificar o recrutamento em ligação directa com a intervenção política e a acção de massas e assegurar a integração dos novos militantes. Trabalhar para que um número mais elevado de camaradas assumam responsabilidades e tarefas permanentes aos vários níveis, dando particular atenção a quadros operários, jovens e mulheres. Reforçar e rejuvenescer o núcleo de funcionários do Partido. Estimular o aumento da participação das mulheres na vida partidária e nos organismos de direcção aos vários níveis. Promover uma mais intensa acção de recrutamento, particularmente junto de jovens, trabalhadores e mulheres, designadamente encontrando formas de reforçar o recrutamento de jovens da JCP para o Partido. Assegurar uma maior atenção ao acolhimento de cada novo militante, designadamente dando-lhe uma tarefa e integrando-o numa organização.

4.5.27.7. Elevar a militância, alargar o núcleo activo, fomentar a iniciativa dos comunistas, promover a integração, ligação e contacto com os membros do Partido encontrando formas diferenciadas. Alargar a compreensão de que a organização do Partido é em cada sítio, em primeiro lugar, o que os militantes do Partido consigam que seja, com a sua militância, dedicação e criatividade, inseridas no funcionamento do colectivo partidário. Aprofundar uma persistente procura de formas de trabalho orgânico e político, que incentivem uma maior informação, envolvimento e participação activa dos membros do Partido. Colocar como primeira preocupação a criação de organismos e a integração neles dos membros do Partido. Promover a realização de reuniões regulares, de preferência mensais, que permitam a participação de todos os membros do Partido que o desejem e tenham disponibilidade, bem como convívios, debates e outras iniciativas que possibilitem o contacto e a ligação. Estruturar formas de contacto individual com os membros do Partido (rede de ligação e para recebimento de quotas, etc.). Aproveitar também a via postal procurando obter resposta.

4.5.27.8. Assegurar um mais regular e profundo acompanhamento, discussão e avaliação da organização e dos efectivos partidários. Prosseguir o esclarecimento da situação dos membros do Partido, acelerando este trabalho, sem limpezas administrativas, visando integrar aqueles que querem continuar ou restabelecer a sua ligação ao Partido e aproximar os efectivos contabilizados da realidade partidária. Lançar uma campanha de contacto com os membros do Partido, com a entrega do novo cartão do Partido, procurando a actualização dos respectivos dados, o aumento do valor e pagamento de quotas e o apuramento da disponibilidade para tarefas, a concretizar a partir de Março de 2001. Fazer a avaliação anual do núcleo activo e sistematizar o tipo de elementos sobre a realidade orgânica de modo a possibilitar um regular acompanhamento pela Direcção Central do Partido.

4.5.27.9. Promover a realização regular e mais frequente das Assembleias das organizações, como forma de aprofundamento da democracia interna e de dinamização da acção partidária, afirmando-as como espaço de avaliação, prestação de contas, debate colectivo dos membros do Partido e de eleição dos respectivos organismos. Apontar para a possibilidade da realização anual das Assembleias das organizações de base menos numerosas, de preferência no início de cada ano.

4.6. IMPRENSA, INFORMAÇÃO E PROPAGANDA

4.6.1. A intervenção do Partido, assente no papel decisivo da organização partidária e tendo como elemento principal a luta de massas à qual se associa a luta institucional, exige **coordenação e unificação de forças** e integra outras linhas, meios ou instrumentos de acção em que se destacam a imprensa partidária, a informação e propaganda, a Festa do «Avante!» e outras iniciativas partidárias.

4.6.2. Nas condições da vida política actual, com a desproporção de meios existente em particular no acesso aos grandes órgãos de comunicação social, a intervenção partidária na luta quotidiana visando alcançar os objec-

tivos de curto, médio e longo prazos — desenvolvendo-se a partir de linhas, meios e instrumentos de intervenção que têm as suas dinâmicas próprias e estando ligada à iniciativa de cada organização ou organismo — terá reais possibilidades de influenciar a vida política e de ter êxito se o Partido tiver a capacidade de coordenar e unificar num dado momento o conjunto das suas forças para uma determinada acção, campanha, ou objectivo.

4.6.3. Apesar de experiências positivas, tem havido dificuldade de o fazer a não ser nas campanhas eleitorais e, mesmo nesse caso, de forma insuficiente.

4.6.4. É necessário desenvolver a experiência de realização de grandes campanhas políticas de massas de alerta, protesto, proposta e reivindicação promovidas pelo Partido, cuidando da sua programação de forma a deixar espaço para as dinâmicas sectoriais, regionais e locais e não prescindindo da agilidade necessária para a decisão e resposta em função do momento.

4.6.5. A imprensa partidária — «Avante!» e o «Militante» — desempenha papel de grande relevo na divulgação de realizações, posições e orientações do Partido, na sua compreensão como um todo nacional, na formação ideológica dos seus membros, na batalha das ideias.

4.6.6. A promoção e difusão do «Avante!», combatendo subestimações existentes, é uma importante forma de dinamização da Organização, de ligação aos militantes, de contacto com pessoas muito diversas, de afirmação audaciosa das propostas e ideais do Partido.

4.6.7. Com a remodelação do «Avante!» (Fevereiro de 2000) deram-se passos importantes ainda que de forma desigual no conjunto das organizações partidárias. A campanha de promoção e difusão do «Avante!», desenvolvida na sequência da remodelação, comprovou existirem grandes potencialidades para alargar a sua difusão, quando as Organizações tomam medidas concretas nesse sentido.

4.6.8. A difusão e promoção da imprensa partidária é uma tarefa de todo o Partido. O sucesso desta tarefa, tendo em conta a natureza e a função da imprensa partidária, nomeadamente do «Avante!», como Órgão Central do Partido, só é possível de ser alcançada se assente na Organização do Partido, responsabilizando camaradas por esta tarefa, implementando estruturas que garantam a sua continuidade e estimulando uma rede de difusores do «Avante!».

4.6.9. A melhoria do conteúdo da imprensa partidária, a atenção e tratamento de questões de grande actualidade nacional e internacional, de questões culturais e ideológicas, um maior e permanente vínculo à actividade e à realidade do Partido, são fundamentais para alargar a difusão da imprensa partidária, nomeadamente do «Avante!».

4.6.10. No conjunto do trabalho de comunicação do PCP, que envolve muitos elementos e vertentes, tem particular importância e relevo o papel da **informação e da propaganda**, que são crescentemente essenciais e indispensáveis a quase todas as formas de intervenção política do PCP.

4.6.11. Nos últimos quatro anos, prosseguiu uma intensa e diversificada actividade de informação e propaganda, apoiada no trabalho do Departamento de Propaganda, do Gabinete de Imprensa central e das organizações regionais, e cuja dimensão e exigência pode ser aferida pela breve e incompleta referência ao apoio a cinco campanhas eleitorais nacionais e a campanhas eleitorais regionais e locais, à contribuição para grandes iniciativas e realizações do Partido (com destaque para as Festas do «Avante!»), à produção de numerosos materiais temáticos ou dirigidos e de tempos de antena de rádio e de televisão; à actualização e melhoria da presença do Partido e da sua imprensa na Internet; à elaboração e circulação de numerosas exposições; a uma persistente actividade de contacto com a comunicação social para difusão das posições e iniciativas partidárias e para corresponder eficazmente às suas solicitações, à realização de grandes campanhas temáticas articuladas com iniciativas políticas do Partido.

4.6.12. Um balanço do trabalho desenvolvido nestas áreas comporta evidentemente um franco reconhecimento de numerosas deficiências, lacunas e atrasos em relação a muitas questões, preocupações e linhas de trabalho enunciadas no anterior Congresso - e que mantêm no essencial validade e actualidade - mas que, entretanto, não são de molde a invalidar, tendo em conta os recursos limitados do Partido e a desequilibrada correlação de forças no plano da luta das ideias, a valiosa contribuição da acção desenvolvida.

4.6.13. As tendências, evoluções e mudanças que percorrem a vida política e o sistema mediático, e a crescente conexão destas duas áreas, longe de atenuarem a importância ou reduzirem o papel da informação e da propaganda do Partido, apelam imperativamente ao seu fortalecimento, crescente qualificação, melhoria e expansão: na razão directa da necessidade de enfrentar a pressão exercida pelos critérios mediáticos no sentido da fragmentação e distorção da realidade e da informação sobre ela, com sacrifício da compreensão dos processos e da ligação entre os fenómenos; na razão directa da necessidade de dotar os militantes, os eleitores do partido e largos sectores sociais de elementos de informação consistentes e verdadeiros sobre a realidade nacional e as propostas do Partido, contrariando por esta via o efeito de gritantes discriminações contra o PCP e de valores e critérios dominantes nos «media» e na vida política que veiculam a superficialidade, o conformismo, as viciadas generalizações sobre todos os partidos, e fomentam a amnésia política e impunidade dos responsáveis da política de direita; na razão directa do valor acrescido que a informação e propaganda do Partido representam

para a própria dinamização da actividade partidária e para um maior contacto directo das organizações e militantes com os sectores sociais e com as comunidades em que estão inseridos.

4.6.14. Neste quadro, e sem carácter exaustivo, são de salientar como questões, linhas de trabalho e orientações a que é necessário prestar particular atenção:

4.6.14.1. Reforçar uma qualificada e continuada linha de trabalho central no domínio da informação e propaganda e da relação com a comunicação social, apoiada em estruturas e quadros especializados e capaz de assegurar a resposta às necessidades da actividade de comunicação nacional do Partido, e de garantir o necessário apoio complementar à actividade e iniciativa própria das Organizações;

4.6.14.2. Desenvolver, animar e apoiar uma efectiva descentralização da iniciativa e do trabalho de comunicação, nomeadamente ao nível das organizações de base, como elemento indispensável de uma intervenção mais pronta, mais esclarecedora e mais próxima dos acontecimentos e das pessoas — e, portanto, mais eficaz e também como contributo importante para um mais intenso relacionamento das organizações com os trabalhadores e as populações;

4.6.14.3. Mantendo conceitos e princípios que têm orientado a actividade de comunicação do Partido (como é o caso da defesa da coerência entre a forma e o conteúdo, da distinta valorização da propaganda política relativamente à publicidade e aos seus critérios, da harmonização da iniciativa descentralizada com elementos unificadores e nacionais da mensagem política, e da imagem, da valorização da organização do Partido e dos seus militantes como factor decisivo de comunicação), estimular a pesquisa e a inovação nos meios, nas linguagens e nas formas e progredir na avaliação da eficácia e dos resultados do trabalho de comunicação, apoiados num mais estreito relacionamento e diálogo com as organizações e no recurso a elementos especializados das técnicas de comunicação e da área das Ciências Sociais;

4.6.14.4. Promover a reflexão e o estudo sobre as mudanças qualitativas em curso e no horizonte no sistema mediático (massificação da Internet e comunicação social electrónica, televisão e rádio digitais, multiplicação de canais, interactividade, alterações de conteúdos e padrões de informação, etc.) e sobre os modos de o Partido assegurar neste quadro uma activa e eficaz intervenção e projecção das suas ideias e valores que tenha em conta a diversidade e diferenciação das pessoas a quem nos dirigimos, de níveis de iliteracia, de graus de acesso às novas tecnologias de informação e continuando a valorizar formas clássicas e provadas de informação e propaganda como os boletins de células, dos documentos sobre os vários problemas sentidos pelos trabalhadores e pelas populações;

4.6.14.5. Combater concepções e políticas que, a pretexto de justificadas e legítimas preocupações ambientais e de defesa do património, que partilhamos, visam restringir e condicionar o exercício do direito e da liberdade de propaganda política.

4.6.15. A Festa do «Avante», realização ímpar no panorama político-cultural do País, festa da juventude, da liberdade, da democracia, da solidariedade, de intervenção e de luta, festa de convívio e de alegria, tem tido ao longo dos anos a criatividade, a inovação e a diversidade capazes de criar novos pólos de atracção para muitos milhares de portugueses.

4.6.16. As edições da Festa, no período que decorreu desde o XV Congresso, têm constituído uma grande afirmação política do Partido, das suas propostas, dos seus ideais e valores e têm sido importantes manifestações das mais diversas expressões culturais.

4.6.17. O empenhamento do Partido, a discussão, a planificação, a inovação, a mobilização das organizações e dos militantes, a responsabilização de novos camaradas são os elementos fundamentais para construir a Festa. Os seus êxitos são o resultado da militância, da criatividade, da dedicação dos membros do Partido e da JCP, e de muitos simpatizantes, que vêem na Festa do Partido a Festa dos que lutam por um mundo melhor, mais justo, mais fraterno, pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo.

4.7. MELHORAR A CAPACIDADE FINANCEIRA DO PARTIDO PARA FORTALECER A SUA INTERVENÇÃO E INFLUÊNCIA

4.7.1. A capacidade do Partido para realizar as tarefas políticas está estreitamente relacionada com a sua capacidade financeira. A questão dos fundos, desde a sua angariação à sua criteriosa gestão, constitui um problema da maior importância na actividade quotidiana dos militantes, dos organismos e das organizações.

4.7.2. Como Partido revolucionário da classe operária e de todos os trabalhadores, a recolha de fundos, indispensáveis ao financiamento das actividades do PCP, continua a ter nos seus militantes, nos simpatizantes e nas massas populares o seu principal suporte. Ao contrário de outros partidos, o PCP vive do apoio dos trabalhadores e das massas populares, cujos interesses e reivindicações serve e defende.

4.7.3. A evolução das contas consolidadas de todo o universo partidário, desde o XV Congresso até ao final do ano de 1999, apresentadas regularmente ao Tribunal Constitucional e publicadas no "Avante!", traduzem, globalmente, uma evolução favorável já que apresentam saldos positivos. Importa clarificar que tais saldos se devem no fundamental à realização de uma

criteriosa gestão do património do Partido visando a sua rentabilização de modo a assegurar os meios financeiros necessários à intensa actividade política do Partido. Com efeito, se considerarmos apenas as receitas correntes médias dos quatro anos em análise (1996/99), para fazer face às despesas correntes, verifica-se a existência de um défice de 116 mil contos.

4.7.4. As receitas das Organizações Regionais, globalmente consideradas, aumentaram desde o XV Congresso, 24,57%, passando de 680 970 contos em 1996, para 848 359 contos em 1999, traduzindo, no conjunto, uma evolução positiva, ainda que com situações menos positivas nalgumas organizações.

4.7.5. As despesas do conjunto das organizações aumentaram 17,61%, atingindo em 1999 a elevada soma de 1 033 077 contos. A taxa de cobertura melhorou sensivelmente, situando-se, em fins de 1999, em 84,5%, o que é um facto positivo. Contudo, isto significa que a Caixa Central teve ainda de cobrir, através de diversos subsídios, um défice de 15,5% das despesas correntes das organizações, com um dispêndio de mais de 184 mil contos. É uma situação que dificilmente se poderá manter, dado que isso só foi possível à custa das reservas do Partido que não são inesgotáveis.

4.7.6. A estrutura das despesas evidencia que os gastos com os Funcionários do Partido, por razões que decorrem de um Partido com as nossas características, continuam a ter um peso considerável, tendo atingido em 1999 60,8%. As despesas com transportes e os gastos com os centros de trabalho somaram cerca de 26,4% de todas as despesas do Partido no ano de 1999.

4.7.7. Entre o XV e o XVI Congressos, globalmente as receitas cresceram 2,6% e as despesas 4,5%. Apesar de se ter verificado um aumento superior das despesas, manteve-se o equilíbrio financeiro.

4.7.8. Confrontando os resultados financeiros obtidos com as resoluções do XV Congresso verifica-se uma evolução positiva.

4.7.9. Continuar esta evolução positiva, melhorar o autofinanciamento do Partido em todas as Organizações e Sectores é uma tarefa que está ao nosso alcance. Para tal são de ter presentes os seguintes objectivos e medidas:

4.7.9.1. Trabalhar para um grande aumento das receitas do Partido, objectivo possível e necessário, dando uma particular atenção às **quotizações** e às **contribuições** dos militantes, que representam a mais segura forma de suporte financeiro do Partido. É necessário aumentar o número dos militantes a pagar regularmente a sua quota e desenvolver um esforço contínuo para a actualização do seu valor. Responsabilizar mais os organismos e os camaradas pelo cumprimento desta tarefa, sublinhando a sua importância, é condição indispensável para a concretização destes objectivos. A experiência mostra que há ainda muito acanhamento e pouca audácia política na busca de apoios financeiros junto dos militantes, dos democratas e de importantes segmentos da população que não sendo comunistas respeitam e admiram o PCP, estando por isso dispostos a ajudá-lo quando solicitados para o efeito. É uma deficiência do nosso trabalho que urge ultrapassar.

4.7.9.2. Elevar as contribuições dos eleitos, cujo valor aumentou ligeiramente desde o XV Congresso, e que, continuando a ser a segunda verba mais importante na estrutura das receitas, está longe de atingir as reais possibilidades existentes. Pelo que estas contribuições exprimem ao nível da assunção consciente de um exercício do poder com os valores que nos distinguem é indispensável prosseguir os esforços de acompanhamento e concretização junto de cada eleito dos seus compromissos, no sentido do cumprimento da norma estatutária segundo a qual os eleitos comunistas não devem ser beneficiados nem prejudicados financeiramente por tal facto. Não sendo contraditório com a necessidade de aumentar as receitas desta origem, é entretanto de registar o facto de algumas Organizações Regionais manterem um elevado grau de dependência dessas contribuições, situação que exige atenta ponderação e medidas tendentes a alterá-la.

4.7.9.3. Continuar a estimular de forma militante as iniciativas de massas, tais como campanhas nacionais e locais, festas, convívios de confraternização, iniciativas culturais e outras, onde participam milhares de militantes e de simpatizantes do Partido, que constituem em regra uma importante fonte de receitas das organizações e um importante elo de ligação do Partido às massas populares.

4.7.9.4. Aplicar uma política de contenção de gastos, em especial com os não directamente relacionados com a actividade política. Não aumentar o peso relativo das despesas com quadros sem tarefas de direcção ou organização no conjunto das despesas com os funcionários do Partido. Continuar uma criteriosa utilização dos recursos materiais e financeiros do Partido, dando particular atenção a fenómenos de certo liberalismo na gestão dos seus bens e recursos.

4.7.9.5. Trabalhar para alcançar progressivamente o equilíbrio financeiro na generalidade das organizações. Dinamizar a entrega de contribuições à Caixa Central por parte das organizações mais fortes. Prosseguir os estudos visando a actualização do esquema de apoios da Caixa Central às organizações que ainda não garantem o seu autofinanciamento, salvaguardando que os apoios globais actuais não serão significativamente alterados.

4.7.9.6. Prosseguir a linha de apoio a novas funcionalizações tendo em conta os quadros, a definição das prioridades do Partido e os limites financeiros.

4.7.9.7. Cuidar do património do Partido, disseminado pelo País, que representa hoje um valor

inestimável do ponto de vista histórico e financeiro. Este facto exigiu e continua a exigir uma dedicação e atenção constantes do Partido, das suas organizações e militantes, no que se refere à sua utilização, conservação e rentabilização.

4.7.9.8. Melhorar a resposta às exigências de elaboração das contas do Partido. Tendo sido corrigidas nos últimos anos várias dificuldades e deficiências na correcta e pontual elaboração das contas por parte das Organizações Regionais, verificam-se ainda algumas falhas. Tais falhas têm que ser superadas tanto mais que é necessário dar resposta às novas exigências legais impostas pela mais recente versão da lei sobre o financiamento dos partidos políticos.

4.7.9.9. Intensificar a discussão sobre os Fundos, em todos os níveis da organização, elevando a compreensão dos Quadros para a sua importância, responsabilizando mais militantes pelas diferentes tarefas de fundos, formando mais Comissões de Fundos e de Controlo Financeiro.

4.8. ACTIVIDADE INTERNACIONAL DO PCP

4.8.1. Partido patriótico e internacionalista, o PCP continuou a dar uma grande atenção às suas responsabilidades no plano internacional e a agir no sentido do fortalecimento dos laços de amizade, cooperação e solidariedade dos comunistas e de todas as forças de esquerda e progressistas, e da acção comum ou convergente das forças anti-imperialistas.

4.8.2. Perante o agravamento da política imperialista de agressão, militarismo e guerra, o PCP interveio com as suas posições próprias na intensa batalha política e ideológica imposta pelos arautos do "pensamento único" e na promoção e apoio a acções concretas de solidariedade. Entre elas destacam-se a inequívoca condenação do PCP da agressão contra a Jugoslávia e a solidariedade com o seu povo, o apoio à independência de Timor Leste, prosseguindo a solidariedade de sempre do PCP com o heróico povo timorense, e a permanente solidariedade com o povo cubano e pelo fim do bloqueio.

4.8.3. Continuámos a dar grande valor às relações no plano bilateral , indispensáveis para o conhecimento e compreensão recíproca, embora deva assinalar-se uma diminuição das visitas a Portugal. Contámos, entretanto, com cerca de 40 delegações em cada edição da Festa do "Avante!". O Partido enviou numerosas delegações ao estrangeiro, em que se destacam as conduzidas pelo seu Secretário-geral a Angola, África do Sul, Brasil, Hungria, República Checa e Suécia e participou em numerosos congressos, conferências, seminários, festas de órgãos centrais e em iniciativas muito diversas. De realçar, entre outras, as deslocações à Venezuela, à Colômbia, à Jugoslávia, à China, a Timor-Leste.

4.8.4. No plano multilateral, o PCP deu activa contribuição para a cooperação dos comunistas e outras forças de esquerda na Europa, apoiando acções comuns ou convergentes em torno de questões como a luta contra o desemprego e pela redução do horário de trabalho, contra a agressão à Jugoslávia, pela dissolução da NATO, contra a militarização da U.E. e outras. Participou na adopção e lançamento do "Apelo Comum" para as eleições de 1999 para o Parlamento Europeu e na constituição e actividade do Grupo de Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica. Participou no Grupo Unitário de Esquerda da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Esteve sempre presente nas "Cimeiras" das forças de esquerda realizadas em Madrid, Berlim, Paris , Lisboa. Entre outras iniciativas do nosso Partido são de valorizar a realização do grande Comício Internacional de Lisboa, em Maio de 1997, como também o debate "Emprego com direitos" conjugado com a participação na grande manifestação da CGTP de 23 de Março de 2000. É ainda importante anotar a participação do PCP em encontros, seminários e conferências internacionais de variado tipo na Grécia, Chipre, Cuba e outros países. O PCP esteve representado em todos os Encontros do Fórum de São Paulo, processo que continua a valorizar como importante forma de cooperação das forças de esquerda latino-americanas.

4.8.5. Desde o XV Congresso, o PCP continuou a alargar as suas relações internacionais, mas não teve condições para responder a numerosos convites e solicitações para participar num leque muito amplo de iniciativas.

4.8.6. São orientações para o desenvolvimento da actividade internacional do Partido:

4.8.6.1. Prosseguir o estudo das principais tendências do capitalismo na actualidade e das grandes questões do desenvolvimento mundial; procurar melhorar o intercâmbio de análises e opiniões nestas matérias e, quando possível, proceder a reflexões conjuntas sobre as mesmas;

4.8.6.2. Tomar mais assiduamente posição e promover iniciativas de esclarecimento e solidariedade a propósito de questões internacionais, dando-lhe também maior espaço no seu discurso político;

4.8.6.3. Agir no sentido do reforço das relações bilaterais e multilaterais com outros partidos comunistas e do fortalecimento e afirmação do movimento comunista e revolucionário;

4.8.6.4. Aprofundar o relacionamento muito diversificado que mantém com numerosas forças políticas e sociais na Europa e no mundo, e estabelecer relações de intercâmbio com novas forças democráticas, progressistas e anti-imperialistas;

4.8.6.5. Examinar a possibilidade de disponibilizar recursos e quadros para melhorar a divulgação internacional da actividade e das orientações do Partido;

4.8.6.6. Prosseguir e melhorar a articulação de actividades internacionais dos comunistas nas instituições e nos movimentos de massas;

4.8.6.7. Contribuir para o reforço das estruturas e das iniciativas nacionais e internacionais dos movimentos unitários pela paz e de solidariedade internacionalista.

* * *

4.9. No Portugal e no mundo desta viragem de século, o PCP confirma-se como um partido necessário e insubstituível para os trabalhadores, o povo e o País.

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, mas igualmente partido portador de uma alternativa e de uma política que corresponde aos interesses fundamentais de outras classes e camadas não monopolistas.

Partido que protagoniza a oposição de esquerda à política de direita e ao Governo do PS, partido capaz de animar e dirigir o protesto, a reivindicação e a luta, partido com uma concepção nova e diferente do exercício do poder e da política, assente na defesa dos interesses populares, na seriedade, na competência, na isenção e na participação.

Partido com uma identidade e uma imagem coerentes, que não mudam ao sabor das conjunturas, mas em que a acção política quotidiana se articula com o projecto de uma democracia avançada e do socialismo para Portugal.

Partido cujo reforço e ampliação de influência é condição decisiva para concretizar as aspirações populares, para responder aos graves problemas com que Portugal está confrontado e para assegurar o seu desenvolvimento.

O Partido Comunista Português, partido com 80 anos de luta ao serviço do povo e da pátria portuguesa, contando com a participação do seu colectivo militante, aprofundando as suas raízes nos trabalhadores e no povo português, afirma-se decididamente como grande partido para o Século XXI.

NOTAS

NOTAS

NOTAS

NOTAS